

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: ESTUDOS LITERÁRIOS

Javer Wilson Volpini

O literário feminino nos romances oitocentistas de Délia: tradição e ruptura

Juiz de Fora

2019

Javer Wilson Volpini

O literário feminino nos romances oitocentistas de Délia: tradição e ruptura

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Letras. Área de concentração: Teorias da Literatura e Representações Culturais.

Orientadora: Profa. Dra. Nícea Helena de Almeida Nogueira

Juiz de Fora

2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Volpini, Javer Wilson.

O literário feminino nos romances oitocentistas de Délia : tradição e ruptura / Javer Wilson Volpini. -- 2019.
206 f.

Orientadora: Nícea Helena de Almeida Nogueira
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2019.

1. Maria Benedita Câmara Bormann. 2. Délia. 3. Autoria feminina. 4. Literatura Brasileira do século XIX. 5. Crítica feminista. I. Nogueira, Nícea Helena de Almeida, orient. II. Título.

Javer Wilson Volpini

O literário feminino nos romances oitocentistas de Délia: tradição e ruptura

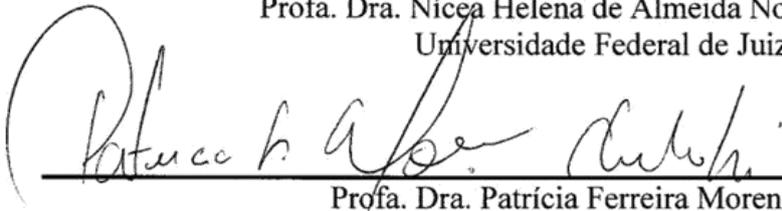
Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Letras.

Aprovada em 06 de setembro de 2019.

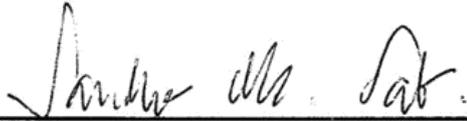
BANCA EXAMINADORA



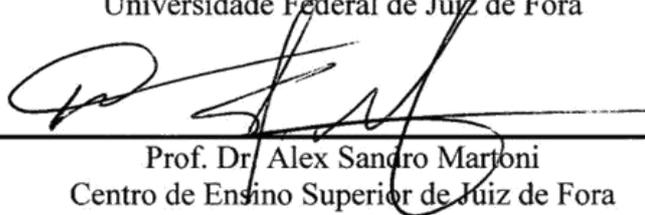
Profa. Dra. Nícea Helena de Almeida Nogueira - Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora



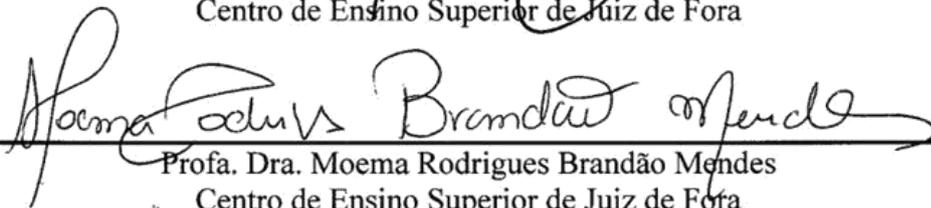
Profa. Dra. Patrícia Ferreira Moreno Christofolletti
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dra. Sandra Minae Sato
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Alex Sandro Martoni
Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora



Profa. Dra. Moema Rodrigues Brandão Mendes
Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora

À memória de Maria Benedita Câmara Bormann (Délia).

AGRADECIMENTOS

Em uma jornada tão importante quanto a realização de uma pesquisa de doutorado muitas são as contribuições e os amparos que encontramos ao longo do caminho e não podemos deixar de externar nossa gratidão.

A Deus, essa força maior que permite nossa evolução, obrigado pelo dom da sabedoria e por alimentar o desejo de sempre desbravar novos territórios do conhecimento.

À minha mãe, por sua presença e amizade que alegra os meus dias.

Ao querido Ney, companheiro de jornada, obrigado pelo apoio e compreensão, mesmo nos momentos em que era mais forte: “sua vida se resume a este computador!” Valeu a pena, missão cumprida.

À minha Jodie, filha de quatro patas, pelas longas horas no meu colo enquanto eu lia, refletia e escrevia.

Agradeço à amiga Paula Campos de Castro, por ter me apresentado o primeiro romance de Délia, *Aurélia*, quando iniciou, de fato, essa pesquisa.

À bibliotecária Sandra Lohn, da Biblioteca Municipal de Águas Mornas, Santa Catarina, pela gentileza de enviar uma cópia do romance *Celeste*, em um momento que acreditava não mais conseguí-lo.

Aos funcionários da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, pelo auxílio e orientações nas pesquisas e busca por indícios dos textos de Délia e da recepção de sua obra nos periódicos do século XIX.

À orientadora Nícea Nogueira, pela parceria e por acreditar que estávamos no caminho certo. Obrigado por impor os prazos, sem eles eu ainda estaria inventando mil coisas para acrescentar aqui.

Às professoras Moema Brandão, Sandra Sato, Patrícia Moreno e ao professor Alex Sandro Martoni, agradeço pela generosidade em oferecer suas contribuições na avaliação desta pesquisa.

Aos professores e demais funcionários do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora.

E, por último, à própria Universidade Federal de Juiz de Fora, minha segunda casa, pelo apoio a essa pesquisa por meio do PROQUALI (Programa de Incentivo à Qualificação). Em um momento de tantas incertezas políticas diante de cortes na educação e do desamparo à pesquisa acadêmica, receber auxílio de uma instituição pública, gratuita e da qualidade da UFJF é um privilégio!

“A literatura entre nós, por enquanto é mal compreendida, sei, mas, se não se obscurecer o merecimento da mulher escritora, o nome de Délia tem direito a ser lembrado” (SABINO, 1900, p. 1).

RESUMO

Esta pesquisa realiza um estudo sobre a obra literária de Maria Benedita Câmara Bormann, que publicou na Corte do Rio de Janeiro entre o final da década de 1870 e 1895, sob o pseudônimo de Délia e que, assim como outras escritoras deste período, foram silenciadas pelo cânone literário brasileiro. Por meio de sete romances de Délia, *Madalena* (1879), *Duas irmãs* (1883), *Uma vítima* (1883), *Aurélia* (1883) e *Lésbia* (1884), resgatados pela pesquisadora Norma Telles entre 2009 e 2014; *Angelina* (1886), resgatado por nós exclusivamente para este estudo; e *Celeste* (1893), resgatado pelo Instituto Nacional do Livro em 1988, a pesquisa objetiva traçar um percurso literário da escritora, construindo personagens femininas ora em consonância com a tradição literária da época, ora propondo uma atuação de ruptura com a posição feminina a que estavam submetidas. Para contextualizar a obra de Délia, esta pesquisa desenvolve também um estudo sobre a história da mulher no modelo brasileiro de sociedade patriarcal, discorrendo sobre a atuação feminina em contextos específicos das diferentes regiões do Brasil, do período colonial ao século XIX, estando estas mulheres, em sua maioria, submissas ao poder supremo da figura masculina. Por se tratar de uma escritora ainda pouco conhecida, inclusive no universo acadêmico e corroborando com a proposta de resgate de escritoras oitocentistas, apresentamos nossa leitura das referidas obras, estabelecendo um paralelo entre a literatura de autoria feminina e a construção de personagens mulheres apresentadas em narrativas pouco comuns para a época. A partir deste percurso, sugerimos um possível projeto literário da escritora em consonância com a crítica feminista que irá se desenvolver a partir da segunda metade do século XX, refletindo sobre temáticas importantes desta pauta, como a educação para a mulher; casamento, maternidade e divórcio; e a independência financeira feminina.

Palavras-chave: Maria Benedita Câmara Bormann. Délia. Autoria feminina. Literatura Brasileira do século XIX. Crítica Feminista.

ABSTRACT

This research presents a study on Maria Benedita Câmara Bormann's literary work, who published in Rio de Janeiro court from late 1870's to 1895 under the pen name of Delia, and as other female writers of that period Bormann was silenced by Brazilian literary canon. It aims at outlining the writer's literary path – Delia's seven novels: *Madalena* (1879), *Two sisters* (1883), *A victim* (1883), *Aurélia* (1883), and *Lesbia* (1884) rescued from literary oblivion by scholar Norma Telles from 2009 to 2014; *Angelina* (1886) rescued by us exclusively to this study; and *Celeste* (1893) rescued by Brazilian Book National Institute in 1988. In these works the writer built female characters either in consonance to the literary tradition of the time or proposing a break from the female role they were submitted. To contextualize Delia's work, this research also develops a study on the history of women following the model of patriarchal society, telling about female role in specific contexts from different regions of Brazil, from the colonial period to late 19th century, being those women in their majority submitted to the supreme power of male figure. For dealing with a still little-known writer in the academic field and corroborating the proposal of rescuing 19th century female writers, we present our reading of those novels setting a parallel between female authorship literature and the building of female characters in narratives not very much common for the time. From that approach, we suggest a possible literary project in accordance with feminist criticism that was to be developed from the second half of 20th century reflecting on important themes as education for women, marriage, maternity and divorce, and female financial independence.

Keywords: Maria Benedita Câmara Bormann. Délia. Female Authorship. 19th century Brazilian Literature. Feminist Criticism.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	A MULHER NO MODELO BRASILEIRO DE SOCIEDADE PATRIARCAL	13
2.1	AS PROVÍNCIAS NORDESTINAS: DO LITORAL AO SERTÃO	20
2.2	A PROVÍNCIA FLUMINENSE E A CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO	25
2.3	A PROVÍNCIA DAS MINAS: DO OURO, DO DIAMANTE E DA AGROPECUÁRIA	34
2.4	A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO	40
2.5	AS PROVÍNCIAS DO SUL	47
3	DÉLIA E SUAS MULHERES DE PAPEL	54
3.1	<i>MADALENA</i> (1879)	59
3.2	<i>DUAS IRMÃS</i> (1883)	64
3.3	<i>UMA VÍTIMA</i> (1883)	73
3.4	<i>AURÉLIA</i> (1883)	79
3.5	<i>LÉSBIA</i> (1884)	90
3.6	<i>ANGELINA</i> (1886)	117
3.7	<i>CELESTE</i> (1893)	139
4	O PROJETO LITERÁRIO DE DÉLIA E A CRÍTICA FEMINISTA	163
4.1	EDUCAÇÃO PARA A MULHER	167
4.2	CASAMENTO, MATERNIDADE E DIVÓRCIO	179
4.3	INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA FEMININA	192
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	198
	REFERÊNCIAS	202

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa realiza um estudo sobre a obra literária de Maria Benedita Câmara Bormann (1853-1895), escritora gaúcha de nascimento que viveu na corte do Rio de Janeiro, a partir dos dez anos de idade, tendo publicado vários contos, crônicas e romances em diversos periódicos do Império, sob o pseudônimo de Délia, entre o final da década de 1870 e 1895, ano de sua morte.

A partir da segunda metade do século XIX, identificamos no Brasil um embrião do movimento feminista em defesa da emancipação feminina e do reconhecimento da mulher como ser social, que possuía, historicamente, um papel de atuação marcado pela submissão e pela resignação imposto e difundido pela cultura masculina da sociedade patriarcal. Nesse movimento organizaram-se mulheres de vanguarda de todas as províncias do Império, assumindo para si a responsabilidade da formação e da direção de colégios femininos, pleiteando para a mulher uma educação de caráter mais instrutivo, cultural e intelectualmente. Defendiam também que a educação ofereceria as condições necessárias para as demais transformações desejadas. Para esse movimento foi fundamental a abertura da imprensa brasileira que possibilitou uma atuação feminina com a colaboração de muitas jornalistas e escritoras, conquistando autoafirmação e reconhecimento público do direito de exposição de seus pensamentos em um momento de tantas restrições ao papel feminino naquela sociedade.

Diante disso, nosso estudo partiu da necessidade de identificar a participação da literatura de autoria feminina nesse movimento que se fortalecia com a imprensa brasileira do Segundo Reinado e de como os romances de Délia ofereceram importantes contribuições para essa militância, por meio da construção de suas personagens femininas em narrativas que oscilavam entre a apresentação do real e o desejo de uma atuação diferenciada para a mulher de sua época. Como as demais escritoras oitocentistas, Délia permaneceu silenciada no cânone literário brasileiro. Sua obra, no entanto, merece ser resgatada e divulgada como representante da Literatura Brasileira, contribuindo, principalmente, com uma abordagem temática, em que o ser mulher surge com grande potência, refletindo sobre a atuação feminina na sociedade patriarcal.

Em período relativamente breve, de aproximadamente quinze anos dedicados às letras, Délia teve uma produção bem extensa. Além das publicações em periódicos, ela também teve alguns livros editados, com grande circulação. Identificamos que se tornou uma escritora respeitada, conquistando uma coluna fixa no jornal *O Paiz*, ao lado de nomes importantes da crítica literária brasileira masculina. Sua atuação na Literatura Brasileira reflete o

posicionamento de uma mulher de vanguarda que desafiou o lugar destinado a ela na sociedade de sua época, oferecendo questionamentos importantes sobre essa pauta.

Sua temática centrada na mulher oferece narrativas com personagens femininas que são apresentadas em suas mais diversas nuances, ao que denominamos de personagens de tradição e personagens de ruptura. O feminino literário em Délia ora corrobora com a posição submissa da mulher na sociedade patriarcal, ora rompe com os limites impostos para essas mulheres, oferecendo personagens de vanguarda, defendendo uma mulher dotada de sensibilidade, mas também capaz intelectualmente, desde que lhe fossem oferecidas as mesmas oportunidades. Sua obra oferece ao leitor um panorama do universo feminino na sociedade brasileira do século XIX sob um outro olhar, o da própria experiência feminina, dando voz ao ser mulher que foi, por anos, silenciada pela cultura patriarcal.

A obra de Délia ainda é desconhecida do público leitor contemporâneo. Somente pesquisadores mais afinados com as linhas investigativas sobre escritoras do século XIX já ouviram falar sobre o seu nome. Arriscamos, ainda, a afirmar que a leitura de alguns de seus textos ocorreu apenas por aqueles que se dedicaram à pesquisa de sua obra. Entre esses pesquisadores destacamos o nome de Norma Telles, professora aposentada da PUC-SP, que assumiu a missão de resgate da escritora, tendo trazido ao público alguns de seus romances.

Por mais que o estudo sobre escritoras do século XIX seja uma das linhas de atuação do Grupo de Trabalho *A Mulher na Literatura* da ANPOLL (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Letras e Linguística), esta pesquisa se justifica porque o nome de Délia e sua obra ainda carecem de investigação crítica, oferecendo rico material de estudo. Identificamos que apenas alguns de seus textos foram objeto de pesquisa de trabalhos acadêmicos em formato de artigos; apenas dois romances compuseram o repertório de análises em dissertações e teses. A maioria de seus textos, no entanto, continua intacta pela crítica literária feminista. Dessa forma, justificamos a importância de nossa pesquisa que, pela primeira vez, traça um panorama mais amplo, oferecendo um diálogo entre vários romances de sua obra.

Nossa pesquisa em Letras, com enfoque nos Estudos Literários, concentrada na área de Teorias da Literatura e Representações Culturais, organizou um material de análise constituído por sete romances de Délia, sendo que seis deles foram resgatados por outros pesquisadores e um, ainda inédito, resgatado por nós, diretamente da fonte primária em um periódico do século XIX, especialmente para compor essa pesquisa. Dessa forma o conjunto de romances da escritora analisados nesse estudo são: *Madalena* (1879); *Duas irmãs* (1883), *Uma vítima* (1883), *Aurélia* (1883), *Lésbia* (1884), *Angelina* (1886) e *Celeste* (1893).

A obra literária de Délia é rica, oferecendo personagens e narrativas que possibilitam diferentes perspectivas de recepção e variados olhares da crítica literária especializada para analisar a sua importância na Literatura Brasileira, inclusive tendo circulado em um contexto bem específico de finais do século XIX. Nossa proposta metodológica nesta pesquisa, portanto, concentrou-se em duas vertentes que elegemos como fundamentais para as investigações de escritoras da importância de Délia. A primeira delas foi realizar um estudo que possa enriquecer o trabalho de resgate, divulgando seus romances e oferecendo contribuições que corroborem para o conhecimento de sua obra. A segunda vertente, mais investigativa, consistiu em identificar um projeto literário da escritora por meio de um recorte temático que julgamos importante e recorrente em sua obra. Esse projeto está centrado nas experiências femininas e nas reflexões que elas suscitaram acerca de sua atuação na sociedade brasileira da época.

A metodologia de pesquisa utilizada neste trabalho realizou um compilado bibliográfico acerca da história das mulheres, da autoria feminina no século XIX e de dados biográficos de Délia; desenvolveu uma investigação documental em periódicos do século XIX, para realizar tanto o resgate de textos da autoria de Délia, quanto para localizar a crítica literária do período, demonstrando a recepção de sua obra na época da publicação; e, diante disso, possibilitou ainda, oferecer uma trajetória literária da escritora por meio da análise de seus romances.

Essa metodologia orientou a divisão de nosso estudo em três seções, além dessa introdução e das considerações finais. Na primeira delas, *A mulher no modelo brasileiro de sociedade patriarcal*, realizamos uma compilação historiográfica da atuação feminina sob uma perspectiva histórico, social e cultural desde o período colonial brasileiro até o Segundo Reinado. Amparados por importantes pesquisadores da história das mulheres e demais investigadores sobre a atuação feminina no Brasil, organizamos didaticamente a construção deste estudo, dividindo a investigação pelas principais províncias do Império. Conseguimos identificar o papel da mulher na sociedade patriarcal brasileira e como muitas delas foram capazes de romper com o lugar que lhes era reservado, representando uma exceção nesse repertório. Essa seção da pesquisa possibilitou realizar uma contextualização da mulher na história brasileira para dialogarmos com a criação das personagens femininas na obra de Délia.

Na segunda seção de desenvolvimento dessa pesquisa *Délia e suas mulheres de papel*, realizamos um compilado biográfico sobre a escritora para, enfim, apresentarmos os romances que compõem o *corpus* de análise deste trabalho. Os sete romances investigados são apresentados a partir de nossa leitura com apontamentos que sugerem o efeito da recepção de sua obra em nossas investigações. Por consideramos se tratar de uma escritora ainda pouco conhecida e corroborando com a proposta de resgate de escritoras oitocentistas, oferecemos

uma leitura de sua obra que possibilita refletir sobre a literatura de autoria feminina e a construção de personagens mulheres apresentadas em narrativas pouco comuns para a época.

Por último, na seção *O projeto literário de Délia e a crítica feminista* realizamos uma análise de sua obra sob a ótica do modelo de crítica literária feminina denominado de *Ginocrítica* por Elaine Showalter (1994). Nessa parte da pesquisa, amparados por outras pesquisadoras da crítica literária feminista, convergimos as principais contribuições de Délia a partir da análise de seus romances, mapeando um possível projeto literário da escritora, suscitado por reflexões acerca de três grandes temáticas identificadas em sua obra: educação para a mulher; casamento, maternidade e divórcio; e independência financeira feminina.

2 A MULHER NO MODELO BRASILEIRO DE SOCIEDADE PATRIARCAL

Ao abriremos esta pesquisa com foco na obra de uma escritora do século XIX, realizando uma análise tanto na produção de autoria feminina, quanto na construção de suas personagens, também femininas, não poderíamos deixar de iniciar com um compilado histórico de contextualização dessas mulheres no modelo de sociedade patriarcal em que estiveram inseridas, desde o processo de colonização do Brasil.

Essa contextualização oferece um olhar para a construção feminina naquela sociedade, até o final do século XIX, a fim de que possamos compreender, mais à frente, como foi possível a atuação de muitas mulheres nesse período e porque, mesmo com uma produção tão importante, tantas escritoras foram silenciadas pelo cânone literário brasileiro.

Nosso estudo faz uma explanação histórica sobre a mulher brasileira, com ênfase no século XIX, discorrendo sobre suas realidades em momentos e contextos específicos das diferentes regiões do Brasil, mas, em sua maioria, submissas ao poder supremo da figura masculina nesse modelo patriarcal. O conceito de patriarcalismo será invocado neste trabalho como o esteio de toda a formação da sociedade brasileira, desde o início do processo de colonização exploratória, vivenciado no Brasil.

Para Mary Del Priore, o patriarcalismo

garantia a união entre parentes, a obediência dos escravos e a influência política de um grupo familiar sobre os demais. Tratava-se de uma grande família reunida em torno de um chefe, pai e senhor forte e temido, que impunha sua lei e ordem nos domínios que lhe pertenciam. Sob essa lei, a mulher tinha que se curvar (DEL PRIORE, 2014, p. 12).

Segundo essa autora, a sociedade patriarcal no Brasil se instalou nas grandes propriedades de terra até os anos finais do século XVIII e a influência da figura masculina como o chefe, refletia um autoritarismo com poderes sobre os negócios, sobre o núcleo central da família – esposa e filhos –, sobre os escravos e demais agregados, se estendendo, ainda, a outras famílias menos abastadas dos arredores de seus domínios. Isso fazia com que os laços de dependência se tornassem muito fortes, unindo seus membros.

Para Gilberto Freyre (1977), sociólogo pesquisador da família patriarcal brasileira, vivemos momentos oscilatórios de intensidade patriarcal, porém sem nunca deixarmos de ser uma sociedade essencialmente orientada pela subjugação do patriarca, seja nas relações entre “raças”, classes, religiões, culturas e, claro, sexos (homem *versus* mulher). Nesse sentido, pelo próprio conceito do termo “patriarca”, que evoca o protagonismo para o pai, a mulher assume

uma posição subordinada, relegada a um papel de coadjuvante, nos melhores casos, nesse contexto social.

Em suas pesquisas, Freyre (1977) ainda oferece uma importante divisão do patriarcado brasileiro em dois momentos que ele denominou de “patriarcado rural”, agrário, desde a colonização até o final do século XVIII, e “patriarcado urbano”, menos rígido, adaptado aos processos civilizatórios e às transformações sociais ocorridas a partir do século XIX, que configurou novas relações de poder.

É importante salientar que, embora a figura masculina tenha preponderado sobre a imagem do chefe patriarca, houve momentos em que algumas mulheres também assumiram esse papel.

A existência de mulheres sozinhas nas cidades coloniais, por exemplo, dava uma característica especial às famílias, que se constituíam, muitas vezes, apenas de mãe, filhos e avós. [...] Frágeis? Não. Tais arranjos familiares permitiam às matriarcas elaborar agendas extremamente positivas para os seus: casavam filhos e filhas, interferindo na escolha do cônjuge; controlavam o dinheiro com que cada membro colaborava no domicílio; punham em funcionamento redes de solidariedade; agiam, sós ou em grupo, quando deparavam com interesses contrariados (DEL PRIORE, 2014, p. 17).

Freyre (1977) também já havia apontado a existência dessas matriarcas. No entanto, ele pondera que essa atuação feminina foi apenas equivalente a dos patriarcas. Segundo ele, “nunca que esses casos excepcionais de matriarcas nos autorizam a falar num matriarcado que florescesse dentro da sociedade patriarcal do Brasil com o vigor de uma instituição rival da econômica e politicamente dominante” (FREYRE, 1977, p. XCV). Assim, essas matriarcas assumiram apenas uma personalidade masculina nesse modelo patriarcal, não apresentando rupturas com as características de “homem da casa”.

Nesse sentido, Freyre também oferece um posicionamento de profundo preconceito em relação aos sexos na sociedade patriarcal.

De modo geral, o homem foi, dentro do patriarcalismo brasileiro, o elemento móvel, militante e renovador; a mulher, o conservador, o estável, o de ordem. O homem, o elemento de imaginação mais criadora e de contatos mais diversos e, portanto, mais inventor, mais diferenciador, mais perturbador da rotina. A mulher, o elemento mais realista e mais integralizador (FREYRE, 1977, p. 102).

Para o autor, até as pequenas transformações de caráter restritas ao universo feminino, como as modas francesas e inglesas que elas usavam, era fruto de informações trazidas e

comunicadas a elas pelos homens, quando voltavam de seus estudos na Europa e chegavam cheios de novidades.

Na sociedade agrária brasileira, a figura feminina teve papel importante na organização dos espaços e na configuração da “casa-grande”, obviamente, sempre relacionada aos espaços de circulação da própria casa.

O tipo nobre de casa que ficou se chamando de “casa-grande”, desenvolveu-se na região dos engenhos de cana; e menos em torno da figura do homem, que do vulto gordo da matrona portuguesa do século XVI. [...] Onde elas se instalaram, gordas e pesadonas, com seus conhecimentos de coisa de cozinha e de higiene da casa, com seus modos europeus e cristãos de tratar de menino e de gente doente, pode-se afirmar que aí a civilização europeia aprofundou-se mais e fixou-se melhor. As iaiás foram sempre as estabilizadoras de civilização europeia no Brasil (FREYRE, 1977, p. 32).

Esta afirmação explicaria o porquê das regiões colonizadas por portugueses casados terem apresentado mais padrões de cultura europeia que as colonizadas por homens solteiros, amasiados com “caboclas da terra”. Estes últimos, ainda que fossem fazendeiros ricos, afirmase que viviam em condições inferiores a camponeses europeus mais pobres. Freyre (1977, p. 33) dedica à mulher portuguesa o sentido de “maior dignidade moral e do maior conforto físico da casa, do móvel, da vida doméstica”.

As sinhás viviam isoladas dentro dos engenhos, cuidando do marido, dos filhos e dos escravos. Elas orientavam toda a atividade doméstica e ainda se dedicavam à educação das filhas, principalmente, que desde muito cedo, eram preparadas para o casamento: a grande promessa de um futuro para a mulher. Del Priore (2014) corrobora com essa afirmação quando relata que “A maior parte das meninas não aprendia a ler. Passavam a meninice entre o oratório e a esteira, ensinavam-lhes a fazer rendas, bordado e costura. Esperava-se que fossem incultas, piedosas, prisioneiras da casa” (DEL PRIORE, 2014, p. 19).

A liberdade feminina não era considerada na sociedade da época. Além da mulher ser financeiramente dependente – embora pudesse desfrutar de uma “dependência luxuosa”, em muitos casos – era também restringida intelectualmente. Essa situação agravava ainda mais a ausência de liberdade. À mulher eram permitidas algumas instruções, porém, uma educação completa lhe era negada. Recebia instrução religiosa, como as rezas e orações da Igreja Católica e algumas noções mais iniciais de leitura e escrita, aprendendo, pelo menos, a assinar seus nomes. Só tinha acesso a outros conhecimentos que pudesse ter de história, literatura, filosofia ou política quando escutava os homens de suas famílias conversando.

A educação restrita permitida à mulher tinha por finalidade principal garantir o suficiente para conseguir um bom casamento. Para a mulher, porém, o casamento representaria apenas um rito de transferência da submissão: de algum ente familiar – pai, irmão, tio – para o esposo. Visto que os casamentos não se realizavam por opção ou escolha da noiva. Tratava-se de um grande acordo financeiro, nem sempre velado. Um tipo de arranjo que beneficiava a família das mocinhas ou a dos mancebos, também conferindo prestígio a uma delas ou a ambas.

O casamento entre famílias ricas e burguesas era usado com um degrau de ascensão social ou uma forma de manutenção do *status* (ainda que os romances alentassem, muitas vezes, uniões “por amor”). Mulheres casadas ganhavam uma nova função: contribuir para o projeto familiar de mobilidade social através de sua postura nos salões, como anfitriãs, e na vida cotidiana, em geral, como esposas modelares e boas mães (D’INCAO, 2015, p. 229).

Era esse, portanto, o destino da mulher aristocrática do período. Desde a mais tenra idade, ela já recebia a educação que a preparasse para o casamento, assumindo uma postura de “guardiã do lar e da família”. Essa missão era repassada de mãe para filha entre as gerações. A educação começava no interior dos lares, fundamentada nos preceitos da religião católica, “que exercia função importante na vida de família do Brasil nos meados do século XIX” (FREYRE, 1964, p. 114).

Freyre também narra que as meninas, a partir dos oito ou nove anos, eram enviadas aos internatos religiosos, onde eram mantidas até por volta dos treze ou quatorze anos. A partir desse momento, já estavam prontas para o casamento, que não deveria tardar, pois, ao contrário, não encontrariam pretendentes. Nas instituições religiosas de ensino era repassado o complemento da educação das jovens casadoiras. Entre o conjunto de conhecimentos que compunham a educação das meninas nessa época, estava aquele que conferia as habilidades necessárias para a “delicada arte de ser mulher”.

Vários historiadores comprovaram a valorização do casamento desde os primeiros séculos da colonização. Ele era indício de respeitabilidade, ascensão social e segurança. [...] Na sociedade tradicional, a mulher não possuía estatuto fora do casamento, ele era a única instituição que lhe permitia se realizar como ser social (DEL PRIORE, 2014, p. 30).

Com seu destino traçado, não restava alternativa a não ser render-se ao casamento. E, assim, a atuação da mulher na vida doméstica ocupava a maior parte do seu dia a dia. Trancadas dentro de casa – as mulheres do sistema patriarcal agrário brasileiro não saíam às ruas – elas ficavam à disposição do marido, dos filhos e da organização dos afazeres domésticos, seja

orientando o trabalho das escravas, ou ainda atuando diretamente nas várias funções que a casa designa ao sexo feminino. Esse papel da mulher não diferia muito se na casa grande do engenho ou no sobrado da cidade. “Mas que haviam de fazer as senhoras de sobrado, às vezes mais sós e mais isoladas que as iáiás dos engenhos? Quase que só lhes permitiam uma iniciativa: inventar comida. O mais tinha de ser o rame-rame da vida de mulher patriarcal” (FREYRE, 1977, p. 36).

Devemos grande parte de nossa culinária às prendas das sinhás, juntamente com suas escravas. Uma publicação acerca das receitas da região de Campinas, São Paulo, no século XIX, informa que,

As receitas encontradas nestes antigos cadernos revelam a transmissão de tradições culinárias familiares, que foram sendo modificadas a partir do contato das sinhás campineiras com suas quituteiras, escolhidas a dedo no plantel de escravos do marido. Ao colocá-las dentro da casa para executarem a sublime tarefa da culinária, escrava e senhora trocavam informações ao pé do fogão à lenha, reescrevendo novas fórmulas (ABRAHÃO, 2007, p. 21).

Assim conseguimos entender como a tradição portuguesa no preparo de doces, misturada à variedade de frutas tropicais, exóticas e regionais, das diferentes partes da Colônia, possibilitou a invenção e a adaptação de muitas receitas nesse preparo de doces, licores, compotas, geleias e outras guloseimas, tão fartas nas mesas das casas brasileiras.

Era esse, portanto, o universo reservado à mulher brasileira desde a colonização portuguesa, com o modelo de sociedade patriarcal agrário, que se estendeu também em grande parte do século XIX. Além de sua reclusão doméstica ela era submetida a uma diferenciação exacerbada entre os sexos, que favorecia “ao homem todas as liberdades de gozo físico do amor e limitando o da mulher a ir para a cama com o marido, toda a santa noite que ele estiver disposto a procriar. Gozo acompanhado da obrigação, para a mulher, de conceber, parir, ter filho, criar menino” (FREYRE, 1977, p. 93).

Essa realidade dominava todos os engenhos e muitas casas urbanas do Brasil. A mulher seguia um percurso de submissão que parecia já traçado e, ainda que muitas tenham conseguido trilhar caminhos que romperam com esse modelo, elas eram a exceção, e poucas conseguiram deixar suas marcas na história. E as que deixaram, tiveram, majoritariamente, suas existências apagadas.

A estrutura colonial do Brasil, pautada numa política econômica de exploração, fez com que as cidades que aqui se fundaram não apresentassem traços de progresso. Ainda que tenhamos registros de certo “cosmopolitismo” em Pernambuco, em pleno século XVIII, devido

às influências holandesas que por alguns anos prevaleceram por lá, é inegável que as condições urbanas no Brasil eram muito precárias.

Quando vamos nos aproximando do século XIX, a cidade brasileira vai se tornando um apêndice do corpo rural: reflete a estratificação rural, mínima população fixa, uns poucos artesãos, mas um grande número de pessoas sem muito o que fazer, sem ocupação determinada, num período mingauado em se tratando de atividade econômica de natureza industrial e comercial interna (D'INCAO, 2015, p. 224).

Assim, a geografia e a estrutura social das cidades no Brasil, até o início do século XIX, não sofreu grandes transformações. Esse cenário somente iria se modificar a partir de 1808, com a chegada da corte portuguesa e a transferência da administração do Reino da metrópole para o Brasil.

Certamente esse foi o grande divisor de águas na vida da Colônia, principalmente para a cidade do Rio de Janeiro, que naquele momento se tornara a capital do reino de Portugal, sofrendo grandes transformações. Com a instalação da Corte, deu-se a abertura dos portos do Brasil e, assim, iniciou-se o período de alterações econômicas, sociais e culturais. A cidade, que antes produzia apenas o que consumia, servindo necessariamente como ponto de embarque de matéria-prima e metais preciosos para a metrópole, repentinamente passa a abrigar seus governantes e necessitava se adaptar para tamanha importância no “reino dos trópicos”. Freyre (1977) nomeia esse momento de “reeuropeização” da sociedade e da cultura brasileiras. Ele afirma que a abertura dos portos tirou a Colônia do seu período de isolamento, enquanto esteve confinada apenas às influências africanas e orientais das outras áreas lusitanas sob o domínio de Portugal.

A colônia portuguesa da América adquirira qualidades e condições de vida tão exóticas – do ponto de vista europeu – que o século XIX, renovando o contato do Brasil com a Europa – que agora já era outra: industrial, comercial, mecânica, a burguesia triunfante – teve para o nosso País o caráter de uma reeuropeização. Em certo sentido, de uma reconquista. Ou de uma renascença – tal como a que se processou na Europa impregnada de medievalismo, com relação à antiga cultura greco-romana. Apenas em outros termos e em ponto menor (FREYRE, 1977, p. 309).

Entendemos que para Freyre o primeiro processo de europeização se referia às influências europeias essenciais do modelo de colonização praticado por Portugal. Haja vista a dominação imposta aos nativos indígenas e a aculturação dos africanos trazidos como escravos para o Brasil. No entanto, estamos de acordo com outros autores, como é apresentado na

pesquisa de Maria do Carmo Rainho (2002), de que apenas a partir do século XIX houve, de fato, um processo de europeização da sociedade brasileira.

Com a europeização seriam alterados de forma profunda os costumes da “boa sociedade” e também sua relação com as outras camadas da população. Pode-se dizer que essa europeização foi a base do chamado ‘processo civilizador’. No Brasil, e especificamente no Rio de Janeiro, até meados do século XIX, as normas de comportamento tidas como civilizadas eram desconhecidas, imperando uma rusticidade nos costumes (RAINHO, 2002, p. 55).

Para a autora, as novas interações sociais propostas pelo processo de europeização avançavam pelo simples fato do indivíduo ser branco, rico e possuir propriedades e escravos. Além da forte influência da cultura religiosa da Igreja Católica, ditando costumes e valores sociais, tornou-se necessária a aquisição de hábitos de higiene, de boas maneiras à mesa e uma profunda alteração na indumentária, tornando todo esse conjunto de transformações “um símbolo e uma condição necessária aos que desejavam igualar-se à aristocracia europeia” (RAINHO, 2002, p. 56).

A Corte trouxe para o Brasil muitas mulheres que, de certa forma, promoveram algumas transformações nos hábitos e costumes da sociedade colonial que, nesse processo de europeização, de passagem do modo de vida rural para o urbano, promoveu mudanças comportamentais nessas mulheres, mais sutis em algumas regiões do Reino, e outras mais notáveis, como no Rio de Janeiro, principalmente por meio da imprensa que passa a circular e a difundir os novos hábitos, a partir desse início do século XIX.

Para entendermos um pouco a vida das mulheres no Brasil desse período, faremos um percurso histórico pelas mais importantes províncias do território brasileiro da época, compilando um perfil dessas mulheres, desde o período colonial, tanto as das camadas mais abastadas como as menos favorecidas, de acordo com a disponibilidade das fontes consultadas, em uma divisão pelas principais regiões do Brasil. Assim, nosso percurso se iniciará com as províncias do Nordeste, representadas por Pernambuco, Bahia e também pelo sertão nordestino; continua pela parte Central do Reino, dividida entre a Província Fluminense, a de Minas Gerais e também a Província de São Paulo; e finaliza com as províncias do Sul, percorrendo a de Santa Catarina, a do Paraná e a do Rio Grande do Sul.

2.1 AS PROVÍNCIAS NORDESTINAS: DO LITORAL AO SERTÃO

As mulheres do litoral nordestino, que compreendia as mais importantes cidades de Pernambuco e da Bahia, trouxeram traços marcantes do patriarcalismo rural dos grandes engenhos para o século XIX. Mesmo com o declínio destas propriedades e a migração para cidades como Recife, Olinda e Salvador percebemos que a mulher continuava a seguir a tradição subalterna imposta pelo modelo patriarcal citado. A mulher do nordeste brasileiro permanecia essencialmente reclusa à casa.

Da Bahia colonial não podiam ficar-nos reminiscências da vida de salões. O sistema de reclusão das mulheres impedia a florescência desses núcleos de cultura, de espírito, de alegria. A vida social, em que figurava o elemento feminino, circunscrevia-se às festas de igreja, às procissões, à assistência distante, em tribunas ou sacadas, de cavalhadas e touradas. Nas salas, e muito menos nas ruas, a mulher pouco aparecia (PINHO, 2004, p. 11).

Corroborando com Pinho, Fátima Quintas (2008) também fala sobre a reclusão da mulher em casa e como essa atitude patriarcal, um dos dotes masculinos, foi cerceando cada vez mais uma posição feminina nessa sociedade:

Um deles: isolar a mulher; freá-la nos impulsos; subordiná-la ao ostracismo. Abafada, não poderia falar, não poderia reagir, não poderia sequer clamar por justiça. Uma reclusão forçada que tinha como finalidade aumentar o fosso separatista entre o homem e a mulher. Um hiato quase intransponível, que fortalecia os ligames da ostensiva superioridade masculina. Assim, a mulher murchava escondida no seu silêncio histórico. No claustro do medo. No retiro da virtude, nos labirintos sinuosos da escuridão (QUINTAS, 2008, p. 51).

Para essa autora, o isolamento da mulher foi facilitado, inclusive, pela própria arquitetura da casa grande, que apresentava o objetivo de vigiar e cercar os seus passos, velando a sua castidade, a maior virtude feminina naquela sociedade. “A própria circulação interna (da casa) atendia à preservação da virgindade da sinhazinha, à decantada honestidade da sinhá-dona, à morosidade de uma rotina por demais privada” (QUINTAS, 2008, p. 52).

Quanto à reclusão também das mulheres pernambucanas, ainda no início do século XIX, parece haver uma unanimidade nos relatos dos viajantes estrangeiros que estiveram por aqueles arredores, como os ingleses Henry Koster e Maria Graham e o francês Tollenare.

Pinho (2004, p. 42) apresenta um compilado desses relatos. Segundo ele, a senhora Graham “só pode ver as damas do Recife numa festa religiosa em que estavam quase todas vestidas de preto com sapatos brancos e fitas brancas ou de cores, e flores nos cabelos, um

manto de renda ou gaza preta ou branca”. Tollenare queixou-se da ausência de sociabilidade por parte das mulheres. Em todos os engenhos que visitou, observou que “as damas escondiam esquivas”. No período de dois dias em um engenho, não vislumbrou presença da família de seu anfitrião nem na mesa, nem nos salões. Em outro engenho, chegou inesperadamente e reparou em um bordado jogado ao chão de forma precipitada, denunciando a presença de uma dama que saíra do recinto bruscamente para não ser vista. Também nas residências das cidades, Tollenare diz que durante alguns meses que ficou em Pernambuco não viu uma só vez a alta sociedade. Já Koster assinalou que a maior sociabilidade entre as pernambucanas podia ser presenciada nas casas de veraneio. Nesses locais a alta sociedade tinha “seu maior divertimento; as festas de igreja em novenas e fogos davam ocasião para encontros e reuniões, raros na cidade” (PINHO, 2004, p. 42).

Com a chegada da corte portuguesa no Brasil, começa-se a observar uma valorização dos núcleos mais urbanos e algumas pequenas transformações podem ser assinaladas já na primeira metade do século XIX. Enquanto as grandes propriedades vão perdendo espaço para a valorização das cidades, a aristocracia rural migra para os sobrados, principalmente nas cidades do litoral nordestino, mais suscetíveis às influências europeias. Essas transformações também foram observadas pelos viajantes que passaram pelo Nordeste brasileiro:

Aquele medear entre 1809 e 1821 era um período de transição, bem assinalava Koster, com algum ressaibo de suspeição britânica. O desenvolvimento da riqueza apurava os costumes, crescendo o luxo e o conforto, mas para isso contribuía o comércio inglês pela “diminuição dos preços dos vestuários e a facilidade de adquirir por pouco dinheiro a louça, cutelaria, roupa branca, etc.” (PINHO, 2004, p. 44).

A partir daí as cidades de Pernambuco em nada deixavam a desejar quanto aos costumes de luxo e ostentação da Corte, no Rio de Janeiro. Com todas essas transformações no seio social dos modos e modas para as mocinhas e sinhás pernambucanas, foi possível vislumbrar algumas delas rompendo com as barreiras da servidão em que foram submetidas por mais de trezentos anos de colonização. Assim, aos poucos, o século XIX foi vendo despontar, timidamente, “um tipo de mulher mais instruída – um pouco de literatura, de piano, de canto, de francês, uns salpicos de ciência” (FREYRE, 1977, p. 109), substituindo a total ignorância da mulher do patriarcado rural.

A respeito da educação feminina na Bahia do século XIX, além de alguns poucos recolhimentos religiosos, veremos também uma nova modalidade adentrar as casas das elites agrárias e aristocráticas:

Um costume novo, ou de que não se tem notícia no século anterior, é a admissão nas casas ricas de “damas de companhia”, professoras, *institutrices* e *frauleins*, e também mestres, todos estrangeiros, especialmente ingleses, franceses e alemães. A influência desse elemento de ensino, disciplina e cultura no interior das famílias, transmudaria muitas usanças domésticas e em certos casos contribuía para diferente gosto artístico na decoração das casas, na escolha e estilos do mobiliário, tanto quanto nas maneiras da convivência social. A cultura maior, que só o elemento masculino ia buscar nas universidades, era agora traduzida ao elemento feminino dos lares por esses enviados do Velho Mundo. Fácil encontrar àquele tempo a *mademoiselle*, *miss*, *fraulein* em numerosos solares da Bahia, na cidade ou nos engenhos, mestras que tanto se ligavam, muitas delas, às famílias a que serviam, como se fossem parentes, que morreriam velhas nas velhas casas. Outras acabavam fundando colégios – Colégio Francês, Colégio Alemão... (HOLANDA et al, 1972, p. 291-292).

Essa nova orientação que algumas mulheres do litoral nordestino estavam tendo acesso nem sempre era bem vista aos olhos da sociedade e, principalmente, da própria Igreja Católica. Freyre (1977) assinala as severas críticas feitas por Padre Lopes Gama, crítico e jornalista pernambucano da primeira metade do século XIX. Para ele a boa mãe de família devia se ocupar com a administração da casa e o andamento de todos os afazeres sob os cuidados dos escravos, não deixando que nada saísse errado, zelando pelo conforto de toda a família. “Tudo devia ser fiscalizado pela iaiá branca, que às vezes não tirava o chicote da mão (FREYRE, 1977, p. 109).

Esse padre reforçava também a submissão da mulher patriarcal e não se conformava que estava surgindo

um tipo de mulher menos servil e mais mundano, acordando tarde por ter ido a algum baile; lendo romance, olhando a rua da janela ou da varanda; levando duas horas no toucador a “preparar a charola da cabeça”; outras tantas horas no piano, estudando a lição de música; e ainda outras, na lição de francês ou na de dança. Muito menos devoção religiosa do que antigamente. Menos confessorário. Menos conversa com as mucamas. Menos história da carochinha contada pela negra velha. E mais romance. O médico de família mais poderoso que o confessor. O teatro seduzindo a mulher elegante mais que a igreja. O próprio “baile mascarado” atraindo senhoras de sobrado (FREYRE, 1977, p. 110).

Embora esse tipo de mulher não representasse a regra no século XIX, mas a exceção, veremos que muitas, seja por espírito transgressor ou por benevolência paternal tiveram, de fato, acesso a essas transformações, como veremos figurar na obra literária de Délia. No entanto, ainda que essa atuação fora dos limites do lar continuasse na primeira metade do século XIX, foram consideradas insignificantes e sempre dotadas de puro sentimentalismo ou sensualidade, sendo-lhes negada uma participação efetiva nos grandes movimentos políticos e

científicos. Para os Oitocentos, o ideal de mulher continuava sendo aquela meiga, bondosa, caridosa, recatada e religiosa, centrada no universo doméstico e familiar.

Ainda sobre a região nordeste do Reino, porém com algumas características diversas das que compilamos em Recife e no Recôncavo Baiano, representados pelas mulheres de Gilberto Freyre, Miridan Falci (2015) desenvolveu um estudo acerca de outras mulheres das áreas mais ao interior, no sertão nordestino. Por meio deste estudo, podemos observar que a organização econômica e social em que essas mulheres se inserem, relatadas por essa autora, corrobora com o que foi explanado até aqui, alternando o cultivo agrário da cana-de-açúcar, no litoral nordestino, pelas grandes fazendas com plantações de algodão ou com a criação de gado, típicas do interior do Nordeste.

Hierarquias rígidas, gradações reconhecidas: em primeiro lugar e acima de tudo, o homem, o fazendeiro, o político local ou provincial, o “culto” pelo grau de doutor, anel e passagem pelo curso jurídico de Olinda ou Universidade de Coimbra, ou mesmo o vaqueiro. [...] Entre as mulheres, a senhora, a dama, dona fulana, ou apenas dona, eram categorias primeira. [...] Ser filha de fazendeiro, bem alva, ser herdeira de escravos, gado e terras era o ideal de mulher naquele sertão (FALCI, 2015, p. 242).

Simples no vestir, de modo recatado e sem ostentar muitas joias como as vizinhas litorâneas, as mulheres do sertão nordestino não possuíam atividades fora do lar. Como destino da maioria, “eram treinadas para desempenhar o papel de mãe e as chamadas ‘prezadas domésticas’ – orientar os filhos, fazer ou mandar fazer a cozinha, costurar e bordar” (FALCI, 2015, p. 249). A autora ainda relata que algumas mulheres viúvas ou oriundas de famílias menos favorecidas produziam algumas coisas para vender, como doces caseiros, flores artesanais, bordados, além de darem aulas de piano e solfejo, podendo, assim, ajudar no sustento dos filhos, que eram geralmente numerosos. No entanto, tudo devia ser feito às escondidas, pois aquela sociedade não via com bons olhos essas atividades femininas, acusando, diretamente, a incapacidade de seus maridos para o sustento da família ou ficavam difamadas por boatos maledicentes.

Não era comum também que as mulheres do sertão nordestino recebessem instrução. Claro que havia certas exceções. É o caso das escritoras nordestinas Amélia Bevilacqua¹, Nísia

¹ Amélia Carolina de Freitas Bevilacqua (Jerumenha, PI, 1860 – Rio de Janeiro, RJ, 1946) foi escritora, jornalista e pioneira na luta pelos direitos das mulheres no Brasil. Era a primogênita do desembargador Manoel de Freitas, magistrado e presidente das Províncias do Maranhão e Pernambuco. De família abastada recebeu uma educação diferenciada e dedicou-se à literatura, com a colaboração em diversos periódicos do Império e a publicação de vários livros. Ganhou ainda mais notoriedade após o seu casamento com Clóvis Bevilacqua, em 1884, um dos mais importantes juristas do país, membro da

Floresta² e Maria Firmina dos Reis³, entre as mais importantes mulheres de letras da região, que se destacaram nesse cenário, exemplos entre outras tantas que citaremos mais a frente.

Quando recebiam algum tipo de instrução, esta era ministrada em casa por professores particulares. Em grande parte, aprendiam apenas as primeiras letras e a assinar seus nomes. Elas não frequentavam escolas, como os rapazes. E, enquanto esses eram inseridos nas ciências, línguas, literatura e filosofia, “elas aprendiam a arte de bordar em branco, o crochê, o matiz, a costura e a música” (FALCI, 2015, p. 251).

Da mesma forma como vimos apresentando neste início da pesquisa, o casamento também era uma grande preocupação no sertão nordestino. Era o objetivo das mocinhas se ajeitarem em um casamento “acertado”, um compromisso familiar, acordado entre os pais quando os filhos ainda eram crianças. O enxoval das meninas era preparado a partir dos doze anos de idade, quando a mãe oferecia muitos conselhos às filhas, esboçando nelas um comportamento moderado de solicitude para com o esposo. Falci (2015, p. 256) ressalta que “inculcavam na vida feminina a noção da valorização da vida matrimonial e, ao mesmo tempo, imprimiam-lhe uma profunda angústia, caso ela não viesse a contrair casamento antes dos vinte e cinco anos de idade”.

Também era comum, por ocasião do casamento, que o pai da noiva adiantasse parte da herança da filha ao genro, que seria descontado da herança definitiva quando da morte do pai. Demais parentes presenteavam o casal com escravos ou “crias”, como vacas e cavalos. Vale

Academia Brasileira de Letras. Uma curiosidade sobre sua atuação é que ela foi a primeira mulher que ousou solicitar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, em 1930, o que foi negado pela sua condição feminina.

² Nísia Floresta Brasileira Augusta era o pseudônimo de Dionísia Freire Lisboa (Papari, atual Nísia Floresta, RN, 1810 – Rouen, França, 1885), é considerada a primeira voz feminista brasileira a se erguer contra os preconceitos da sociedade patriarcal. Lutou pela educação das mulheres, pelos indígenas, pela abolição da escravidão e pela liberdade religiosa. Atuou como educadora, escritora e poetisa brasileira, com protagonismo nas letras, no jornalismo e nos movimentos sociais. Inserida no contexto de sociedade patriarcal, em que a condição da mulher era muito limitado, foi a primeira figura feminina a publicar textos em jornais, na época em que a imprensa nacional ainda engatinhava. Também dirigiu um colégio para meninas no Rio de Janeiro e escreveu diversas obras em defesa dos direitos das mulheres, índios e escravos, envolvendo-se plenamente com as questões culturais de seu tempo através de sua militância sob diversas vertentes.

³ Maria Firmina dos Reis (São Luís, MA, 1822 – Guimarães, MA, 1917) foi poetisa, romancista, professora, compositora e folclorista. É considerada a primeira escritora negra do Brasil e a primeira autora de romance abolicionista em toda a língua portuguesa, com o romance *Úrsula* (1859). Também foi pioneira na denúncia da opressão a negros e mulheres no Brasil do século XIX. Afrodescendente, ficou órfã muito cedo, sendo criada por uma tia materna, que se dedicou à sua educação. Formou-se professora e exerceu, por muitos anos, o magistério, chegando a receber o título de "Mestra Régia". Participou da vida intelectual maranhense: colaborou na imprensa local, publicou livros e participou de antologias. Teve importante atuação na causa abolicionista, escrevendo um *Hino da Abolição dos Escravos*.

salientar que, mesmo esses presentes vindos dos familiares da noiva, cabia ao esposo o “poder marital”, podendo dispor desses bens conforme desejasse. Esse direito perduraria por muitos anos e só viria a ser revogado no início do século XX.

2.2 A PROVÍNCIA FLUMINENSE E A CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO

Diferente de outras regiões da colônia portuguesa, a província fluminense teve sua história marcada pela luta de ocupação do litoral entre portugueses e franceses, que culminou na vitória portuguesa e a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, que somente mais tarde daria seu nome também à Província.

Foram os franceses, em 1555, com Nicolas Duranddu Villegaignon, os primeiros ocupantes das terras da Guanabara. Os reconhecimentos anteriores, portugueses, não haviam levado à instalação de uma posição permanente, embora se verificasse a conveniência de uma ação nesse sentido, para impedir a façanha dos concorrentes, em particular os franceses. [...] A presença francesa na Guanabara, todavia, impulsionara a recuperação, motivando o nascimento de uma cidade, São Sebastião do Rio de Janeiro (1565), que desde logo se impusera como cabeça de um distrito que se consolidaria rápida e impetuosamente (HOLANDA et al, 1972, p. 315).

A partir de então, muitos núcleos urbanos foram surgindo no litoral fluminense, em terras divididas, principalmente, entre capitães portugueses que ajudaram a expulsar os franceses da região. O Rio de Janeiro se consolidou rapidamente como grande centro colonial, devido à posição estratégica em área central da Colônia e com grande potencial de desenvolvimento, por ser porta de entrada e saída de riquezas. Começou com a extração do pau-brasil no início da colonização e, mais tarde, protagonizou o escoamento das minas de ouro e diamantes das Gerais, a partir do século XVII. À margem dos caminhos que foram surgindo rumo ao interior, tanto para Minas Gerais, quanto São Paulo, construíram “ranchos, roças, estalagens e pequenas casas de negócios; nos pontos de passagem sobre cursos d’água, criaram-se, juntamente com os postos de fiscalização tributária, pequenos povoados, naturais para o vaivém das comunicações e das relações mercantis que se dinamizavam” (HOLANDA et al, 1972, p. 316).

Outro fator determinante para o progresso da Província foi a transferência da capital política da Colônia da cidade de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763, elevando a condição do Brasil de Colônia para Vice-reinado de Portugal. Isso fez com que a cidade do Rio de Janeiro

se tornasse muito mais “cosmopolita”, recebendo comerciantes e políticos de toda parte, não somente de outras províncias da Colônia, mas também muitos estrangeiros que por ali chegavam ao Brasil. Em paralelo à cidade, toda a Província se expandiu ainda mais, tendo passado pela economia açucareira na região de Campos dos Goytacazes, até o século XVIII, e depois vendo florescer sua riqueza por meio dos cafezais do Vale do Paraíba, no século seguinte.

Esta breve introdução histórica da Província Fluminense e da cidade do Rio de Janeiro serve de ponto de partida para começarmos a situar a presença das mulheres e a sua participação nessa sociedade. Para isso partimos dos estudos de um importante cronista do Rio de Janeiro, Luiz Edmundo (1949), que compilou os registros dos costumes daquela sociedade desde o período colonial. Para esse autor, a sociedade colonial que se formou no Rio de Janeiro seguia servilmente os moldes de Portugal da época, com um tanto de atraso. Afinal, estamos falando de uma sociedade colonial, inserida no modelo de colônia de exploração. Assim, quando pensamos no desenvolvimento social europeu por meio de um referencial parisiense do século XVII, como o salão da Marquesa de Rambouillet⁴, observaremos como Portugal, também potência europeia da época, estava atrasado.

A influência do salão de Rambouillet sobre o gosto, a moda, a literatura e até sobre o idioma de França, foi precisa e fecunda. E expandiu-se. Claridade, irradiou, rompendo fronteiras, mundo em fora, para levar a terras distantes a concepção daquela nova elegância que um lustre esplêndido de polidez e espírito dignificava e envolvia. Tinha nascido a arte de conversar. A civilização inventara-a, sorrindo (EDMUNDO, 1949, p. 37).

O autor continua afirmando que essas influências de civilização se espalharam rapidamente pela França, Itália, Inglaterra e Alemanha. No entanto, Portugal ainda estava sob a escuridão das perseguições religiosas e focado apenas na busca incessante pelo ouro. “Não podia, assim, posto nele refletir a nova luz emanada de França e que filtrava pelos Pirineus”. (EDMUNDO, 1949, p. 38). As notícias que se tem de Portugal pelos relatos dos viajantes, e que se observa como equivalente nos registros do Rio de Janeiro colonial, é que os portugueses

⁴ Catherine de Vivonne (1588-1665) tornou-se Marquesa de Rambouillet e foi uma mulher excepcionalmente criativa, no século XVII, na França. Apreciadora das artes em geral e fluente em vários idiomas, promoveu o primeiro salão literário em seu palácio parisiense, desempenhando importante influência sobre a língua francesa e a literatura de seu tempo. No seu salão, era grande o destaque que se dava às mulheres, ao contrário de outros que foram frequentados quase que exclusivamente por homens. Para tanto, Madame de Rambouillet dirigiu, com grande sucesso, um grupo de mulheres jovens, bem-nascidas, que animava os saraus com encanto e graça, contribuindo para difundir a primazia francesa sobre as regras de etiqueta para o mundo.

herdaram muitos preconceitos dos mouros e que para cá trouxeram. Entre eles, estava o que impunha a suas mulheres: “mantinha a esposa em cárcere privado, a espiar pelas frinchas de pau das gaiolas mouriscas, pobre ser escravizado e inculto, posto em ceva e que envelhecia como os coelhos, a comer, a dormir e a procriar” (EDMUNDO, 1949, p. 38). Essa privação da mulher aos espaços de sociabilidade faz com que a sociedade carioca do período colonial corroborasse para o tratamento de anulação imposto ao sexo feminino.

La Caille, importante abade do século XVIII, no Rio de Janeiro, descreve que a mulher carioca usava mantilhas, espécie de manto enorme que se formava assim: “um ângulo do pano caindo na altura do quadril, outro cobrindo a cabeça; os dois restantes correndo a linha dos ombros e cingindo-os. O necessário era que se lhes tapassem a cabeça” (EDMUNDO, 1949, p. 20). Essa anulação se dava, principalmente, com a cobertura total do corpo, propriedade irrefutável de seus maridos.

Os homens precisavam externar sua superioridade e jamais saíam à rua ao lado de suas mulheres. Quando houvesse necessidade da família sair, o marido ia sempre à frente da esposa, caracterizando a hierarquia daquela sociedade, pautada no modelo patriarcal. Primeiro ia o chefe de família a alguns passos à frente, seguido da sua mulher; depois vinham os filhos ou demais parentes e, por último, os escravos de estimação. Na sociedade do Rio de Janeiro do período colonial, observa-se, portanto, que não havia espaços de sociabilidade e, mesmo com a grande circulação de dinheiro que enriquecia aquelas famílias, pouco se empregava nos modelos conhecidos de civilização, como cultura e qualquer tipo de instrução capaz de orientá-lo. Havia luxo, porque havia muito dinheiro, mas sem espaços de sociabilidade, nem estruturas de mobilidades sociais.

Nós vamos encontrar por isso, a elite carioca, nos tempos da Colônia, ainda pelos fins do século XVIII e começo do XIX, carregada de sedas e joias, mas, no fundo, um agrupamento semibárbaro, mantendo, apenas, tímidas assembleias familiares abrigadas a solfa e a mote, entre padres tocadores de viola e velhos ranzinzas jogadores de gamão, o olho policial do *pater-familias*, em meio, implacável e atento, vigiando, cuidadosamente, o contato entre os dois sexos, salvando, de tal sorte, o que chamava a pudicícia e a honra das famílias (EDUMNDO, 1949, p. 40).

Nos últimos anos do século XVIII, o Rio de Janeiro, sob o comando dos Vice-reis progredira bastante devido à importância que eles tiveram nas operações de melhorias da cidade, graças às riquezas que ali circulavam. Essas mudanças só eram importantes num contexto colonial; se comparadas aos modelos de civilização europeias, a cidade do Rio de Janeiro, assim como todas as outras da Colônia, correspondiam a pequenos burgos coloniais. E

nessa sociedade, a mulher colonial exercia os papéis a ela reservados no âmbito de suas atividades domésticas, confinadas no ambiente da casa. Edmundo (1949) registra em suas crônicas o beija-mão do Marquês de Lavradio⁵, que recebia todos os notáveis da cidade: chanceler, ouvidor, ministros, religiosos e demais nobres. Entre todos eles, jamais foi notada a presença de uma única mulher.

Maria Beatriz Silva (1995), no estudo sobre as mulheres brancas no final do período colonial no Brasil, adverte que o estigma da mulher carioca criado pelos viajantes, de que ela vivia em constante ociosidade, desconsiderava aspectos importantes da formação social e as suas hierarquias correspondentes.

Esta visão distorcida não levava em conta a diversidade de situações nem a hierarquia social. Além disso, numa sociedade escravocrata como aquela que existia no Brasil, nem sempre haveria grande diferença entre a ociosidade das mulheres e dos homens. É que o conceito de trabalho incluía elementos específicos da sociedade colonial. Um deles é a gestão do patrimônio. Se a mulher geria seus bens, administrava os seus engenhos, supervisionava feitores e capatazes, ou se tinha a responsabilidade de um estabelecimento mercantil por morte do marido, estas atividades devem ser encaradas como trabalho do mesmo modo que o são quando era o homem a desempenhá-las (SILVA, 1995, p. 77).

A isso se acrescenta também o fato de os viajantes terem observado somente a mulher de elite da sociedade patriarcal do Rio de Janeiro que, em suas casas, possuía um séquito de escravas para desempenhar os principais serviços domésticos. Como observaremos mais à frente, principalmente com o processo de urbanização da cidade, veremos florescer uma maior atuação feminina, fora do âmbito estritamente doméstico, pontuando diversas atividades desempenhadas pelas mulheres no Rio de Janeiro.

Conforme já comentamos no início deste estudo, a configuração da Colônia sofreu mudanças importantes no seu desenvolvimento após a chegada da família real em 1808. Essas transformações seriam muito mais intensas na cidade do Rio de Janeiro, onde a Corte se instalou, mas todas elas ecoaram em novas movimentações pela Colônia de uma forma geral. Com a Corte em solo carioca e a transferência da administração de Portugal para a cidade do Rio de Janeiro, uma das primeiras alterações políticas ocorridas foi em relação ao comando da

⁵ Luís de Almeida Soares Portugal Alarcão Eça Melo Silva e Mascarenhas (1729-1790), aristocrata português, tornou-se o 2º Marquês de Lavradio, título por herança paterna. No Brasil foi governador da Bahia em 1768 e, no ano seguinte, em 1769, foi promovido a vice-rei do Brasil, indo para o Rio de Janeiro, promovendo importante desenvolvimento colonial e grandes alterações estruturais na cidade.

província Fluminense, que saiu das mãos do vice-rei e é diretamente submetida a D. João VI, rei de Portugal na época.

O vice-rei, como governante da capitania e principal autoridade local, deixava de existir. A cidade, de outro lado, não podia mais ter administração restrita ao seu governo municipal. Os tempos novos impondo, com a multiplicação de serviços, de tarefas, obrigações e iniciativas por parte do poder público, exigiam um aparelhamento burocrático que funcionasse de acordo com a mudança violenta que se registrava. O Rio deveria transformar-se, de pequeno burgo colonial, ponto insignificante no quadro geográfico, em metrópole real (HOLANDA et al, 1972, p. 323).

Com a chegada da Corte inúmeras transformações econômicas, sociais e culturais irão ocorrer na sociedade carioca daquele início de século, que vão movimentar bastante a vida das mulheres no Rio de Janeiro, tanto da mulher nobre quanto das brancas menos favorecidas, durante todo o século XIX. Uma das primeiras transformações, a partir da abertura dos portos do Brasil, se refere à civilização dos costumes, ao que também já apresentamos sob o conceito de reeuropeização de Freyre (1977), tão necessária para a cidade, capital do Reino, que convivía agora com os mais ilustres personagens das nações que mantinham relações com o Brasil. Esse processo civilizatório abrangeu todos os hábitos e costumes, desde a arquitetura da cidade, a mobília da casa, a indumentária, o comportamento e uma série de regras de etiqueta que iriam nortear a sociedade carioca daquele período.

A princípio, veremos que as alterações exteriores, mais visíveis, iriam se contrapor às transformações interiores, de caráter mais instrutivo e cultural. Assim, Edmundo (1949) apresenta algumas mulheres sob o olhar de mais viajantes da época. Rose Marie de Freycinet, francesa em visita ao Rio em 1817, destaca a clausura colonial das mulheres cariocas e como ainda estavam escravas do ciúme mouro de seus maridos, que permitiam muitas delas saírem apenas para ir à igreja, onde podiam ser observadas usando *toilettes* de baile, com vestidos decotados, como se tivessem se preparado para um grande sarau. Por outro lado, há registros de uma intensa vida social pela cidade, promovida principalmente pelos nobres que aqui chegaram junto à corte e pelos representantes diplomáticos de outras nações que vieram residir no Rio de Janeiro.

A cidade enobrecia-se de palácios, apuravam-se os costumes, amiudavam-se as ocasiões de festas e recepções, os ministros acreditados, de nações amigas, os comandantes e oficialidades de navios, que vinham em visita ao Brasil, recebiam homenagens e as retribuía com reuniões mundanas, de algumas das quais ficaram recordações [...] (PINHO, 2004, p. 5).

Corroborando com Pinho, encontramos várias citações referentes ao desenvolvimento da vida social e à abertura dos grandes salões aristocráticos:

Os salões, que se dignificavam pela apresentação luxuosa, eram um índice do refinamento da sociedade. Abriam-se constantemente e serviam para melhor difusão das novidades que chegavam da Europa. Os maiores do Império, corpo diplomático e os homens de negócio que cobiçavam ascensão social, frequentavam-nos e ali, muitas vezes, decidiam dos assuntos de vida pública do país, famosos já eram, então, os salões do Marquês de Abrantes, do Barão de Miriti, do Barão do Rio Seco, do Marquês de Baependi. A enumeração seria grande, estrangeiros procuravam também distinguirem-se, mantendo os seus salões, a que acorria a fina flor da nobreza do Império (HOLANDA et al, 1972, p. 340).

Aos poucos, a transformação social ia se irradiando da capital para outras províncias do Brasil. Desde a chegada de D. João VI e até o Primeiro Reinado⁶, a “aristocracia brasileira” foi crescendo abruptamente. Foram inúmeros os títulos concedidos a barões, condes, marqueses, entre outros, que se espalhavam, tanto pelas cidades, quanto pelas propriedades rurais. Com o grande poder aquisitivo que possuía, essa nova sociedade aristocrática propiciou a ostentação de uma vida de luxo, que aos poucos foi se assemelhando em muito à da França e Inglaterra, as duas grandes potências europeias que mais influências exerceram por aqui.

Dessa forma, as mulheres nobres terão uma posição de destaque na formação da sociedade, a ser empreendida com mais intensidade a partir da segunda metade do século XIX. A vida na corte e as transformações dos espaços urbanos de circulação, aos poucos, foram propiciando o rompimento com a clausura feminina e impondo à sociedade do Rio de Janeiro uma presença da mulher muito mais atuante. Não que essa mulher rompesse com o modelo patriarcal em que sempre esteve inserida, mas, no início do século XIX, foi possível encontrar brechas que a favoreciam. Um exemplo importante pode ser pontuado em relação à sua educação: Ainda que continuasse sendo preparada para o lar, agora ela não aprendia somente as primeiras letras. Essa nova moça da elite era preparada também para a vida na corte e para desempenhar a função de verdadeiras damas dos salões.

Num salão esmeram-se várias artes: a de receber ou preparar um ambiente de cordialidade e espírito; a de entreter a palestra ou cultivar o *humour*; dançar uma valsa ou cantar uma ária; declamar ou inspirar versos, criticar com graça

⁶ O Primeiro Reinado foi o período da história do Brasil iniciado a partir da independência em relação a Portugal, em 1822, sob a regência do imperador D. Pedro I, filho de D. João VI e de Carlota Joaquina. Estendeu-se até 1831, quando D. Pedro I abdicou do trono brasileiro em favor de seu filho, Pedro de Alcântara, futuro D. Pedro II.

e sem maledicência, realçar a beleza feminina nas últimas invenções da moda... (PINHO, 2004, p. IX).

Dessa forma, para empreender esse conjunto de habilidades, além das instruções primárias, as moças também aprendiam “música, dança, bordado, orações, francês e às vezes inglês”, e também um pouco de literatura, entre outros conhecimentos. As meninas herdeiras de famílias mais ilustres costumavam receber essa educação em casa, por meio de senhoras que dominassem — e pudessem ensinar —, principalmente, a língua francesa, “não só no traduzir como no falar dessa língua”. (FREYRE, 1964, p. 116).

Já em finais do Primeiro Reinado, intensificaram no Rio de Janeiro as escolas públicas sendo, porém, as da iniciativa privada melhor recomendadas, com vários internatos, dedicados não somente aos rapazes, mas já alguns para as moças oriundas de famílias mais abastadas. Em torno da educação surgiram outras oportunidades de atividades para as mulheres, que após a chegada da família real e a abertura dos portos, começaram a oferecer seus trabalhos como formadoras e orientadoras dessas mocinhas. Era o início do magistério como forma de atuação profissional, ocorrendo fora do âmbito das instituições religiosas.

Compilando anúncios de jornais da época, Silva (1995) apresenta vários relatos dessas novas oportunidades de atuação para as mulheres. Eram comuns anúncios de colégios para moças, inicialmente sob a tutela de mestras estrangeiras, em que se ensinava música, dança, desenho, costura e bordado, além de ler e escrever. Na verdade, essas prendas domésticas já faziam parte do repertório da educação feminina, mas, é importante salientar que, na época, a educação não estava apenas a cargo das mães dentro de casa. Também se operava em um espaço social “público”, no âmbito das ruas, onde muitos outros conteúdos, aos poucos, foram sendo incorporados.

Como exemplo, é interessante notar, nesse mesmo estudo, outro anúncio de uma portuguesa, oriunda de Lisboa, vivendo no Rio de Janeiro em 1813, informando que D. Maria do Carmo da Silva e Gama abriu “um colégio de educação onde se ensinava a coser, bordar, marcar, fazer toucados, cortar, e fazer vestidos, enfeites, lavar filós, fazer chapéus de palha e lavá-los, e outras miudezas pertencentes a senhoras”. (SILVA, 1995, p. 81). Para a autora, esse tipo de educação feminina refletia o que era ensinado às mocinhas casadoiras em Portugal, supondo que as senhoras cariocas se interessassem pelo mesmo aprendizado. No ano seguinte, em 1814, um anúncio na Gazeta do Rio de Janeiro “assumiu uma forma mais vaga, falando de um colégio de educação de meninas no qual as educandas sairiam perfeitas em todo gênero de educação”. O que Silva conclui é que no período de um ano, D. Maria observou que essas prendas do aprendizado feminino, comum em Portugal, “não eram bem vistas na Colônia onde

havia negras forras e escravas, e mesmo brancas das camadas mais populares para desempenharem tais tarefas” (SILVA, 1995, p. 81).

Para as mulheres menos favorecidas, não somente para escravas forras, mas também muitas brancas que precisavam trabalhar, a cidade oferecia uma grande variedade de atuação. Ela recebia muitos estrangeiros e esses não gostavam do trabalho escravo, empregando em suas casas muitas brancas e negras alforriadas. Assim, era comum encontrar mulheres sendo remuneradas por atividades domésticas em geral, como lavadeiras, arrumadeiras, cozinheiras, criadas e até amas de leite brancas no Rio de Janeiro de todo o século XIX. Existiam também as parteiras, devidamente regularizadas para desempenhar tal atividade. Muitas francesas vieram para o Rio de Janeiro, trazendo a moda de Paris para o Brasil e iniciaram a atuação de modistas e costureiras, empregando senhoras brancas, não somente na confecção das roupas e acessórios, mas também como atendentes nas inúmeras lojas que foram abrindo nas principais ruas da capital do Império, a exemplo da rua do Ouvidor.

A sociedade carioca foi se solidificando durante todo o Primeiro Reinado, a cidade cresceu, ampliaram-se os espaços de sociabilidade, as igrejas, os teatros, os passeios, entre outros.

O Rio de Janeiro desenvolveu-se enormemente depois de proclamada a independência. O viajante que chega e mal transpõe a garganta da barra, começa logo a ver bairros como os de Botafogo, Catete e Glória, que a uns bons anos atrás eram, apenas, espessos tufos de folhagem mas que ora já mostram construções de certo porte e de aceitável feitio. [...] O movimento pelo mar, outro sim, é bem grande. Chegam proas de todos os recantos do universo, naus francesas, alemãs, inglesas, espanholas, italianas, portuguesas... Carga que embarca e desembarca (EDMUNDO, 1949, p. 105-106).

Esta descrição do rápido desenvolvimento vivenciado pela cidade anuncia as grandes transformações que foram operadas a partir da segunda metade do século XIX. Além das transformações físicas e o processo de industrialização que irão mudar os meios de transporte, comunicação e toda a infraestrutura dos espaços da cidade, houve também reflexos dessas transformações nos aspectos de cunho civilizador, mais culturais. Desde 1808, a cidade fomentará a circulação de informações, com o surgimento da imprensa e a divulgação das notícias. A partir de 1850 crescerá o número desses periódicos, tratando de moda, literatura, anúncios e crônicas em geral. Ocorreu um grande avanço no sistema de ensino e o surgimento de uma elite intelectual e literária, ligada às artes, com ampla interação de romancistas, na formação de um público leitor, constituído por diferentes variantes, tendo uma parcela dessa

literatura consumida, inclusive, pelas mulheres. Foi nesse mesmo período que surgiu uma importante atuação feminina no Rio de Janeiro, primeiramente, publicando romances e participando das edições de muitos periódicos.

Por se tratar da sede do Império, a cidade do Rio de Janeiro concentrou o maior número de mulheres contribuindo com esses periódicos. Essa participação contava, inclusive, com escritoras que residiam em outras províncias do território brasileiro. Maria Thereza Bernardes (1989) realizou uma extensa pesquisa mapeando esta atuação feminina, tanto como colaboradoras quanto fundadoras de periódicos, pontuando os reflexos e as pautas desta atuação para a sociedade da época. O Rio de Janeiro foi o ponto favorito para a publicação de obras literárias mesmo para as cinquenta e quatro autoras que residiam fora da capital do Império (BERNARDES, 1989, p. 100).

Entre as inúmeras escritoras e jornalistas, que atuaram nos periódicos do Rio de Janeiro, podemos destacar alguns nomes importantes como o da escritora Josefina Álvares de Azevedo⁷, de Júlia Lopes de Almeida⁸ e de Narcisa Amália de Campos⁹.

Todo esse contexto ilustra a passagem do sistema patriarcal rural, que vimos falando ao longo desse estudo, para a formação de uma sociedade “menos enrijecida”, principalmente a

⁷ Josephina Álvares de Azevedo (18? – 19?), não há precisão sobre seus dados biográficos, inclusive uma confusão em relação à sua naturalidade, ora localizamos ser de Itaboraí no Rio de Janeiro, ora de Recife, Pernambuco. O importante é que grande parte de sua atuação literária ocorreu na Corte, atuando como jornalista, escritora e precursora do feminismo no Brasil. Em 1888, fundou o periódico *A Família*, em São Paulo, transferindo-o no ano seguinte para o Rio de Janeiro. Com o intuito inicial de facilitar às mulheres burguesas, auxiliando no dever de esposas e mães, o periódico, dois anos depois, assume a vocação de advogar a causa da emancipação feminina, recebendo a colaboração de muitas outras escritoras. Josefina defendia a educação da mulher como ferramenta essencial para a sua emancipação. Procurou estender a circulação do seu jornal por todo o país, viajando para isso às regiões Norte e Nordeste. Promoveu o sufrágio feminino, a partir do artigo *O direito ao voto*, de 1890 e, no mesmo ano, escreveu a comédia *O voto feminino*, encenada no Teatro Recreio Dramático.

⁸ Júlia Valentim da Silveira Lopes de Almeida (Rio de Janeiro, RJ, 1862 – Rio de Janeiro, RJ, 1934), foi um dos grandes nomes da atuação feminina na literatura brasileira do século XIX, sendo bastante pesquisada pela crítica feminista contemporânea. Autora de uma extensa obra literária, foi escritora, cronista, teatróloga e abolicionista, com uma produção que vai desde a literatura infantil a romances, crônicas, peças de teatro e matérias jornalísticas nos principais periódicos da época. Ainda participou da idealização da Academia Brasileira de Letras. Foi casada com o poeta português Filinto de Almeida e mãe dos também escritores Afonso Lopes de Almeida, Albano Lopes de Almeida e Margarida Lopes de Almeida.

⁹ Narcisa Amália de Oliveira Campos (São João da Barra, RJ, 1852 – Rio de Janeiro, RJ, 1924), foi professora na Corte, escritora e uma importante poetisa de sua época. Como jornalista, é considerada a primeira mulher a se profissionalizar no Brasil, tendo alcançado projeção em todo o país com artigos em favor da abolição da escravidão, na defesa dos direitos da mulher e dos oprimidos em geral. Colaborou na revista *A leitura* (1894-1896), entre outros periódicos. Escreveu muitos artigos de cunho feminista e republicano, combatendo, principalmente, a opressão da mulher e o regime escravista.

partir do Segundo Reinado¹⁰, favorecendo a atuação literária dessas mulheres, que mesmo silenciadas pelo cânone, tiveram importante papel nas letras daquele período e possibilitam estudos como este, sobre a obra de Maria Benedita Câmara Bormann, que analisaremos na próxima seção deste trabalho.

2.3 A PROVÍNCIA DAS MINAS: DO OURO, DO DIAMANTE E DA AGROPECUÁRIA

Na capitania de Minas Gerais, tivemos uma presença mais tímida de mulheres livres no início de sua colonização, visto que a grande importância das terras mineiras no cenário colonial se deu, principalmente, a partir de finais do século XVII e se intensificou durante o século XVIII, com a descoberta de ouro e diamantes. Segundo Luciano Figueiredo (2015) foram das distantes minas das gerais que vieram a segurança e a soberania de Portugal numa época de intensas disputas entre as principais nações europeias.

Assim, antes do início do século XIX, nosso recorte temporal para o objeto de estudo, não podemos deixar de perpassar o momento mais importante dessa região no fortalecimento de Portugal, por meio de suas riquezas naturais que atraíram a atenção de toda a Colônia, estabelecendo uma grande migração de muitos colonizadores ávidos pelo enriquecimento repentino, prometido pelas novas descobertas. Diante disso, cabe-nos apresentar as investigações acerca da participação das mulheres nesse processo, compilando historicamente sua presença nessa sociedade.

Para Figueiredo (2015, p. 142), em Minas Gerais, as mulheres “estiveram excluídas de qualquer exercício de função política nas câmaras municipais, na administração eclesiástica, proibidas de ocupar cargos da administração colonial que lhes garantissem reconhecimento social”. Isso corrobora com o papel da mulher na sociedade colonial do Brasil, reproduzindo o que se conhecia na Metrópole. Embora seja observada por esse historiador a presença de algumas mulheres proprietárias de terra nesse período, ele assinala uma participação de grande diferença em relação aos homens: de uma mulher para cada 35 homens que receberam sesmarias em Minas. “Mesmo assim, para que recebessem terras, além das exigências habituais

¹⁰ O Segundo Reinado no Brasil durou de 1840, com a declaração de maioria de D. Pedro II, até 1889, com a queda da monarquia e a proclamação da república. Essa foi uma época de grande progresso cultural e de grande significância para o Brasil, com o crescimento e a consolidação da nação brasileira como um Império independente e como importante membro entre as nações americanas. Ocorreram mudanças profundas na esfera social, como a gradativa libertação dos escravos e o incentivo da imigração europeia para se juntar à força de trabalho brasileira. Nesse período, houve a expansão da urbanização das grandes cidades e a construção das estradas de ferro, além da introdução dos telégrafos elétricos que interligavam as províncias brasileiras e demais países sul-americanos.

que se fazia aos homens, como possuir número considerável de escravos, das mulheres era exigido o consentimento do pai ou do marido” (FIGUEIREDO, 2015, p. 143). Sua “independência” estaria sempre submetida à chancela de uma figura masculina.

Por outro lado, é possível observar uma maior participação econômica e social das mulheres em Minas Gerais, principalmente nas camadas menos favorecidas, onde sua presença se tornava muito mais expressiva, atuando em diversos setores, tradicionalmente reservados a elas, como cozinheiras, costureiras, fiandeiras, rendeiras, doceiras e também parteiras. Isso mudou um pouco, quando confirmamos uma atuação mais forte de outras mulheres como roceiras em pequenas propriedades, atividade geralmente desempenhada pelos homens, mas que em Minas Gerais, principalmente na passagem do século XVIII para o XIX, com o declínio da mineração, passa a ser exercida fortemente por elas. Assim, era comum encontrar “mulheres criando gado, aves, produzindo queijos, aguardente e pão” (FIGUEIREDO, 2015, p. 143). Diversos relatos de viajantes do século XIX sobre a província de Minas Gerais apresentam essa atuação feminina no setor agropecuário, indo em desacordo com a percepção da mulher reclusa ao lar, ocupada apenas com os afazeres domésticos, pontuados em outras áreas da Colônia.

A busca pelo ouro e pedras preciosas em Minas Gerais possibilitou uma conturbada colonização de caráter mais urbano por meio da formação de muitas vilas, nas cercanias do caminho de escoamento dessas riquezas até o porto de Parati, no Rio de Janeiro. Nesses espaços urbanos, desenvolvidos sem nenhum planejamento, carentes de quase tudo e desprovidos de organização social, observamos uma província tão rica, mas, ironicamente, composta por uma população bastante pobre quando comparadas às grandes famílias patriarcais do nordeste brasileiro. Nesse cenário, veremos florescer muitas atividades desenvolvidas por mulheres em busca de seu próprio sustento e de sua família, em muitos casos, recebendo o aval do chefe da família, marido ou pai.

Foi comum na Vila Rica¹¹ do século XVIII a expansão de pequenas vendas e tabernas comandadas por mulheres, em grande parte negras forras, em um ambiente marginal e de circulação de todo tipo de gente. “Nas vendas, muitas delas dirigidas por mulheres, diferentes grupos sociais se reuniam para beber e se divertir; em seu interior escondiam-se atividades escusas como contrabando de ouro e pedras, abastecimento de quilombos e prostituição”

¹¹ Atual cidade de Ouro Preto, Vila Rica foi a capital da Província de Minas Gerais desde 1720 e ficou muito conhecida por ser a sede da Inconfidência Mineira. Devido à sua importância econômica para a Colônia, com a extração do ouro, recebeu de D. Pedro I, em 1823, o título de Imperial Cidade de Ouro Preto, tendo se tornado um importante centro urbano em Minas Gerais. Continuou sendo também a capital do atual Estado mineiro até 1897, quando então, perde o posto para a recém-criada Belo Horizonte.

(FIGUEIREDO, 2015, p. 153). Aliás, a prostituição em Minas Gerais foi um problema muito sério em torno das atividades de mineração, em que muitas negras e mulatas, cativas ou forras, se viam obrigadas a sucumbir, seja por imposição de seus proprietários, enquanto escravas, como mais uma fonte de exploração escravagista, ou por necessidade de sustento para mulheres alforriadas.

Se o binômio miséria e exclusão do mercado de trabalho transforma o cotidiano da sobrevivência das mulheres num verdadeiro inferno, oferece também a medida exata de sua enorme capacidade de luta e resistência naquela sociedade. Muitas mulheres precisaram adotar a prostituição como estratégia de sobrevivência e manutenção de suas unidades domésticas. Também homens, incapazes de prover seus lares como pais ou padrastos, negociavam suas filhas e dependentes (FIGUEIREDO, 2015, p. 163-164).

A verdade é que, numa sociedade composta por muitos aventureiros que ali se encontravam de passagem, essa prática fez crescer, tanto nas principais cidades como Vila Rica e Tijuco¹², como em outras vilas, a exemplo de Barbacena e São João del-Rei, uma atividade que proporcionou um grande número de crianças enjeitadas e homens arruinados, fruto dessa miséria social, que representava a prostituição em solo mineiro.

Ainda a respeito da prostituição, numa outra ponta dessa atividade, vale ressaltar a título de curiosidade, que oriundo dela tivemos duas expoentes “personagens” femininas da história mineira do século XVIII e XIX: Chica da Silva, no Tijuco, negra que viveu em concubinato com o contratador de diamantes João Fernandes de Oliveira, mais rico súdito da coroa portuguesa, levando vida de rainha; e a cortesã Anna Jacintha de São José, de Araxá, conhecida como Dona Beja, que teve influência política junto ao ouvidor Dom Joaquim Inácio Silveira da Mota, na reintegração do Triângulo Mineiro à jurisdição de Minas Gerais, em 1816. Ambas foram biografadas, com suas histórias romanceadas em registros do escritor mineiro Agripa Vasconcelos sob os títulos *Chica que manda* (1966) e *A vida em flor de Dona Beja* (1957).

Mas, além dessas exceções, nos perguntamos: onde estavam as mocinhas e sinhás nas terras de Minas Gerais? Grande parte da história mineira tem origem nos relatos dos viajantes estrangeiros que visitaram as diferentes regiões dessa província tão grande em extensão territorial. Aliás, esse fator oferece uma enorme oscilação entre o perfil social, econômico e cultural, apresentando variações também na atuação das mulheres mineiras dessas regiões. Não podemos pensar na presença dessas mulheres no seio da família mineira sem entender as

¹² Atual cidade de Diamantina, o Tijuco foi outro importante centro urbano mineiro do período colonial, desenvolvido graças à descoberta de diamantes que, junto à extração aurífera, representou uma das maiores riquezas da Colônia.

relações de casamento nessa província. Por se tratar de instituição bastante onerosa naquela época, as uniões consensuais dominavam grande parte da Colônia e mais ainda nas cidades mineiras, caracterizadas por uma população flutuante e transitória de diversas origens. O viajante francês Auguste de Saint-Hilaire fez este registro em suas viagens a Minas:

Uma das causas que contribuem principalmente para o empobrecimento dessa capitania é o desprezo que aí se tem pelos laços de família. Os casamentos lá são raros, e levados a ridículo, o que provêm, claramente, da imoralidade dos antigos colonos. Os brancos vivem na devassidão com mulheres de cor e índias; interessam-se pouco pelos filhos que nascem dessas uniões momentâneas, e não procuram aumentar um patrimônio que devem deixar a colaterais. Suas amantes, sabendo que não podem contar com uma longa afeição, tratam de se aproveitar do ascendente que exercem sobre eles, e acabam de arruiná-los (SAINT-HILAIRE, 1974a, p. 238).

Por todo o século XVIII, a Igreja católica tentou regular a vida em família, repreendendo as uniões ilegítimas, visando uma tentativa da própria Coroa Portuguesa em manter seu poderio nas mãos de “raças puras”, expressa pelos brancos portugueses. Outra grande dificuldade para isso era a existência de poucas mulheres nessas condições em solo mineiro, multiplicando a mestiçagem entre homens brancos e mulheres negras e ou mulatas.

Observamos a presença da mulher aristocrática mais nas dependências dos lares responsáveis pela administração das cidades, como dos intendentess, alferes e outras patentes representantes do poder de Portugal. Novamente nos relatos de viagem de Saint-Hilaire, encontramos nas regiões mais ricas de Minas, como o Tijuco, a presença de mulheres representantes de uma elite com maior sociabilidade.

[...] chegamos enfim à capital do Distrito dos Diamantes. Como procediam a reparos no edifício da Intendência o Sr. da Câmara tinha sido obrigado a passar para uma casa que apenas dava para sua família; fui então hospedado em um prédio outrora habitado pelos intendentess do Distrito, mas as refeições eu ia fazer em casa do Sr. da Câmara [...]. A senhora da Câmara, mulher de modos distintos, fazia as honras da casa. Ela e suas filhas não se escondiam nunca; comiam conosco e, adotando os hábitos europeus, admitiam o convívio dos homens (SAINT-HILAIRE, 1974a, p. 32).

Em outros relatos de suas viagens, por volta do ano de 1816, Saint-Hilaire (1974b) registra o contrário na cidade de Vila Rica. O naturalista pontua a ausência da sociabilidade feminina, dizendo ter tido apenas uma oportunidade de observá-las em uma noite de baile no palácio do governador, reafirmado os modos da mulher aristocrática mineira não deixar a desejar aos das europeias: dançaram, tocaram e cantaram, proporcionando uma noite muito

agradável. No entanto, nos dias seguintes, em tantas visitas feitas aos maridos, não mais avistou sequer uma dessas senhoras em suas casas. Registrou que as sinhás e mocinhas de Vila Rica não se exibiam frequentemente.

Apesar da Igreja não conseguir manter a tutela de toda a constituição familiar em Minas Gerais, observamos que a influência religiosa foi muito grande na difusão dos valores cristãos, o que corroborava para o pensamento da mulher virtuosa e recatada, submissa ao marido conforme observado em toda a Colônia. A maior movimentação social girava em torno das festas religiosas, tanto nos domínios urbanos quanto nas fazendas. Era nessas festividades que as mulheres mineiras mais se mostravam na sociedade.

Com o declínio do ciclo do ouro, já entrando no século XIX, houve uma transformação na economia mineira por atividades que aconteciam paralelamente, quando os proprietários de terra que ali haviam se estabelecido tiveram que reinventar para permanecerem em seus domínios. Assim, Minas Gerais, que se desenvolveu em função da extração aurífera, teve que adaptar suas atividades econômicas para a agricultura e a pecuária. Foram muitos os fazendeiros no início do século XIX que fizeram fortuna com essas atividades, voltadas tanto para a subsistência interna da própria Província, quanto para abastecer às necessidades de consumo de gêneros alimentícios outras regiões do Reino, como a corte do Rio de Janeiro e a província de São Paulo.

Diferente do que vimos até aqui, em Minas foi muito comum, no século XIX, encontrar mulheres como chefes de famílias. Embora isso tenha ocorrido em famílias com menos recursos, há relatos históricos de grandes sinhás gerindo os negócios com mãos de ferro. Um caso conhecido e objeto de muitos estudos é o de Joaquina Bernarda da Silva de Abreu Castelo Branco, casada com o Capitão Inácio de Oliveira Campos e que se tornou uma grande matriarca da passagem do século XVIII para o XIX em Minas Gerais, ficando conhecida como Dona Joaquina de Pompéu, também biografada e romanceada por Agripa Vasconcelos, como *Sinhá Braba* (1966).

Em meados de 1790, Dona Joaquina administrava cerca de dez fazendas na região da Vila de Pitangui e na Vila de Paracatu do Príncipe, além disso, cuidava da comercialização dos produtos de suas fazendas. [...] Desde o início do casamento percebemos que Dona Joaquina auxiliava seu marido no trato das propriedades, no entanto, é a partir da mudança para a fazenda do Pompéu que a matriarca passa a cuidar com maior autonomia dos negócios da família. Em 1795 capitão Inácio é acometido por uma doença e fica de cama até o seu falecimento em 1804. Após o falecimento do marido Dona Joaquina não contraiu segundas núpcias, viveu sozinha até 1824 quando faleceu (OLIVEIRA, 2011, p. 3).

Era recorrente, em Minas, que as mulheres viúvas continuassem os negócios do marido após seu falecimento, prosperando na missão de chefiar a casa e gerenciar os bens da família. Essas mulheres, ao assumirem o comando dos negócios na ausência da figura masculina, não abdicavam de suas atividades na administração do lar, nem no cuidado com a educação dos filhos. Foram essas características que destacaram em histórias como a de Dona Joaquina e que se repetiam em muitas outras regiões da província. Alguns estudos têm apontado que na Zona da Mata Mineira, durante o século XIX, algumas fazendas prosperam com o cultivo de café, sob a responsabilidade de muitas sinhás viúvas, corroborando com o conceito de matriarcado apresentado por Freyre (1977), ainda que de forma bastante isolada.

A cidade do Paraibuna da primeira metade do século XIX, atual Juiz de Fora, oferece dois exemplos dessas matriarcas, ambas na família dos Ferreira Lage. Uma delas foi a Baronesa de Sant'Ana (?-1870), mãe de Mariano Procópio Ferreira Lage, um dos responsáveis pela construção da Estrada União Indústria, ligando Petrópolis a Juiz de Fora.

Conhecida entre os sobrinhos pelo apelido “Tia Maria Gorda”, ela é o exemplo cabal da mulher oitocentista das ilustres famílias proprietárias de terra, a aristocracia rural do Brasil no século XIX: concentrou suas forças no cuidado com a família e, na viuvez, com a administração da Fazenda Fortaleza de Sant'Ana. Fazenda próspera (dedicada às culturas do café e cereais, e à pecuária), cuja produção obteve medalhas em exposições nacionais e estrangeiras (GOMES, 2009, p. 36).

Assim como a Baronesa de Sant'Ana, sua nora Maria Amália Coelho de Castro Ferreira Lage (1834-1914), oriunda de importante família da elite do café fluminense e esposa de Mariano Procópio Ferreira Lage, também assumiu os negócios da família após a morte do marido.

A sua vida foi dedicada aos cuidados com a família, à filantropia, à sua aptidão para a música e para a pintura. No seio da elite juiz-forana ela brilhou no solar de seu marido, um dos locais mais interessantes de nossa cidade da época que, a partir de 1861, tornou-se cenário de encontros sociais e artísticos frequentados também por estrangeiros. A morte de seu marido, em 1872, obrigou-a a gerenciar diretamente o patrimônio familiar e a educação dos seus dois filhos ainda vivos, Frederico e Alfredo, a qual foi completada na Europa, residência dessa pequena família por alguns anos antes de retornarem para Juiz de Fora (GOMES, 2009, p. 36-37).

Esse perfil de mulher na província de Minas Gerais representa algumas das mudanças que serão um pouco mais acentuadas a partir da segunda metade do século XIX, quando será possível observar, tanto na elite agrária, quanto nas famílias urbanas, muitas mulheres

recebendo um tipo de educação, antes privilégio apenas do sexo masculino. Isso possibilitou uma formação feminina mais atuante do que vimos apresentando até agora, principalmente com ecos oriundos da Corte do Segundo Reinado.

Entre as mineiras também localizamos muitas mulheres de destaque, que contribuíram com as letras naquela Província, sendo a maioria delas também silenciada pela cânone literário. Sobre essas escritoras mineiras a mais conhecida talvez seja a poetiza Bárbara Heliodora¹³, com uma atuação mais presente ainda no século XVIII, mas também podemos citar a herdeira dos Brandão, Beatriz Francisca de Assis Brandão¹⁴, cuja família se tornou bastante conhecida em Minas devido às estreitas relações com a família imperial e Emília Augusta Gomide Penido¹⁵, grande colaboradora do *Jornal das Famílias*.

2.4 A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO

Assim como em Minas Gerais, observamos na província de São Paulo a presença acentuada da atuação feminina no processo histórico de sua formação, com maior participação das classes menos favorecidas – que representavam forte expressão na força de trabalho – do que pelas elites agrárias, que começaram a se destacar somente a partir do século XIX, com o cultivo do café.

Esse processo histórico se deve principalmente à constante ausência masculina, quando as ocupações do interior levavam os homens às expedições, entre os séculos XVII e XVIII, e depois no trabalho como intermediários comerciais em outras partes da Colônia, no início do século XIX.

¹³ Bárbara Heliodora Guilhermina da Silveira (São João Del Rei, MG, 1759 – São Gonçalo de Sapucaí, MG, 1819) é considerada a primeira poetisa brasileira, também foi mineradora e ativista política, tida como uma das musas e heroínas da Inconfidência Mineira. Perdura na memória brasileira por ter sido esposa do poeta árcade Inácio José de Alvarenga Peixoto, companheira que o teria apoiado na idealização do plano da conspiração mineira. Publicou *Conselhos a meus filhos*, doze sextilhas incluídas nas *Obras poéticas* de Inácio de Alvarenga Peixoto, reunidas pelo historiador Norberto de Sousa Silva, em 1865.

¹⁴ Beatriz Francisca de Assis Brandão (Vila Rica, atual Ouro Preto, MG, 1779 – Rio de Janeiro, RJ, 1868) dedicou-se à poesia, à prosa e à tradução. Escreveu cerca de 500 páginas de poesia que são, ainda hoje, desconhecidas. Participou intensamente da vida social, cultural e política de Ouro Preto e do Brasil de sua época, tendo publicado também em periódicos da Corte. Dirigiu em Vila Rica um educandário exclusivo para meninas.

¹⁵ Emília Augusta Gomide Penido (Vila Rica, atual Ouro Preto, MG, 1840 – 1886, na mesma cidade), de renomada família mineira, Emília teve uma educação cuidadosa, com forte cunho religioso, o que fica muito claro em sua atuação literária. Foi colaboradora do periódico *Jornal das Famílias*, no Rio de Janeiro, onde escreve nas seções *História, Romances e novelas, Poesias*, entre outros, mantendo sempre um teor religioso.

Em um importante estudo a respeito do cotidiano e das relações de poder em terras paulistas, a partir do final do século XVIII até a abolição da escravidão, Maria Odila Dias (1995) registra que muitas mulheres, até então anônimas, ganharam voz e emergiram como protagonistas do processo de construção histórica e social da Província. Vale ressaltar que essa construção não foi estampada nos documentos históricos, mas capturada nas entrelinhas e, principalmente, na tradição oral insinuada para os registros da Câmara Municipal da cidade de São Paulo.

A urbanização de São Paulo não envolveu, de imediato, a ascensão social de uma burguesia europeizada, nem a formação de uma classe de assalariados livres. Entretanto, a multiplicação de mulheres pobres, escravas e forras, sobrevivendo do artesanato caseiro e o pequeno comércio ambulante, faz parte da consolidação da economia escravista de exportação e do processo, concomitante, de concentração das propriedades e da renda (DIAS, 1995, p. 15).

Assim, teremos essas mulheres desempenhando os ofícios mais desvalorizados, voltados às atividades de subsistência e outras de menor valor, caracterizadas por informais e menosprezadas pela própria sociedade local mais abastada. As mulheres que viviam nas cidades, inicialmente nos bairros mais centrais, geralmente atuavam como costureiras, lavadeiras, cozinheiras, quitandeiras e em todo tipo de comércio ambulante. As que moravam nas cercanias da cidade geralmente eram roceiras e ficavam responsáveis pelo “comércio mais pobre e menos considerado que era o dos gêneros alimentícios, hortaliças, toucinho e fumo [...]” (DIAS, 1995, p. 23). Essa informalidade crescia muito, pois os empregos formais, como balconistas de lojas, costureiras e fiandeiras em fábricas, quase não as contemplavam. Sua atuação estava geralmente numa vivência marginal, fazendo seus pequenos trabalhos na esfera de suas pobres casas. Apenas poucas conquistavam algum recurso e conseguiam abrir seus próprios negócios, enquanto a maioria dessas mulheres mal fazia para a sua sobrevivência.

Essa tradição de mulheres pobres e em grande número na província de São Paulo, muito se deve, desde o século XVII, ao processo de mineração nas regiões de Minas, Goiás e Mato Grosso, para onde se deslocaram grande parte da população masculina, deixando as mulheres sozinhas em solo paulista, na retaguarda do povoamento. Importante ressaltar que, enquanto em Minas Gerais a presença feminina nas atividades informais era exercida por mulatas e negras forras – visto que foi uma província com pouca concentração de mulheres brancas (portuguesas) no contexto do povoamento –, em São Paulo temos uma atuação inversa, com maior participação de mulheres brancas nesse processo, que se tornaram empobrecidas, excedentes

das camadas mais elevadas entre os colonizadores. Isso se agravou ainda mais por um processo inerente a quase todo o território da Colônia, marcado por forte estagnação econômica nos primeiros anos do século XIX, e que, “em São Paulo, mais especificamente, redundava numa multiplicação de brancas sem dotes, que viviam em casamentos de uso costumeiro ou sucessivos concubinatos, muitas delas como mães solteiras” (DIAS, 1995, p. 33).

No período da Independência do Brasil, em 1822, a situação da migração masculina já estava se estabilizando, porém, novamente grande contingente de homens foram recrutados no Primeiro Reinado para participação militar na Guerra do Prata¹⁶. Muitos desses homens quando voltavam, se estabeleciam em outras regiões da Província, envolvendo-se em novas ligações descompromissadas. Por último, Dias (1995) ainda acrescenta mais um fator agravante, que era as uniões com grande diferença de idade entre os pares. Homens bem mais velhos, cerca de mais de vinte anos que as mulheres, multiplicando o número de mulheres precocemente viúvas e, conseqüentemente, sós.

Todos esses fatores, de acordo com Dias (1995), contribuíram para uma atuação feminina em muitas outras atividades consideradas mais apropriadas aos homens. Assim, encontramos nos registros mulheres tropeiras; outras roceiras, campeando carros de bois e trazendo lenha para as casas e pedras para o calçamento da cidade; como jornaleiras; atuavam também nas construções públicas; no conserto de estradas; derrubando mato, muitas vezes, vestidas como homens.

Em outra ponta da sociedade, tão menos expressiva que esse universo feminino do trabalho das ruas, encontramos também as classes mais abastadas. No início do século XIX, eram representadas pelas esposas dos dirigentes administrativos e da milícia. A partir da segunda metade do mesmo século, graças ao cultivo de café, que trouxe a São Paulo o desenvolvimento econômico que a colocaria, finalmente, na dianteira de todas as províncias do Império, representadas pelas sinhás da elite cafeeira paulista.

Embora a sociedade agrária paulista estivesse muito aquém das representações de luxo e ostentação há muito observadas nos engenhos nordestinos, encontramos relatos e muitos registros de uma formação social de mulheres, inclusive da elite aristocrática, que se fortaleceu

¹⁶ Também conhecida como Guerra contra Oribe e Rosas, a Guerra do Prata foi um episódio que durou de agosto de 1851 a fevereiro de 1852, numa longa disputa entre Argentina, Uruguai e Brasil pela influência do Paraguai e hegemonia na região do Rio da Prata. Esse conflito foi importante para o Brasil, já que na época enfrentava-se a vontade do Rio Grande do Sul de se separar do país, mas com esse Estado participando ativamente, fez com que se integrasse de vez ao território nacional. Além disso, provou a hegemonia do Brasil na América do Sul e a sua estabilidade política e econômica.

a partir do Primeiro Reinado, composta de damas e mocinhas, que despertaram o interesse dos inúmeros viajantes estrangeiros que por lá passaram.

Pinho (2004) também oferece um excelente compilado das visões desses viajantes acerca da sociedade paulista e como enxergaram suas senhoras. O médico sueco Gustavo Beyer, em 1813, relatou que eram muito educadas em suas conversas, trajavam-se de maneira simples, sem muita ostentação, mas com gosto apurado. Usavam flores nos longos cabelos negros, que ornavam de forma pitoresca. “Canto e música eram talentos comuns que revelavam com a mesma graça e facilidade, mostrando-se desembaraçadas ao piano, na harpa e na guitarra” (PINHO, 2004, p. 54). Em um baile oferecido por esse viajante em retribuição à hospitalidade encontrada entre os paulistas, teve nas senhoras Maria Loureiro e Mariana Velasco de Portugal a realização das honras da casa, as quais, no intervalo das danças, executaram “lindos trechos do grande compositor do Rio de Janeiro, Sr. Marcos Portugal, modinhas brasileiras, e outras músicas e cantos bonitos” (PINHO, 2004, p. 56).

O alemão Carl Friedrich Philipp von Martius visitou São Paulo em 1818, registrando ainda pouca influência europeia, mas um esmero com a limpeza da casa. A respeito das paulistas teceu muitos elogios, dotando-as de ingenuidade e bondade. Travavam uma conversação “jovial e natural” e, por vezes, fazendo uso de comentários descontraídos e engraçados. Completa que não podiam ser consideradas levianas, “embora a sua conversação faça vivo contraste com o modo mais requintado de suas antepassadas europeias, a quem a severa etiqueta não permitiria expansões ingênuas” (PINHO, 2004, p. 57).

O francês August de Saint-Hilaire também passou por São Paulo, em 1819, registrando a beleza das poucas casas da elite, tanto do lado interno quanto externo. Em relação às mulheres, ao contrário dos outros viajantes, reclamava da reclusão que se submetiam as paulistas:

Parece que em 1819 e 1820 não havia em São Paulo muito mais sociabilidade que em outras cidades do interior do país, e que as mulheres pouco se deixavam ver. Durante minha estada na cidade, via as principais autoridades locais e muitas pessoas me visitaram; entretanto, não fui convidado por quem quer que fosse para festas e jantares, e não tive oportunidade de ver nenhuma senhora paulista (PINHO, 2004, p. 58).

O motivo de Saint-Hilaire apontar a reclusão das paulistas se deve, principalmente, ao fato de que elas não frequentavam as ruas, nem iam às poucas lojas. Estavam mais presentes no domínio doméstico, porém participavam dos bailes e demais comemorações, onde podiam desfrutar de maior sociabilidade entre os convidados.

Nos princípios do século XIX, São Paulo já capital de certa importância, com alguns sobrados, sucursal do Banco do Brasil, teatro, boas chácaras, lojas tão bem sortidas quanto as da Corte – suas senhoras não apareciam às visitas. Do mesmo modo que no interior de Minas, as mulheres da cidade de São Paulo desapareciam, ao se anunciar visita de homem, nas sombras da camarinha ou entre as plantas ou as palmas dos jardins – os jardins por detrás das salas ou no centro das casas, que eram também lugares tabus, lugares da maior intimidade, onde as mulheres podiam tomar fresco sem ser vistas da rua ou por estranhos (FREYRE, 1977, p. 38).

Dias (1995) justifica a reclusão das paulistas por duas razões: a primeira está relacionada à estrutura urbana da cidade e a outra se refere às relações de *status* e poder estabelecidas naquela sociedade. Para essa autora, o espaço urbano era precário, com ruas mal calçadas, dificultando muito o caminhar das senhoras. Havia muito lixo amontoado nos muros das casas e a rua era local de escravos domésticos em constante circulação, os quais provocavam arruaças e brigas violentas, o que representava perigo à integridade dessas senhoras. A segunda razão é que “havia uma hierarquia rígida do espaço social, e a peculiaridade dos poucos e raros senhores da terra era quase nunca aparecer em público: passavam a vida entre muros, visitando-se uns aos outros, em rituais elaborados de pares e iguais” (DIAS, 1995, p. 97). Esses costumes somente cederiam espaço para uma vivência mais elitizada a partir da segunda metade do século XIX, com o advento dos barões do café e a expansão do espaço urbano e de sociabilidade, com comércio, teatros, escolas e a construção de muitos palacetes na cidade de São Paulo.

As observações pontuadas demonstram que as mulheres da aristocracia paulista recebiam algum tipo de educação que as preparavam para a vida dos salões, pois eram destinadas a acompanhar seus maridos nas missões de receber, exigência dos cargos de governantes e administradores. Até aqui pouco se acrescenta em relação ao que viemos compilando: tanto a oposição observada entre a mulher empobrecida e a sinhá, quanto o seu papel como esposa na família, refletia o que a própria sociedade esperava delas.

Uma curiosidade encontrada em relação aos espaços de sociabilidade para a mulher em São Paulo, é que, desde o processo de colonização no século XVII, além do interior de seus lares, muitos conventos e recolhimentos de mulheres surgiam como opção de refúgio para as classes dominantes, onde certamente recebiam uma educação que, em grande parte, lhes era renegada.

Em São Paulo, foram fundados, a partir de 1687, primeiro o de Santa Tereza e, em 1773, o da Luz. Acolhiam herdeiras bem dotadas e eram foco, como no Rio, de vida social intensa com escravaria e festas. Os recolhimentos também recebiam mulheres leigas dos principais da terra, que se separavam dos

maridos, assim como sinhás rebeldes, que resistiam aos arranjos familiares de casamento (DIAS, 1995, p. 98).

Também como em Minas Gerais, encontramos na formação histórica de São Paulo, muitas matriarcas que se distinguiram de suas contemporâneas pela envergadura de sua atuação no cotidiano do meio social de que faziam parte. Essa atuação era permitida em grande parte, em função da instituição das uniões formalizadas. O controle dos casamentos das paulistas corroborava com a perpetuação das famílias mais abastadas, por meio de arranjos que mais pareciam acordos de propriedades e negócios. Isso confirmava a continuidade do *status* social e das relações de poder que essas famílias exerciam na administração pública, por meio da política, na influência local e no entorno de suas propriedades.

Mal transparecem de suas petições e requerimentos, sobrecarregados de termos convencionais, de respeito às tradições e ao marido, como chefe formal de família, os seus papéis concretos de administradoras, proprietárias, mulheres de negócio. Quando ficavam viúvas, nos processos de herança, requeriam formalmente a tutoria dos filhos e netos alegando, entre outros motivos, a capacidade financeira e administrativa de gerir bens e cuidar de empréstimos a juros, mais as virtudes convencionais, que os documentos exigiam das mulheres (DIAS, 1995, p. 107).

Na viuvez, essas mulheres mantinham a influência de seus maridos e operavam esse poder além dos limites de seus lares. Embora não pudessem assumir cargos públicos, não deixavam de exercer influência política. Muitos casos são conhecidos da história. Inês Monteiro, em meados do século XVII, preocupava as autoridades locais quando, para proteger um filho acusado de assassinato, pressionava com sua influência os responsáveis pelo julgamento. D. Maria de Nazaré, de Sorocaba, “desejava ser acionista da mina de ferro”; D. Gertrudes, em Santos, possuía quase uma centena de escravos; também de Sorocaba, D. Ângela de Siqueira, vendia muitas cabeças de gado anualmente para boiadeiros do Rio de Janeiro; “a viúva do Sargento-Mor José Tavares de Siqueira, em 1713, pedia uma sesmaria em Curitiba, alegando faltar pastos para seu gado; fazendeiras faziam termo de fiança para transportar boiadas [...]” (DIAS, 1995, p. 107).

Muitas dessas mulheres, quando não conseguiam manter suas terras, vendiam suas propriedades, adquiriam imóveis e se mudavam para as cidades, investindo em escravos de ganho e conseguindo se posicionar fortemente como chefes de família. Um conhecido exemplo de senhora paulista com esse perfil é de D. Gertrudes Galvão de Moura Oliveira Lacerda Jordão, “viúva, desde 1827, do Brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão, rica senhora, dona de várias fazendas – que residia numa das melhores casas da cidade” (PINHO, 2004, p. 61).

Outra importante sinhá, de grande influência na província de São Paulo, personagem da história do Brasil, que não podemos deixar de citar entre as mulheres paulistas, foi Domitila de Castro Canto e Mello, a Marquesa de Santos.

É que ela era então talvez, ou certamente, a dama de maior prestígio e atividade social de São Paulo. Repudiada pelo imperial amante, recolhera-se à terra natal em 1829, levando um fruto daqueles amores – Maria Isabel de Alcântara Brasileira, a Bela, que viria a ser Condessa de Iguazu. [...]. Após novos amores e o casamento com Rafael Tobias de Aguiar, moldando-se na calma bondade da velhice, a Marquesa se patinava de austeridade tardia e venerabilidade consoladora. [...] Nas casas que frequentava, nos saraus a que comparece, reservam-lhe lugares especiais, uma cadeira mais cômoda e mais solene a que acertaram de dar o nome de “o trono da Marquesa (PINHO, 2004, p. 68-69).

Domitila era uma paulista de importante família e, antes de se tornar amante preferida do imperador D. Pedro I, foi casada com o alferes Felício Pinto Coelho de Mendonça, indo residir em Vila Rica e com quem teve dois filhos. Sendo maltratada no casamento, inclusive com atos de violência, ocupou uma posição de vanguarda¹⁷ para a época, ao se separar do marido e lutar pela guarda dos filhos. Depois do romance com o imperador, atuando no papel das famosas cortesãs europeias das cortes francesas, Domitila soube fazer uso de suas artimanhas para se impor na arte da sedução e obteve muitas vantagens com honrarias para sua família e aliados, usufruindo de vida de rainha na Corte brasileira do Primeiro Reinado, inclusive com certa atuação política, conforme explanam os seus biógrafos.

De volta a São Paulo no final da década de 1820, após se tornar preterida por D. Pedro I, teve a oportunidade de reconstruir sua vida, quando novamente desafiou as convenções sociais para o comportamento das mulheres da época, em 1833, ao se unir com o brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, com quem se casaria oficialmente somente quase uma década depois. O brigadeiro era um importante fazendeiro paulista, homem de grande influência política, tendo sido presidente da província de São Paulo por duas vezes. Com ele, Domitila teve seis filhos e levou uma vida marcada pelo luxo e pela ostentação que a fez respeitada, conseguindo se impor na sociedade paulista em que atuou. Muitos autores apresentam contrastes interessantes na vida da Marquesa de Santos. Ficando viúva, em 1857, da posição de grande dama – com grande sociabilidade e atuante na política da Província –, passou a se apresentar como consoladora dos

¹⁷ Neste trabalho o termo “vanguarda” será sempre usado para caracterizar uma atuação das mulheres em uma perspectiva que excede os limites impostos a elas pela sociedade patriarcal em que estavam inseridas. O comportamento de vanguarda propõe uma atitude de ruptura com esses padrões sociais.

mais pobres e necessitados, ajudando, principalmente, os mendigos nas ruas e se tornando patrocinadora de muitos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo.

Outras mulheres tiveram grande importância na província paulista da segunda metade do século XIX, principalmente as oriundas do baronato do café, que se estendeu pelas extensas terras de São Paulo, integrando as cercanias de Minas Gerais pelo sul desta Província, e do Rio de Janeiro, pelo vale do Paraíba.

Em relação às Letras, as mulheres paulistas também tiveram importante atuação, tanto na publicação de seus trabalhos quanto na colaboração intensa com os periódicos. Entre os principais nomes, podemos destacar o de Presciliana Duarte de Almeida¹⁸, embora seja natural de Minas, sua atuação ocorreu em solo paulista; Francisca Júlia¹⁹, a famosa poetisa parnasiana; e Zalina Rolim²⁰, com grandes contribuições para a literatura infantil.

2.5 AS PROVÍNCIAS DO SUL

Representada, inicialmente, pelas províncias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a região sul do Brasil apresentou, em seu processo de colonização, peculiaridades que a tornou diferente, sob alguns aspectos, em relação às outras regiões da Colônia. Ressaltamos que a província do Paraná pertenceu a São Paulo até o século XIX, se desmembrando somente em 1853.

¹⁸ Presciliana Duarte de Almeida (Pouso Alegre, MG, 1867 – São Paulo, SP, 1944), prima de Júlia Lopes de Almeida e de Adelina Lopes Vieira e trineta de Bárbara Heliodora, Presciliana destacou-se, particularmente, na revista *A Mensageira*, que idealizou e fez concretizar junto com o marido, Sílvio de Almeida. Escreveu muitos livros de poesias e prosa, além de colaborar em diversos jornais e revistas, também usando o pseudônimo de Perpétua Do Valle. Foi fundadora de um colégio, que funcionava em sua própria residência, e se empenhou no movimento pedagógico renovador que se iniciava no Brasil. Colaborou com a fundação da Academia Paulista de Letras, na qual foi eleita membro-fundadora.

¹⁹ Francisca Júlia da Silva Münster (Xiririca, atual Eldorado, SP, 1871 – São Paulo, SP, 1920) destacou-se na poesia brasileira pela austeridade parnasiana assumida. Aos dezoito anos, estreou como poetisa nas páginas do *Estado de S. Paulo*. A partir de 1892, divulgou sua poesia nos jornais paulistas *Correio Paulistano* e *Diário Popular*, e em dois periódicos cariocas: *O Álbum*, mantido por Artur Azevedo, e *A Semana*, dirigido por Valentim Magalhães. Considerada grande poetisa por sua obra, recebeu elogios de Olavo Bilac e tornou-se conhecida quando as revistas começaram a estampar sua foto nas publicações.

²⁰ Maria Zalina Rolim Xavier de Toledo (Botucatu, SP, 1869 – São Paulo, SP, 1961) Foi educadora, poeta e escritora, além de colaborar com revistas e jornais da capital paulista. Recebeu especial educação de João Köpke, importante educador de São Paulo, fundador da Escola da Neutralidade. Com ele, desde criança, aprendeu inglês, francês e italiano e, em 1897, começou a ser inspetora do Jardim de Infância, realizando adaptações versificadas de jogos cantados, além de várias adaptações, traduções e produções originais para a Revista do Jardim de Infância, tendo assim grande relevância na pedagogia e literatura infantil.

Grande parte do litoral de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul foi povoado de forma planejada a partir de meados do século XVIII, com casais oriundos das ilhas dos Açores e da Madeira. Essa forma de povoamento iria se repetir em meados do século XIX, como parte de um projeto de “branqueamento” e de preenchimento de “vazios” territoriais, dando o tom da população e da economia local. Diferentemente dos grandes centros exportadores, a região apresentou uma produção voltada para o mercado interno, escravidão de pequena monta e economia diversificada, resultando numa acumulação de pequeno vulto. A urbanização foi tardia em relação ao Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo (PEDRO, 2015, p. 280).

A região açucareira do nordeste brasileiro foi uma das primeiras a ser colonizada, desde o descobrimento, e se desenvolveu mais rapidamente com a economia exportadora da cana-de-açúcar, propiciando a formação de muitos engenhos erguidos e sustentados por mão de obra escrava. O Sul, por outro lado, sofreu um processo mais lento de colonização e também mais tardio, com uma economia de subsistência e, mais à frente, já no século XIX, voltada ao suprimento interno do próprio Império. Isso possibilitou, aos poucos, o surgimento de uma elite agrária incipiente que, junto ao baronato do café das províncias do sudeste brasileiro, tiveram um papel preponderante na economia imperial, frente ao declínio dos senhores de engenho do litoral nordestino.

As terras do Sul não ficaram totalmente sob o domínio português no início do processo de colonização, tendo sido habitadas, primeiramente, por indígenas e jesuítas oriundos da Espanha, que se estabeleceram ao longo do Rio do Prata. Assim, os espanhóis também exerceram forte influência nessa região durante os séculos XVI e XVII, e foram muitos os embates entre espanhóis e portugueses, até que, em 1750, por meio do Tratado de Madri, finalmente Portugal estendeu sua soberania sobre essas terras. Foi a partir desse período que se intensificou o processo de colonização portuguesa, de forma mais intensa no litoral das províncias, visto que, já no século XIX, ainda existiam muitas terras vazias.

Uma das formas de solucionar esse problema foi uma grande imigração alemã e italiana, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e também, em menor grau, de poloneses, ucranianos, russos e japoneses, entre outros, assentados no Paraná. Além dos imigrantes, toda a região Sul também recebeu grande contingente militar de várias partes do Império, por meio de doações de terras, visando uma maior proteção territorial. Assim, essas províncias foram ocupadas, majoritariamente, por uma população branca, com uma economia agropecuária de pequenas propriedades, só se desenvolvendo mais intensamente, a partir da segunda metade do século XIX.

Em seu estudo sobre as mulheres do Sul no século XIX, Joana Pedro (2015) afirma que, devido às características de colonização relatadas, torna-se difícil traçar um único perfil que as

diferencie das mulheres de outras partes do Império. “No Sul encontramos diferentes perfis femininos nos diversos períodos históricos: mulheres oriundas de etnias e classe sociais várias” (PEDRO, 2015, p. 278).

Desta forma, pautada pelas impressões do viajante francês August de Saint-Hilaire, que percorreu estas províncias no ano de 1820, Pedro (2015) compila relatos que traçam características das mulheres sulistas nas principais cidades de cada uma de suas províncias. A respeito das curitibanas, no Paraná, coletou relatos que as tece como mulheres dotadas das feições mais delicadas do que todas as outras que conheceu no Brasil, e extremamente brancas, com um comportamento também bastante diferente, sendo menos arredias, travando uma conversa agradável. Isso denota maior sociabilidade do que temos visto em outras áreas do Império. E continuará sendo observada também em outras cidades das províncias da região sul.

Sobre as gaúchas, Saint-Hilaire descreve ainda a “existência de inúmeras mulheres comandando estâncias, trabalhando, provendo sozinhas a sobrevivência, em vista da constante ausência dos maridos” (PEDRO, 2015, p. 278). A pesquisadora ainda observa nos relatos do viajante que, também diferente de outras regiões do interior, em Porto Alegre era muito comum encontrar as mulheres nas ruas da cidade.

Em relação à província de Santa Catarina, o viajante apresenta relatos de mulheres na cidade de Desterro (atual Florianópolis), também gozando de grande sociabilidade. Elas não se escondem frente à aproximação masculina e até retribuem seus cumprimentos, mostrando-se bastante desembaraçadas.

A imagem das mulheres do Sul como mais sociáveis que as mulheres de outros lugares do país é recorrente nos relatos dos viajantes. Imagem provavelmente vinculada à composição racial do Sul do Brasil, aos preconceitos raciais dos ditos viajantes, à cultura específica da população que aí se instalou, bem como a uma formação social que proporcionava um modo de vida diferente dos existentes na economia escravista de exportação (PEDRO, 2015, p. 279).

No entanto, há que se ressaltar que, para esses viajantes, qualquer mulher branca seria considerada mulher de elite, visto que no Sul não havia muitas escravas negras e mulatas, sendo assim, nem todas as mulheres brancas que circulavam pelas ruas das cidades faziam parte da elite. Aliás, conforme constatamos em outros estudos, em uma sociedade de urbanização tão tardia, a mulher de elite sulista da primeira metade do século XIX vivia, principalmente, em suas fazendas.

Outro viajante estrangeiro que visitou as províncias do Sul foi o alemão Robert Christian Barthold Avé-Lallemant, Ele passou pela região no ano de 1858 e também deixou alguns

registros interessantes sobre as mulheres que conheceu, observando os casamentos precoces a que eram submetidas as paranaenses.

As amáveis curitibanas que se achavam nos salões eram quase todas senhoras casadas. Senhoritas havia muito poucas. Casam-se logo que são núbeis, antes de deixarem a escola, e acabam de crescer com os seus filhos. Estavam presentes vários exemplares dessas senhoras jovens, que ainda não haviam abandonado completamente a infância. Uma senhora de quinze anos parecia um lírio murcho. Parece-me que esse uso do casamento infantil denuncia uma profunda desmoralização (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 275).

Enquanto o casamento se mostrava tão precocemente às mulheres, será também na região Sul que veremos despontar algumas contraposições, reafirmando as exceções à regra da total submissão feminina ao modelo de sociedade patriarcal em que estava inserida. Foi dessas terras que vimos surgir na história muitas mulheres na vanguarda de finais do século XVIII e todo o XIX, em vários aspectos. Um deles, importante a ser citado, pode ser observado na dissolução institucional dos casamentos, praticamente impensável para a época, e pontuados no grande número de separações registradas na província do Rio Grande do Sul, a pedido das senhoras.

No Rio Grande do Sul as relações matrimoniais somente serão discutidas em Fórum religioso próprio, formalmente constituído, com a instalação do Tribunal Eclesiástico, criado a pedido da Santa Sé, em 1974. No entanto, nada impediu que um grupo de mulheres gaúchas, já no final do XVIII, discutissem suas relações conjugais e, mais do que isso, encaminhassem junto às autoridades da época seus processos de divórcio. [...] Quase dois séculos antes da efetivação do Tribunal Eclesiástico, um grupo de noventa e sete casais já discutia a possibilidade de ruptura de seus casamentos, considerados à época, indissolúveis. Em mais de noventa por cento dos casos, era a mulher que propunha o processo. Trata-se do *Divórcio Perpétuo entre Partes*, previsto e regulamentado pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, feitas e ordenadas pelo 5º Arcebispo do Brasil, D. Sebastião Monteiro de Vide, aprovadas em Sínodo. Essa assembleia de párocos ilustres, convocados por ele para este fim, no ano de 1707, baseou-se no Direito Canônico português (SOARES, 2008, p. 136).

O autor continua relatando que o Direito Canônico português, ao mesmo tempo em que considerava indissolúveis as uniões matrimoniais realizadas sob a égide da Igreja Católica, também abria pequenas brechas para que as mesmas fossem desfeitas diante de algumas situações: “a ordenação do marido; a fornicção de um dos casados ou de ambos; a prática de heresia e, finalmente, as sevícias graves” (SOARES, 2008, p. 136).

A dissolução desses casamentos consistia, portanto, em processos “longos, penosos e muito caros”. Sendo assim, somente mulheres das classes mais abastadas, as sinhás proprietárias de terras, tinham condições de pleitear o divórcio. Seja porque tinham conhecimento do Direito Canônico, ou porque possuíam condições de financiar advogados que o conhecia.

Segundo Soares (2008), esses processos eram demorados e dispendiosos, pois envolviam o arrolamento de muitas testemunhas nas várias etapas e nas diferentes instâncias em que ocorria até o julgamento final; e eram penosos, visto que expunham, para um Tribunal formado, em sua maioria, por pessoas conhecidas, as relações e as transgressões mais íntimas entre as partes envolvidas em meio a uma sociedade que, mesmo urbana, não passava de pequenas vilas onde todos se conheciam.

A solicitação desses divórcios, inicialmente, justificava-se pela violência física e pelos maus tratos impostos a essas mulheres por seus maridos. No entanto, muitas outras situações cabíveis nesse ordenamento eclesiástico, foram surgindo com o passar do tempo.

Mesmo persistindo a violência, ganham espaço a infidelidade, as amancebias, a dilapidação dos patrimônios, os abandonos, as viagens ao exterior em companhias mais que suspeitas e o homossexualismo [sic]. Observa-se claramente a contradição. A separação, o rompimento do sacramento, era pecado grave, no entanto, viver com alguém que não respeitava a fé conjugal ou o patrimônio não constituía pecado menor (SOARES, 2008, p. 138).

Embora esses divórcios sejam minoria em relação ao número de matrimônios realizados, constatar sua existência em uma sociedade que corroborava para a perpetuação dos laços de união do casamento é bastante avançado para a época. E isso se torna mais vanguarda quando esses divórcios são pleiteados por mulheres que, em sua maioria, entraram nestas uniões, sob a condição de negócios e arranjos familiares, sem a opção de escolha do marido. Depois de casadas, não respeitadas em suas uniões ou vendo seus patrimônios dilapidados – costumava ser grande o dote da noiva levado para o casamento –, elas ousaram lutar pela dissolução perpétua desses arranjos e, em muitos casos, obtinham sucesso nessa empreitada.

A região Sul entrará num processo de desenvolvimento a partir do Reinado de D. Pedro II, na segunda metade do século XIX, com a intensificação da imigração europeia e o crescimento das principais cidades. A construção da estrada de ferro ligando São Paulo a Porto Alegre propiciou o desenvolvimento de outras atividades econômicas além da agropecuária. Assim, veremos florescer a partir desse período, nas principais cidades das províncias, uma nova imagem de mulher branca e rica, amplamente difundida pelos jornais da época, trazendo

ecos comportamentais do que se preconizava para as mulheres da Corte no Rio de Janeiro. “O isolamento feminino nas atividades de esposa, mãe e dona de casa tornou-se forma de distinção para uma classe urbana abastada e, também, para funcionários públicos, pequenos comerciantes e proprietários urbanos, estes últimos desejando ascensão social” (PEDRO, 2015. p. 285).

Em uma sociedade não tão escravagista como a encontrada no Sul do Brasil, a cor parecia ineficiente como fator de estratificação, devendo essa sociedade, portanto, se valer de hábitos de comportamento para externar as posições sociais. Assim, serão esses comportamentos que caracterizaram as sinhás abastadas, tanto dos sobrados urbanos quanto das fazendas, que voltaram a se encontrar numa posição de reclusão à casa e aos seus afazeres domésticos, se igualando à maioria das senhoras encontradas por todo o Império.

Quanto às mulheres de letras, as províncias do sul também apresentaram forte atuação feminina. Entre essas mulheres podemos destacar uma representante de cada província, como Revocata Heloísa de Melo²¹, no Rio Grande do Sul; Ana Luiz de Azevedo Castro²², em Santa Catarina; e Júlia da Costa²³, no Paraná.

Todas essas mulheres escritoras, educadoras, jornalistas, elencadas nesta pesquisa, refletem apenas um pequeno exemplo da forte atuação feminina que localizamos no Brasil do século XIX. Enquanto o cânone literário e a própria historiografia de um modelo patriarcal do início do século XX silenciaram essas mulheres, a partir do final da década de 1980, elas vêm tendo suas histórias descortinadas. Para isso, é importante destacar o trabalho da pesquisadora Zahidé L. Muzart, professora da Universidade Federal de Santa Catarina, que esteve à frente do Grupo de Trabalho *A Mulher na Literatura*, da ANPOLL (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Letras e Linguística). Com a colaboração de pesquisadoras de todo o

²¹ Revocata Heloísa de Melo (Porto Alegre, RS, 1853 – Rio Grande, RS, 1944) foi uma escritora, jornalista e importante educadora brasileira. Era irmã de Julieta de Melo Monteiro, mulher também atuante nas letras e na educação da Província. Junto com a irmã, fundou em 1890, o periódico *O Corimbo*, o qual dirigiu e manteve por longos 64 anos. Escreveu poesia, prosa e teatro, além de colaborar em diversos periódicos, tanto no Sul, no Rio de Janeiro e também em Buenos Aires. Usava, em alguns momentos, o pseudônimo "Sibila" e "Hermengarda".

²² Ana Luísa de Azevedo Castro (São Francisco do Sul, SC, 1823 – Rio de Janeiro, RJ, 1869) foi uma escritora e educadora brasileira, considerada a primeira autora de um romance de Santa Catarina, intitulado *D. Narcisa de Villar* (1859), relatando uma lenda colonial e com uma atuação que rompe com o destino imposto para a mulher na sociedade patriarcal.

²³ Júlia Maria da Costa (Paranaguá, PR, 1844 – São Francisco do Sul, SC, 1911) foi importante poetisa e escritora de crônicas e folhetins, considerada a primeira mulher paranaense a publicar um livro, *Flores dispersas* (1867). Seu casamento com o Comendador Francisco da Costa Pereira esteve rodeado de mistérios e fofocas. Teria sido por conveniência, por interesse, por imposição, ou por fuga. E jamais teria se consumado, segundo alguns pesquisadores. Publicou e colaborou com vários jornais da época. “Ser inteligente é um fardo muito pesado para uma mulher”, esta frase corroborava com sua atuação política, opinando sobre a Guerra do Paraguai, sobre a Monarquia, sobre D. Pedro II, paixão que dividida com o marido, rompendo com o modelo de mulher então recomendável.

Brasil, conseguiu pesquisar, compilar, organizar e publicar três grandes volumes totalmente dedicado às escritoras do século XIX. A antologia *Escritoras brasileiras do século XIX*, volume I (1999), volume II (2004) e volume III (2009), retirou mais de 150 escritoras do anonimato literário brasileiro.

Ao apresentarmos esse compilado histórico da mulher no Brasil até o século XIX, objetivamos traçar um panorama de sua representação nessa sociedade patriarcal, ressaltando as posições de tradição, mas também as possibilidades de ruptura encontradas para se posicionar enquanto sujeito social. Veremos que esse perfil corrobora muito com o universo feminino encontrado na obra literária de Délia, que por meio de uma temática centrada na representação feminina, desenvolve personagens que transitam de formas peculiares entre as diferentes relações sociais estabelecidas pela sociedade brasileira do século XIX.

3 DÉLIA E SUAS MULHERES DE PAPEL

Délia (Maria Benedita Câmara Bormann) foi uma escritora do século XIX, com forte participação na literatura brasileira de final daquele século, tendo publicado vários romances em forma de folhetim, alguns em livros, além de muitos contos e crônicas nos principais jornais da corte no Rio de Janeiro, atuando como uma mulher de vanguarda na sociedade de sua época. Embora boa parte de sua produção tenha sido bem recebida pela crítica à época de suas publicações, assim como a de outras autoras do mesmo período, ela também foi silenciada ao longo do início do século XX, e sua obra caiu no esquecimento.

Sobre a vida pessoal de Délia muito pouco se sabe. Algumas informações biográficas foram compiladas pelos estudos de Norma Telles²⁴, pinçadas em alguns textos do século XIX, como o de Ignez Sabino²⁵, escritora das relações de Délia, e algumas notas de jornais da época. Posteriormente, muito pouco se acrescentou, devido à escassez de fontes e referências à escritora. As informações que disponibilizamos foram pesquisadas, portanto, em alguns textos e notas publicadas por Norma Telles em diversos trabalhos.

Maria Benedita Bormann da Câmara Lima, nome de solteira, é gaúcha de nascimento, natural da cidade de Porto Alegre, tendo nascido em 25 de novembro de 1853. De família com forte prestígio, aos dez anos de idade se mudou com os pais para a corte no Rio de Janeiro, onde o pai atuou como funcionário público, conferente da alfândega. Aos 19 anos casou-se com seu tio materno, José Bernardino Bormann, nove anos mais velho, quando passou a assinar Maria Benedita Câmara Bormann. Seu marido foi importante capitão da Infantaria Imperial, tendo atuado na Guerra do Paraguai e recebido muitas honrarias. Também atuou na literatura brasileira, como escritor e ensaísta, deixando uma obra de relatos sobre as lutas no sul do Brasil e a Guerra do Paraguai, da qual foi considerado herói. Durante a vida na Corte, até o casamento, Maria Benedita residiu no centro histórico do Rio de Janeiro, na Rua do Rezende, número 48,

²⁴ Norma Abreu Telles é historiadora formada pela USP em 1974. Possui mestrado (1983) e doutorado (1987) em Ciências Sociais pela PUC/SP, instituição em que também foi professora, de 1978 a 2006, lotada no Departamento de Antropologia, atuando, ainda, no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. É estudiosa das humanidades, escritora e tradutora, com pesquisas na área de Antropologia, com ênfase em Teoria Antropológica, atuando principalmente nos seguintes temas: história, literatura, escritoras, cultura moderna e escritoras brasileiras. Conheceu o nome de Délia durante a pesquisa de doutorado e, desde então, tem desenvolvido o resgate da maioria de seus romances, trabalho ainda não concluído.

²⁵ Maria Ignez Sabino Pinho Maia (Salvador, BA, 1853 – Rio de Janeiro, RJ, 1911) foi poetisa, contista, romancista, memorialista e biógrafa. Seu nome merece ser lembrado principalmente por sua ação na luta dos direitos das mulheres, por seus artigos na imprensa e por seu livro *Mulheres illustres do Brasil*, que traz biografias de várias brasileiras, em diferentes profissões e histórias de vida. A obra, editada em 1899, foi escolhida como primeiro título da Editora Mulheres, publicado em 1996.

região da Lapa, em um sobrado²⁶ conservado e existente até hoje. Sabe-se também que ela faleceu nesse mesmo endereço, em julho de 1895, com controvérsias em relação à data precisa, de acordo com relatos de jornais e almanaques da época. Os registros dizem que o óbito foi devido a uma úlcera no estômago e que ela não teve filhos.

Também nos registros de sua morte, encontrados nos jornais, podemos observar novamente a exaltação da escritora e sua contribuição para a literatura brasileira de finais do século XIX, como a apresentada na *Gazeta da Tarde*:

Não cabe aqui fazer o esboço biográfico desta escritora que honrou as nossas letras com amor, trabalho e perseverança. Basta que relembremos aos que a conheceram e aos nossos homens de letras que um vazio difícil de preencher está aberto na literatura nacional, e aos que não sabiam que entre nós existia uma mulher de talento que deixou fixado o seu nome em grande número de obras de valor, o quanto é penoso ver definhar todos os dias a plêiade civilizadora dos escritores brasileiros (DÉLIA..., 1895, p. 1).

Telles (1998a) afirma que, assim como suas personagens, Délia recebeu uma educação primorosa, tendo contato com outras línguas, falando francês e inglês. Muito estudiosa, buscou na leitura uma forma de enriquecer seu espírito e aprofundar seus conhecimentos. Isso pode ser observado, inclusive, na vasta referência que encontramos em sua obra:

Através de citações diretas e indiretas, destacam-se autores estrangeiros como Valliérre, Büchner, Burmeister, Czolbe, Moleschott, Tuttle, Krahmer, Ângelus-Silesius, Huschke, Secchi, Faraday, Lutero, Plínio e Bossuet; Voltaire, Spinoza, Sêneca e Rousseau. As referências a diversos escritores franceses mostram que Délia estava atenta à literatura produzida em França. Os nomes recorrentes em sua obra são dos escritores Marie-Joseph Blaise de Chénier; Charles Augustin Sainte-Beuve; Alfred de Musset; François Édouard Joachim Coppée; Octave Feuillet; Honoré de Balzac; Louis-François Veuillot; Leonard Sylvain Julien Sandeau; Émile Zola; Casimir Delavigne; Alfred de Vigny; Nicolas-Sébastien Roch; Mirabeau; François IV, Duque de La Rochefoucauld; Victor Hugo e Byron. Cita, ainda, os ícones da literatura portuguesa, Luís de Camões e Almeida Garrett (ARAÚJO, 2008, p. 151).

²⁶ Em passagem pelo Rio de Janeiro, no ano de 2018, hospedamos no Hotel Pouso Real, Rua do Resende, 35 e, surpreendentemente, descobrimos que estávamos em frente à antiga morada de Délia. Buscamos informações no comércio vizinho e descobrimos que no local funcionou, por muito tempo, a Associação dos fiscais do licenciamento do comércio, indústria e profissões do município do Rio de Janeiro. Naquele momento o imóvel estava fechado e disponível para venda. Fomos informados, ainda, que, embora preservadas as características originais externas do prédio, internamente foi todo transformado para servir de ponto comercial.

Andradina de Oliveira²⁷ relata que Délia começou a escrever desde pequena e que mais tarde selecionou seus escritos, destruindo o que acreditava não possuir valor literário. Como as moças de sua época, cultivou e lapidou os dotes artísticos que faziam figurar entre o que vimos como atributos indispensáveis para as damas dos salões: pintava, tocava piano e tinha “linda voz de meio soprano”. Os poucos relatos encontrados sobre Délia “sugerem ter sido ‘acidentada sua existência romanesca, e cruel o seu destino’. No entanto, nunca essas insinuações se tornaram um pouco mais explícitas. Alguns comentários parecem não passar de confusão entre as personagens da autora e a sua própria vida” (TELLES, 1998a, p. 7).

Ainda, a respeito da vida íntima de Maria Benedita, Telles (1999) relata que há boatos de que ela havia se separado do marido. No entanto, essa informação não foi comprovada. Sua irmã Julieta, se valendo da lei de 1891, conseguiu se separar, mas Délia, de acordo com seu atestado de óbito, continuava casada e, se a separação ocorreu, ele não foi formalizado. Há indícios de que a escritora não acompanhou seu marido nas incursões militares que coincidiram com o período de sua mais intensa produção literária no Rio de Janeiro. Talvez essa separação do esposo militar, em missão, e da esposa escritora, em casa, tenha servido de pretexto para esses boatos.

Era muito comum, desde o século XVIII, que as mulheres assumissem pseudônimos para ocultarem seu posicionamento político e expor suas ideias publicamente. Algumas usavam pseudônimos masculinos, na expectativa de maior aceitação. Na sociedade patriarcal, era inconcebível que elas se manifestassem e pudessem ser aceitas dessa maneira. No caso de Maria Benedita Câmara Bormann, que assinou toda a sua produção literária com o pseudônimo de Délia, acredita-se que essa atitude vá além do mero ocultamento de uma identidade, mas sim, do (re)batismo da escritora, apontando para uma ruptura consciente com o que estudamos sobre o papel das mulheres na sociedade patriarcal, esboçando o desejo de uma obra literária que corroborasse com um ideal que desse voz a essas mulheres.

²⁷ Andradina América de Andrade e Oliveira (Porto Alegre, RS, 1864 – São Paulo, SP, 1935) foi jornalista, escritora, atriz, dramaturga e líder feminista brasileira. Fundou em 1898 o jornal literário *Escrínio*, que publicou, inicialmente, em Bagé, mais tarde em Santa Maria e, em 1910, em Porto Alegre. A maior parte da sua produção literária e jornalística foi dedicada aos direitos da mulher. Ela também escreveu crônicas, contos, biografias, peças de teatro e viajou pelo Brasil e pela América do Sul fazendo conferências remuneradas sobre a condição feminina. Publicou o romance *O perdão* (1910, onde descreve a Porto Alegre da *Belle Époque*, fazendo menção às inovações tecnológicas, como telefone, eletricidade, carros e bondes, e seu impacto na vida da cidade. Vanguardista, colaborou com o livro *Divórcio?* (1912) para esclarecimento da rejeição social sofrida pelas mulheres divorciadas em uma das primeiras campanhas a favor do divórcio promovidas no Brasil.

Ao apontar para a Antiguidade Clássica, Délia sugere a ruptura com a divisão do conhecimento por gêneros, que impedia às mulheres o acesso ao mundo dos eruditos e dos gabinetes. Ruptura com o padrão de mulher submissa, pois Délia, personagem de um poeta latino, sugere uma época em que as mulheres agiam livremente e podiam se afirmar socialmente. Ruptura com o preceito cultural que afirmava que as mulheres não tinham o que dizer e não deveriam escrever, pois nesse período da história romana algumas mulheres, como Sulpícia, escreveram, enquanto as personagens dos poetas, como a Délia, de Tibulo, e a Lésbia, de Catulo, eram uma homenagem à grega Safo, poeta maior. Ruptura com os padrões de educação do século XIX que visavam a preparar a mulher para o casamento e amenas conversas de salão, nunca para as letras. Uma educação onde as virtuosas matronas romanas, como Cordélia, podiam ser tomadas como exemplos mas nunca como as Délias (TELLES, 1999, p. 570-571).

Foi exatamente esse o propósito no estudo da obra de Délia, nosso objeto de pesquisa. A partir de seus romances e de suas heroínas, buscamos pontuar um universo feminino de ruptura com a realidade da mulher brasileira de sua época, ainda que a autora pertencesse à elite da corte brasileira do Segundo Reinado, principal ambientação de suas narrativas. Observamos, assim, que sua temática principal é a mulher, sendo facilmente constatada pelo próprio título de suas obras que, quando não traz o nome de suas protagonistas, faz referência direta a elas. Diferente de outras abordagens da literatura brasileira do período, o tema da mulher em Délia será tratado sob a perspectiva do olhar feminino para a sociedade de finais do século XIX, tecendo uma crítica sobre a posição e a atuação da mulher nesse contexto e oferecendo uma reflexão sobre essa condição feminina.

A escolha do título indica o tema principal desta autora, a mulher na sociedade de então, uma sociedade em mutação, com movimentos de abolição e república, introdução de novas ideias e ideais, uma sociedade onde a mulher não deveria ser agente ativo de artes e cultura, preceito não obedecido por muitas mulheres que se lançaram às letras e ao envolvimento com os movimentos sociais, pagando, sem dúvida, um preço por sua ousadia. A respeito da Mulher nessa sociedade, assim como a respeito de temas como trabalho, educação e organizações, Délia se pronunciou a partir de romances ou histórias breves (TELLES, 2009a, p. 2-3).

Como podemos constatar ao longo deste texto e das demais referências que virão a seguir, a grande estudiosa de Maria Benedita Câmara Bormann foi a pesquisadora Norma Telles. De fato, ela conheceu o trabalho da autora no final de sua pesquisa de doutorado, em 1987, quando estava escrevendo sua tese sobre escritoras do século XIX. Posteriormente, passou a integrar a ANPOLL, compondo o Grupo de Trabalho *A Mulher na Literatura*. Dedicou suas pesquisas à obra de Délia, sendo a responsável por localizar e resgatar grande parte de seus romances. A partir de suas investigações, Telles tem se empenhado em publicar os principais

trabalhos da autora em forma de romance, escrevendo a introdução das obras, realizando a atualização do texto e oferecendo importantes notas. Telles intitulou esse trabalho de resgate de *Coleção Rosas de Leitura*,²⁸ já tendo disponibilizado em um *site* na *internet*, as obras: *Madalena* (1879), publicado em 2009; *Duas irmãs* (1883), publicado em 2011; *Uma vítima* (1883), publicado em 2012; e *Aurélia* (1883), publicado em 2009. Este romance depois recebeu edição em livro da editora Mulheres, em 2014. Há ainda mais um romance que Telles também realizou o resgate. Trata-se de *Lésbia* (1884), que ainda não está disponível na *Coleção Rosas de Leitura*, mas também recebeu edição em livro da editora Mulheres, em 1998. Além desses cinco textos resgatados por Telles, nossa pesquisa ainda vai trabalhar com mais dois romances de Délia, totalizando sete obras: *Angelina* (1886), romance resgatado para compor esta pesquisa, diretamente nos folhetins das edições originais do jornal *O Paiz* (Rio de Janeiro) de 1886 e disponível na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; e, por último, *Celeste* (1893), um projeto de resgate de obras raras do Instituto Nacional do Livro, publicado pela editora Presença, em 1988, com introdução, notas e atualização do texto da pesquisadora Nanci Egert²⁹.

Observamos que a obra de Délia é bastante extensa, principalmente quando consideramos tratar-se de uma escritora do século XIX, que faleceu jovem, com 42 anos, e teve sua produção literária centrada no período de apenas 15 anos. Além das sete obras em forma de romance que elegemos para este trabalho, as quais conseguimos localizar, conseguimos também mapear uma extensa publicação de contos e muitas crônicas, publicadas quase que semanalmente, e fruto da fecunda contribuição da autora com os principais jornais e revistas, não só da Corte, mas também de outras províncias do Império. No entanto, esses trabalhos não serão contemplados nesta pesquisa.

Embora grande parte da obra de Délia, em forma de romance, já esteja disponível para os leitores, devido ao trabalho de resgate que vem sendo desenvolvido por Norma Telles, localizamos poucas pesquisas publicadas em forma de tese e dissertação. Apenas dois romances de Délia figuram como parte do objeto de pesquisa nesse tipo de trabalho: *Lésbia* e *Celeste*. Alguns artigos também foram compilados por nós, tendo como objeto algumas perspectivas sobre os romances *Aurélia*, *Lésbia* e *Celeste*. Assim, as demais obras de Délia aqui elencadas,

²⁸ Os textos de Délia, publicados por Norma Telles, estão disponíveis na internet, por meio do link: <http://www.normatelles.com.br/maria_benedita_bormann.html>.

²⁹ Nanci Egert é graduada em Letras pela PUC/RJ, em 1982; e mestre em Letras: Ciência da Literatura, pela UFRJ, em 1988. Atualmente é professora da Universidade Santa Úrsula no Rio de Janeiro. O ano de defesa de sua dissertação coincide com a publicação de *Celeste*. Acreditamos que sua pesquisa do mestrado tenha relação com o romance de Délia, embora essa informação não esteja explícita em seu currículo *Lattes*.

Madalena, *Uma vítima*, *Duas irmãs* e *Angelina* não possuem nenhuma pesquisa publicada, inferindo em mais de cinquenta por cento de sua obra ainda intacta pela crítica literária.

O entendimento de que estamos desenvolvendo uma pesquisa sobre uma autora de resgate, praticamente anônima e excluída do universo acadêmico das pesquisas sobre escritoras do século XIX, acreditamos ser importante apresentar a narrativa comentada dos romances de Délia que investigamos, externando o resultado de nossas leituras, o que se seguirá nesta seção do trabalho. A partir disso, teremos condições de realizar, em outra seção, um cruzamento de estas obras, alinhavando, por meio da temática da mulher no século XIX, alguns subtemas que elegemos como preponderantes no trabalho da escritora, que demarcam as personagens de tradição e ruptura, perpassando pela educação da mulher, pela resignação feminina na sociedade patriarcal, abrangendo a questão do casamento, do divórcio e da maternidade, e a independência financeira feminina, tão caras à literatura de Délia e exaustivamente trabalhadas em toda a sua obra. Estas considerações serão tecidas à luz da crítica feminista do século XX, aliada a alguns estudos de gênero mais contemporâneos.

3.1 MADALENA

O romance *Madalena*, de acordo com Telles (2009a), está situado, cronologicamente, como o primeiro da obra de Délia, dos quais tivemos conhecimento até o momento. Datado de 1879, foi publicado pela primeira vez em forma de folhetim no periódico *O sorriso*, no ano de 1881. Três anos mais tarde, recebeu uma edição em forma de livro junto com dois outros romances que serão apresentados na sequência desta seção: *Duas irmãs* e *Uma vítima*. Essa edição em livro, da Tipografia Central, de Evaristo R. da Costa, no Rio de Janeiro, foi a obra resgatada por Norma Telles, a partir da qual ela fez a atualização do texto, disponível na *Coleção Rosas de Leitura*, e serviu de fonte para o nosso trabalho.

Madalena, como todos os demais romances de Délia, traz em seu título o nome de mulher, objeto perseguido em suas obras e que a autora irá defender em toda a sua produção literária, conforme já relatamos anteriormente. Nesta obra, em específico, observamos pontuações mais tímidas destas reflexões, que irão ser desdobradas com maior força em outros romances, mas que já anunciam a sua missão literária e situa, claramente, a sua posição crítica sobre o universo feminino na sociedade do período.

Suas personagens são mulheres aristocráticas, bem-nascidas, com educação esmerada, muito diferente ao que se oferecia à mulher oitocentista. Assim, o romance *Madalena*, que também dá nome à protagonista, se desenvolve na alta sociedade parisiense do Segundo Império

francês³⁰, com os espaços de circulação na cidade de Paris de finais do século XIX totalmente remodelados, a fim de permitir uma vida pública mais intensa, de idas ao teatro, aos parques, às igrejas e, principalmente, a frequência dos grandes bailes e saraus nos melhores salões dos palacetes da época.

O Segundo Império, ansioso de afirmar sua legitimidade, favoreceu o espaço e a arquitetura espetacular e o fausto da vida parisiense permitiram, a uma sociedade composta de novos ricos, exibir seu mais recente esplendor. A população crescera consideravelmente e, devido, às mutações geradas pelo progresso industrial, a burguesia e a pequena burguesia, se desenvolvem e enriquecem. Designado pelo Imperador, Haussmann redesenhou a cidade, pôs abaixo casas e ruas inteiras, desenhou, construiu outras casas e os grandes bulevares (TELLES, 2009a, p. 8).

Madalena vive em um desses importantes logradouros da modernidade, no *Boulevard Malesherbes*. Essa informação serve para contextualizar o romance, pois, segundo nossas investigações, trata-se de uma avenida aberta em 1808, mas inaugurada somente em 1863, por Napoleão III, e se inicia na *Place de Madeleine*, passando pelo Parque *Monceau*, pela Igreja de *Saint-Augustin* e termina no *Boulevard Berthier*. Faz parte do 8º e 17º *arrondissements* (divisão administrativa) de Paris, sendo uma rua da alta burguesia parisiense, que teve muitos moradores ilustres como Marcel Proust³¹. Durante o verão a protagonista também recebia a elite parisiense em sua casa de campo em Auteuil, uma região de bosques, preferida pela aristocracia oitocentista, nas cercanias de Paris.

O romance tem início apresentando a protagonista na alta roda da sociedade parisiense, externando as máscaras sociais necessárias para frequentar esse tipo de sociedade, onde a atuação de uma vida pública não correspondia aos sentimentos de seu universo privado. Madalena De Lussac, já vivendo em um casamento fracassado, tenta se divertir, em vão, em um ambiente em que a inveja e a falsidade dão a tônica das relações sociais. Jovem, bela, educada e rica, ela reúne todos os atributos que se desejava em uma moça burguesa. Apesar de

³⁰ O Segundo Império francês durou de 1852 a 1870, sob o comando de Napoleão III e sua esposa Eugênia de Montijo. Este novo regime monárquico marcou uma época importante para a França, que se inseriu nos preceitos da modernidade. Em 1852, Paris tornou-se novamente a capital de um Império, palco de inúmeros eventos internacionais. Napoleão III, através do Barão Haussmann, implementou uma série de reformas com o objetivo de transformá-la numa cidade-modelo para a Europa.

³¹ Valentin Louis Georges Eugène Marcel Proust (1871-1922) foi romancista e crítico literário francês, considerado o precursor do romance contemporâneo. Seus primeiros escritos datam de 1892, quando fundou a revista *Le Banquet*, mais tarde passando a colaborar em *La Revue Blanche*. É muito conhecido pela sua obra *À la recherche du temps perdu* (*Em busca do tempo perdido*), que foi publicada em sete partes entre 1913 e 1927, sendo os três últimos, postumamente.

já ser uma senhora casada, a Sra. De Lussac despertava olhares e galanteios nos mancebos e a inveja das mocinhas e senhoras que frequentavam a elite da sociedade parisiense da *Belle Époque*³².

Essa será uma das experiências narradas no romance, quando discretamente galanteada pelo Sr. Vernier, marido de uma de suas supostas amigas, Clotilde Vernier, Madalena receberá os pré-julgamentos e a maledicência por parte da esposa ofendida, que duvidará de seu caráter e acreditará que ela estivesse agindo de forma a seduzir o seu marido. Esse jogo causará muitos mal-entendidos, pois Madalena também havia sido cortejada por um tipo de D. Juan da época, o Visconde de Presle que, recebendo o desprezo da emocionalmente infeliz, mas fiel esposa Sra. De Lussac, cria um jogo de intrigas, reforçando o ciúme de Clotilde e a instigando a acreditar que havia correspondência entre Madalena de Lussac e o Sr. Vernier.

Madalena estará sempre sozinha nesses bailes, mesmo quando o evento a tivesse como anfitriã. O marido, Raul de Lussac, desde muito trocou a companhia da esposa pelo vício do jogo e a convivência com seus iguais. E, por isso, se vê perseguida pelo Visconde de Presle até que, ao ser duramente repreendido por ela, em uma de suas últimas investidas, chega ao ponto de tramar contra a reputação de Madalena, remetendo uma carta anônima a seu marido, denunciando um suposto adultério da esposa. No entanto, o Sr. De Lussac, embora ausente no casamento, em momento algum desconfia da honra e fidelidade da esposa, que sempre manteve um comportamento incontestável de nobreza e dignidade.

Nesta breve trama, que ocupa quase um terço do enredo do romance, observamos que o casamento e o jogo das relações sociais estabelecem a temática principal deste trabalho de Délia, e que irá se desenvolver ao longo da narrativa, reservando algumas surpresas. Uma delas será a justificativa para o comportamento irretocável da protagonista estar profundamente pautado em sua formação religiosa, quando em quase todos os momentos veremos uma “alma votada ao sacrifício”. Madalena transforma o seu sofrimento e o ato de perdoar em uma promessa de conquista da salvação.

“Ela não era santa, era uma mulher virtuosa...”, diz a certa altura a personagem, por escolha própria, não por imposições. Virtude aqui entendida como a palavra renascentista *virtu*, no sentido de valor próprio, e intensa preocupação com reputação, nobilidade, dignidade. E sua escolha fora pela

³² *Belle Époque*, é uma expressão francesa que significa Bela Época e representou um período de cultura cosmopolita na história da Europa que começou no fim do século XIX, com o final da Guerra Franco-Prussiana, em 1871, e durou até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914. A expressão também designa o clima intelectual e artístico do período em questão. Foi uma época marcada por profundas transformações culturais que se traduziram em novos modos de pensar e viver o cotidiano, tendo expressões importantes nas artes, na arquitetura e também na moda.

via dolorosa, tivera seu Calvário, sofrera e continuaria sofrendo à espera da paz na eternidade, recompensa de uma vida resignada e digna (TELLES, 2009a, p. 7).

O leitor só vai conhecer mais detalhes da vida anterior de Madalena e do seu casamento um pouco depois da metade do romance. Em uma cena entre Madalena e Clotilde, a protagonista narra sua história, para que Clotilde, finalmente, entenda que ela jamais poderia ter desconfiado da fidelidade da amiga, nem sentir ciúmes de seu marido, o Sr. Vernier.

Nesta narrativa, saberemos que Madalena era filha única de um casal que muito se amava. Sua mãe, tendo saúde muito fragilizada, se torna mais abatida depois do parto e, com apenas dois anos de idade, Madalena fica órfã de mãe. O pai, então, que vê na filha a imagem da amada esposa, devota toda sua vida a ela, criando-a com todo cuidado, oferecendo-lhe uma educação esmerada. Junto do pai, Madalena também contou em sua vida com a presença do tio paterno Luciano d'Ormieux, que também lhe consagrou muito afeto.

Além de ter sido preparada para o casamento e a vida dos salões, sua educação se estendeu e gozava de muito prestígio no círculo social em que cresceu e foi educada. São inúmeras as passagens no romance referentes à música, à dança, às leituras e à administração da herança. Pelo fato de possuir independência financeira e poder movimentá-la fora do seu dote, foi possível socorrer financeiramente o marido de sua amiga de infância, Leontina de Rochefort, em outra trama do romance. Vale ressaltar que esse tipo de comportamento, em que uma mulher possa dispor de suas finanças sem o aval de um tutor masculino só era possível em casos muito específicos, como a condição de viúva, por exemplo, conforme vimos ao longo de toda a história das mulheres no Brasil, no capítulo anterior.

Madalena conheceu seu marido, Raul de Lussac, em uma das muitas cavalgadas que realizava matinalmente pelos bosques de Paris e, aos poucos, foram se apaixonando. Em um baile ele lhe declarou seu amor, e seis meses mais tarde já estavam casados. Partiram de viagem de lua de mel pela Itália e Madalena vai narrando como foi feliz, tendo devotado inteiramente seu amor ao esposo e o quanto era correspondida nesse início do matrimônio. Meses depois, ainda em lua de mel, estando na Suíça, ela recebe a trágica notícia da morte do pai. Abalada, retorna à França quando, logo em seguida, perde também o tio, sua segunda referência paterna. Nesse momento, recebe em sua casa uma tia que também enviuvara, a distinta Sra. d'Aubry, que se tornou sua companhia constante em todos os momentos de tristeza que dali para frente a perseguiria.

Entristecida e vivendo o luto pela perda dos entes queridos, Madalena foi se isolando socialmente cada vez mais. Porém, não achou justo estender o mesmo luto a seu esposo, e em

sua reclusão, instou que Raul de Lussac continuasse frequentando a sociedade. Em suas palavras: “Meses depois, Raul não era o mesmo homem!” (BORMANN, 2009, p. 96). Fazendo um retrospecto de sua vida, Madalena concluiu que o casamento salvou Raul em um momento de sua vida em que se encontrava muito perdido, tirando-o de um eminente abismo. Raul sempre foi viciado em jogos. Por meses ele devotou amor total à esposa. “Quando viu que o casamento me colocava, indefinidamente, a seu lado... sentiu-se saciado e atirou-se, de novo, à dissolução e ao jogo!” (BORMANN, 2009, p. 96).

A partir de então, Madalena se encontra totalmente abandonada e inicia seu martírio, porém, mantendo sempre o jogo de aparências da esposa devota e feliz. No entanto, mesmo diante de todas as oportunidades que teve – e não foram poucas –, ela jamais se corrompeu, nem se permitiu a viver qualquer amor que fosse, se comportando de forma adúltera.

[...] só, abandonada por meu marido, formosa, como o dizem, cercada de idólatras dessa mesma formosura, moça, desiludida, alma ardente e amável, resolvi opor ao desregramento a mais invicta virtude e, graças a Deus, tenho-me conservado pura e digna. E é esta a minha força, o meu orgulho, o meu timbre (BORMANN, 2009, p. 97).

Os princípios da mulher recatada, devota ao lar, ao esposo e à família, fazia parte da conduta feminina de Madalena. A única exceção a essa regra foi que ela não se tornou mãe, embora não se tenha furtado à maternidade. Essa é uma segunda surpresa do romance, que veremos ocorrer em outras obras de Délia. A maternidade chega para Madalena, não pelas vias naturais da gestação, mas por um acaso do destino. O Visconde de Presle, que tanto a perseguiu, teve uma filha em Veneza alguns anos antes e, quando ele reconhece a grandeza de alma de Madalena e se tornam amigos, ele vê nela a pessoa ideal para assumir a missão de educar a filha que deixou aos cuidados das tias maternas, quando do falecimento da mãe, que também foi abandonada por ele. Depois de passar por um súbito mal-estar e ser cuidado por vários dias por Madalena, Presle se regenera e se torna seu amigo, e quando pressentindo sua morte na ocasião de um duelo, deixa uma carta confiando a filha a Madalena, que assume prontamente a nova missão que a vida lhe impõe. Nesta situação, ela desenvolverá ternamente o papel da mãe, mas se recusará ser chamada como tal, afirmando que essa bênção deveria ser reservada somente àquelas que tiveram a fortuna de gerar. Essa filha, Laura, será uma espécie de motivação para a sua vida. Ela assumirá a educação da criança, ofertando-lhe amor maternal e uma educação refinada, transformando a menina em uma cópia do que ela havia sido.

Uma terceira e última surpresa que podemos observar no romance será a negativa, por parte de Madalena, de se entregar a outro casamento. No final do romance ela também perde o

marido e, na viuvez, conhece, enfim, o amor de um homem, o Conde Paulo d'Orcey, a sua verdadeira alma gêmea. No entanto, ela rejeita viver esse amor plenamente, devido às marcas impressas em sua vida pela experiência anterior. Paulo é apresentado ao leitor como um homem diferente, “Ele era muito sensível e devia sofrer mais que qualquer outro” (BORMANN, 2009, p. 107). Délia cria esse personagem em que podemos observar a presença da sensibilidade masculina como atributo fadado ao sofrimento. O Conde ama profundamente Madalena, é retribuído em seu sentimento, mas respeita a decisão da amada em manter esse laço apenas no plano do afeto entre suas almas, sem compromisso social e uma vida em comum.

A partir de então, Madalena dedica sua vida à criação de Laura e vai se isolando socialmente cada vez mais. Amparada em sua formação religiosa, ela devota a Deus todas as angústias de sua alma e espera, pacientemente, o júbilo de viver o seu amor no plano espiritual da eternidade.

Em nossas pesquisas nos jornais da época não encontramos nenhuma crítica realizada especificamente sobre o romance *Madalena*. Tampouco encontramos qualquer estudo acerca desse romance, além do texto introdutório da edição de resgate, desenvolvido por Norma Telles (2009a). Embora seja o primeiro romance da obra de Délia e ambientado na cidade de Paris, diferente dos posteriores que estarão presentes na sociedade brasileira do período, é possível observar traços importantes de seu projeto literário que irá se repetir ao longo de todos os textos que apresentaremos neste trabalho.

O tema da mulher de classe social elevada, sua educação, o casamento, a independência feminina, entre outros, estarão presentes em sua obra e convivendo com outras características muito fortes da mulher de sua época, como o apego à religiosidade para justificar, muitas vezes, os seus infortúnios. Essa dualidade, tradição e ruptura, é o que de mais importante observamos e iremos destacar na obra de Délia que, por si, como fruto do trabalho de escrita feminina, em pleno século XIX, já tornam importantes todas estas reflexões.

3.2 DUAS IRMÃS

Escrito em 1883, conforme registro efetuado no final do romance pela própria autora, *Duas irmãs* só vem a público no ano seguinte, na edição especial já relatada anteriormente, junto com *Madalena* e *Uma vítima*. Diferente dos outros dois romances desta edição de Evaristo R. da Costa, não tivemos conhecimento da publicação de *Duas irmãs* em forma de folhetim, nem antes e nem depois desta única edição, que também foi a fonte para a obra de resgate,

atualizada por Norma Telles, em 2011, disponível na *Coleção Rosas de Leitura*, a partir da qual realizamos nossa leitura.

Duas irmãs, como já sugere o próprio título irá traçar a vida das irmãs Diana e Julieta, com 20 e 18 anos, respectivamente, no início do enredo. Toda a trama se concentra na narrativa das histórias de amor e as experiências no casamento das duas irmãs, tendo seguido caminhos distintos, mas com final infeliz para ambas.

Diana será submetida a um casamento de conveniência, por imposição do pai, e contra a sua vontade. No entanto, encontrará um marido terno e apaixonado, mas ambos viverão uma relação de aparências, devido às circunstâncias anteriores à vida da noiva, que serão relatadas mais à frente. Julieta se casará em acordo com a família, com um marido que posara de bom moço, inicialmente, mas que depois da união, se revelou um homem bruto e grosseiro, por quem a esposa dedicará profundo asco. No entanto, mesmo infelizes, as duas irmãs permaneceram nestas uniões, socialmente aceitas, até que o destino se encarregasse dos desfechos de suas histórias.

A autora observa particularmente a condição das mulheres, suas limitações e vicissitudes, em uma época em que a elas não eram dadas muitas escolhas e o casamento era o divisor de águas na vida de jovens burguesas, pois era para ele que eram preparadas. Nenhuma das duas irmãs teria uma vida feliz, uma por ser transgressora, a outra por obedecer às regras da sua sociedade. E, talvez, seja precisamente nessa sociedade que os problemas tenham começado, antes mesmo de as duas se tornarem moças (TELLES, 2011a, p. 5).

Algo que chama a atenção nesse romance é que Diana recebe da mãe, ainda pequena, o apelido carinhoso de Deia, pelo qual será tratada durante toda a narrativa. Este nome parece fazer uma referência direta ao pseudônimo da autora, Délia. Já o nome da irmã, Julieta, é também o nome da única irmã da escritora, o que nos parece uma homenagem à mesma. A profissão do pai no romance corresponde à profissão do pai da autora, Patrício Augusto da Câmara Lima, funcionário público, conferente na alfândega da Corte do Rio de Janeiro. Há ainda outras referências da autora que sugerem a construção das personagens de *Duas irmãs*. No entanto, estas informações são apontadas apenas como curiosidades: “Não se deve, todavia, fazer elucubrações tentando ler no enredo a vida da autora; ela própria alertou inúmeras vezes contra estas explicações fáceis e fúteis, porque indevidas” (TELLES, 2011a, p. 13).

O romance tem início na cena em que o pai de Diana/Deia, Carlos de Araújo, a intima em seu escritório sobre a descoberta que fez acerca de seu romance com o primo Jorge, sobrinho de seu pai, com quem viviam sob o mesmo teto há muitos anos. Desse romance oculto, do qual

somente a irmã Julieta tinha conhecimento superficial e que foi descoberto e até incentivado pela madrasta das irmãs, resultou a desonra e a perdição de Deia.

Confrontada pelo pai, Deia assume sua falha e diz que o primo irá reparar o erro, que eles se amam e que pretendem se casar. No entanto, o pai tinha outros planos para a filha. Como era uma moça bonita, ele relevaria sua falta e a casaria com um homem de posses. Nesta passagem já nos deparamos com a primeira crítica em relação à forma como os casamentos eram arranjados, em forma de negócio pelo patriarca da família, que obtinha real privilégio se tinha filhas dotadas de bela aparência.

Deia acredita que o primo virá em seu socorro, mas o mesmo já estava comprado pelo pai e enamorado da madrasta, quando, convocado à presença de pai e filha, diz a Deia que a deixará para que siga um caminho mais feliz, ao lado de outro homem que poderá oferecer-lhe uma vida mais segura e com os luxos que ela merece.

Uma primeira decepção partiu o coração de Deia, frente à recusa do homem a quem dedicou todo o seu amor, se entregando na promessa de uma vida futura. O primo ainda afirma que manteria completa discrição sobre o que se passou com os dois, se revelando um homem pérfido, “desprezível e egoísta”, nas palavras da própria personagem.

A partir de então, o pai revela que o noivo de Deia será Maurício Barreto, um homem rico e distinto, que havia pedido a sua mão. Ela recusa a oferta do pai, dizendo não achar certo iludir um homem de tal condição, ocultando a sua desonra. Se fosse outro qualquer, ela aceitaria. No entanto, para convencê-la, o pai ameaça revelar a sua falta para Julieta, separando-a da única e adorada irmã. Deia ainda enfrenta o pai, uma última vez, afirmando suportar essa distância da irmã, até se tornar maior e poder viver independente, atuando como professora. Essa era uma das ocupações que muitas moças do final do século XIX, sem perspectivas de um bom casamento, se dedicavam, a fim de garantir sua sobrevivência.

Diante desta negativa, o pai ameaça a filha de forma violenta, levantando a mão para ela, e Deia, sem mais argumentos, nem como escapar, assente à imposição do patriarca, e aceita o casamento proposto. Mas antes, externa um último desejo, saber quem lhe revelou a sua relação com o primo Jorge, ao que é prontamente atendida: “Sua madrasta, que se interessa por você e que me obrigou a ser indulgente; sua madrasta, cujo afeto você não reconhece” (BORMANN, 2011, p. 27).

Em seguida a narradora volta no tempo e apresenta ao leitor o início do casamento dos pais das duas irmãs, denunciando o insucesso que foi aquela união e o sofrimento que ela representou na vida da esposa, Amélia Ruiz. Esta, veremos na narrativa, somente encontrou alento e força para seguir a vida na missão da maternidade.

Carlos de Araújo trabalhava na alfândega da Corte e, aos poucos, foi galgando os degraus da carreira que tanto almejava. “Tinha 30 anos, boa saúde e alguns conhecimentos superficiais sobre as graves questões daquela época, conversava e dançava bem, não contraía dívidas, nem dava escândalos. Em matéria matrimonial, podia ser reputado em conta de bom partido” (BORMANN, 2011, p. 29). Interessa destacar a expressão “não contraía dívidas” que, naquela sociedade, representava a maior degradação para o gênero masculino. A mulher perdia-se na desonra ao se perder a virgindade antes do casamento, como observamos no ocorrido com a protagonista Deia e veremos, mais adiante, com muitas outras personagens de Délia. O homem perdia-se quando era viciado em jogos, e sua ruína se dava pelo meio material. Podia, no entanto, se restabelecer e recuperar sua dignidade. À mulher, tal oportunidade era negada para sempre, depois da falta cometida.

Entre muitas pretendentes, Carlos se encantou por Amélia Ruiz. Com descendência espanhola, era linda, sensual e muito atraente. Ela o amou ternamente, mas ele a desejava voluptuosamente, votando-lhe muito mais um amor de instintos e carnal. Ignorava totalmente os sentimentos que ela trazia em seu coração, e desejava sugar ao máximo sua beleza e toda a sensualidade, tratando-a como trataria qualquer mulher pública. Muito logo, Carlos começou a agir com Amélia de forma bruta e grosseira, tornando-se indigno do amor que a esposa lhe votava.

A salvação para a vida de angústia e sofrimentos no casamento veio com a maternidade. Primeiro nasceu Diana, a quem passou a chamar de Deia, e dois anos depois, Julieta. As meninas se tornaram a missão de vida de Amélia, uma graça enviada pelos céus. Cuidou das filhas com o maior esmero. Personagem sensata e instruída – como a maioria das mulheres de Délia –, educou as filhas nos anos iniciais com as primeiras leituras, e depois contratou professores para continuar sua educação. A isso seu marido não se opunha, respeitando a idolatria materna.

Assim como Madalena, do romance anterior, Amélia Ruiz era uma mulher bonita e muito cortejada na sociedade. No entanto, jamais se deixou corromper e seu alento era zelar pela vida das filhas. Com o tempo as meninas começaram a entender a relação dos pais, demonstrando predileção, obviamente, pela mãe resignada, frente às grosserias do marido bruto. Mas como as mães não são eternas, Amélia é acometida por uma afecção pulmonar que vai minando sua vida, aos poucos, deixando-a enferma por três longos anos. Nesse período, aumentou o desprezo e as grosserias do marido com a esposa, que já não tinha mais forças para nada. Essa atitude de Carlos causava profunda revolta nas filhas, que a essa altura, já estavam com seus 14 e 12 anos, quando ficaram órfãs de mãe. A partir de então, as irmãs sentiram-se

profundamente desamparadas e viram aumentar ainda mais a cumplicidade e o amor fraterno entre elas, inculcido em seus corações pela mãe convalescente.

Após a morte de Amélia, Carlos manteve sua viuvez e a família vivia feliz. O pai desfrutando de uma vida social intensa de homem livre e as filhas cada vez mais unidas pelos laços fraternos, que se estendiam ao primo Jorge. Três anos se passaram até que Carlos resolveu casar-se novamente, quando se surpreendeu enfeitiçado por uma morena vinte anos mais jovem, chamada Ester. Após o casamento, notando as reservas por parte das enteadas em relação à união do pai com uma mulher de idade próxima à delas, Ester começou a assumir a personalidade da madrasta má, manipuladora do marido e traiçoeira com as filhas.

Foi por essa época que começou a nascer o amor ingênuo entre os primos Deia e Jorge que, ao ser notado pela madrasta, esta viu naquele amor, que rompia os jovens corações, a oportunidade de se vingar da enteada mais velha, a que julgava mais ofensiva. Usando de suas artimanhas de mulher fatal e dominadora com o marido, Ester foi, aos poucos, persuadindo o marido a seu favor contra as filhas e, ao mesmo tempo, criando uma teia de situações para que crescesse o amor entre Deia e Jorge, até que a jovem casta fosse seduzida pelo primo. No entanto, Ester também já estava enamorada de Jorge e, num ato de vingança, criou toda a trama que desembocou nos relatos do início do romance. Contou ao marido a desonra da filha, induzindo-o a perdoar-lhe a falta e a obrigando a se casar com outro homem, que correspondesse à sua ambição de sogro. Fez com que Jorge desistisse de lutar pela prima e, para isso, intensificou nos seus artifícios de sedução para com o rapaz, do qual se tornou amante, desde então.

Depois da conferência com o pai, e a desilusão com o primo, Deia volta ao quarto, resignada, e dá a notícia de seu casamento com Maurício Barreto para a irmã Julieta. Conta ainda da falta de escrúpulos do primo, mas omite que a ele havia se entregado. A cena termina com uma severa crítica da autora ao casamento para a mulher daquela época. Deia, em forte tom de ironia, diz à irmã que aceitou o casamento, afinal “serei rica e feliz!” (BORMANN, 2011, p. 38). Era essa a concepção patriarcal de felicidade para as mulheres no casamento, garantirem a sua segurança financeira. O amor ficava em segundo plano.

Maurício era o tipo de homem que qualquer mulher sonharia em ter como marido. Rico, bonito, educado, fino, gentil, de caráter reto e atitudes irrepreensíveis, ele tinha apenas 30 anos, administrava a fortuna que herdou do pai e recusou vários casamentos por conveniência. Estava totalmente apaixonado por Deia e disposto a ser o melhor esposo que ela pudesse desejar. “Deia o teria amado, se o houvesse conhecido antes da catástrofe, que despedaçara sua vida e ilusões” (BORMANN, 2011, p. 42).

Três meses depois acontecia o grande evento social e religioso da união de Deia e Maurício. Ele estava exultante de felicidade, mas Deia se apresentava apática, sem expressões. Estava apenas a cumprir mais um dos protocolos impostos às mulheres da época, ao qual não teve forças, nem argumentos para dissuadir. Na noite de núpcias, já em sua alcova, ao sentir a tentativa do beijo do marido, recuou, tirando-lhe o chão. Maurício observou nesta atitude um sentimento de repulsa e foi, então, que para se justificar, Deia lhe narra todo o seu infortúnio e como foi obrigada a aceitar essa união. Mas também afirmou que não se achava digna do amor do esposo. Propõe-lhe a deixá-la partir e tentar a vida como desse. Num ato de nobreza, Maurício entrega-lhe a chave da porta que ligaria seus quartos e diz que a mesma deveria ser fechada para sempre, propondo-lhe uma convivência de aparências: “Nada receie, será minha mulher, em nome somente; salvaremos as aparências; terá toda liberdade nessa casa” (BORMANN, 2011, p. 48). Aqui, observamos novamente a criação de uma sensibilidade masculina que será característica em toda a obra de Délia, muito na contramão da sociedade patriarcal do período. A nobreza do ato de Maurício é justificada no romance pelo amor que ele devotou a Deia e que crescerá ainda mais na convivência cotidiana, sem nunca terem se tocado. A autora cria, assim, um amor idealizado em um plano superior ao carnal, como o mesmo observado no romance anterior, entre Madalena e o Conde Paulo d’Orcey.

O que Deia não contava é que a atitude de Maurício e a forma como passa a ser tratada e respeitada nesta união que eles acordaram, faria com que o amor começasse a brotar também em seu coração. A narrativa se desenvolve com cenas cotidianas e descrições da vida social de uma família da corte brasileira do Segundo Reinado, cercada de todo luxo que uma vida abastada poderia proporcionar. E, em todas as situações públicas, a máscara social fazia parte da trajetória do casal. Embora se falassem pouco a sós, havia muito respeito entre ambos. E, mesmo quando Deia dá conta de que ama o marido, continua não se sentindo digna desse amor e, por orgulho, agora de ambas as partes, nenhum deles toma a iniciativa de romper a distância imposta entre eles.

Para passar o tempo, Deia aproveita a magnífica biblioteca do marido e se lança aos estudos das ciências, filosofia, literatura, religião. A jovem senhora, sentindo-se redimida pela dor, não encontrava em sua religiosidade as respostas que procurava para suas desventuras. Esperava que a ciência pudesse lhe trazer algum alento. “Leu Büchner, Czolbe, Moleschot, Tuttle, Kraemer, Ângelus-Silesius, Huschke, Secchi, Faraday” (BORMANN, 2011, p. 59). Nesta parte do romance observamos um dos traços marcantes do Naturalismo Brasileiro, inserindo na obra as principais vertentes dos estudos científicos e filosóficos da época, além de demonstrar uma oportunidade encontrada por Délia de apresentar, por meio da literatura, a sua

erudição, uma raridade para as mulheres do século XIX. Isso fez com que várias de suas personagens assumissem uma postura de vanguarda. No casamento da irmã, em uma roda de conversas masculina, Deia aproveitou o momento para demonstrar sua inteligência e defender suas opiniões, permitindo-lhe crescer ainda mais aos olhos do amado Maurício.

Como podemos observar, embora o romance seja sobre as “*Dois irmãs*”, a história de Deia monopoliza quase todo o enredo. Para Julieta, são menores as figurações na narrativa. Enquanto Deia pode ser considerada a personagem de ruptura, Julieta representa a vertente de tradição, refletindo o papel da moça casta e ingênua, que se submeteu à autoridade do marido. Casou-se também pouco depois de Deia, com um homem aparentemente de boa índole, dono de uma loja de modas e com fama de rico. Era se chamava Cesário de Castro. Mas para Julieta “o casamento fora o abismo, onde todas as suas esperanças se sumiram, deixando-a atônita e pesarosa” (BORMANN, 2011, p. 81).

Cesário usou e abusou da beleza e juventude da esposa, não a respeitando como tal, e desprezando totalmente toda a sua doçura e fragilidade. Era o típico personagem patriarca que via na mulher apenas a criatura a satisfazer os seus desejos. Tão logo se cansou da esposa, voltou à vida de vícios, jogos e prostitutas, deixando-a abandonada. Não tardou a começar a perder tudo e a vivenciar a sua ruína. Percebendo o calvário da irmã, Deia passa a ajudá-la financeiramente, até que descobre que Cesário usurpava também esse dinheiro que a esposa recebia. Assim, para dar mais conforto a Julieta, a irmã não mais lhe entrega o dinheiro, mas assume, diretamente, as principais despesas da casa.

A experiência do casamento para Julieta foi muito próxima à de sua mãe. No entanto, durante cinco anos nesta união, ela sofreu muito mais que a sua mãe em quase duas décadas de casamento. Logo a maternidade também veio surpreendê-la e, essa personagem tão resignada, inicialmente experimenta repulsa pelo feto em seu ventre, por sentir que, mesmo casada, aquela criança representava o fruto dos estupros que a esposa vivenciou em seu casamento. “Quisera arrancar de si esse ser, gerado sem amor, sem estima, sem prazer, e oriundo de um ente que lhe inspirava asco!” (BORMANN, 2011, p. 83).

Muitas outras personagens de Délia irão evitar a maternidade exatamente pela maneira como são tratadas pelo marido, como um gesto de protesto, diante de sua silenciosa submissão. O retorno à resignação veio com o contato da filha em seus seios. Ela deu à luz Clara, e com a maternidade, novo ânimo ascendeu-lhe. Deia estava amparando a irmã em todos os momentos. Ambas permaneciam unidas pelo amor fraterno, mas também por suas desventuras.

Como Cesário de Castro não mudava de vida e estava caindo cada vez mais baixo, Julieta pediu o divórcio, mas teve que recuar diante da ameaça de lhe ser tirada a guarda da

filha. Aqui, Délia faz mais uma crítica ao universo hostil das leis a que eram submetidas as mulheres de sua época. Muitas delas, assim como Julieta, se prendiam ao casamento por dependência financeira e pelo dever, reforçado pela Igreja Católica. Quando do divórcio, permitido em raros casos, muitas vezes elas perdiam a guarda dos filhos. As leis eram feitas pelos homens e para favorecer a continuidade do modelo de sociedade patriarcal.

Por graça divina, não demorou muito a morte de Cesário, diante da degradação e desregramento em que vivia. Desta forma, Julieta, enfim, libertou-se dos grilhões que esse casamento representava em sua vida. Foi prontamente amparada por Deia e Maurício, que a recebeu em sua casa e passaram a cuidar mais de perto da sobrinha Clara, como se fosse uma filha. Esse casal, que vivia uma relação de aparências, não seria agraciado com a chegada de um filho biológico.

Já caminhando para o final do romance, a narradora apresenta a degradação moral da vida dos algozes de Deia. Seu pai descobriu a relação adúltera de Ester e Jorge e, no susto, acabou fulminado por uma “congestão cerebral”. Sem marido, Ester ficou à mercê da sorte. Logo abandonada também por Jorge, viu em sua beleza a oportunidade de enredar outros homens e viveu, assim, uma vida pública “à custa de sua formosura, tendo amargas decepções e cruéis represálias” (BORMANN, 2011, p. 93). Acometida de varíola, se encontrou solitária e indulgente, sendo que quem lhe estende a mão é a enteada, a quem tanto prejudicou. Deia mostra mais um ato de abnegação, perdendo “cristãmente” a madrasta e a socorrendo nesse momento de degradação e enfermidade. Jorge roubou da firma em que trabalhava, foi despedido e processado. Assim, o próprio destino se encarregava de vingar os dissabores causados a Deia.

Durante parte da narrativa, Maurício já apresentava males do coração, até que um dia, em uma das crises, não mais voltou. Ao cair no chão, Deia veio em seu socorro, assustada e pressentindo a morte do esposo, declara-lhe, finalmente, o amor que sentia. Recebe a mesma declaração e, no momento do último suspiro do marido, finalmente se beijam. A esposa vive o luto dilacerada, porque somente naquele momento da partida teve coragem de se declarar e de tomar conhecimento de que também era amada. Pela primeira vez abre a porta do quarto que os separava. Aquela porta, simbolicamente, representava o orgulho que existia entre eles, não permitindo se declararem. Ao tocar os objetos pessoais do marido descobre seu diário e, então, tem a oportunidade de reviver nas linhas escritas por Maurício todas as ocasiões em que comprovava o amor que devotou a ela. Antes um alento para seu espírito, estas revelações dilaceravam ainda mais a sua alma e Deia foi se definhando de tristeza, esperando somente a morte.

Novamente, assim como Madalena, do romance anterior, a protagonista de *Duas irmãs* acredita a possibilidade de redenção pelo sofrimento desta vida e espera, pacientemente, a oportunidade de encontrar e viver o seu amor na eternidade. Maurício também a esperaria conforme registrado em seu diário: “Amo-te! a ponto de me tornar crente e de esperar a eternidade contigo, em outra vida! Deia, lembra-te de mim, tu, que lastimas os pássaros mortos no inverno e as flores sepultadas na neve!” (BORMANN, 2011, p. 103). A cena final do romance se dá com o cumprimento desta promessa, quando Deia cerra as pálpebras, sorrindo, e recebe Maurício que veio a seu encontro.

Duas irmãs traz, em sua narrativa, muitos aspectos possíveis de serem alinhavados em toda a obra de Délia. Suas personagens estão quase sempre submetidas às convenções sociais e a cumprir o dever em detrimento do querer. No entanto, mesmo diante do quadro de resignação a que são sujeitadas, elas sempre conseguem uma oportunidade para romperem com as situações que lhes são impostas. Outro detalhe interessante a ser enfatizado, se refere à cumplicidade que se estabelece entre estas mulheres, seja pelos laços da maternidade, da amizade ou da fraternidade, sempre haverá uma teia solidária, fazendo com que elas possam caminhar de forma menos penosa, se amparando mutuamente, enquanto inseridas naquela sociedade patriarcal dos oitocentos, que muito lhes restringia.

Assim como *Madalena*, *Duas Irmãs* também ainda não recebeu a atenção dos pesquisadores. Embora já exista a publicação de resgate disponibilizada por Norma Telles, desde 2011, nenhum trabalho científico foi localizado. Conforme pudemos observar também, esse romance, embora com uma temática tão característica do contexto em que foi escrito, deixa de ser datado e pode se enquadrar perfeitamente em muitas realidades do nosso universo social contemporâneo.

3.3 UMA VÍTIMA

Também escrito em 1883, conforme o registro da autora no fim do romance, *Uma vítima* é o terceiro romance de Délia que apresentamos, cronologicamente, embora saibamos que nesse ano ela escreveu também *Duas irmãs*, apresentado anteriormente, e *Aurélia*, que veremos na sequência. *Uma vítima* foi publicado em formato de folhetim no jornal *Gazeta da Tarde*, no Rio de Janeiro, de propriedade e redação de José do Patrocínio, entre 18 de fevereiro e 19 de março de 1884 e, neste mesmo ano, também recebeu publicação em formato de livro, na edição já apresentada de Evaristo R. da Costa, pela Tipografia Central, sob o título *Uma vítima, Duas*

irmans e Magdalena. Foi a partir desta obra que Norma Telles realizou o resgate do texto que disponibilizou na *Coleção Rosas de Leitura* e, então, tivemos acesso a seu conteúdo.

Esses três primeiros romances de Délia podem ser classificados ao que Telles (2011b) denominou de “romance familiar”. Embora possuam a mesma temática, trabalhando com as relações entre os entes familiares – pai, mãe, filhos, irmãos, cônjuges... –, e como elas se externam para a vida pública, as abordagens se alternam em cada enredo. O viés do casamento na sociedade do final do século XIX e a sua vivência, pautada em sustentar as aparências, faz com que Délia aborde o casamento nestas obras como uma “via dolorosa” na construção de suas protagonistas, sempre intimadas a manter na vida pública, o peso das máscaras sociais.

Uma vítima é a referência direta à personagem principal, Lúcia. Uma menina dividida entre o mais sincero amor paterno e o desprezo e a frieza da mãe, que verá nela, desde cedo, sua principal rival. Lúcia desejou na trama do romance ser uma vítima do próprio destino. No início da narrativa ela conta quinze anos de idade e está saindo do colégio interno, onde estudou desde os sete anos. Era esse um dos importantes colégios dirigidos por francesas na Corte do Segundo Reinado que oferecia às meninas de classe alta a educação para a vida do lar e um pouco mais do que era permitido normalmente às mulheres. O pai de Lúcia esmerou em sua educação e enviava para a filha professores particulares de alemão, italiano e também música.

Seu pai, Caetano Pinto, era homem de família tradicional no Rio de Janeiro, filho de desembargador e herdeiro de grande fortuna. Inteligente e muito honesto, se formou em direito e, desde cedo, passou a exercer a advocacia. Isso lhe rendeu a posição de jurisconsulto e deputado geral no império de D. Pedro II. Casou-se, aos 25 anos de idade, com Melânia Amália Costa, uma jovem donzela de apenas 15 anos, por quem devotou amor sincero e profunda veneração por toda a vida. Com apenas um ano de casados, Melânia deu a luz à Lúcia.

Desde bebê, essa criança passou a receber o amor paterno e sua sincera devoção. A mãe, Melânia, ainda muito nova, não dispensava cuidados à filha, nem a amamentou. Lúcia foi criada sob os cuidados de uma ama alemã, a quem Caetano muito bem recompensava. A menina também era muito apegada à avó paterna, com quem conviveu intensamente durante os primeiros anos de vida, inclusive ficando sob seus cuidados na ocasião em que os pais, por insistência de Melânia, saíram em passeio pela Europa, pelo período de dois anos. Quando do regresso, Caetano perdeu o pai e, logo em seguida, a mãe. Foi a primeira experiência de perda na vida de Lúcia, o que a deixou muito triste. Ela já contava cinco anos e se apegou mais ainda ao pai, visto que a mãe continuava a lhe tratar com muita frieza. “Lúcia pouco se achegava à mãe: beijava-a, às vezes, receosa, com certo cuidado, como se temesse amarrotá-la ou desgostá-

la. Eram uns beijos convencionais, sem efusão [...]; não tinham o sabor dos selvagens abraços que dava ao pai” (BORMANN, 2012, p. 22).

A ideia de colocar a filha no internato partiu da mãe que, mesmo sob os protestos de Caetano, acabou por convencê-lo que seria o melhor para a educação da menina. Afinal era assim que as mulheres de sua classe social se educavam. Mesmo contrariado com essa perspectiva, o marido cede à esposa, pelo amor ardente que a devotava. Lúcia, mesmo sofrendo com a eminência desta separação, acaba anulando sua vontade, resignada, atitude que a acompanharia ao longo de toda a narrativa do romance.

Quando Lúcia finalmente retorna ao lar, aos 15 anos, é recebida com a indiferença da mãe que, ao ver a moça bela em que se tornara, outra vez é atingida pelo sentimento do ciúme. Caetano propõe um grande baile para apresentar a filha à sociedade e, novamente, Melania o convence a partirem com a menina para mais uma temporada na Europa, adiando a aparição da filha, a quem desde sempre mirou como uma rival.

Délia constrói a personagem Melania como “uma dessas naturezas superficialmente frívolas, mas eivadas de revoltante egoísmo” (BORMANN, 2012, p. 27). Ao longo do romance fica claro que ela jamais amou o marido. Casou-se, obviamente, pela condição financeira que o noivo possuía e a vida que poderia oferecer-lhe. Caetano, ao contrário, idolatrava a esposa, e esta o recebia como “seu escravo submisso e adorador”. Um homem tão culto e temido por seus adversários políticos, caíra nas artimanhas do amor que devotava à esposa. “É que o amor veemente cega!” adverte a narradora. (BORMANN, 2012, p. 28).

A família permaneceu na Europa pelo período de três anos e, nesta ocasião, Lúcia afirmou ao pai que somente se casaria com alguém que verdadeiramente amasse, mas que seria difícil isso acontecer, pois o amor do pai a absorvia, não vendo possibilidade de dois amores em um mesmo coração. Caetano, por outro lado, se enchia de ciúmes de um possível genro, ao imaginar a filha casada. Sobre essa relação pai-filha, Telles aponta que se trata de uma relação “de proximidade, muito amor, camaradagem, comunhão de ideias e companheirismo. Uma relação no limite da incestuosa que reflete traços do Romantismo, pois o fascínio pelo incesto era uma obsessão muito difundida nos enredos dessa tendência cultural” (TELLES, 2012, p. 6). De fato, era uma relação exacerbada, propensa a muitos sacrifícios, como veremos mais adiante.

Aos 18 anos, quando regressaram da Europa, Lúcia será, enfim, apresentada à alta sociedade carioca. Sua beleza, porte e educação refinada, além do belo dote, obviamente, fez com que crescesse rapidamente a fila de pretendentes. Ela rejeitou todos os casamentos e, como disse ao pai, não se imaginava votando sentimento a um homem que não fosse o amor paternal

que sentia por Caetano. No entanto, o destino lhe reservava uma grande tragédia que mudaria totalmente os rumos de sua trajetória.

Certa ocasião, num final de tarde, Lúcia encontrava-se à janela do gabinete da mãe, quando inesperadamente Melania, acompanhada de Rodolfo de Souza, adentra a porta do recinto, vociferando em tom alterado. Rodolfo era um dos jovens rapazes que frequentava seu palacete nos saraus semanais. Sem tempo de revelar sua presença, Lúcia ouve a mãe repreender o jovem por estar distante e não procurá-la com a devida frequência. Rodolfo, justificando prudência, pergunta se Melania duvida de seu amor e, em seguida, toma-lhe em seus braços e a surpreende com um profundo beijo. Lúcia que tudo vê, sente o coração pulsar acelerado, fica inerte pelo susto e só leva a mão à boca para reprimir uma exclamação. “Indignou-se, vendo que Melania traíra aquele marido, personificação de todas as grandezas, louco por ela, carinhoso, escravo de seus desejos. Tanta superioridade não a impedira de se agradar de outro homem, inferior a ele em todos os sentidos” (BORMANN, 2012, p. 35).

O que Lúcia não imaginava é que seu pai, a procurando, adentra repentinamente no gabinete e vê a esposa e o jovem rapaz sentados muito próximos, em situação suspeita. E questiona se eles conspiravam de portas fechadas. Nesse momento, num impulso, tudo se arquiteta na mente perspicaz de Lúcia. Ela sai de trás das cortinas e corre para o pai, dizendo que conspiravam sim; que Rodolfo, com o consentimento dela, estava pedindo a sua mão em casamento à mãe. Essa afirmação, rapidamente dissipou a dúvida sobre o caráter da esposa.

Lúcia, então, pede que a mãe e Rodolfo a esperem na sala e explica ao pai que amava Rodolfo, e por isso aceitava o pedido de casamento. Mas que o pai poderia ficar tranquilo, que o amor filial era muito maior e que ela continuaria vivendo naquela casa. Mais tarde, a sós com a mãe e o rapaz, revela-lhes o que fizera. Revoltada e muito triste com o segredo que descobriu, afirma ao casal que se casaria com Rodolfo, mas que seria uma união de aparências e que viveriam em quartos separados, podendo ele continuar gozando sua vida como se solteiro fosse. Justifica, ainda, sua atitude, como a única ideia que lhe veio no momento para salvar a mãe da descoberta de sua desonra e poupar ao pai, a quem tanto amava, de tamanho desgosto. “A fim de encobrir ao pai a revelação da irremediável desgraça, sacrificara sua existência, repelindo para longe os encantados sonhos da juventude” (BORMANN, 2012, p. 40).

Assim se sucedeu, o casamento aconteceu e eles levaram uma vida que não se desejaria a nenhum inimigo. Melania não suportava ver a filha casada com o seu amante e aquela união impôs muitos limites aos encontros fortuitos dos amantes. Isso fez crescer cada vez mais o ciúme e a disputa que movia aquele coração frio, incapaz de oferecer amor materno. Rodolfo sofria pelo fato de, num arroubo de juventude, ter se prendido numa união com regras que muito

o entediava. Com o tempo, esse sofrimento foi aumentando, gradativamente, à medida que ele foi se sentindo cada vez mais apaixonado por aquela bela jovem, que até então não havia enxergado. Arrependido, com asco da amante, seu desejo era desaparecer para sempre, já que jamais teria o amor de Lúcia. Esta, no entanto, foi a mais desgraçada nesta união. Ela viu todos os seus sonhos e desejos reprimidos por esse casamento. Por amor ao pai, abria mão de um futuro promissor e vida de alegria e felicidade que poderia ter, ao encontrar o seu ser amado. “Conservaria a pureza do seu corpo, morreria casta e pura, mas deveria tolerar a presença do marido, vê-lo todos os dias, viver no meio daquela abjeção, presenciando as queixas e arrufos de Melania e o tédio crescente de Rodolfo” (BORMANN, 2012, p. 45). Somente Caetano, ignorante ao que, de fato, acontecia, agia naturalmente no meio da trama sórdida que se instalou na vida daquela família.

A narrativa se desenvolve nesse enredo e muitos revezes se sucedem ao longo do romance. Cada dia mais abatida, Lúcia vai se sentindo fraca pelo sofrimento de manter a máscara do seu martírio. Por conselhos médicos retira-se com o pai para passar uma temporada na ilha de Paquetá. Esse retiro foi uma forma de repor as energias ao lado daquele a quem verdadeiro sentimento votava. Nesse trecho do romance, Délia faz menções ao romance *Moreninha*, de Joaquim Manuel de Macedo, quando apresenta a pedra em que a personagem Carolina ficava. Também apresenta ao leitor a casa em que José Bonifácio de Andrada se refugiou, já fazendo uma referência à abolição da escravatura que também será tocada no enredo desse romance. Nesse período de refúgio o pai aproveita para escrever o discurso de volta aos trabalhos de deputado na Câmara. O sonho de Lúcia era ver o pai como ministro do Império, o que tão logo se realizaria.

Nesta etapa do romance, o personagem de Caetano faz um discurso, como deputado, em defesa da abolição da escravatura. Relembra a Lei do Ventre Livre, mas adverte que ela não era suficiente. “A escravidão, essa praga social, é hoje um anacronismo e, como tal, um fator nulo, se não nocivo na civilização dos povos” (BORMANN, 2012, p. 64). A narração dessa cena revela a tribuna da câmara repleta de mulheres, o que não era comum na época, quando a elas era negado totalmente o envolvimento com a política e as questões do Estado. Mas a autora também “crítica as motivações de algumas que ali estariam como em um simples evento mundano, sem entender os impasses e as grandes causas discutidas” (TELLES, 2012, p. 10).

Será a primeira vez que encontramos na obra de Délia um viés abolicionista, visto que muitas autoras do século XIX já erguiam essa bandeira, e o período em que o romance foi publicado estava inserido em fortes movimentos abolicionistas. Em *Angelina* (1886) e *Celeste* (1893), o tema da escravidão será pontuado sob outra perspectiva.

Outra proposta levantada pelo personagem Caetano, já em posição de ministro da Agricultura, mais tarde, seria a criação de um imposto territorial e imposto de renda, como já ocorria em países da Europa. Suas ideias foram fortemente rechaçadas pela elite urbana e agrária daquela época, que seria atingida por essa reforma. Interessante notar como Délia estava antenada com os assuntos políticos de sua época, ainda que essa questão tributária seja tão atual. Um século e meio depois e o Brasil ainda continua com a mesma dificuldade em implantar uma reforma tributária e em criar impostos diferenciados, como alíquotas mais equilibradas para o imposto de renda e a taxaço de grandes fortunas. Observamos que o poder continua centrado nas mãos da grande elite, tanto agrária, quanto empresarial.

Caetano, sempre em companhia da filha, já vinha desconfiando de sua tristeza e de que alguma coisa estava errada em sua vida, mas Lúcia mantinha-se forte na resignação do papel que se dispôs a representar. Nesse tempo, Rodolfo, com repulsa da amante, a personificação de sua culpa, e apaixonado pela esposa, arrependido, resolve se afastar por um tempo, indo para a Europa, passar uma temporada, alegando tratar de sua saúde. Isso foi suficiente para Melania entrar num profundo estado de histeria, com ataque dos nervos, do qual nunca mais iria se recuperar, tendo fortes crises convulsivas. Quando se encontrava nesse estado, falava tudo sobre o seu passado, o que aumentou ainda mais a vigília da filha, a fim de que o pai não descobrisse o segredo daquele triângulo.

Como se não bastasse todo o sofrimento de Lúcia, ela vem a conhecer, em um dos muitos saraus que frequentava, aquele que estaria destinado a ser o amor de sua vida, Dr. Máximo de Andrade. Recém-chegado da Europa, ele é a personagem masculina desse romance – Délia cria um deles em todos os seus romances –, dotado de todas as qualidades nobres que um homem deve ter, mas, principalmente, possuidor de grande sensibilidade. Assim era Máximo, grande beleza física e de muitos talentos. Logo ele e Lúcia estariam apaixonados. No entanto, sabendo da condição de mulher casada, jamais se insinua a ela, mas sua presença constante revelava muito mais que quaisquer declarações. Máximo foi trabalhar com Caetano na pasta de seu ministério, o que facilitou a Lúcia, quando não vendo mais condições de se afastar do sentimento que nutria, solicitou ao pai que o enviasse em missão a outro país, alegando que isso seria muito importante para a sua carreira. O pai que já vinha desconfiando, não tardou a atestar suas suspeitas. A confirmação de tudo se deu por meio de Melania, que em uma de suas crises de delírio, amparada pelo esposo, acabou por revelar toda a verdade e como tudo se sucedeu: a traição, a descoberta de Lúcia e a trama armada por ela para que o pai não tomasse conhecimento da verdade. Sem reação, por retribuição ao amor filial, ele perdoa a esposa, mas entra no jogo das máscaras, fingindo-se de que nada sabia.

Pouco tempo depois, Lúcia acaba perdendo o pai, já fraco e abatido. Não sem antes, em seu leito de morte, revelar que ficara sabendo de tudo e da resignação da filha, pedindo-lhe perdão por não ter sido capaz de tomar nenhuma atitude. “Enquanto falara, Lúcia o ouvira, pasma, petrificada pela terrível amargura do seu inútil sacrifício” (BORMANN, 2012, p. 142).

Há uma expectativa da recepção de que, ao descobrir a verdade, Caetano acabasse com aquela farsa, buscasse meios de anular o casamento da filha, que nunca se consumou, e a deixasse livre desse fardo, podendo procurar Máximo e viver, de fato, um grande amor. Esta seria, inclusive, uma forma de retribuir o amor da filha. No entanto, não é o que acontece, Caetano sucumbe às normas que regiam aquela sociedade patriarcal e prefere manter as máscaras sociais a enfrentar um possível escândalo em sua família.

Com a perda do pai e com a dúvida de que a sua resignação não surtira o efeito desejado, pois Caetano descobriu a traição daquela mulher que tanto idolatrava, Lúcia se vê longe do amor de sua vida e, lentamente, vai morrendo até o seu último suspiro, três meses depois. “Durante esta cena, Lúcia lançara sobre o rosto o lenço umedecido de lágrima.” (BORMANN, 2012, p. 147).

Por ser o primeiro romance na ordem de apresentação do livro publicado, *Uma vítima* parece ter sido o único que recebeu algumas críticas nos jornais da Corte do período. O jornal *O Paiz* publicou uma resenha dividida em duas publicações: iniciou na edição 047, de 17 de fevereiro de 1885, páginas 2 e 3; e finalizou na edição 063, de 05 de março do mesmo ano, página 2. O autor da resenha, não identificado no texto, inicia questionando o porquê dos escritores, há algum tempo, terem abandonado o gênero do romance.

Não há gênero mais acessível às classe sociais, carecedoras de lição e ensinamento, e a razão é que não há inteligência, por menos educada, por menos esclarecida, que seja, que, ao menos uma vez, não tenha sido transportada da vida real, por um sonho, por um desengano, por uma esperança, talvez, para o mundo das fantasias douradas, para as regiões do ideal de que faz o romance a sua fábula, revestindo-a, contudo, dos atrativos da verossimilhança, quando não lhe é força e prestígio a própria verdade, misteriosa ou rara, conseqüente ou revoltante. E é isto assim, porque (a regra é de todos sabida) são a verdade e a ficção as principais condições do romance, que é um produto da arte, em que o coração colaborou, e a que presidiu a inteligência (BIBLIOGRAFIA..., 1885, p. 2).

Outra crítica importante foi localizada na *Gazeta da Tarde*, com autoria anônima, faz referência aos três romances publicados em volume único, onde o autor relembra ter tido o primeiro contato com a obra de Délia no jornal *O Cruzeiro* e não havia gostado muito do texto da autora, parecendo trabalho de uma autoria muito incipiente. No entanto, alguns meses

depois, havia lido alguns contos e crônicas da autora na *Gazeta da Tarde* e ficou impressionado, tendo que refazer o seu juízo inicial. Aplaudia a obra *Aurélia* e, agora, de posse do volume contendo *Uma vítima*, *Duas irmãs* e *Madalena*, precisava externar seu julgamento:

Nos três romances que recebi são apresentados uns tipos reais e verdadeiros, com tudo que eles têm de bom e mau, sem paixão, contrariamente ao que sucedia antes, em outros trabalhos. O estilo de Délia, se não tem ainda a uniformidade que se nota nos escritores de nomeada, caminha para esse fim e segue estrada segura. Por ele vêm-se acentuados, profundamente, os requisitos exigidos para o bom romancista. [...] Ainda hei de vê-la cercada de merecidos elogios; ainda hei de encontrá-la entre os romancistas de primeira plana (DÉLIA..., 1885, p. 2).

Dias antes, logo após a publicação dos romances, o jornal *O Paiz*, da província do Maranhão, (ROMANCES..., 1884, p. 2), corrobora com o valor literário das obras apresentadas aqui, dizendo da excelente aceitação que tiveram pelo público carioca e os elogios rendidos à autora pela imprensa fluminense, acentuando a primazia de certas personagens serem criadas por “pena” manejada por mãos femininas, exaltando o trabalho de Délia.

Uma vítima apresenta um drama bem elaborado na esteira familiar, explorando os conflitos entrelaçados nas relações de máscaras estabelecidas na sociedade da época. Trabalha o devotamento do marido mais velho para com a esposa mais jovem; a traição desta esposa que se apaixona por um rapaz também mais jovem; a relação de proximidade entre pai e filha que se estabelece devido ao afastamento da mãe para com a filha, numa trama de rivalidade; e, por fim, a submissão da filha, vítima desta trama, resignada em proteger os pais diante de toda a desgraça que se abateu em sua família. Assim como os dois romances apresentados anteriormente, e que apresentam relações entre si, *Uma vítima* também parece não ter recebido atenção da crítica acadêmica contemporânea, visto que não localizamos nenhuma dissertação ou tese publicada sobre a obra.

3.4 AURÉLIA

O terceiro romance de Délia, escrito em 1883 e o quarto na nossa abordagem cronológica, intitulado *Aurélia* foi publicado pela primeira vez em forma de folhetim no periódico *Gazeta da Tarde*, no Rio de Janeiro, entre os dias 05 de novembro e 17 de dezembro desse mesmo ano. Há indícios de que o romance também tenha sido publicado em forma de livro no mesmo período. O próprio *Gazeta da Tarde*, durante a publicação do folhetim, inicia uma promoção para seus assinantes, informando que, ao renovarem suas assinaturas para o ano

seguinte, 1884, receberiam como parte de um brinde, uma versão do romance *Aurélia* (EXPEDIENTE..., 1883, p. 1). A partir de janeiro de 1884, observamos nesse mesmo periódico a veiculação de anúncios de venda do romance: “*Aurélia*, romance ultimamente publicado nesta folha por uma distinta escritora fluminense. À venda nesta tipografia, preço 1\$000” (GAZETA DA TARDE, 1884, p.2). Jornais de outras províncias também anunciavam a venda do romance em forma de livro, como o encontrado no jornal *O Paiz*, da província do Maranhão:

Recebemos remetido pelos editores o romance *Aurélia*, publicado no Rio de Janeiro e escrito por uma senhora que, ultimamente, tem aparecido naquela cidade, escrevendo excelentes folhetins na *Gazeta da Tarde*. Neste país, onde raros são os homens que escrevem, não podem deixar de serem bem acolhidos os trabalhos de uma senhora que, com talento e gosto, cultiva a literatura. Agradecemos a oferta (ROMANCE..., 1884, p. 2).

Nesta mesma edição do jornal *O Paiz*, na seção *Anúncios*, os editores informam que o livro *Aurélia* está sendo vendido na Livraria de João d’Aguiar Almeida e C. pelo valor de 1\$000 réis. Outra edição da *Gazeta da Tarde*, no Rio de Janeiro, reproduz uma publicação do jornal *Século*, de Porto Alegre, datada de 16 de março de 1884, em que afirma ter recebido diretamente da Corte, um exemplar do romance *Aurélia*, enviado pela “talentosa autora Exma. Sra. D. Maria Benedita Câmara Bormann, que sob o modesto pseudônimo Délia, oculta seu nome”. Afirma, ainda, que esse romance merece destaque entre os mais importantes autores brasileiros (AURÉLIA..., 1884, p. 1). No entanto, em nossas pesquisas, não localizamos evidências de que outro pesquisador teve acesso a essa publicação em formato de livro.

A circulação do romance pelas diferentes províncias do Império é atestada pelos relatos encontrados no próprio *Gazeta da Tarde* e de críticas sobre o romance publicadas em outros periódicos. Um exemplo destas críticas foi registrado em Porto Alegre, no periódico *Reforma*, em 23 de março de 1884 e é apresentado mais à frente. Além das informações levantadas, localizamos também, em nossas investigações, que *Aurélia* recebeu outra publicação, no ano de 1885, em forma de folhetim, no periódico paulista *Jornal da Tarde*, da cidade de Santos, São Paulo, com início das publicações em 8 de janeiro daquele mesmo ano. Todas estas informações confirmam, pela primeira vez, a importância que a escritora Délia estava assumindo na literatura brasileira daquele momento e a boa receptividade encontrada por sua obra, não somente na Corte, onde circulavam com maior intensidade, mas também em outras províncias do Império.

Norma Telles também resgatou e atualizou o romance *Aurélia*, disponibilizando-o em seu projeto *Coleção Rosas de Leitura*, no ano de 2009. No entanto, em 2014, essa versão do

romance atualizada por Telles recebeu uma edição em livro, organizada pela Editora Mulheres, de Florianópolis, Santa Catarina, por meio da qual realizamos nossa leitura.

Dois dias antes de iniciar a publicação do folhetim, a *Gazeta da Tarde* realizou uma apresentação do romance, reafirmando o anonimato da escritora, ressaltando as suas qualidades literárias e preparando os leitores sobre o que viria nos dias seguintes:

Aurélia, o belo romance original que vamos publicar, é modelado pelos processos modernos, em que se procura dar a realidade da vida como ponto de partida à imaginação. Os personagens, tirados da nossa sociedade elegante, têm tamanho relevo, assimilaram por tal modo a vida que lhes emprestou a escritora, com uma tal consciência, que se lhes pode facilmente mudar os nomes e descobrir pessoas que nós conhecemos, que nos fizeram confidentes e nos mereceram aplausos e comiserações, remoques e lágrimas (AURÉLIA..., 1883, p. 1).

O jornal reafirmava a profunda verossimilhança encontrada na obra e suas características mais evidentes da escola realista em que se escreviam os romances daquele período. De fato, em *Aurélia* temos uma trama bem amarrada, onde Délia apresenta as relações sociais da corte brasileira do Segundo Reinado. Realça as relações de poder estabelecidas por meio das uniões matrimoniais: a procura de dotes como ascensão social para os homens e a segurança financeira para as moças casadoiras, sob os auspícios de seus genitores, enquanto forma de garantir a sobrevivência da prole. Aborda novamente a imposição das máscaras sociais como forma de manter a conduta ética e moral que se cobrava naquela sociedade, os segredos guardados no coração e pelos quais se resignava uma vida inteira e, ainda, evidencia a força da “lei do universo”, que tudo devolve ao que semeamos neste mundo, seja para o bem, mas também para o mal.

O romance é dividido em três momentos: um prólogo, quando o leitor entende toda a armação do enredo e a temática principal da obra; uma primeira parte, onde se desenvolve a narrativa sobre a vida de Aurélia; e uma segunda parte, com uma passagem de tempo, em que a narrativa se concentra na segunda geração dos descendentes dos protagonistas, em um desfecho nada convencional na sua obra.

O início do romance apresenta a convalescença de Luiza, mãe de Aurélia, jovem mulher de pouco mais de 30 anos, sem uma causa aparente para sua enfermidade. Em seu leito de morte, a esposa chama o marido e solicita que ele sempre acompanhe a filha em toda a sua jornada e confia a Aurélia a educação do irmão caçula, Raul, de apenas dois anos, servindo-lhe de amparo materno. Ao se encontrar só com a mãe no quarto, a filha pede perdão por tudo e afirma que a mãe morre por ela, em virtude do tamanho sacrifício que fez em prol de sua

felicidade. Em seguida, a narrativa volta no tempo e, ao leitor, é revelado o sacrifício de Luiza e tudo que sucedeu para minar-lhe a vida.

Luiza era casada com Joaquim Augusto de Sá, advogado, marido afetuoso e fiel. Pouco depois do casamento tiveram Aurélia, por quem dedicaram profundo amor, educando-a com muito esmero. Não eram ricos, mas tinham uma vida confortável. Aos quinze anos de idade, Aurélia foi apresentada à sociedade. A linda jovem foi cortejada por muitos pretendentes, mas quis o destino que ela se apaixonasse por Gustavo Alvim, um tipo clássico de mancebo, pervertido e cheio de ambições. Com jeito galante e palavras afetuosas, seduziu a ingênua Aurélia, que sucumbiu à paixão e se entregou a ele na promessa de amor eterno. Como já pudemos observar, as heroínas de Délia, inicialmente, são construídas sob esse aparato da castidade e da ingenuidade e sempre se surpreendem corrompidas pela deslealdade e decepção na forma da figura masculina do homem amado. Foi assim também o que vimos suceder com Deia e o primo Jorge em *Duas Irmãs* (1883) e poderemos constatar também nos próximos romances que serão apresentados na sequência.

Sentindo-se deprimida e certa do que já habitava em seu ventre, Aurélia buscava meios de revelar sua situação para Gustavo. Na ocasião de um baile, a moça relata a ele que estava grávida e o indolente lhe despreza, ferindo a sua honra, ao afirmar que ela não tinha um dote que o satisfizesse. Pelo fato de não figurar entre as moças ricas, Aurélia estava sendo abandonada por seu sedutor com um filho no ventre. Nesta passagem, a narradora oferece importante crítica à sociedade da época em que a mulher sem dote era ludibriada por seu conquistador e, depois, abandonada por ele. Era por isso que, nesta mesma sociedade, a vigilância para com a castidade da mulher, especialmente das filhas, era tarefa a ser cumprida rigorosamente e ficava sob a responsabilidade da figura materna.

Desta forma, ao relatar para Luiza tudo o que havia lhe sucedido, Aurélia recebe o carinho e amor da mãe na oferta de duas alternativas. A primeira delas seria fazer com que o pai obrigasse o rapaz a assumir a desonra que causou à filha e, para isso, havia assistência das leis, embora nem sempre funcionassem para as classes menos abastadas, fora o escândalo que isso poderia causar. Para essa proposta, Aurélia decididamente se recusou: “Não! Nunca! Prefiro a vergonha, o desprezo universal, tudo, a unir-me ao ente que renegou meu filho, que despedaçou minha vida, porque... porque não tenho dinheiro! Não! minha mãe! Nunca!” (BORMANN, 2014, p. 26). Diante desta recusa, a mãe optou pela segunda alternativa: criar uma grande farsa e assumir a maternidade do neto. Seria esse o grande segredo que Aurélia carregaria em sua vida, impondo muitas limitações na completude de sua vida amorosa e na sua vivência social.

Luiza comunicou ao marido que estava grávida e, com a cumplicidade de um médico amigo da família, Dr. Gomes, retirou-se da Corte, acompanhada da filha, para tratar de sua saúde em outros ares. Foi a forma encontrada de manterem seu segredo. Em Minas Gerais, alguns meses depois, Aurélia dava à luz Raul. Mãe, filha e neto voltam à Corte, porém, como mãe e irmãos, estabelecendo o clímax da narrativa. Afetada emocionalmente com todo o ocorrido, Luiza adoeceu e, dois anos mais tarde, vinha a falecer, tendo sido alegado como causa da morte, “doenças d’alma”: “Essa pobre morta dera-lhe um grande exemplo de amor materno e ela devia imitá-la em tudo; curvou a fronte e resignou-se a viver!” (BORMANN, 2014, p. 30).

Conforme pudemos observar, as obras de Délia não são escritas sob uma perspectiva narrativa linear. Os acontecimentos da trama vão e voltam, dão saltos e são narrados de forma que, mais à frente, o leitor compreende um determinado acontecimento já relatado. Em *Aurélia*, esse artifício foi bastante usado. Na sequência do enredo, o leitor encontra Aurélia jovem, linda e rica, frequentando os mais importantes eventos da alta roda fluminense na corte do Segundo Reinado. Outra personagem de grande destaque na trama será Zélia, baronesa de Avelar, a melhor amiga de Aurélia.

A narradora apresenta Zélia como moça de família simples, órfã de mãe, criada por um pai ambicioso e pela avó. Aos 18 anos de idade “era uma encantadora criatura, podendo aspirar ao mais brilhante futuro: o pai, vendo-a, compreendeu o partido que poderia tirar da sua beleza e atrativos” (BORMANN, 2014, p. 33). Assim, como a personagem Deia de *Duas irmãs*, Zélia representa o tipo de moça pobre que, graças à sua beleza, renderia ao genitor um bom negócio, com a possibilidade de se casar com um homem rico. Para Zélia, surgiu o Barão de Avelar, homem ainda moço, elegante e muito rico. Embora não amando o noivo, mas também sem nenhum escolhido de seu coração, Zélia não se opõe ao desejo da união, vista pelo pai como a oportunidade de restabelecer a saúde financeira da família. “Procuraria amar esse homem, que a quisera pobre, podendo escolher entre tantas moças ricas” (BORMANN, 2014, p. 33).

No entanto, o casal Avelar permaneceu com a união de corpos por apenas seis meses. O homem, ao qual Zélia jurou amor eterno diante do altar, não passava de um abutre, dissoluto, desregrado e devasso. Algo muito próximo ao que a narradora chama de “iniciador de vícios espantosos”. Não resistindo a tamanha humilhação, Zélia decide pela separação de corpos, deixando o marido livre para viver como bem entendesse, mas não se sujeitando mais à luxúria que dominou sua alcova doméstica. Permanecia na mesma casa, porém, sem contato físico algum. “E assim vivia, resignada com a sua desdita, calma, amável, caridosa; [...] Sofria com a ideia de não ter sido mãe, porém consolava-se com essa falta, temendo que o filho saísse ao pai” (BORMANN, 2014, p. 35).

Foi em um dos bailes na casa da baronesa de Avelar que Aurélia reencontra alguém de suas relações que, depois de uma longa temporada na Europa regressava ao Brasil, ávido de saudades da pátria e de seu grande amor, até então, platônico. Esse era Salvador Corrêa, filho de família ilustre do Rio de Janeiro. Órfão de pai desde os 12 anos, recebeu o carinho e a educação da mãe. Sempre teve bons professores, formou-se em Direito na cidade de São Paulo e também estudou medicina. No entanto, sua grande paixão sempre foi a música, tocando piano desde muito novo.

Salvador era apaixonado por Aurélia, mas esta nunca lhe deu uma oportunidade. Aliás, desde a morte da mãe e, resignada a manter o segredo de sua maternidade, não se sentia à vontade para entregar seu coração a homem algum, pois o seu bem mais precioso aos olhos da sociedade – a pureza da castidade –, ela já não a tinha mais. Rejeitou todo e qualquer pretendente que lhe apareceu. Certa ocasião Salvador tentou propor-lhe casamento, mas desistiu ao perceber a mudança no semblante de Aurélia. Isso foi a gota d'água para ele abandonar tudo, aos 28 anos, e seguir para a Europa na companhia da mãe, onde teve a oportunidade de se aperfeiçoar na arte do piano com os melhores mestres da época. Em seu regresso, quatro anos depois, Salvador reencontra Aurélia na casa de Zélia e aquela fagulha do amor adormecido reacende, mesmo diante da aparente indiferença por parte da amada. Zélia também era apaixonada por Salvador, mas em sua perspicácia, percebe o amor que ele devotava a Aurélia. Ela sofre e chora a mão do destino em sua vida, mas resignada e bondosa como sempre foi, decide abafar aquele amor e lutar para a felicidade da amiga com o ente amado.

Com a morte da mãe, Luiza, Aurélia se tornou mais próxima do pai e se dedicou à missão de educar o irmão, que na verdade era o filho que a vida lhe obrigava a ocultar. Nesse meio tempo, faleceu também o seu padrinho, um homem extremamente rico que, sem herdeiros, deixou para a afilhada toda a sua fortuna. Assim, aquela moça pobre, rejeitada grávida pelo homem a quem havia se entregado por amor, se torna uma das mulheres mais ricas da Corte. Usufruído da nova condição social, Aurélia parte para a Europa em companhia do pai e do irmão, conhecendo as capitais mais importantes do Velho Mundo, ampliando sua formação cultural com tudo que era possível ver e experimentar. Volta ao Rio de Janeiro, com a idade de 20 anos, uma mulher ilustre e distinta, sendo a grande novidade da Corte.

No desenvolvimento do enredo surgem outras personagens típicas daquela sociedade e que servem de incremento para a narrativa. Assim, o leitor conhece Sabina Mazerolle, moça faceira, de origem pobre que se casou com o rico italiano César Mazerolle, que idolatrava a mulher. No entanto, Sabina era muito provocante e sua beleza aguçava a cobiça dos homens,

refletindo em uma vida de luxo e de luxúria. Foi mãe, mas não vivenciou a maternidade, deixando os dois filhos sempre aos cuidados das amas.

Quando conheceu Salvador, Sabina também se apaixonou profundamente por ele, sentindo o amor pela primeira vez. Não mediu esforços para atraí-lo, mas, diante do fracasso, resolveu sondar o que se passava por trás daquele desprezo, com o qual ela não estava acostumada. Foi assim que, a partir da perspicácia feminina, observando Salvador e Aurélia, também concluiu o amor que existia entre aqueles dois. Louca de ciúmes e com profundo despeito, tratou logo de armar contra eles. Sobre Aurélia inventou boatos maledicentes, tentando justificar a recusa da moça bela e rica quanto às ofertas de casamento. Para Salvador, tramou mais baixo. Fez um acordo com uma cortesã para seduzi-lo e, assim, sua reputação caiu em descrédito aos olhos de Aurélia. Nada deu certo, Salvador não só não caiu na armadilha preparada, como a cortesã chantageou Sabina por muitos anos, arrancando-lhe vultosa quantia em dinheiro para não entregá-la ao marido.

Sempre por perto, Salvador participava da vida íntima e social de Aurélia. Mesmo não se declarando um ao outro, era impossível aos dois não perceber o íntimo de seus sentimentos. Com essa convivência, Salvador passou a observar mais o comportamento de Aurélia, desconfiando de algum grande segredo. Tentava perscrutar-lhe o fundo da alma. Foi numa destas ocasiões que Raul caiu doente por uma moléstia que o deixou entre a vida e a morte. Por dias necessitou de cuidados intensos, quando revezavam, em sua cabeceira, o pai, Aurélia e a caridosa amiga Zélia.

Todos os dias Salvador buscava notícias e começou a questionar o profundo devotamento da irmã a Raul e como a sua moléstia causou tamanho abatimento em Aurélia. Assim, Salvador começou a montar o quebra-cabeças e acabou por decifrar o seu grande segredo. A recusa do casamento, a morte da mãe, a existência de um irmão muito mais novo, o devotamento de Aurélia a esse irmão – um sentimento muito mais materno que fraterno –, fizeram com que não houvesse mais dúvidas. “Perdoe-me o que sou obrigado a dizer-lhe, Aurélia! ... Embora em seu passado houvesse uma falta, embora essa criança... Raul... a quem vota tão estranhado amor, fosse seu... Oh! Perdoe ao meu desespero ter adivinhado tanto!” (BORMANN, 2014, p. 101).

Assim Aurélia se vê livre, pela primeira vez, do fardo social que esse segredo representava. Ciente de tudo e aceitando-a conforme era, Salvador oferece a ela a oportunidade de viverem, enfim, o seu amor. Aurélia e Salvador se casam três meses depois e, diferente das outras personagens de Délia, a ela foi concedida a experiência do amor em vida, sem ter que legá-lo somente à forma transcendental da eternidade, corroborando com os contos de fada.

No entanto, a narrativa não termina aqui, o romance avança para uma segunda parte, passados 14 anos do início da felicidade plena de Aurélia. A narradora apresenta ao leitor o sedutor de Aurélia, Gustavo Alvim, vivendo confortavelmente em um palacete no bairro de Laranjeiras³³. Passados cinco anos do nascimento de seu filho com Aurélia, ele alcançou seu intento de ser rico e independente, graças ao casamento realizado com a filha de um abastado fazendeiro da província fluminense. Seu sogro viveu pouco tempo depois do casamento da filha e ele se viu senhor absoluto de toda a fortuna da esposa. Sua esposa é apresentada com toda a resignação que se esperava das mulheres diante do casamento. Nesta transação ela representava apenas o “elemento de prosperidade” do marido. Sofrendo o abandono da falta de amor, se apegou, como tantas outras, à dádiva da maternidade e se resignou diante de tal missão. Padecendo muito com a gravidez, e após um parto de muitas complicações, a mulher de Gustavo sucumbiu à morte três anos depois.

A filha desse casal se chamava Sofia e foi criada, nos anos iniciais, aos cuidados da criadagem, enquanto Gustavo desfrutava de todas as libertinagens que a vida opulenta oferece aos homens desregrados. Para justificar sua constante ausência, a menina cresceu tendo todos os caprichos realizados, tornando-se ousada e impetuosa. Depois de gastar-se na vida boêmia, fraco e sem a mesma energia de outrora, Gustavo teve que se recolher mais cedo a uma vida mais regrada, quando, enfim, teve a oportunidade de acompanhar mais de perto a educação de Sofia. Vibrava com sua inteligência, tomava-lhe as lições. Além de toda a educação dispensada às mocinhas, ela também lidava bem com as armas, praticava esgrima, nadava e era excelente amazona. Aos quinze anos, Sofia era linda, formosa e imperava soberana sobre todas as vontades do pai e da administração da casa. Foi apresentada à sociedade, teve muitos pretendentes, mas impôs ao pai que somente se casaria com alguém que lhe despertasse amor. Sua condição de moça milionária e a influência que exercia sobre o pai faziam com que seu destino contemplasse a exceção dos casamentos da época.

Viveu intensamente até os dezoito anos, viajando por todas as províncias do Império e para a Europa, gozando a vida de luxo que sua fortuna podia lhe proporcionar, tendo o pai a seu lado, como fiel escudeiro. Essa convivência com a filha, aos poucos, foi amolecendo o coração

³³ Laranjeiras, no período colonial era uma região de chácaras de cultivo de frutas e verduras. Com o desenvolvimento da cidade, na passagem do século XVIII para o XIX, estas propriedades já haviam se transformado em residência de famílias ricas e fidalgas. E com a explosão populacional que a cidade sofreu, em função da chegada da corte portuguesa, a ocupação de Laranjeiras se acelerou. Junto com Catete, Flamengo e Botafogo, tornou-se um dos lugares mais procurados pelos novos habitantes, gerando um processo de fracionamento das terras e recebendo moradores ilustres do Império, como a Princesa Isabel e o Conde d’Eu, o Conde de Lages, o médico Moura Brasil, o poeta Olavo Bilac, entre outros.

de Gustavo, chegando ao ponto de fazer-lhe arrepender-se de sua vida pregressa e dos tantos sofrimentos que causara, principalmente o abandono de Aurélia. “O amor paterno conseguira enfim humanizar aquele coração morto, que só pulsara por ambição e orgulho, inspirando-lhe prudência, carinho e devotamento pela filha” (BORMANN, 2014, p. 115).

Nesta época, em um baile, Sofia conhece, enfim, aquele que despertaria seus sentimentos, fazendo-a amar pela primeira vez. Por ironia do destino, o responsável por isso foi o filho de Aurélia, Raul: o irmão que Sofia não sabia que tinha. Gustavo não conhecia o filho, já moço, e ninguém poderia desconfiar da eminente relação incestuosa. Raul começou a frequentar assiduamente a casa da amada, contando com a aprovação de Gustavo.

Nesta altura do romance, a narradora resgata outra parte da trama. Afirma que a baronesa de Avelar havia enviuvado há quatorze anos e desde então continuava sua vida de mulher caridosa, sem nunca sucumbir às investidas de aproveitadores. Um dia recebe uma carta de Sabina Mazarolle, chamando-a em seu leito de morte. Sabina também ficou viúva há dois anos e, desde então, se permitiu a uma vida mais intensa de luxúria e desregramento. Como resultado disso, teve uma filha, Leonor, que após um parto complicado, sugou-lhe totalmente as energias. Assim ela não pode amparar essa criança. Pressentindo sua morte e por não querer deixar essa menina jogada à sorte, ela se lembrou da melhor e mais honesta mulher que conheceu em sua vida, Zélia, e implorou para que ela criasse Leonor, como se fosse sua própria filha. E assim, Sabina poderia partir desta vida descansada, certa de que a menina teria amor e um futuro garantido.

Assim como Madalena, do primeiro romance de Délia, chegou à maternidade, amparando a filha de seu algoz, o Visconde de Presle, também Zélia se tornaria mãe, não pelas vias naturais, mas adotando Leonor e se entregando completamente a essa missão que daria um novo sentido à sua vida, tornando-a imensamente feliz. Leonor foi educada com o que havia de melhor, versando-se em várias línguas. Nesse registro, podemos observar novamente o desejo de Délia em defender um modelo de educação para a mulher diferente daquele que elas dispunham. Leonor se tornaria uma moça culta e de bom coração, cultivando a integridade das mulheres honestas, o reflexo do que foi Zélia em toda a sua vida, porém, sem ter que sucumbir à vontade de um patriarca.

Continuava o romance de Raul e Sofia. Quando, enfim, resolvem se casar, Raul diz que vai comunicar a sua família, principalmente à irmã, Aurélia, a quem tudo consultava, e eles fariam o pedido a Gustavo. No dia seguinte, Aurélia adentra ao palacete da família Alvim e toda a trama é desvendada. Gustavo descobre que Raul era o filho que ele rejeitou, mas que o destino encarregou de trazer para perto de si, porém, em circunstâncias extremamente

dolorosas, comprometendo a felicidade daquele que era o único ser a quem realmente devotou algum tipo de amor, o amor paterno que sentia por Sofia. Essa revelação trouxe muito sofrimento para todos, mas Sofia, sem saber o que fazer diante da tragédia que abateu em sua vida e impossibilitada de viver esse amor, resolve dar um desfecho incomum para uma moça daquela época. Trancada em seu quarto, vestida com a *toilette* da noite anterior, impregnada da memória de Raul, ela usa uma arma de fogo para dar cabo ao sofrimento e sucumbe com um tiro no peito. “Serei a noiva da morte! ... e, em noites de lua, sorrirei em meu frio túmulo, meu doce amor! Oh! Raul! Por que te amei tanto? Exclamou com soluços na voz” (BORMANN, 2014, p. 143).

Gustavo, arrasado, nunca mais se recuperaria desta tragédia. De nada lhe adiantou tudo o que fizera, o destino veio impor-lhe o merecido castigo. Ainda que Aurélia jamais tenha desejado uma vingança, a própria vida se incumbiu desta missão. Internado no hospício Pedro II, pouco tempo mais ele viveu, atordoado por seus pesadelos.

Raul, inconsolável, convalesceu por quinze dias a perda da amada. Ao se sentir um pouco melhor, por sugestão de Aurélia, embarcou com Salvador para uma longa temporada na Europa, com a expectativa de apagar todo esse sofrimento. No retorno ao Brasil, teve a oportunidade de conhecer Leonor, a filha adotiva de Zélia, e ambos se apaixonaram. No entanto, Raul ainda lutou contra esse sentimento, pois jurara amor eterno a Sofia. Mas, aos poucos, foi rompendo os laços que sempre o levava ao túmulo de Sofia, aceitando-a, finalmente, como sua irmã. A partir de então, se entregou ao amor de Leonor, com quem se casou pouco tempo depois. Aurélia enfim, pode continuar sua vida sem mais nada temer: livre do segredo que resignou-lhe por toda a vida; estava casada com o seu “Salvador” e tinha o reconhecimento do filho, que também encontrou a felicidade na companhia da filha criada, por aquela que sempre foi sua melhor amiga.

Conforme relatamos no início desta seção, o romance *Aurélia* recebeu algumas críticas positivas e indicativos de leitura à época de sua publicação. No periódico *Reforma*, do Rio Grande do Sul, os editores saudaram a conterrânea com a publicação do romance, ressaltando a trama com características bastante corriqueiras na sociedade da época, com personagens muito próximas da realidade, quando a escritora, numa linguagem fácil, mas elegante, conseguiu moldar suas características de forma bem interessante. A nota se encerra indicando o livro às senhoras gaúchas, informando estar à venda nas principais livrarias da capital (REFORMA, 1884, p. 1).

O *Jornal da Tarde*, da cidade de Santos, que também fez uma publicação do *Aurélia* em forma de folhetim, com início em 8 de janeiro de 1885, informava:

O romance é um mimo literário, escrito pelos moldes da escola moderna, com um estilo ameno, fluente, admirável, ele agradará forçosamente aos nossos leitores, que irão extasiar-se ante o fluido magnético de uma imaginação de moça, que conseguira reproduzir as cenas da realidade com um colorido puro e aviventado. [...] Um romance moderno, nacional, bem escrito e de uma leitura agradável, uma linguagem retórica, um enredo bem urdido e, finalmente, uma confecção natural e bela. Cremos que a mimosa produção de Délia não desagradará àqueles que souberem dar o devido apreço ao talento pujante de uma escritora tão jovem ainda (AURÉLIA..., 1885, p. 1).

Vale ressaltar a ênfase dada, nestas indicações, ao texto de autoria feminina e a importância adquirida por Délia no cenário da literatura brasileira da época. Outra observação pertinente que não foi destaque em nenhum jornal consultado diz respeito à releitura identificada no enredo do romance. É impossível ler *Aurélia* sem notar as semelhanças com a Aurélia Camargo do romance *Senhora*, de José de Alencar, publicado oito anos antes, em 1875. Ambas as personagens eram pobres, se apaixonaram na juventude, mas foram abandonadas pelo simples fato de não possuírem um dote. Surpreendidas pelo destino ao receber grande fortuna, se veem repentinamente em posição totalmente oposta a aquela que gozaram até então, com todas as privações. No entanto, a Aurélia de Alencar usa sua fortuna para impor ao homem que a abandonou um casamento de conveniência, mantendo-lhe preso a ela, até que cedem ao amor que sentiam um pelo outro. Já a Aurélia de Délia, ao se encontrar herdeira de grande fortuna, recebe proposta de casamento daquele homem que a seduziu e a abandonou grávida, Gustavo Alvim. Sua atitude, porém, não foi de vingança, mas simplesmente desprezo, ordenando a ele que jamais lhe dirigisse a palavra novamente. Parece aqui um caso de provável releitura entre as obras. Délia não traz nenhuma referência que ateste a intertextualidade, mas fica claro o desejo da escrita de autoria feminina em mostrar que o desprezo pode ser mais importante que a vingança, que uma atitude machista como a do personagem que abandona a jovem após seduzi-la, alegando falta de dote, não merece perdão, nem devendo receber uma segunda oportunidade. Ainda que houvesse amor por parte da moça, esse deveria ser esmagado pelo desprezo e não avivado pela resignação, como vimos acontecer no desfecho do romance *Senhora*. Telles (2009b, p. 8) credita essa divergência afirmando que “a partir de uma perspectiva feminina, mais desencantada, onde o casamento em geral destrói a felicidade das mulheres, a escritora busca condições para que um casal possa obter uma felicidade duradoura”.

Entre as pesquisas contemporâneas, não localizamos nenhuma dissertação ou tese que aborde o romance *Aurélia*, apenas alguns artigos que pontuam as relações estabelecidas para o papel da mulher na sociedade patriarcal do século XIX. Importante ainda pontuar, nesse

romance, a riqueza na construção de suas personagens e, embora muitas delas tenham se mostrado submissas ao modelo patriarcal, encontramos indícios de um posicionamento feminino que ultrapassou essa premissa. Délia consegue transpor para o seu projeto literário uma rede solidária entre estas personagens que corrobora para a possibilidade de ruptura com os valores tradicionais, ainda que delimitadas pela imposição das máscaras sociais.

3.5 LÉSBIA

Seguindo a ordem cronológica que estabelecemos para a apresentação da obra de Délia, conforme aparece registrado em seus romances, *Lésbia* é o quinto trabalho da autora, escrito em 1884, mas vindo a público somente em 1890. Diferente de outros romances analisados nesta pesquisa, não encontramos pistas de que esse tenha sido publicado em forma de folhetim. Assim, a primeira edição ocorreu em formato de livro, com a editoria de Evaristo Rodrigues da Costa, na cidade do Rio de Janeiro que, naquele ano, já era a capital federal da República recém-proclamada.

Norma Telles, que vem resgatando os romances de Délia, informa que foi muito difícil encontrar esse texto, principalmente pela inexistência do registro em forma de folhetim nos periódicos da época. Ela afirma que o resgate de *Lésbia*, portanto, só foi possível graças à generosidade do bibliófilo, Erich Gemeider que, “ainda estudante leu uma pequena notícia sobre o livro e passou a procurá-lo por todo o Brasil. Depois de vinte e cinco anos, finalmente, em 1984, conseguiu-o na biblioteca que pertencera a Olyntho Moura³⁴” (TELLES, 1998a, p. 20). A partir desse exemplar Telles realizou a cópia que possibilitou o cotejo para a publicação da segunda edição do romance, realizada pela Editora Mulheres, em 1998. Assim, foi por meio dessa edição, com atualização, notas e introdução de Norma Telles, que realizamos a nossa leitura para este trabalho.

Lésbia é um romance que apresenta a história de uma mulher do século XIX que, após a dissolução de um casamento entediante e o envolvimento em romances mal sucedidos, se entrega à literatura, se tornando uma importante escritora, publicando romances que externavam a sua filosofia de vida elaborada a partir de suas experiências traumáticas e doloridas. A narrativa do romance se passa no contexto social do século XIX e ultrapassa os

³⁴ Olyntho Moura (1914-1984) foi um conhecido livreiro e colecionador de livros da cidade de São Paulo, tendo formado uma importante biblioteca composta, inclusive, por importantes obras raras da literatura brasileira. Conta-se que, além dos 15 mil livros em sua loja e mais cerca de 15 mil outros exemplares em sua casa, provavelmente para venda, ainda possuía uma biblioteca particular de 2500 tomos.

limites das temáticas apresentadas pela autora em suas obras até aqui analisadas. Em *Lésbia*, além da abordagem do casamento e das relações de poder entre os gêneros, impostas pelo sistema patriarcal, pela primeira vez Délia extrapola suas reflexões e constrói uma personagem feminina com coragem de divorciar-se em prol de sua felicidade, rompendo com as imposições das máscaras sociais. Essa mulher se permite a vivenciar outros amores e, mesmo não obtendo êxito, se refugia no universo do conhecimento para se tornar uma importante escritora, relatando todas as dificuldades desse ofício para uma mulher daquela época. Délia enfatiza também nesse romance a importância da independência financeira para a mulher e como ela pode facilitar o financiamento de uma vida voltada para a intelectualidade. Essa pauta irá aparecer com mais ênfase na crítica feminista do século XX, após os escritos da inglesa Virginia Woolf, em *Um teto todo seu* (1929), mas Délia a antecipa por meio dessa obra, no Brasil, em finais do século XIX. O romance aborda, ainda, o amor maduro, sem limitações de posição de gênero, chegando também a pontuar as relações de uma mulher mais velha por um homem mais jovem, impensada no contexto patriarcal daquele século. Todas essas características apresentadas fazem com que *Lésbia* seja considerado, pela crítica especializada contemporânea, um dos mais importantes trabalhos de Délia, tendo sido objeto da maior parte dos estudos sobre a sua obra.

Como nos demais romances de Délia, a referência feminina no título das obras também aparece nesse texto. *Lésbia* é o pseudônimo usado pela protagonista Arabela Gonzaga quando ela se torna escritora. É possível pontuar que os nomes *Lésbia*, *Délia* – o pseudônimo de Bormann – e, ainda, o nome da personagem Diana/Deia do romance *Duas irmãs* (1883), são oriundos da mitologia greco-romana e reforçam a predileção da escritora pelos nomes de mulheres que desempenharam importante papel nessas narrativas clássicas.

Délia era um epíteto dos gêmeos Artemis e Apolo, que se refere ao local de seu nascimento, Delos, e aos festivais a eles dedicados. Artemis se tornou a romana Diana e, na Roma antiga, Délia foi o nome escolhido pelo poeta Tibulo para cantar sua amada e, através dela, homenagear o gênio de Safo³⁵. A época em que viveu o poeta nos legou imagens de mulheres independentes, assertivas, que buscavam autogratisação intelectual e escolhiam seus amantes. Naquele período, vários poetas cantaram assim suas amadas e, dentre essas personagens, a mais famosa foi a *Lésbia* dos versos de Catulo (TELLES, 1998a, p. 9).

³⁵ Safo, nascida entre 630 a.C. e 604 a.C., foi uma importante poetiza grega da ilha de Lesbos – daí a referência a *Lésbia* –, conhecida por escrever uma poesia para ser cantada ao som da lira. Seu mais importante texto que se tem conhecimento é o poema “Ode a Afrodite”.

Tanto Délia quanto Lésbia, nomes escolhidos para os pseudônimos da escritora e da personagem-escritora do romance, fazem referência direta à Safo, sendo personagens criadas, respectivamente, pelos poetas Tibulo e Catulo, na Antiguidade Clássica. Talvez, seja essa uma das principais associações que contribuíram para a construção da temática da narrativa – ascensão feminina na literatura –, e fizeram com que o romance *Lésbia* fosse apontado pela crítica contemporânea como a principal obra de Délia, sendo considerado um “romance de artista”. De acordo com Telles (1998a), esse tipo de gênero literário escrito por uma mulher, no contexto do século XIX, é muito raro, principalmente pelo fato de que o “campo de vivências das mulheres era muito mais limitado que o dos homens. Elas não iam à guerra, nem frequentavam universidades ou bordéis. E raramente eram artistas. Para tornar-se criadora, a mulher precisava enfrentar as experiências a ela destinadas e criticá-las” (TELLES, 1998a, p. 11-12). É exatamente essa a premissa que encontramos no romance de Délia.

Na época da publicação de *Lésbia*, em 1890, Délia antecedeu as páginas do romance com uma espécie de prólogo, direcionado aos leitores, onde a autora antecipa o desfecho de sua heroína, justificando porque escolheu o suicídio para encerrar a trajetória da personagem escritora. Acreditamos, pela ênfase dada pela própria autora, que o tema do suicídio era mal visto pela sociedade da época, principalmente para as mulheres, que deveriam estar preparadas para atos de resignação durante toda a vida. O respaldo para a escolha do suicídio é dado pela obra *Werther* (1774), do alemão Goethe³⁶. Essa obra é considerada um marco do romantismo e possui tom autobiográfico. Nela, o jovem Werther é acometido por uma profunda paixão e é correspondido, mas impossibilitado de viver esse amor, pois sua amada estava prometida a outro. O desfecho se dá por meio do suicídio, o que, segundo algumas teorias da época, influenciou uma grande onda de suicídios por toda a Europa, denominada de efeito Werther. Para Délia, “nenhum livro é mais belo do que *Werther*, e nele há o endeusamento do suicídio” (BORMANN, 1998, p. 33).

A autora antecipa, ainda, algumas pistas sobre o tormentoso viver de Lésbia, colocando-a numa posição superior à das demais mulheres, pelo fato de ter seguido o caminho das letras. Ela tinha maior liberdade de escolha do que era oferecida às mulheres de sua época. Isso, em contrapartida, fez com que ela experimentasse muito mais dissabores em sua vida sentimental. Ao final, depois de perpassar por vários relacionamentos e encontrar a paz ao lado do único

³⁶ Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832) foi um dos mais importantes nomes da literatura alemã e do Romantismo europeu. É intitulado como grande poeta, romancista, dramaturgo e ensaísta, além de notável por suas obras autobiográficas, seus estudos de ciências naturais e suas conversações, fielmente notadas, com amigos. É também o autor de *Fausto*, considerada sua obra-prima.

homem que a amou verdadeiramente, Catulo – o poeta de Lésbia –, escolhe dar cabo da própria vida, do que trair esse sentimento que a ela foi votado.

O romance inicia apresentando Arabela, ou simplesmente Bela, casada, levando uma vida enfadonha e vivendo na casa dos pais. Era filha única e muito bela, de fato, como sugere o nome, além de ser dotada de grande inteligência, sobressaindo entre suas contemporâneas. Seguindo o ritual reservado às moças de classe alta do século XIX, Bela saiu do colégio aos quinze anos, quando completou os estudos a que ela tinha acesso e estava pronta para ser apresentada à sociedade e cumprir o papel da donzela preparada para ser recebida em matrimônio. Com tantos atributos, não lhe faltavam pretendentes. Nas aparições sociais era cortejada pelos mancebos e invejada pelas demais mocinhas. Ao conhecer aquele que viria a ser o seu marido, foi enfeitiçada pelas doces palavras de conquistador que iludem o coração das jovens casadoiras. Seus pais não sentiam confiança no caráter do rapaz, mas cederam ao encantamento da filha que, três anos mais tarde, estava casada. No entanto, esse encantamento após o casamento não durou nem oito dias. O marido se mostrou extremamente grosseiro e ciumento, tentando sempre diminuir a esposa para sentir-se superior, na tentativa de camuflar o abismo que os separavam.

O refúgio da infeliz esposa se deu por meio dos estudos, assim como sucedeu com a personagem Diana/Deia, em *Duas irmãs* (1883), para compensar a infelicidade de um casamento imposto. Os estudos na vida de Bela aumentaram ainda mais o seu brilho e fizeram com que ela passasse a rejeitar cada vez mais aquele universo, no qual a maioria das mulheres estava inserida. “Tornara-se-lhe odiosa a casa, onde penetrara palpitante de emoção e coroada de flores de laranjeira: fora ali, que a ilusão desaparecera para sempre, deixando-a ferida e aniquilada; era ali, onde tudo lhe recordava o desmoronamento de sua vida” (BORMANN, 1998, p. 41). Decidiu voltar a morar com seus pais, ainda casada, acreditando que a presença da família amenizaria o sofrimento que chegou com o casamento.

A narrativa continua com a cena de um jantar em família na casa dos pais de Bela, contando com a presença do Doutor Luiz Augusto, médico da família, que terá papel importante na vida da protagonista, não somente como médico, mas amigo e confidente. Luiz Augusto era um médico que sabia tratar dos males físicos, mas também entendia e avaliava os sofrimentos da alma. Nesse jantar, entre uma conversa e outra, o marido se mostra novamente sarcástico com a esposa, tentando rebaixá-la perante os convidados. Nessa cena, que gerou grande mal estar entre os convidados, Bela se afasta, arrasada, e recebe o consolo do amigo doutor, a quem confia o tamanho de sua tristeza e o desejo que apresentava de morrer. É possível perceber, já no início do romance, que as experiências iniciais da vida de Bela a levam a pensar no

suicídio, o que ocorrerá em seu desfecho, embora por motivo totalmente oposto. Experimentando tamanha infelicidade, corriam os dias e os meses para Bela, trancada em casa, apática e desiludida, aprisionada a um casamento que tornara tedioso o seu viver.

Certa ocasião encontrava-se a jovem na sala de jantar, na companhia dos pais, quando Arnaldo adentrou no recinto. Esse era o filho da prima Joana, de quem herdou o mal caráter e a habilidade para tecer intrigas. Ele começou a relatar para Bela, de forma maldosa, “os boatos que a seu respeito corriam, e referiu novas balelas que acentuavam no público a convicção de ser ela a desonra e o algoz daquele meigo e imaculado cordeiro” (BORMANN, 1998, p. 49). Na sociedade, o marido apresentava-se como a vítima da infelicidade de seu casamento, responsabilizando a esposa por tal fracasso. Extremamente nervosa e cansada da vida de aparências a que estava submetida, Bela expulsa o marido de sua casa, rompendo, definitivamente, aquela união. “Até hoje tudo suportei, estupidamente, por vãos preconceitos; mas, já que tiveram e têm a indignidade de me acusar, acabou-se, é inútil o meu sacrifício! ... Saibam todos que fui desgraçadíssima, e que doravante não o quero ser!” (BORMANN, 1998, p. 50). Bela é apoiada pelo pai em sua decisão, que reforça a saída do genro de sua casa. Este, surpreso com tal atitude, dá meia volta e se retira, prometendo vingança.

Algumas observações devem ser pontuadas nessa passagem. A atitude de Bela representa uma ruptura com os padrões da sociedade patriarcal da época. A princípio, a moça sucumbiu ao casamento e, mesmo infeliz, sustentava as máscaras sociais que vimos de forma muito recorrente nos outros romances de Délia, já apresentados. No entanto, ao saber que seu sacrifício foi inútil – como o de muitas outras heroínas –, a resignação cede lugar ao desejo de liberdade e à busca pela felicidade. Era mais fácil uma mulher ser abandonada pelo marido, por inúmeras razões; mas uma esposa expulsar o marido de casa, almejando o divórcio, era fato raro naqueles finais do século XIX, principalmente porque também era raro o apoio dos pais a essa atitude da filha. Délia apresenta, portanto, um pai mais preocupado com a felicidade da filha do que com os valores morais, impostos pela sociedade da época.

Outra observação é a ausência de importância oferecida pela autora ao personagem marido de Bela. Ele era um ser anônimo e não recebeu uma descrição que pudesse oferecer uma leitura de sua origem. Foi apresentado somente como a figura masculina que, por seu comportamento tão peculiar ao dos homens em relação às mulheres, possibilitou à autora urdir mais críticas negativas ao casamento. Além de oferecer infelicidade à esposa, sentimento contrário às suas aspirações, a atitude do marido também propiciou a primeira surpresa no caráter de Bela, personagem de vanguarda que estava sendo, aos poucos, construída por Délia.

Após a separação, dedicou-se Bela à leitura de romances e muito em breve jogou-se na sociedade, frequentando as festas para esquecer seu passado de tristeza, podendo gozar da liberdade que novamente havia conquistado. Nessas ocasiões era comum sentir-se entediada, afinal era uma mulher separada e não lhe faltavam galanteios, certamente abusados, dos quais ela sabia se sair muito bem. Em vários momentos, esse ambiente social lhe servia de inspiração para muitas histórias e personagens que criava em seu imaginário, movida pelos romances que lia.

Às vezes, servia-lhe de ponto de partida a cena comovente de um romance; inconsciente se associava àqueles personagens fantásticos, criando novos lances e novo desenlace ao que lera [...]. – Que loucura! Invento tanta coisa e apaixono-me pelo imaginário! ... Seria capaz de fazer um romance, de criar para outrem o destino que me quadraria! (BORMANN, 1998, p. 51-52).

Nesses pequenos trechos, Délia já vai anunciando a aptidão de sua protagonista para a vida literária.

Em uma dessas festas Bela foi surpreendida por um jovem rapaz que subitamente aproximou-se dela e beijou-lhe os ombros em um momento de distração, o que a deixou totalmente desestabilizada, seguindo a esse contato uma declaração de amor. Frágil ainda em seus sentimentos e já conhecendo essa história, lembrou-se rapidamente de quando conheceu seu marido. Ainda que indignada com essa ousadia, tal atitude mexeu muito com ela. Sem saber como reagir e diante da insistência do rapaz, pediu-lhe que a deixasse só, sendo que, se pudesse pressentir o que isso significaria, teria fugido rapidamente do baile, com o coração totalmente descompassado.

Esse rapaz era Sérgio de Abreu, de família ilustre da Corte e formado em Direito, porém seguia a carreira política, imitando os passos do pai. Era belo e muito elegante, mas de caráter duvidoso, pois, acostumado a ter a seus pés as mais belas mulheres, se satisfazia somente com o poder da conquista, demonstrando-se desprovido de sentimentos. Nessa parte da narrativa, Sérgio havia chegado de uma temporada na Europa e estava se reintroduzindo na sociedade à caça de novas presas. Não tardou a se encantar pela beleza e desenvoltura de Bela. Sentiu-se enfeitiçado pela jovem, sentimento que aumentou ao ser apresentado a ela. Observou-a detalhadamente, e a distinção de Bela em relação às demais moças da sociedade fez com que atiçasse ainda mais o desejo de suas investidas: “Prenderam-no àquela mulher, tão diferente das outras, tão única, um vivo interesse, uma sede pelo desconhecido e uma inconsciente elevação d’alma, julgando-se ele deveras apaixonado, coisa que muito o surpreendeu, desgostando-o de algum modo” (BORMANN, 1998, p. 58).

Por meses Sérgio lutou contra esse sentimento, mas rendeu-se e resolveu declarar-se a Bela, na cena descrita anteriormente. No entanto, ao sentir a inquietação da moça e como sua atitude a deixou embaraçada, rapidamente a imagem da deusa inalcançável se humanizou para ele. Bela voltava a se igualar a todas as outras mulheres. Ela só sentia um arrebatamento indescritível, um amor à primeira vista, que a constrangia diante de suas experiências passadas.

Iniciaram um relacionamento e Bela amou Sérgio profundamente, votando-lhe um sentimento não correspondido, o que a deixava novamente na mesma inquietação que experimentou no passado. A diferença é que ela não amava mais o marido e se resignou, temporariamente, a uma união para sustentar apenas as máscaras sociais. Com Sérgio, o que suportou durante um ano de relacionamento foi em nome do amor, sentimento que lhe colocava presa e numa situação subjugada. Duvidava da fidelidade do amado, mas não queria reconhecer a desventura em que se encontrava.

Bela foi salva por um novo pretendente apaixonado que surgiu em sua vida e começou a cortejá-la. Diante da recusa e desprezo da moça, esse homem impetuoso resolveu separá-la de seu amado. Conhecendo o caráter duvidoso de Sérgio de Abreu, o novo pretendente de Bela aproximou-se dele, fez-se amigo e, em pouco tempo, se tornaram parceiros de farras e orgias. Com um plano já traçado, investiu o ardiloso pretendente sobre Bela. Diante de novo desprezo da moça, destilou seu veneno, dizendo-lhe que se ela soubesse com quem Sérgio a traía, ela não desprezaria os sentimentos que ele lhe oferecia. Assustada, mas tendo receosas suas suspeitas sobre a infidelidade do amado, faz um acordo com esse homem para obter um flagrante da traição. Assim aconteceu. Outra decepção amorosa transpassava o coração de Bela. Por longos meses pegou-se novamente a moça em profunda prostração e grande apatia. Nesse período contava com a presença constante e animadora do Dr. Luiz Augusto, a quem sempre lamentava: “De que me serve esta vida, se eu me sinto moralmente morta e incapaz de um desejo, de um projeto, de uma esperança, do que, enfim, deve constituir a existência?” (BORMANN, 1998, p. 69). A esses lamentos o amigo tentava reacender o amor próprio, afirmando que não deveria sofrer por quem não merecia seus sentimentos. Há momentos, entretanto, em que é necessário deixar sofrer-se até à exaustão, chegar ao fundo do poço para novamente emergir. Contando ainda com a companhia de Juriti, sua fiel cadelinha, aos poucos Bela foi se reerguendo e vencendo esse período de convalescença.

Ainda abalada com suas experiências passadas, buscou forças dentro de si para se rebelar contra aquele estado de tristeza e apatia. Segundo a narradora, somente as almas superiores possuem esse distintivo de raça, capaz de contornar a seu favor até seus próprios ressentimentos. O que lhe deu forças nesse momento foram as palavras do filósofo grego

Epicteto, encontradas ao acaso em um livrinho na biblioteca de seu pai, intitulado *Máximas de Epicteto*. Esse filósofo viveu grande parte de sua vida como escravo na Roma Antiga e teve a oportunidade de estudar com filósofos importantes da época, integrando a escola difusora do Estoicismo. Para os estoicos, a virtude representa o grande bem da vida e viver de acordo com a virtude é valorizar a essência humana, quem realmente se é. Por outro lado, a maior oposição à virtude, que identifica o lado patológico da vida, são os sentimentos e as inclinações e que esses devem ser controlados pela própria razão, essência da vida. É esse sentimento de poder de escolha que marca a grande mudança na narrativa de *Lésbia*. Será a partir da leitura das *Máximas de Epicteto* que Bela chega a uma conclusão transformadora em sua vida: “O sentimento, ou por outra, o pesar depende da nossa vontade, da nossa cobardia em o aceitarmos, sem prévia oposição, deixando-nos subjugar com a estúpida passividade do fatalismo! Não! Eu saberei vencer o que tanto me oprime, porque sei querer e hei de triunfar!” (BORMANN, 1998, p. 74).

Telles (1998a) salienta sobre a importância de *Máximas de Epicteto* no romance *Lésbia*. Segundo a autora, outra vertente do Estoicismo era a de que os males da alma poderiam ser superados a partir do conhecimento do eu e esse conhecimento era possível de ser experimentado por meio da escrita. Bela começa a escrever sobre suas experiências, numa tentativa inicial de externar suas paixões e decepções diante da vida, o que, de certa forma, vai moldando a sua personalidade. Délia consegue, a partir de então, construir uma personagem feminina bastante peculiar para a época.

A personagem segue um impulso inato para a afirmação de seu ser, não aceita que só as pessoas de classe média alta tenham sensibilidade estética e ética. Ideias estas que são as do filósofo estoico, como também sua ação é pautada por momentos de recolhimento, quando medita sobre os acontecimentos, traça seus rumos e escreve (TELLES, 1998a, p. 16).

Assim, começa a nascer a escritora. Bela dedica-se profundamente aos estudos e começa a transpor para o papel as ideias que lhe vinham à mente, amparadas pela investigação de seu passado. Em pouco tempo, surgia seu primeiro romance, *Histórias de uma paixão*. Seus pais foram os primeiros a ouvir a narrativa e se emocionaram com a inteligência e superioridade da filha. Porém, desejando uma apreciação mais crítica e isenta de paternalismo, recorreu ao amigo Dr. Luiz Augusto para que lesse seu romance e emitisse verdadeiro julgamento. Em três dias ele devorou o texto de Bela e ofereceu-lhe suas impressões:

Pobre Bela! Muito deve ter sofrido para conseguir comover tanto! O seu escrito incomoda e magoa como os gritos de uma dor intolerável! Não sou homem de letras, não sei analisar o seu trabalho do ponto de vista literário, mas como observador das coisas humanas acho-lhe palpitante veracidade. Além disso, amolda-se o estilo dúctil, elegante, feminino, a todas as imagens, como rosado *maillot* a graciosos contornos. Enfim, escrevem os outros com a cabeça e você com o coração [...] (BORMANN, 1998, p. 81).

Animada pelas palavras do amigo, Bela decidiu testar o crivo de uma crítica mais especializada e enviou seu romance para o redator chefe de um jornal conservador da Corte que, não só aceitou seus escritos, mas o publicou no rodapé do periódico, embora duvidando que a autoria fosse de uma mulher, como sugeria o pseudônimo utilizado, Lésbia. Extasiada com a publicação, apresentou-se ao jornal, confirmando ao redator que se tratava de uma mulher. Ele, diferente dos demais literatos daquela época, pareceu-lhe bastante desprovido de preconceitos e convidou Lésbia para escrever folhetins semanais para o periódico. Ela relutou, a princípio, mas acabou cedendo e abraçando a vida literária. “Escrevia Lésbia com finura, de modo afidalgado, como verdadeira descendente dos Távoras³⁷, patenteando, assim, a sua nobre procedência nas mimosas impressões e nas suaves melancolias do seu alevantado espírito” (BORMANN, 1998, p. 86).

Seus folhetins fizeram muito sucesso, recebia muitas felicitações, mas também era alvo de grande preconceito e maledicência por parte de muitos homens, que julgavam sua relação de trabalho com o chefe do jornal. A narradora apresenta esses relatos como os primeiros dissabores vividos pela escritora naquela sociedade. Uma mulher jovem e bonita não poderia ser vista com bons olhos quando rompia com o destino reservado a ela, dedicando-se às letras. Difícil não relacionar vida e arte entre Délia e Lésbia, ambas contemporâneas do mesmo contexto social, compartilhando das mesmas dificuldades encontradas por uma mulher escritora. O que as diferenciava nesse momento é o fato de Délia ser uma escritora do mundo real e Lésbia o seu reflexo no universo imaginário da personagem escritora.

Depois de sua passagem por esse jornal conservador, que acabou fechando, Lésbia dedicou-se à composição de novos romances e poemas, sempre estudando muito e aguardando uma oportunidade para publicá-los em formato de livro impresso, visto que isto demandava um custo monetário pouco acessível aos literatos. Enquanto isso, jogava-se ela na vida social em busca de experiências e relatos para a construção de suas mais diferentes personagens. O fato de ser jovem e bela trazia-lhe, gratuitamente, os mais variados tipos que lhe inspiravam

³⁷ Referência à Casa dos Távoras, a mais ilustre família nobiliárquica portuguesa, cujos membros eram todos marqueses, com descendência hispânica, oriunda do século XI.

diferentes figuras. Um desses veio-lhe por meio da pessoa do Dr. Castro, um ser repugnante que, à espreita de seduzir as belas mulheres, não aceitava uma recusa e viria a se tornar um grande inimigo de Lésbia, tecendo infâmias e calúnias sobre sua pessoa, ao que ela sempre ofereceu profundo desprezo. Para ela homens como o Dr. Castro, que se encontrava em demasia na sociedade, nada mais era que “meros objetos de estudo, verdadeiros modelos psicológicos; antes de conhecê-los, excitavam-lhe a curiosidade artística, depois de analisados, tornavam-se de todos inúteis” (BORMANN, 1998, p. 94). Foram muitos esses tipos que passaram por sua vida, o que fez com que ela, cada vez mais, deixasse de lado suas experiências amorosas e se apegasse aos livros, os únicos capazes de elevar ainda mais os espíritos superiores.

Como a publicação de livros ainda era algo muito oneroso no Brasil, Bela buscou auxílio de um editor, cedendo a ele todos os seus direitos autorais. A partir dessa fase da narrativa, Délia direcionará enfoque à Bela escritora, Lésbia, tecendo críticas muito pertinentes a esse ofício no contexto de finais do século XIX, externando todas as dificuldades de se trilhar uma vida literária, principalmente para o sexo feminino. O maior obstáculo que Lésbia encontra para a publicação de seus escritos, além da falta de recursos financeiros, é o duplo preconceito que ela sofreria, por ser mulher e brasileira.

A mulher de letras, conforme já relatado, não era bem vista pela sociedade, inclusive no Velho Mundo. Délia cita o caso da francesa George Sand³⁸ que, por diversas vezes, foi desanimada por amigos e escritores de sua época em seguir o caminho das letras. No entanto, ela provou a capacidade do gênio em um cérebro feminino, lutando contra todo tipo de preconceito, instaurado pelo pensamento patriarcal que rotulava as atividades relegadas à mulher.

Infeliz, porém, da que tenta fugir a essa praxe; tem contra si, primeiramente, as próprias mulheres, movidas pela inveja, pelo ciúme ou por qualquer mesquinha; depois, todos os homens, mordidos pelo despeito e indignados com a infração desse *soi-disant* direito de supremacia, criado para seu exclusivo proveito (BORMANN, 1998, p. 98).

³⁸ George Sand, assim como Délia, também é um pseudônimo e foi usado por Amandine Aurore Lucile Dupin (1804-1876), uma das mais importantes escritoras francesas do século XIX, também conhecida como a baronesa de Dudevant. Sand foi aclamada romancista e memorialista, tendo escrito 60 romances, 25 peças de teatro, 2 autobiografias e mais de 40 mil cartas, compiladas e publicadas em 25 volumes. Ela teve uma vida bastante intensa e conquistou respeito em uma sociedade em que as mulheres não eram bem vista no universo literário. Foi reverenciada pelos principais escritores de sua época, chegando a ser mais popular que o francês Victor Hugo.

O fato de Lésbia ser uma mulher brasileira também contava negativamente ao seu intento de se dedicar ao universo das letras. O pensamento imperialista no Brasil estava em seu auge naquele momento e tudo que fosse desprovido de rótulos estrangeiros, sem um passado cultural mais sólido, não recebia a atenção necessária. No entanto, uma das principais características de Bela era se fortalecer nas adversidades. Havia sido assim em todas as instâncias de sua vida e não seria diferente agora, na profissional. Não deixou se abater e insistiu em seu destino. Sobre o editor que procurou, abrindo mão de todos os direitos autorais para ver sua obra publicada, recebeu uma recusa inicial, respaldada, obviamente, pelos preconceitos narrados, embora totalmente velados. No entanto, esse mesmo editor, disse à escritora que, ao relatar sobre seu trabalho ao redator de outro periódico, este mostrou-se interessado em conversar sobre o assunto. Nesse momento o redator adentrou no recinto e Lésbia foi apresentada a ele. Recebida com empatia e muitos elogios, contrariando o que se esperava, esse redator estimava o fato da escritora ser brasileira, estudiosa e com um trabalho elogioso. Dignificava sua aspiração às letras, mas a advertiu sobre as desventuras e dissabores que enfrentaria, aos quais deveria suportar com dignidade. E, por fim, disse-lhe: “Avante, pois, minha senhora! Sempre estará à disposição de V. Exa. o meu jornal e sentirei muito prazer em concorrer para o engrandecimento do seu nome. Quer publicar alguma coisa?” (BORMMAN, 1998, p. 100). Emocionada, ela se surpreendeu com a distinção daquele homem em relação aos demais, pontuando seu espírito elevado. Agradeceu a receptividade e os conselhos, aos quais seguiria rigorosamente e disse-lhe, apresentando o pacote de escritos, que desejava publicar em livro os seus romances. O redator fez-lhe uma contraproposta, a de publicar os romances primeiramente sob o formato de folhetim, para posteriormente editar uma publicação com mil volumes, sendo 500 para a escritora e 500 para a redação, ao que Lésbia aceitou, agradecida.

Dias depois seria publicado nesse periódico o romance *Blandina*. “Maravilhoso tecido, bordado de peripécias, onde cada personagem era perfeitamente descrito em seus defeitos e qualidades, mostrando no estudo psicológico verdadeira maestria” (BORMANN, 1998, p. 103). Embora tenha sido um romance de grande valor literário, extremamente bem urdido, teve uma recepção controversa. Os literatos reconheciam o valor daquela obra, mas agiram com frieza e indiferença, talvez ressentidos pela importante concorrência que despontava pela pena de Lésbia. Apenas um teceu-lhe uma crítica e, de forma positiva, elogiou seu trabalho, encorajando-a a dar continuidade ao trabalho. As senhoras abastadas, grandes consumidoras do gênero folhetim, vestiram suas máscaras sociais e foram contra a moralidade de algumas personagens, sendo que, na verdade, muitas delas eram apenas o retrato fiel da realidade que essas mesmas mulheres ocultamente representavam. “Sem dúvida, conservavam essas puristas,

no fundo de alguma gaveta, gravuras que não podiam ser vistas e livros com o título *Leitura para homens*; preciosos passatempos, de misterioso sabor, verdadeiro incitamento histórico em horas de ócio” (BORMANN, 1998, p. 105). Em contrapartida, o público das mocinhas solteiras foi o que mais devorou o romance, ávidas em encontrar o que tanto havia de proibido e imoral. Nada encontrando e puras, ainda, em seus sentimentos, acabaram se identificando “com o sofrimento daqueles heróis e heroínas, nesses arroubos juvenis tão sinceros e espontâneos, tão despidos de preconceitos e más intenções!” (BORMANN, 1998, p. 106).

No romance *Blandina* Lésbia teceu uma trama que girava em torno de um filho natural que foi engenhosamente conservado ao lado da mãe, sem despertar a desconfiança pública, sugerindo tratar-se de uma gravidez indesejada e repudiada socialmente. Impossível não fazer aqui uma comparação entre *Blandina*, de Lésbia, com *Aurélia* (1883), de Délia. Nesta última narrativa Aurélia teve seu filho Raul mantido a seu lado na condição de irmão, fruto de uma artimanha de sua mãe Luiza. Embora reconhecendo-se nas personagens de *Blandina*, as mulheres não odiavam a escritora do romance, mas a Lésbia, a autora mulher, separada e bela, da qual já faziam vários pré-julgamentos, movidas pela inveja e pelo ciúme de uma mulher que teve a ousadia de avançar em um contexto social em que estavam todas inseridas por meio de sua condição feminina. Passaram a buscar na história de papel traços biográficos de sua autora, dando vazão à maledicência que aquela sociedade estava habituada.

Resoluta e inabalável, seguiu Lésbia a escrever. Inspirada no romance *San Felice*³⁹ (1864), do francês Alexandre Dumas (pai), criou um poema contrapondo as características psicológicas dos amantes, na figura da personagem masculina: “O glorioso marinheiro, fraco, enervado, infamando-se para obter um sorriso da formosa sereia”; e da personagem feminina: “calculista, fria, com a mira nos favores da rainha, estabelecendo uma permuta entre a ambição da realeza e a alucinação do herói, seu cativo” (BORMANN, 1998, p. 110). Para esse poema acordou-se a crítica, reverenciando o trabalho da escritora, com características incomodativas.

Mais tarde escreveu Lésbia mais um romance, a partir do qual ela seria sempre taxada de imoral, não importava mais o que escrevesse. Numa tentativa de vingança, publica mais um poema, intitulado “*Os garotos*”, uma sátira bem ao gosto de Bocage⁴⁰. Esse poema foi

³⁹ Este romance retrata a prisão e a execução, em Nápoles, de Luisa Sanfelice, que foi acusada de conspirar com os franceses e seus partidários contra Fernando I das Duas Sicílias, durante a Guerra Revolucionária Francesa.

⁴⁰ Manuel Maria Barbosa du Bocage (1765-1805), foi um dos mais importantes poetas do Arcadismo português e também considerado um pré-romântico. Sua obra é composta por poesia lírica e satírica. No gênero lírico, aborda desde os temas convencionais do Arcadismo até os temas do movimento pré-romântico, sobretudo a última fase de sua poesia, que é marcada pelo arrependimento e pela auto piedade. No entanto, foi a poesia satírica que fez de Bocage um poeta popular, mas que também lhe

responsável pela venda de mil folhetos do periódico em menos de 15 dias. A partir de então, Lésbia usaria desse gênero para atingir em cheio àqueles que tentavam diminuir-lhe a engenhosidade e o talento. Lésbia era inteligente e isso incomodava o público masculino, externando sua superioridade no corpo de mulher; e era bela, o que incomodava fortemente as outras mulheres, sendo colocada à prova constantemente em descrédito. Essas virtudes lhe trariam muitos dissabores. “Muito episódio acidentou a carreira de lutas da jovem escritora, ora causando-lhe tédio; ora provocando-lhe gostosas gargalhadas, pois a criatura é um animal de costumes que se habitua até com a descompostura” (BORMANN, 1998, p. 112).

Em outro folhetim trouxe uma história em que uma mulher renegava a maternidade após a perda do primeiro filho. Isso rendeu-lhe críticas anônimas severas, afirmando que somente uma mulher que nunca havia sentido a maternidade pulsar em suas entranhas seria capaz de escrever tal história. Em outro romance chamava os homens de lobos e às mulheres de hienas, o que rendeu mais uma enxurrada de críticas negativas. Mas ela não se incomodava. Na verdade, cada crítica que tentava negar-lhe as qualidades de escritora, mais fazia por torná-las ainda mais visíveis. “[...] os paladares estragados rejeitam as mais finas iguarias [...] – O que escrevi, está escrito” (BORMANN, 1998, p. 115).

Por essa época Lésbia fica viúva, encontrando-se, portanto, civilmente liberada, ainda que já se encontrasse separada. Isso mudava totalmente sua condição social, podendo, inclusive contrair novo matrimônio. Porém, isso não aconteceria, o insucesso de suas experiências havia criado nela grande aversão ao casamento. Todavia, sua nova condição representou “mais um elemento da animosidade mulheril, que não lhe perdoava a auréola da tríplice coroa do gênio, da beleza e da liberdade” (BORMANN, 1998, p. 119).

Algum tempo depois surgiu na vida de Lésbia uma figura masculina muito diferente daquelas que até então havia conhecido. Trata-se do Dr. Pereira, homem distinto, de caráter ilibado, extremamente erudito e muito modesto. “Grande poeta, grande coração, excessiva sensibilidade, trabalhada pelo contundente atrito do mundo no desencantado comércio dos homens; dispondo também de ameno trato e de variada e atraente conversação” (BORMANN, 1998, p. 122). Por meio da obra de Lésbia, Pereira capturou rapidamente a essência de Lésbia e desejou conhecê-la. Sua beleza, inteligência e superioridade rapidamente o deixaram impressionado. Um homem maduro e bastante experiente se via traído por um forte sentimento, amando aquela escritora como jamais havia amado outra mulher. A distinção com a qual foi

valeu a prisão e a censura, pois nela abordava temas proibidos, como o erotismo, a politicagem, a hipocrisia e a corrupção.

tratada e admirando também os merecimentos de Pereira, Lésbia rendeu-se a esse sentimento e, ao receber a declaração do amado, não teve dúvidas que poderia se entregar àquele homem, que seria seu eterno companheiro, amigo e amante. A partir de então, numa referência ao poeta de Lésbia, ela o chamaria de Catulo, em referência ao poeta latino e à semelhança entre suas poesias: “Serei a tua Lésbia e tu serás o meu Catulo! [...] Trabalharemos juntos, completarmos-nos e os deuses nos invejarão!” (BORMANN, 1998, p. 124). Catulo representa, nesse romance, a personagem masculina que Délia sempre oferece como a redenção para suas heroínas. Diferente dos demais homens que Lésbia conheceu, ele lhe devotará um amor que transcende o plano físico, sendo que a afinidade intelectual será muito mais forte que apenas o contato físico. Será para não trair esse sentimento elevado que ela irá abrir mão de sua própria vida.

Outra grande surpresa é apresentada ao leitor na narrativa do romance. Lésbia teve a sorte de ser a ganhadora na loteria que corria não época, de uma considerável fortuna no valor de 500 contos de réis⁴¹. Esse tipo de jogo já era muito comum no século XIX, no entanto, não muito frequentado por mulheres. Embora de uma forma bastante inusitada, além de todos os predicados que já colecionava a escritora, agora Lésbia também adquiriria a liberdade financeira, que não vinha de nenhuma herança, nem de uma aliança conjugal, mas por pura sorte do destino. Essa independência financeira mudaria radicalmente os rumos de sua vida, tanto pessoal, mas, principalmente, a profissional.

Lésbia comprou um palacete no Rio Comprido, região da Corte ocupada no início do século XIX por chácaras de proprietários abastados, principalmente de origem inglesa. A mansão possuía decoração opulenta, bem característica para a elite da época. Levou seus pais para morarem consigo e Catulo tinha livre acesso à casa, sendo sua mais importante companhia. Nessa nova residência Lésbia criou um espaço de trabalho e teve a oportunidade de criar para a persona escritora “um teto todo seu”, uma necessidade de condições para a criação literária feminina que seria defendido apenas a partir da segunda década do século XX pela escritora inglesa Virgínia Woolf⁴².

⁴¹ A nível de curiosidade, para se ter uma noção deste valor, buscamos algumas conversões mais próximas para a nossa moeda atual, o Real. Considerando os valores patrimoniais e as infrações ao longo dos anos, encontramos alguns estudos que indicam que 1 conto de réis (ou 1 mirréis) valeria, hoje, em torno de 123 mil reais. Dessa forma, ser agraciado com um prêmio de 500 contos de réis representaria uma fortuna de 61,5 milhões de reais.

⁴² Adeline Virginia Stephen Woolf (1882-1941) foi escritora, romancista, ensaísta e editora britânica, conhecida como uma das mais importantes figuras do Modernismo inglês. Aclamada pela Crítica Feminista do século XX, escreveu o texto *Um teto todo seu*, que consiste em um ensaio publicado em 1929 e baseado em uma série de palestras que ela proferiu em 1928 no *Newnham College* e *Girton College*, duas faculdades para mulheres na Universidade de Cambridge. Neste trabalho Woolf traça um

Com a mudança de *status* social, rapidamente apareceram muitos oportunistas querendo tirar algum proveito da nova situação. Os primeiros que vieram foram os parentes do núcleo da prima Joana. Sempre falaram mal da prima, instigando a maledicência social e fazendo mil intrigas, movidos apenas pela inveja. Agora faziam-se de coitados, contando com a generosidade da prima abastada. Na sequência, surgiram os caça-dotes, e foram muitos, mas um caso especial foi registrado na narrativa. Trata-se do barão de Buriti, visconde de Pacoval, um típico exemplar da nobreza brasileira, aristocrata de título comprado e muito endividado. Lésbia o recebeu, enfadonhamente, ouvindo dele os elogios e a proposta de casamento que a coroaria com um título de nobreza, único adjetivo que lhe faltava, pois inteligência, graça e beleza ela já tinha. Lésbia gargalhou, debochadamente, dessa proposta, afirmando: “Para mim, só há uma nobreza – a do talento, e essa é tão forte, tão alheia à evolução social, tão subjetiva, que não tem a recear revoluções, nem confisco de bens, nem carece de ascendência, nem de posteridade!” (BORMANN, 1998, p. 133). Ainda discursou bastante sobre o conceito de nobreza e de aristocracia, criticou como esses títulos eram adquiridos no Brasil, deixando o barão-visconde decomposto diante de sua eloquência ao falar, e finalizou agradecendo os elogios e recusando sua generosa proposta de casamento. “[...] o homem que eu desposasse, desde que não tivesse engenho igual ao meu, seria unicamente conhecido pelo – marido de Lésbia, o que ainda assim constitui uma prerrogativa que não será concedida a qualquer” (BORMANN, 1998, p. 136).

Sobre a porta do gabinete de Lésbia havia a inscrição em latim *Non omnis moriar*, que significa “Não morrerei de todo”. Segundo nota de Telles “esta frase é parte de um verso da Sétima Ode de Horácio (poeta latino, nascido por volta de 65/8 a. C.) O verso inteiro é: *Non omnis moriar pars aliqua mei vitabit Libitinam*, ou ‘Não morrerei de todo, uma parte de mim evitará Libitina’ [deusa romana da morte]” (TELLES, 1998b, p. 261). Era esse o propósito de Lésbia, tornar-se imortal por meio de sua obra, criando uma tênue contradição entre a mulher que escreve e a mulher escritora. São diversas as conversações entre ela e o amado Catulo, apresentadas na narrativa, em que é possível perceber essa oscilação, que caracteriza a evolução de sua obra. Às vezes distinguia a mulher Arabela, da escritora Lésbia, afirmando que elas existiam quase sempre em oposição. Embora colocasse suas personagens em situações que ela jamais admitiria em sua vida real, isso não impedia que ela sofresse com os seus sentimentos, o que considerava o segredo da arte. Comparava-se sempre ao escritor alemão Goethe. Assim

brilhante painel da presença feminina na literatura ao longo do tempo, não como personagem, mas como escritora. Em seu texto chega à conclusão de que as mulheres escritoras só começam a surgir a partir do momento em que lhes é dado o direito de ter uma renda pessoal e um espaço doméstico próprio.

como ele, Lésbia evitava sempre o sentimentalismo, deixando sobressair a razão a seus arrebatos apaixonados, o que causava certa desorganização espiritual na escritora. Em outros momentos, afirmava que, também parecendo com Goethe, cedia ao impulso de implantar um pouco de sua individualidade e de seus sentimentos nas personagens de seus romances. “Todos eles, mais ou menos, participam da minha natureza e vivem um pouco da minha existência, acontecendo muitas vezes compartilharem igualmente a minha índole dois caracteres opostos” (BORMANN, 1998, p. 141).

Lésbia frequentava a sociedade sempre na companhia do adorado Catulo. Sua chegada aos eventos era sempre notada pelos presentes. Sua beleza fazia jus ao nome da moça – Arabela; a inteligência, a altivez, o traquejo social e a liberdade financeira exaltavam a escritora – Lésbia. Como para a maior parte das mulheres de classe alta, a moda lhe servia para realçar os atributos físicos e reafirmar o *status* que ocupava naquela sociedade, ainda que galgado à custa de muitos sacrifícios. Em um baile “trajava ela longo vestido de cetim branco, coberto de renda de Inglaterra, tendo nos apanhados enormes esmeraldas, cravejadas de brilhantes, irmanando com o adereço completo que lhe ornava o corpete, os pulos e as orelhas – duas primorosas conchinhas nacaradas” (BORMANN, 1998, p. 145). Importante observar como Délia utiliza da moda em seus romances como acessório da narrativa, a fim, não somente de caracterizar suas personagens, mas também de conferir-lhes verossimilhança, contextualizando suas histórias. O espaço social frequentado por Lésbia lhe fornecia a inspiração necessária para criar seus romances. Era um espaço composto por diversos caracteres, mas uniformizado pelas máscaras sociais.

Lésbia continuava a escrever e a publicar, conquistando, de fato, a tão esperada ascensão literária, sendo respeitada como escritora. Nessa ocasião, porém, perde os pais, lembrando-lhe a vida de sua condição humana. Primeiro foi-se o pai e, poucos meses depois, a mãe. Essas grandes perdas alimentaram uma revolta diante da fragilidade da vida, o que a fez buscar a reclusão e o silêncio, sempre respeitado por seu amado Catulo, que não media esforços e disponibilidade para consolá-la. Refletindo que sua vida caminhou para adorar apenas essas três criaturas, ao perder os pais, resignou-se em dedicar-se totalmente ao amado, amigo e fiel companheiro que a vida havia lhe presenteado. “E, aos poucos, transformou-se o amor que lhe inspirara em uma dessas afeições poderosas, revestidas de gratidão, de força de hábito, de real estima, que soem resistir ao tempo, à intimidade e a todas as vicissitudes humanas” (BORMANN, 1998, p. 161).

Almejando dar um tempo de tudo e alimentar-se da arte, do belo e buscar mais inspirações para suas histórias, Lésbia decidiu partir com Catulo para uma longa temporada de

oito anos na Europa, onde visitou os principais países, passando brevemente por alguns locais e permanecendo por mais tempo em outras cidades. Devotou grande apreço pela Itália que, naquele século XIX, vivia uma valorização dos grandes clássicos greco-romanos, com importantes nomes na arquitetura, na escultura e também na pintura. Nesse momento já é sabido pelos leitores a grande influência da Antiguidade Clássica na obra de Délia e, assim como a heroína Aurélia do romance homônimo, Lésbia também dedicará parte de sua formação em uma temporada nas cidades italianas, podendo desfrutar de sua condição “despreocupada, rica e de bom gosto” (BORMANN, 1998, p. 163).

Retornando ao Brasil, Lésbia é recebida com os festejos que faziam jus à fama conquistada. A partir dessa etapa a narrativa do romance passa a dedicar-se às transformações que irão acontecer na vida pessoal da escritora, assinalando outra importante temática deste trabalho de Délia, que é a possibilidade de uma relação entre uma mulher madura, livre e independente, com um rapaz bem mais jovem, contrariando as convenções da época.

De volta à Corte, Lésbia sempre era vista pelo Dr. Alberto Lopes. O rapaz se tratava de um adorador da escritora e ansiava em ser apresentado a ela. Conseguindo seu intento, foi bem recebido por Lésbia que, acostumada aos galanteios, sentiu certa normalidade na adoração que percebeu despertar em Alberto. No entanto, a partir do dia em que foram apresentados, Alberto passou a persegui-la em qualquer lugar que estivesse. No início, Lésbia até divertiu-se com essa faceirice de rapaz apaixonado, mas a continuidade desses atos passou a constrangê-la, ocasião em que advertiu ao rapaz do incômodo que estava lhe causando esses exageros que ela julgava, até então, serem passageiros.

Sem mudar a atitude, Alberto apenas tomou mais cuidado para não ser percebido. No entanto, em um dia chuvoso, ao descer da carruagem, ela quase caiu na lama, momento em que foi rapidamente acudida por Alberto, atitude que traiu o cuidado que o rapaz estava tendo para não ser notado. Sentindo-se invadida em sua privacidade, Lésbia ficou bastante contrariada com a insistência do rapaz, voltando para casa e se isolando com suas reflexões. Percebeu que seus sentimentos estavam um pouco confusos e, da mesma forma como ficara totalmente sem atitude com o beijo roubado por Sérgio de Abreu, no passado, agora um certo arrepio corria-lhe novamente o corpo, ao lembrar do contato ofegante do jovem Dr. Alberto. No entanto, aquela que fora iludida por Sérgio era a inexperiente moça recém-separada Arabela e, nesse momento, tratava-se da experiente escritora Lésbia, mulher vivida e conhecedora de todos os tipos de homens.

Para se furtar a esse sentimento, fixava-se no amado Catulo, lembrando todos os momentos importantes que tiveram juntos e, ironicamente, foi surpreendida pela não

correspondência dos pensamentos com as emoções. Pensar no amado não mais lhe agitava o coração e, após dez anos de constante convivência, começava a constatar que os arroubos dos primeiros tempos também haviam ficado no passado. Seus sentimentos a traíam e, surpreendentemente, ela não sabia como lidar com isso, pois a imagem de Alberto começou a dominar-lhe a mente.

Alberto Lopes era filho único de uma família de recursos modestos. Seu pai era funcionário público, mas muito econômico e devotado ao lar. Com o apoio da esposa e muito sacrifício, conseguiram oferecer ao menino uma boa educação, ao que ele retribuiu dedicando-se com afinco aos estudos, sendo um dos melhores alunos da classe. Quando completou dez anos de idade, a família recebeu mais um ente, a pequena Heloísa, prima de Alberto, cinco anos mais nova, que havia ficado órfã de pai e mãe, vindo a receber daquela família o amor que necessitava.

Ao completar doze anos de idade, Alberto ouviu falar pela primeira vez no nome de Lésbia: “ora elevado às nuvens, ora vilipendiado pela inveja e pelo estúpido preconceito da mediocridade” (BORMANN, 1998, p. 172). Porém, sempre preso às suas próprias ideias, quis Alberto conhecer a obra daquela famosa escritora, adjetivada de jovem e bela, para não correr o risco de fazer nenhum pré-julgamento, simplesmente influenciado pelo que ouvira falar dela. Tomando emprestado de um colega um dos romances de Lésbia, devorou-o, ocultamente, experimentando sensações bastante diversas para a sua idade. A partir de então, iniciava uma verdadeira paixão pela escritora, sobre a qual passou a exercer grande fascínio e a imaginar como seria aquela criatura divina, cujo romance lhe marcara profundamente. Imaginava-a de muitas maneiras, sempre muito bela, mas logo rejeitava qualquer uma dessas imagens, “achando-as pouco dignas de retratarem a desconhecida criatura que tanto o conturbava, povoando-lhe os sonhos de menino e matizando-lhe o desabrochar dos seus devaneios de rapaz” (BORMANN, 1998, p. 173).

Alberto dedicou-se com mais afinco aos estudos, almejando pedir ao pai como recompensa toda a obra de Lésbia, intento facilmente alcançado. Ele devorava cada palavra daqueles romances, dedicando profunda adoração à escritora, o que viria a tornar para ele uma obstinação. Quando Alberto completou quinze anos, Lésbia estava de partida para a Europa, por uma longa temporada e ele seguia para São Paulo onde se matricularia na Faculdade de Direito. Retornando à Corte nas férias do quarto ano, Alberto encontra a prima Heloísa, linda e tímida, no frescor dos seus quinze anos. Repentinamente, aquele sentimento fraterno que unira os primos começava a ser substituído por uma forte atração, correspondida por ambos, que fizeram juras de se unirem, futuramente, em matrimônio. O rapaz regressou a São Paulo para

terminar seu curso e, no ano seguinte, chegava novamente à Corte, para iniciar a vida na advocacia, tendo a sorte de ser apadrinhado por um importante jurista.

Sem pressa para o casamento, o agora Doutor Alberto Lopes, com vinte e um anos, estava se estruturando profissionalmente para somente mais à frente realizar o sonho de unir-se à prima Heloísa. Enquanto isso, os jovens enamorados se contentavam com a sua cumplicidade no presente. Antes de tudo, eram grandes amigos e conversavam sobre todos os acontecimentos de suas rotinas diárias. Alberto estava com vinte e três anos e Heloísa dezoito, quando planejaram se casar daí a dois anos. Por este período, porém, Lésbia regressava da Europa, fazendo com que aqueles sentimentos da adolescência de Alberto reacendessem com grande força. Ao saber da chegada da escritora ao Rio de Janeiro, em breve se deu o encontro já narrado entre eles e a perturbação voltou a reinar na alma do rapaz. Primeiro, grande remorso abateu-lhe o coração, pois, ao comparar a sedutora Lésbia com a adorável Heloísa, embora reconhecesse os encantos angelicais da prima, deu primazia à autoridade feminina da escritora. Desde então, não teve mais sossego, passando a persegui-la onde fosse.

Heloísa conhecia o gosto do primo pela obra de Lésbia e também desejou conhecê-la, sempre perguntando ao amado como ela era, sem jamais imaginar a ameaça que aquela mulher representava para o seu relacionamento. Um forte sentimento já estava instaurado naqueles corações: no de Alberto, desde que ouviu falar da escritora, aos doze anos de idade; no de Lésbia, a partir do momento que começou a ser perseguida pelo jovem doutor. A partir de então, em silêncio, a imagem de ambos perseguia a mente dos dois, que se encontravam verdadeiramente apaixonados.

Lésbia lutou contra essa paixão, não admitia ter passado por tantos dissabores, ter conhecido todos os tipos de homens e se refugiado no amor sublime de Catulo, para agora ser surpreendida por mais esse novo tipo de arrebatamento. Percebia-se velha, estava com quarenta anos, e não se sentia confortável em render-se a esse sentimento por alguém tão mais jovem.

Quarenta anos! Idade cruel, em que se evolvem os restos da mocidade, dando passagem ao sombrio decréscimo da beleza e da frescura! E, ao entrar no acaso, com a vista já enublada de névoas, por que ainda sinto o doentio ardor dos últimos raios de sol antes de obumbrar-se? Será esta, ao menos, a última provação da vida, a suprema angústia que extravasa d'alma? (BORMANN, 1998, p. 182).

Ao mesmo tempo que lastimava causar tamanha decepção a Catulo, chegava a odiá-lo, por não tê-la prendido o suficiente, deixando-a à mercê desse novo roubo do coração. Depois pensou em abandonar o Brasil para sempre, mas como abrir mão de tudo o que conquistara o

seu engenho e fazer seu nome como escritora? Evitaria o mancebo, isso seria mais fácil, encontraria uma bela jovem que a substituiria naquele coração de rapaz. Por fim, tudo isso lhe doía a alma, como se não fosse digno lutar contra o que o destino lhe apresentava. Aos poucos, se rendia, quando Alberto passou a frequentar sua casa, em ocasiões de eventos sociais.

Em seu aniversário, convencida por Catulo, Lésbia decidiu oferecer uma grande festa em seu palacete. Abriria sua intimidade para a alta roda da Corte, composta por algumas pessoas que a admiravam, verdadeiramente, mas também, por uma multidão que apenas nutria por ela grande inveja. Nessas ocasiões é que se apresenta a força das máscaras sociais e, em nome das convenções e pelo desejo de pertencimento àquele grupo, todos se sujeitavam aos protocolos. Lésbia havia vencido: a maledicência social que a apontava como mulher separada e, portanto, marginalizada; os obstáculos de uma sociedade patriarcal em que sua posição rompia com o espaço reservado à mulher. Tornou-se uma escritora de renome e ainda teve a sorte de conquistar sua independência financeira, sem a chancela de uma figura masculina. Acima de tudo, estava em sua melhor fase, esplêndida e bela. Em meio ao mulheril estampado pela última moda, Lésbia sobressaía como criatura divinizada. Alberto não a perdia de vista e sentia-se muito mal a cada olhar e a cada lisonja dispensados a ela. Para Catulo, ela estava incrivelmente ainda mais bela. Constatação que também o oprimia, pois sua experiência lhe informava que uma mulher só brilha com essa intensidade quando está apaixonada. Alguém haveria de ter tocado sobremaneira o coração de Lésbia.

Observando Alberto retirar-se para um gabinete mais reservado, Lésbia seguiu o rapaz e foi surpreendida com uma emocionante declaração de amor. Alberto colocava-se em posição inferior, sem títulos nem bens para oferecer, mas completamente apaixonado. “Eu, uma nulidade social, encontrei-a um dia e fiquei fascinado! ... Eis tudo, é bem pouco, mas é imensamente grande a soma dos meus tormentos, dos meus pesares e das minhas lutas!” (BORMANN, 1998, p. 190). Lésbia oferece-lhe sua amizade, a única coisa capaz de despi-la do prestígio da escritora que a separa das demais mulheres. Faz-lhe um resumo de sua vida, de como Arabela era apaixonada e como aprendeu a odiar e tornar-se vingativa a Lésbia.

Atribuíram-me defeitos que eu não tinha e negaram-me as qualidades que eu possuía. [...] Morreu, assim, o que de mais puro havia em mim – o coração, mas a tudo resistiu o cérebro, sempre atraído pelo belo e galvanizado pelo entusiasmo! Impeliu-me o instinto de conservação para as letras, apaixonei-me pela literatura e dos destroços de mim mesma surgiu Lésbia, criação híbrida, filha do sarcasmo e do ceticismo, ora convulsionada pela gargalhada do histrião, ora empalidecida e sombria como a face de Hamlet! (BORMANN, 1998, p. 192).

Assim, Lésbia pediu que Alberto não lhe amasse e fugisse o quanto antes, pois ela não poderia lhe trazer felicidade, ao que ele protestou, informando que ficaria, mesmo que esse amor lhe custasse a vida. Lésbia deixou o rapaz e encerrou a festa.

Durante meses se amaram em silêncio e sofreram com esse sentimento. Catulo, que tudo havia percebido, também sofria em silêncio. Sentia-se perturbado em ver a amada se esvaindo dia a dia, presa ao amor por um rapaz que poderia ser seu filho. Notava o afastamento da amada e desejava que ela rescindisse aquele compromisso. Por medo de se machucarem, ambos ficavam esperando do outro a iniciativa do rompimento. Lésbia não o fazia por medo de magoar o único homem que lhe devotou amor divino. Catulo, por sua vez, não a liberava do compromisso, com receio de perdê-la para sempre. Por mais que desejasse a felicidade de Lésbia, não conseguia tomar uma atitude, sempre na expectativa que o que ela vivia fosse apenas uma ilusão passageira e que em breve ela necessitaria de seu apoio e companhia.

Entre Alberto e Heloísa as coisas não estavam diferentes. O pensamento de Alberto estava constantemente em Lésbia desde o dia que se declarou a ela. Continuava a segui-la sem ser notado, só pela necessidade de alimentar-se de sua imagem. Enquanto isso, refletia sobre sua relação com Heloísa. Percebia que o sentimento votado a ela sempre foi um amor fraterno, e que se confundiu com esse sentimento a atração do mancebo pela mocinha. Não perderia por ela a sua liberdade, ademais, agora a considerava tão criança que em breve o esqueceria, podendo conhecer outro homem que a amasse de verdade.

Algum tempo depois, sem que nada acontecesse, Alberto voltou à casa de Lésbia, desejando saber como ela reagiria após saber que ele lhe amava. Ela continuava relutante, presa à impossibilidade de uma mulher mais velha e experiente se render a uma paixão avassaladora por um homem bem mais jovem. Curiosamente, a escritora que sempre rompeu barreiras e estava à frente de seu tempo, rendia-se a esse preconceito, ditado pelas convenções sociais. Nessa ocasião, Alberto relatou como a amou desde o momento em que ouviu falar sobre Lésbia, ainda na adolescência, e a veneração que se iniciou naquele momento. Encantou-se primeiro pela escritora e desejou conhecer a autora daquelas histórias que marcaram profundamente a sua puberdade. Desde então seu objetivo sempre foi se tornar o melhor homem possível, para um dia ser digno de também merecer o amor de Lésbia, e para isso dedicou-se o tempo todo. Quando finalmente a conheceu, dois anos após se formar, teve a certeza que a amaria para sempre e, ali, estavam eles. Absorta com essas palavras, deitada no divã, Lésbia é, então, ardentemente beijada por Alberto. A imagem de Catulo lhe invade a mente e o remorso toca-lhe o coração, solicitando que Alberto a deixasse novamente só.

Mais alguns meses se passaram e Lésbia estava inerte, tomada por uma grande fraqueza. Prostrada, diante do espelho, pensava:

– Por que não darei à amada criança estes restos de beleza? São os seus últimos e deslumbrantes lampejos, é certo, pois prestes a apagar-se, despede a lâmpada a mais viva centelha! Mas, já que não tiveste o irriante brilho da minha aurora, toma, ao menos, estes cálidos fulgores de um crepúsculo de estio! [...] Como eu te amo, Alberto! Como me sinto fraca e incapaz de me opor à tua vontade! ... Desposar-te-ei, já que o queres, já que é isso necessário à tua felicidade; quanto a mim, só o som da tua adorada voz causa-me as mais violentas emoções e contenta-me os desejos! (BORMANN, 1998, p. 216).

No seu íntimo Lésbia já tinha uma decisão, mas ainda não sabia, de fato, como proceder. Por diversas vezes pensou no suicídio como uma possibilidade de libertação, apresentando-se como o meio mais eficiente para colocar fim a esse impasse. No entanto, faltava-lhe coragem: tanto para dar cabo de sua própria vida, como para sacrificar Catulo e ir ao encontro de sua felicidade, adiando uma solução definitiva. Isso mudaria com a visita inesperada que ela recebe de Heloísa.

Desesperada com a indiferença de Alberto e certa que ele amava a Lésbia, Heloísa decide procurar a escritora e a implora para restituir-lhe o único bem que a menina órfã possuía, o amor do primo, ao que se agarrou perdidamente. “Oh Lésbia! A senhora tem a glória, a ciência, a imortalidade, caminha para um ponto determinado, pode tudo olvidar na sua carreira acidentada de louros, porém eu só tenho o meu amor, e aos vinte anos, o amor é a vida inteira!” (BORMANN, 1998, p. 221). Forte comiseração tomou conta de Lésbia e ela, enfim, tomou sua decisão. Certa de sua vitória diante de Heloísa preferiu renunciar a essa última alegria de sua vida, em favor daquela menina que tivera a coragem e a humildade de lutar pelo amor. “Prometo-lhe que em breve, daqui a quinze dias ou um mês, não terá mais a recear nem mesmo a minha presença. Estou muito cansada disso tudo, careço de repouso e parto definitivamente para longínqua viagem, de há muito projetada.” (BORMANN, 1998, p. 223-224). Pediu-lhe ainda discrição e que nunca comentasse com ninguém sobre essa conversa, devendo seguir em paz o seu destino.

Depois desse encontro Lésbia refugiou-se no isolamento do lar, impedindo até mesmo a presença de Catulo, sofrendo em silêncio. Deveria mesmo renunciar à felicidade, essa última oportunidade que a vida lhe oferecia depois de uma existência marcada por tantos dissabores? Quem era Heloísa para pedir-lhe tamanho sacrifício? Não era sua filha, irmã, muito menos uma amiga. Ademais, Alberto havia lhe escolhido e fora ele quem surgiu em seu caminho e declarou-lhe o seu amor. Em outros momentos, a ideia do envelhecimento invadia sua mente, encontrava-

se numa idade em que acreditava votar apenas amor materno, porém, privada da maternidade, não impediria o amor daqueles dois jovens. Já vivera demais, daria espaço para aqueles que estavam iniciando sua caminhada. E, assim, decide morrer.

Morrerei! ... De que me serve este miserável viver, que constitui uma cadeia de pesares, prendendo o berço ao túmulo? Irei, antes do termo marcado, repousar de tantas fadigas na paz do sepulcro! ... Viver! e para quê? se a velhice aí está, como um feixe de flores fanadas, amargurando a saudade da infância e de alguns dias tecidos de ouro! [...] Morrerei! é a melhor das soluções no intrincado problema da minha vida! Se eu vivesse, expor-me-ia a novos sabores; não concorrerei para semelhante resultado, basta! (BORMANN, 1998, p. 231-232).

Lésbia prepara sua morte para o prazo de mais dez dias. A vinte de outubro faria onze anos que estava com Catulo, aquele único ser que lhe devotou amor incondicional, e seria essa data também marcada pela sua redenção. Esses últimos dias dedicaria integralmente a seu amado Catulo, mantendo-o junto de si e oferecendo uma espécie de recompensa por ter amado a Alberto.

No dia dezenove Lésbia passou o dia todo com Catulo, rindo e conversando por longas horas como nos velhos tempos, fazendo-o até esquecer dos tormentos que passara diante da ameaça de perdê-la. Ao fim do dia, despediu-se dele, pedindo que viesse vê-la na manhã seguinte, quando comemorariam o aniversário de relacionamento. Mais tarde também recebeu Alberto, que vinha cobrar-lhe uma resposta a um pedido de casamento, feito anteriormente. Pesarosa, repreendeu o tom de despedida, aproveitando os últimos minutos ao lado daquele que fora a promessa de sua última brisa de felicidade. Passou algum tempo junto dele e disse que também viesse vê-la na manhã seguinte, quando teria sua resposta, e despediu-se com um forte adeus.

Já quase meia noite, dirigiu-se Lésbia para seu gabinete e escreveu três cartas. A primeira para o chefe de polícia, informando que, de posse de todas as suas faculdades mentais, dava cabo de sua existência, atendendo a mais um capricho da escritora. Não deixou de tecer mais uma última crítica ao rótulo que a sociedade oferecia à mulher que rompia com o papel reservado à ela, justificando: “É apenas mais uma excentricidade de mulher de letras, raça inútil e pernicioso, segundo a opinião de alguns cérebros resistentes e incapazes de vertigem” (BORMANN, 1998, p. 242). A segunda carta foi destinada a Alberto, justificando que uma mulher na sua idade só deve amar aos filhos. Pediu-lhe que seja esse filho que a vida não lhe concedeu e que fosse feliz ao lado de Heloísa. De onde estiver, não deixaria de velar pela sua felicidade. E na última carta, remetida a Catulo, lembrou-lhe que ele disse tudo sacrificar em

prol da felicidade dela. Assim, partiria se despedindo e prometendo aguardá-lo no além, embora não soubesse onde seria e lhe pede perdão.

Entre muitas opções possíveis, Lésbia escolhe pelo suicídio por meio de uma lâmina de bisturi. Deitada na banheira corta os pulsos e deixa a vida esvair-se junto à água que também vai esfriando, lentamente, mantendo o pensamento firme em Catulo e em Alberto e balbuciando suas últimas palavras: “Fama e glória! insaciáveis Messalinas, afaguem a outros como me afagaram a mim!” (BORMANN, 1998, p. 248).

Lésbia deixou parte de sua fortuna para obras sociais destinadas a meninas órfãs e desvalidas e também para a construção de um liceu exclusivamente para o sexo feminino. Para Catulo ficaram as joias e outros bens, não esquecendo de amparar até Heloísa com a quantia de cem contos de réis, destinada ao dote de seu casamento, beneficiando também, indiretamente, ao amado Alberto. De posse das obras inéditas de Lésbia, Catulo as fez publicar em edição luxuosa e também escreveu sua biografia, eternizando, de fato, a sua amada Lésbia. Pouco tempo depois, consumido pela saudade, também vem a falecer, indo ao encontro de seu amor na eternidade. Como previa Lésbia, Alberto se recuperou da perda da escritora e casou-se com Heloísa.

O suicídio para Lésbia, ao contrário do que se espera como uma atitude de fraqueza diante das adversidades, simboliza mais um ato de escolha, aos quais esteve acostumada durante toda a sua trajetória. Ela poderia ter escolhido romper com Catulo e viver esse amor que lhe surgiu no auge de sua maturidade. No entanto, uma mulher com a sua experiência e tendo perscrutado tantos caracteres humanos que inspiraram suas histórias, sabia que toda escolha tem consequências e, para não causar sofrimentos a outros e, principalmente, a si mesma, o suicídio, planejado, corrobora com o desejo que realizou de sempre assumir a autoria da própria vida.

A primeira grande crítica que localizamos sobre o romance *Lésbia* foi feita na época de sua publicação por Araripe Júnior⁴³ e publicada no periódico *Correio do povo*, na cidade do Rio de Janeiro, nos dias 17 e 18 de novembro de 1890, sob o título de *Crônica literária*. Com um texto ácido, Araripe discorre uma crítica negativa que pode ser percebida com um traço

⁴³ Tristão de Alencar Araripe Júnior (1848-1911), natural do Estado do Ceará, foi importante advogado, escritor e, principalmente, crítico literário, tendo publicado em vários periódicos brasileiros. Assim, não é o ficcionista, mas o crítico literário que constitui a importância de Araripe Júnior na literatura brasileira. Dotado de grande sensibilidade para o fato estético, de grande acuidade para a análise e possuidor de vasta cultura geral e literária, aplicou-se a estudar a literatura brasileira na obra de seus autores representativos: José de Alencar, Gregório de Matos, Tomás Antônio Gonzaga, Raul Pompeia, Aluísio Azevedo, entre outros. Assim, deixou vasta obra crítica, formando com Sílvio Romero e José Veríssimo a trindade crítica da época positivista e naturalista.

muito forte de visão de literatura genuinamente masculina, corroborando com o contexto social em que a obra foi produzida e recebida. Primeiro Araripe faz uma relação elogiosa dos atributos físicos da escritora como um incentivo à leitura da obra, buscando na narrativa uma correspondência entre criadora e criatura. Frustrado em não encontrar esse primeiro desejo, desqualifica o trabalho de Délia, afirmando que a autora é desprovida de recursos e de observação e que seu romance “está muito longe de produzir a sensação desejada e de excitar curiosidades feminis” (ARARIPE JR., 1960, p. 260).

Na sequência, dedica parte do seu texto a resumir o enredo de *Lésbia*, fazendo-o de uma forma bastante irreverente, diminuindo, na ênfase oferecida em cada passagem da narrativa, o talento da escritora, para finalmente, resumir: “O assunto é banal e tem sido tratado pelos romancistas do século em todas as claves e tons conhecidos em literatura” (ARARIPE JR., 1960, p. 263). Salienta que Délia não inovou em sua interpretação do perfil ao qual se dispôs a explorar, acusando-a de ausência de imaginação e de espírito observador para a construção de sua heroína. “Tirem-lhe as frases e a retórica, mil vezes repetida, dos romances de Feuillet⁴⁴ e Arsène Houssaye⁴⁵, e não ficará, do tipo, senão o manequim – o retrato de uma mulher tola e orgulhosa que se mete a gesticular uma natureza superior” (ARARIPE JR., 1960, p. 263). Aliás, para ele, a pretensão de Délia com esse romance não oferece nenhuma outra qualidade, senão, também, o desejo de ser admirada.

Ao final do texto externa, ainda, sua crença da relação observada entre a vida de Délia e a construção da personagem *Lésbia*, crendo num projeto autobiográfico em que os conceitos expressos são apenas o reflexo do “amor próprio ofendido da romancista” (ARARIPE JR., 1960, p. 263). Por último, reafirmando a posição do cânone literário, desfaz das aptidões literárias de Délia, julgando que a obra só reforça o total desconhecimento da escritora sobre o papel reservado à mulher nas sociedades do século XIX. Sociedades estas, que, reforçamos, eram totalmente patriarcais. O contexto da análise de Araripe Júnior não pode ser desvinculado do momento em que o romance circulou. Sua crítica corrobora exatamente com o tipo de pensamento que Délia propunha romper com seu romance, entendendo a dificuldade de uma boa recepção para essa obra.

⁴⁴ Octave Feuillet (1821-1890) foi um reconhecido escritor francês, muito famoso na corte do Segundo Império e nos salões da Imperatriz Eugenia de Montijo. Escreveu peças teatrais e muitos romances em que descrevia o imoralismo da alta sociedade francesa.

⁴⁵ Arsène Houssaye (1815-1896) também foi um importante escritor francês do século XIX. Além de romances, escreveu poesias, crítica literária e crítica de arte. Foi diretor do *Theâtre Français*, tendo exercido importante papel na cena cultural francesa do Segundo Império.

Outra crítica importante sobre *Lésbia* foi divulgada no ano seguinte, em 1891, no periódico *O Paiz*, também no Rio de Janeiro, no qual Délia era colaboradora, tendo publicado uma série de contos e outros folhetins. O autor dessa crítica assina o texto com o pseudônimo de Ignotus⁴⁶, e contraria a versão anterior apresentada por Araripe Júnior. Segundo Ignotus, *Lésbia* teve uma recepção fria e hostil, que apontava três defeitos importantes que invalidavam o valor da obra artística: “A inverossimilhança da ação, excessivamente romanesca e sentimental; o descuido do estilo, frouxo, incolor, pedantesco, pelo grande número de citações; e uma nota pessoal que deturpava a índole do livro, convertendo-o em capítulos de auto psicologia” (IGNOTUS, 1891, p. 01). Araripe Júnior é apontado por Ignotus como o principal nome dessa crítica negativa ao trabalho de Délia e é acusado de incorrer em suas considerações ao abandonar um dos mais importantes princípios da crítica moderna, que é a influência do meio sobre o espírito do autor. Ainda de acordo com ele, “o escritor se mede pela influência que recebe de seu meio e pela influência que, por sua vez, exerce sobre esse meio, onde se desenvolveram suas aptidões artísticas” (IGNOTUS, 1891, p. 01). Continua questionando em que meio ocorreu a educação artística de Délia, argumentando que as mulheres não têm uma formação literária que as possibilitem embrenhar por essa carreira. No entanto, as que o fazem, são detentoras de inquestionável inteligência e muito talento e, mesmo assim, não recebem os aplausos que se espera, mas são vítimas de preconceito e infâmias. Ignotus está, assim, justificando a construção da personagem *Lésbia* e corroborando com os dissabores que ela passou para conquistar fama como escritora em uma sociedade extremamente patriarcal. Com esse argumento, ele já invalida a inverossimilhança apontada na crítica apresentada anteriormente. Pontua, ainda, uma forte contradição: se afirmam que a obra trata de capítulos autobiográficos, com notas pessoais, não poderia, então, ser desprovida de verossimilhança, embora ele também afirme não ter encontrado essas notas. “Se Délia nos desse esboços da sua vida, aumentaria o valor do seu livro. Com essa curiosidade doentia, *fin de siècle*, que nos caracteriza, quem não ficaria contente em saber como amou, gozou e sofreu uma mulher tão elegante e de tanto talento?” (IGNOTUS, 1891, p. 01). Porém, a ausência dessas notas não descaracteriza a grandeza do trabalho, ainda que Araripe Júnior tenha lido o romance na tentativa de buscar insistentemente uma correspondência entre Délia e *Lésbia*.

⁴⁶ Em nossas pesquisas identificamos que Ignotus trata-se do pseudônimo usado pelo maranhense Joaquim Serra, que era advogado, jornalista e também foi deputado pela Província do Maranhão. Em 1868, mudou-se para a Corte e ficou muito próximo de Machado de Assis, quando iniciou a participação na vida literária do Brasil, escrevendo em vários periódicos, usando também outros pseudônimos como Amigo Ausente, Max Sedlitz, Pietro de Castellamare e Tragalbas.

Ignotus ainda faz uma breve narrativa do romance e finaliza suas considerações rebatendo a tese de que o espírito mata o coração, entendendo que o desejo de Délia foi manifestar que o cultivo das letras não anula, na mulher, os sentimentos afetivos, como fazia acreditar a sociedade de sua época. Ainda compara a personagem Lésbia com a escritora francesa George Sand que foi reconhecida em seu país e teve uma vida amorosa bastante agitada. Conclui, afirmando que “a instrução não influi sobre o desenvolvimento do caráter” (IGNOTUS, 1891, p. 01). Interessante pontuar que a recepção hostil exemplificada com Araripe Júnior à época da publicação do romance é pouco condescendente com o trabalho literário de autoria feminina. Dessa forma, o julgamento vivenciado por Délia corresponde exatamente com as adversidades que a personagem Lésbia enfrentou para afirmar-se como escritora e ser respeitada naquela sociedade.

Esse romance, assim como toda a obra de Délia, caiu no silêncio imposto às escritoras do século XIX e só voltou a figurar na crítica literária no final do século XX. O primeiro trabalho sobre *Lésbia* foi de autoria de Norma Telles que, conforme já relatamos, inseriu essa obra na sua pesquisa de doutorado no ano de 1984, quando analisou a construção literária de autoria feminina no século XIX. A partir do resgate do romance com a segunda edição publicada por Telles, em 1998, é que Délia começa a ser pesquisada, de forma ainda bastante incipiente, e *Lésbia* passa a ser objeto de investigação, recebendo trabalhos em forma de artigos, dos quais citaremos um pouco mais na última seção desse trabalho.

A partir de nossa leitura é possível apontar que a importância que o romance *Lésbia* apresenta na obra de Délia é que, dentre todos os que nos propusemos a pesquisar, ele assume um caráter autobiográfico, não no sentido de retratar fielmente a biografia da escritora, o que contraria a essência ficcional da própria literatura, mas de representar a atuação da mulher de letras na sociedade patriarcal do século XIX, em que às mulheres era negado uma educação mais apurada, mas que ousou um pouco mais, tornando-se uma criadora de histórias. Podemos inferir que Lésbia representa a grande personagem de ruptura, e que sua luta não foi em vão, ao romper com a hegemonia da tradição literária masculina. É difícil dissociar a figura de Lésbia da atuação de Délia por meio da literatura e, embora silenciada pelo cânone literário, sabemos que ela foi uma escritora respeitada, rompendo fronteiras até então inimagináveis para as mulheres e, certamente, inspirando muitas outras de sua época.

3.6 ANGELINA

De acordo com a cronologia estabelecida para a apresentação das obras de Délia, *Angelina* é o sexto romance de nossas análises. Diferente dos demais, esse não traz a data registrada ao fim da obra, o que fez com que usássemos a referência de sua publicação, ocorrida no ano de 1886. *Angelina* foi publicado em formato de folhetim, no jornal *O Paiz*, na corte do Rio de Janeiro, entre os dias 18 de setembro de 1886 a 30 de novembro desse mesmo ano, apresentado em 69 edições do periódico.

Esse folhetim de *O Paiz* (1886) foi o único registro que localizamos para o romance *Angelina*, embora haja algumas menções, sem fontes, de que tenha recebido uma edição em formato de livro, no ano de 1894. Este é também, entre os romances de Délia que se tem conhecimento, o único que ainda não foi resgatado, como os demais apresentados até aqui, graças ao trabalho da pesquisadora Norma Telles e também como o que será apresentado na sequência dessa seção, *Celeste*, fruto de um trabalho do Instituto Nacional do Livro, com a contribuição da pesquisadora Nanci Egert. Isso faz com que *Angelina* possa receber o caráter de ineditismo, pois, além de não localizarmos nenhuma crítica para essa obra nos estudos literários, ela também não está disponível para o público em geral, em formato de publicação.

Dessa forma, nossa leitura para esta pesquisa ocorreu diretamente nas edições do periódico *O Paiz* (1886), que está disponível no acervo da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro. Embora esteja escrito sob a gramática e a ortografia da língua portuguesa do século XIX, contando com muitos vocábulos em desuso, o romance está intacto e bem legível, com apenas uma edição do periódico mutilado, faltando duas frases na diagramação do romance, mas que não compromete a compreensão do capítulo publicado.

Como os demais romances de Délia apresentados, esse também apresenta em seu título referência ao feminino, e *Angelina* será a protagonista do enredo, embora outras histórias circundem sua narrativa. O romance também trata de questões importantes que refletem a sociedade carioca do século XIX, tais como os casamentos arranjados, os “caça-dotes”, representados por parte dos mancebos, geralmente de famílias em situação mais decadente ou outros menos abastados, os amores não correspondidos de algumas donzelas, o desejo do divórcio em uniões fracassadas e, ainda, as máscaras sociais que caracterizam toda a obra de Délia.

No entanto, para além dessa temática já bastante perseguida em sua obra, Délia oferece ao leitor, pela primeira vez, em *Angelina*, o contato com as relações abusivas entre senhores e mulheres escravas e os preconceitos sofridos pelos frutos desse tipo de relação, em um período

que se situa próximo à abolição da escravatura, que ocorreria em 1888. A partir de nossas leituras, consideramos que a mais importante temática de *Angelina* pode ser expressa pela maternidade e as relações estabelecidas pelas mulheres na criação de seus filhos, seja abdicando de suas vidas em função deles ou, ainda, o contrário, abrindo mão de criá-los e se dedicando às suas vaidades. Não podemos deixar de sublinhar que na sociedade patriarcal a mulher era preparada para o casamento, e dentre as principais funções exercidas pelos arranjos familiares, como aumentar o *status* do cônjuge, consolidar seu poder econômico, social e até político, a mulher tinha a importante missão, e desta não podia se furtar, da maternidade. Uma mulher sem fertilidade oferecia argumento para a anulação de um casamento.

O romance pode ser dividido em vários núcleos que vão narrando as histórias das personagens, a princípio, sem relações entre si, mas que, ao desenvolver da trama, o leitor percebe como eles se entrelaçam. O primeiro núcleo a ser apresentado, gira em torno das histórias de José Maria e de Gustavo, irmãos por parte de pai, que mais tarde se ligarão a Angelina.

O enredo se inicia com um encontro entre Maria e Ignácio, quando a moça, carregando um filho nos braços, vai tirar satisfações com o rapaz sobre a notícia de seu casamento, que ocorreria no dia seguinte. Maria era escrava na casa de Ignácio e havia tido um envolvimento com ele, que resultou no nascimento daquela criança. De acordo com os preconceitos sociais da época, Ignácio jamais assumiria a escrava como esposa, nem reconheceria aquele filho bastardo. Essa relação não passava de mais um dos muitos abusos que aconteciam nas relações entre senhores e escravas. A própria Maria, pelas descrições de seus traços físicos, era resultado de uma dessas relações: “era uma dessas mulatas de tipo árabe, cor de canela, de olhos negros, faces rosadas, nariz aquilino [...]” (DÉLIA, n. 259, p. 02)⁴⁷.

Délia denuncia, nesse início de romance, como as escravas eram alvo dos prazeres sexuais de seus senhores. Maria foi enxotada daquele encontro com um prêmio de consolação, uma nota de 5 mil réis que Ignácio retirou do bolso e colocou sobre a criança, abençoando-a, e com a imperativa de que a escrava não mais o procurasse. Será que Maria acreditava mesmo que haveria o reconhecimento de um filho bastardo de um moço branco com uma escrava? Acreditaria, ainda, que um rapaz branco a assumiria como esposa e poderiam construir uma

⁴⁷ Nesta seção, todas as citações do romance *Angelina*, por se tratar de um folhetim publicado no jornal *O Paiz*, em várias edições ao longo dos meses de setembro a novembro de 1886, serão referendadas no texto apenas com o nome da autora, Délia, o número da edição do periódico e a página do mesmo em que se encontra, localizado nas referências pela seguinte entrada: BORMANN, Maria Benedita Câmara. (Délia). *Angelina*. O Paiz, Ano III, edições de n. 259 a n. 332. Rio de Janeiro, de 18 set. a 30 nov. de 1886.

família? A condição de escrava não permitia a Maria outra escolha a não ser resignar-se diante do abandono do seu amado e seguir em frente. Seu amor materno falaria mais alto e, diante de suas poucas opções, faria o possível para dedicar-se ao filho, a quem dotaria todo esse amor, para suprir-lhe a ausência do pai.

Como se não bastasse o que as escravas sofriam com os senhores, elas também eram vítimas dos ciúmes das senhoras. Com Maria não foi diferente, ela padeceu muito nas mãos da mãe de Ignácio, que não aceitava aquela falta de pudor, acreditando, certamente, que a escrava era a culpada por enfeitiçar seu filho na senzala, impondo-lhe muitos dissabores. Mesmo sendo mulheres e mães, essas senhoras submetiam suas escravas grávidas aos maiores castigos e serviços pesados, desrespeitando sua condição gestante. “[...] é a gravidez um período sagrado, durante o qual até a justiça humana se abstém de toda e qualquer punição; porém o que vale tudo isso, ante à bestialidade de certas paixões levadas ao paroxismo?” (DÉLIA, n. 259, p. 02).

Quando Maria deu a luz ao filho, sua senhora a alugou como ama de leite para outra família, deixando a essa última a decisão de ficar ou não com a criança nos braços. Pela graça divina, Maria caiu numa casa regida por Alina, uma senhora muito bondosa e meiga, que se apiedou da escrava, ao assegurar-lhe que teria leite suficiente para criar dois meninos, sem fazer distinção entre o “o filho das suas entranhas e o filho de criação”. Maria cumpriu o que prometeu, conquistando a estima de Alina, que a recompensou sendo madrinha de seu filho, a quem batizou com o nome de Paulo, “libertando-o na pia batismal, lavando-o assim do infamante estigma do cativo e incorporando-o no rol dos homens aproveitáveis” (DÉLIA, n. 259, p. 02).

Cabe aqui destacar que, considerando o contexto da publicação do romance, o personagem Paulo já seria um negro liberto, devido à Lei do Ventre Livre no Brasil, promulgada em 28 de setembro de 1871 e assinada pela princesa Isabel. Por essa lei, todos os filhos de mulheres escravas nascidos a partir dessa data estavam livres do cativo. No entanto, na prática, eles continuavam com os pais nas senzalas, trabalhando e seguindo a vida como se ainda fossem escravos. Se Paulo tivesse nascido antes dessa Lei, ele seria propriedade dos mesmos donos de sua mãe (família de Ignácio). A atitude de Alina e seu esposo foi oferecer a Paulo um apadrinhamento e um reconhecimento, em forma de bênção – por ter como padrinhos um casal da sociedade –, de sua condição, já existente, de homem livre.

Maria, então, se tornou mãe de dois meninos: Paulo, seu filho natural, e Roberto, o filho de Alina. Em contrapartida, Paulo recebeu pelo destino duas mães: Maria, mãe biológica e de coração, e Alina, a madrinha que o adotou para a sociedade. Por sua dedicação ao filho de Alina, Maria conquistou o reconhecimento de seus amos. Assim, quando Roberto completou dois anos

de idade, foi de suas mãozinhas que Maria recebeu sua carta de liberdade. A alforria foi comprada pelos pais de Roberto, num gesto de reconhecida generosidade. Extremamente agradecida, Maria decidiu continuar na casa de Alina, criando as duas crianças juntas, agora não mais como escrava, mas prestadora de serviços e amiga da casa.

Paulo e Roberto cresceram juntos e iniciaram os estudos no mesmo colégio – de homens brancos –, custeado pela família. Paulo era muito inteligente e dedicado, apresentando forte desejo de aprender, o que fez com que logo se destacasse na classe, despertando inveja nos demais meninos que, sendo brancos, não sentiam confortados em ser ultrapassados nas atividades pelo garoto mulato. Isso causou muitos problemas a Paulo, que sofreu com esse preconceito. Muitas vezes ficava triste por não se sentir protegido pelo amigo-irmão Roberto. Isso fez com que Paulo decidisse sair do colégio que era custeado pelos padrinhos e fosse para um em que pudesse ser aceito e ter seus méritos reconhecidos, o que faria com que se dedicasse ainda mais para vencer os preconceitos pela imposição de sua inteligência.

Aos 11 anos fez exame de português na instrução pública, sendo plenamente aprovado, o que lhe causou excessivo contentamento: correu à casa, anunciando, desde a entrada, o seu triunfo. Depois de abraçar febrilmente a mãe, acercou-se de Alina, que o beijou, perguntando-lhe sob que nome se inscrevera, visto haver peremptoriamente recusado usar o do pai; a essa interpelação, perturbou-se o menino, franziu o sobrolho e disse com certa gravidade: – Não tenho pai; tomei por isso o nome de minha mãe: sou Paulo Maria (DÉLIA, n. 262, p. 02).

Retomando a história de Ignácio de Castro, pai de Paulo, a narrativa o apresenta órfão de pai e com uma vida bastante acidentada. Era viciado em cartas e orgias e seu maior sonho era encontrar uma moça rica com quem pudesse se casar. Esse personagem reflete o típico “caça-dotes”, muito comum entre os mancebos da sociedade do século XIX. Aos trinta anos seu sonho se realizaria, ao conhecer a bela jovem Gabriella, possuidora, dentre outros atributos, de um dote de duzentos mil contos de réis. Não tardaram no noivado e em breve estavam casados. “Encontrara ele uma mulher apresentável, leviana, gastadora, e por isso mesmo cômoda, porque não lhe tomaria contas; e ela o aceitara como a qualquer outro, pois só via no casamento um meio de dar expansão aos seus gostos, desfrutando mais ampla liberdade” (DÉLIA, n. 260, p. 02).

Essa união gerou um filho, Gustavo, que desde a gravidez já seria rejeitado pela mãe. A intensa vida social e mundana de Gabriella não permitia que ela se dedicasse ao filho, deixando-o sempre aos cuidados de uma ama. “Para essa insensata não era a maternidade mais do que um

desagradável incidente; no presente e no futuro aparecia-lhe o filho como meio indubitável de lhe estabelecerem a soma das primaveras” (DÉLIA, n. 260, p. 02).

Enquanto há mães que abdicam de toda uma vida para se dedicarem aos filhos – como a mulata Maria, se dedicando a Paulo, e outros exemplos que serão apresentados ao longo da narrativa –, há outras que verdadeiramente não se sentem tocadas pela maternidade, tornando-se esta mais um fardo, ao qual não estão dispostas a se sacrificarem. Nesta parte da narrativa Délia tece importantes críticas à maternidade. Para a autora a educação dos filhos é o grande desafio das mães, indo muito além da procriação, à qual estão sujeitos todos os animais. Interessante pontuar que, neste romance, Délia também corrobora com o pensamento patriarcal de que às mulheres é legado a grande parcela de reponsabilidade na criação da prole. Enquanto ao homem era dada a incumbência de prover o sustento e a posição da família, à mulher ficava a responsabilidade da criação e da educação dos filhos.

À mãe, sobretudo, pertence a fase mais aproveitável do filho, o traço de união entre o berço e a maioridade, esse período preparatório, em que se devem acumular munições para empreender mais tarde às lutas da vida, obedecendo aos ditames da equidade, e sempre confortado por varonil energia (DÉLIA, n. 260, p. 02).

Assim, a atitude de negligência em relação à educação do filho será a responsável pelo caráter desajustado de Gustavo de Castro. Abandonado por Gabriella, em seu mundo de vaidades e por Ignácio, em sua vida galante, Gustavo foi criado sem as referências positivas que se espera receber dos pais. Cresceu justificando suas falhas com mentiras, procurando sempre encobrir suas travessuras incriminando os colegas. A criança se tornou um adolescente “vadio, preguiçoso e dissimulado”, usando sempre de chantagens para obter vantagens em seus desejos. Terminou com muita dificuldade os estudos iniciais, e foi estudar Direito na Faculdade de São Paulo. Nesta época Gabriella já estava mais votada a uma vida doméstica e arrependida da negligência que acarretou os desvios moral do filho. Com sua fortuna já bastante dilapidada pelos excessos mundanos do casal, ela tentava, num último arroubo de responsabilidade materna, incutir na cabeça do filho que necessitaria trabalhar para se estabelecer na vida. Gustavo frequentou os cinco anos da faculdade, levando uma vida totalmente desprovida de moral, aumentando cada vez mais o seu desajustamento. Ao regressar ao Rio de Janeiro reencontrou Ignácio na mesma situação de outrora, não recebendo nenhuma referência positiva paterna.

Sem uma colocação na vida e com os pais já em dificuldades financeiras, Gustavo foi impelido por seus genitores a se acercar de forma inescrupulosa de seu padrinho, o Conselheiro

Souza, homem de grande importância política na Corte e de coração generoso. Gustavo teve sorte e caiu na graças do Conselheiro que, já idoso e sem filhos, viu no rapaz a oportunidade de dedicar todo o zelo que votaria a um filho. Logo o “presenteou com a presidência da Paraíba do Norte, nessa isenção de ânimo e de escrúpulos com que os políticos favorecem os seus afilhados” (DÉLIA, n. 263, p. 02).

Ao contrário de Gustavo de Castro, seu irmão bastardo, Paulo Maria, foi sempre muito estudioso e trabalhador. Terminou os estudos preparatórios e ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, enfrentando todo tipo de preconceito reservado aos mulatos que se metiam no meio social dos homens brancos. Teve que trabalhar para ajudar custear os estudos, pois seu padrinho veio a falir neste mesmo período, momento em que sua mãe também ajudou a família que os havia amparado. Paulo venceu todos os obstáculos no seu curso, os quais faziam com que se dedicasse, cada vez com mais afinco, para se projetar e conquistar o respeito que aquela sociedade lhe negava. Por meio de seus próprios méritos, era sempre o melhor em tudo o que fazia. Reto, generoso e de caráter ilibado, somente alimentava a amargura do abandono sofrido por seu pai. Esse sentimento viria a ser substituído por uma grande indiferença, quando mais tarde, ao conhecê-lo, constataria que se tratava realmente de um homem que não merecia nem um pouco o filho rejeitado.

Paulo Maria finalmente se formou em medicina. Na colação de grau, ao lado da mãe, Ignácio descobriu que aquele jovem doutor, que estava sendo muito elogiado, era o filho que ele teve com a escrava, fazendo-o reviver o passado e encher-se de orgulho e admiração.

Não tardou muito, Ignácio deu um jeito de orquestrar um encontro com Paulo Maria. Apresentou-se como seu pai, elogiou o jovem por suas conquistas e se disse arrependido de tê-lo abandonado. Justificou tal ato pelas dificuldades que passava à época e também pelos arroubos da juventude. Mas como o mal já estava feito, desejava repará-lo, oferecendo seu nome ao filho, com a certeza de abrir-lhe mais portas e teria, ainda, o privilégio de apresentar à sociedade o tão distinto médico como seu primogênito, ainda que bastardo. Essa atitude causou em Paulo a mais profunda repulsa. Para Paulo Maria, se ele não fosse o médico inteligente e respeitado de agora, mas um simples operário, esse pai jamais o teria procurado. Ele constatou que Ignácio não estava movido pelo remorso, mas simplesmente pela vaidade de restituir à sociedade um homem de caráter elevado, lançado, por ele, ao anonimato. Paulo reagiu a esse atrevimento encolerizado, externando toda a amargura que sentia diante da ausência do pai e do abandono a que foram relegados mãe e filho. Argumentou a falta que teria feito no seu passado a presença de uma figura paterna, totalmente preenchida pelo incondicional amor e benevolência de Maria. Disse ainda que, para ele, o pai só representava a personificação do mal

e que passara por muitos dissabores com o pensamento nessa figura amaldiçoada. Mesmo que ele não fosse o médico reconhecido em que se tornara, jamais perdoaria a indiferença recebida.

Totalmente humilhado, Ignácio ainda teve a perspicácia de entender a atitude do filho bastardo, não deixando de compará-lo ao filho legítimo, Gustavo, que tudo teve, mas que não foi suficiente para evitar seu comportamento desregrado e a total falta de escrúpulos. “Parece um castigo! Murmurou Ignácio, apreensivo e compenetrado de que existe uma Providência, que tudo concilia, punindo e recompensado” (DÉLIA, n. 265, p. 02). Não podemos deixar de evocar a atitude paterna construída também por Délia no romance *Aurélia* (1883). Lá Gustavo era o personagem que abandonou Aurélia grávida, mas quis o destino que o filho bastardo deste relacionamento, Raul, se apaixonasse por sua filha legítima, Sofia, e que esse romance fosse o responsável por tirar-lhe a vida, por meio do suicídio. Naquele enredo também observamos a mesma Providência aqui relatada: ela trouxe de volta para o pai o filho rejeitado, no entanto, tirou-lhe a vida da filha amada.

A narrativa apresenta uma última surpresa relacionada à história de Paulo Maria. Com os cinco mil réis que o pai entregou à Maria no episódio do abandono da escrava com o filho nos braços, Paulo resolveu comprar um bilhete da loteria, fazendo-o um dos ganhadores da quantia de 250 contos, o que foi possível estabelecer a mãe de forma confortável e realizar seu grande desejo de ir estudar e aprofundar seus conhecimentos em medicina na Europa, para onde partiu e permaneceu por cinco anos. No Velho Mundo ele teve a oportunidade de trabalhar em importantes hospitais, com os melhores mestres da época, regressando ao Brasil com ainda mais reconhecimento, respeito e admiração da alta sociedade que sempre o tratou com os piores preconceitos à sua condição de mulato e filho bastardo. Não que os preconceitos tivessem cessado, eles continuaram, porém, de forma velada. O ilustre médico também não trazia traços daquele jovem amargurado, mas era um homem de grande maturidade e de caráter elevado.

Já de volta à Corte, Paulo passou a gozar da estima e consideração da mais alta roda. Não era de vida social, até porque os médicos dedicados não dispunham de muito tempo para estas distrações. Mas foi convidado para um *soirée*⁴⁸ na casa do Conselheiro Souza, de quem se tornou amigo, logo após tê-lo salvado de uma grave enfermidade. No baile Paulo foi apresentado pelo Conselheiro à rainha da noite, Angelina, uma bela moça, de fino trato, e cortejada por todos os mancebos da Corte fluminense. Bastou esse primeiro contato para o jovem médico se ver numa situação muito embaraçosa. Pela primeira vez na vida sentiu prazer

⁴⁸ Termo francês que significa noite, era usado para denominar os eventos sociais noturnos, geralmente privados, uma espécie de sarau, acompanhado de baile. As soirées foram muito comuns nos salões da Corte do Segundo Reinado.

numa dança, e ficou encantado pela beleza, finura e inteligência de Angelina, que despertou no rapaz o amor à primeira vista. No entanto, mal sabia Paulo que o coração daquela donzela já estava enfeitiçado por outro jovem doutor, que há pouco tempo estava lhe cortejando, o advogado Gustavo de Castro, presidente da Paraíba do Norte, deputado geral e, por força do destino, seu irmão por parte de pai. Importante ressaltar que os irmãos também não se conheciam e sequer sabiam de sua condição fraterna.

Essa urdidura do romance sugere ao leitor que iniciaria ali um grande triângulo amoroso e uma disputa entre os irmãos pelo amor da donzela. No entanto, embora já bastante maduro e calejado dos preconceitos vivenciados, essa súbita paixão despertou em Paulo um autopreconceito, um sentimento de inferioridade diante da presença de Angelina. Renegou sua origem e a cor de sua pele, imaginava que uma dama como aquela jamais teria olhos para ele. “Trêmulo, ofegante, viu que devia sepultar no íntimo do seio aquele vivo afeto, que nunca seria retribuído; ela era milionária, criada em um meio deletério e naturalmente imbuída de abusões; portanto, recusaria unir-se ao bastardo mestiço” (DÉLIA, n. 267, p. 02). Assim, Paulo abre mão de lutar por esse amor e o que segue na narrativa é a entrega de Angelina às investidas mal intencionadas de Gustavo de Castro.

A história de Angelina compreende outro núcleo da narrativa que é antecedida pela trajetória de sua mãe, Carmen. Esta, aos dezoito anos de idade estava enamorada de seu primo Caius Monteiro, que nesta época estudava Ciências Jurídicas em São Paulo. Por não possuir condição abastada, Caius pediu à amada que aguardasse o seu retorno de São Paulo quando, já formado, poderia trabalhar e finalmente pedir-lhe a mão em casamento. Quase no fim do curso de Caius, Carmen foi obrigada por sua mãe a se render a um casamento arranjado com um importante capitalista da Corte, Gonçalo Diniz. A jovem tentou argumentar com a mãe, confessando seu amor pelo primo, o que fez com que fosse severamente repreendida “sobre a falta de argúcia e de critério da atual mocidade, pronta a enfeitiçar-se por qualquer janota, declamador de versos piegas, em vez de tratar de assegurar um futuro farto e tranquilo” (DÉLIA, n. 268, p. 02). Por se tratar de uma jovem submissa, sem ímpetos para enfrentar a mãe, Carmen se rendeu ao destino traçado e pediu ajuda a seu confessor para que a notícia de sua má sorte chegasse a seu amado primo Caius. Ele a recebeu quase que no momento do casamento, sem nada poder fazer para impedir esse enlace. Na verdade, foi exatamente esse o plano de Carmen para parecer ao amado apenas covardia, mas jamais infidelidade. Daí em diante, ela aceitaria, resignada, sua vida de esposa nesta união sem amor, cumprindo apenas o papel que cabia às mulheres naquela sociedade.

Novamente a maternidade é retomada no romance, reforçando a responsabilidade da mãe em planejar o futuro da filha, concedendo a ela a oportunidade de um casamento que se preocupasse em garantir uma vida de maior tranquilidade e segurança. Afinal de contas, uma mulher só poderia almejar reconhecimento social à sombra de um marido, em uma união que almejasse dar continuidade à instituição familiar. A resignação de Carmen também corrobora com a aceitação das moças ao destino que lhes era impingido, aguardando apenas pela providência divina para mudar-lhes esse norte, o que, neste caso, viria a acontecer.

O nascimento de Angelina foi como um bálsamo na vida de Carmen. Como em quase todos os romances de Délia, a maternidade surge como um gesto de misericórdia para compensar o sofrimento que as mulheres vivenciam em seus casamentos desprovidos de amor. Deverá ser aos filhos que as mães devotam o amor que lhes foi sufocado durante os casamentos arranjados.

Enquanto Carmen levava sua vida de esposa e mãe de família, Caius terminou a faculdade e foi se projetando socialmente, sem se permitir a viver outra relação. Canalizou suas energias para a vida profissional, no que atingiu grande êxito. Observava Carmen à distância, na sociedade, e lamentava profundamente ter o destino interrompido sua história. Porém, quando Angelina completou seis anos de idade, o Sr. Gonçalo foi acometido de grave afecção cardíaca que o levou a óbito, depois de alguns meses de sofrimento, recebendo o afeto e a dedicação da esposa por meio de seus cuidados, a quem sempre retribuía com reconhecimento e generosidade.

Viúva, Carmen estava livre novamente e agora não mais respondia à mãe. Foi procurada por Caius que, ao sentir o mesmo amor de outrora nos olhos da única mulher que amou, esqueceu as amarguras do passado e, finalmente, fez o pedido de casamento. Logo depois do luto, estavam unidos por matrimônio os primos Carmen e Caius, que adotou Angelina como sua filha do coração. A menina, por sua vez, transferiu para Caius o amor que devotava ao seu saudoso pai. Com a morte de Gonçalo Diniz, Carmen se tornou uma viúva milionária e Caius, a essa altura, já havia atingido a posição de juriconsulto e não ficava na posição de um “caçadores” aos olhos da sociedade. Entretanto, para evitar a maledicência, exigiu casar-se sob o regime de separação de bens, o que viria a se tornar uma regra na família, conforme será narrado mais à frente.

Finalmente juntos, essa família pode recuperar o tempo perdido e gozaram de perfeita harmonia e felicidade nesta união. Mas como tudo é passageiro, quis o destino que, passados dois anos, Carmen sucumbisse a um caso esporádico de febre amarela. Em seus últimos momentos de convalescença, juntou no leito de morte os dois entes que mais amava e entregou-

os um ao outro. A Caius pediu que assumisse definitivamente Angelina como sua filha e a amasse todos os dias, como se fosse ela própria; e à Angelina entregou o esposo, pedindo-lhe que o obedecesse como a um pai e que também o amasse por ela. Dali para frente, pai e filha se consolariam e veriam aumentar ainda mais aquele mútuo amor.

Durante a enfermidade de Carmen, Caius trouxe para morar com eles sua irmã mais velha, Margarida. Uma mulher viúva, sem filhos, e que passou a vida inteira resignada em um casamento de amargura, o que a dotou de grande sabedoria. Ela viria desempenhar com grande força a figura materna neste segundo núcleo da narrativa. “Com maternal solicitude amava a Caius, tendo-o visto nascer, prezando-o cada vez mais, ano a ano, pelas qualidades que o ornavam e desvanecendo-se com o respeitoso afeto que ele lhe tributava, tomando-a para confidente e conselheira de seus pesares e da sua vida” (DÉLIA, n. 270, p. 02). Com a morte de Carmen, Margarida também assumiria o papel de mãe de Angelina, a quem dedicou toda a atenção, cuidando especialmente de sua educação.

Diferente das demais heroínas de Délia, Angelina não vai para nenhum internato, sendo totalmente instruída em casa. Isso era muito comum na sociedade da época. Pais muito zelosos e mais abastados contratavam todo tipo de instrução para as filhas na segurança do lar. Mas a instrução para a vida, do comportamento e da formação moral ficava a cargo da figura materna, função da qual Margarida se ocupou brilhantemente.

Angelina é uma personagem feminina no romance de Délia bastante idealizada. Típica mocinha de classe social elevada do século XIX, representava fielmente a vida de uma donzela dos contos de fada. Embora órfã de pai e depois de mãe, teve a sorte de ter em sua vida Caius e Margarida que a criaram com muito zelo, o que fez com que ela se tornasse uma dama extremamente distinta, mas também muito sensata. Com a morte da mãe, a fortuna da família ficou toda para Angelina, “que entrou no rol das predestinadas herdeiras, pouco amadas e muito procuradas, a quem toca o destino de manter os vícios e paixões dos maridos que as atraíam, espoliando-as, o que é ainda mais torpe” (DÉLIA, n. 270, p. 02). Dos dezesseis aos vinte anos frequentou Angelina a sociedade como se esperava das mocinhas da época sem, no entanto, jamais causar-lhe nenhum encantamento estas experiências. Sua criação e, talvez, a fortuna que possuía, impunha a ela diferença entre as demais moças por pensar no casamento como a união de duas pessoas que se amam, porém, foi preparada para ele como qualquer outra moça de classe alta da época, corroborando com a educação que as mulheres recebiam.

Criara-se Angelina de modo diverso, prudentemente dirigida, vendo no consórcio uma santa instituição, feita para constituir a família, consagrando a

mútua afeição de dois seres, impondo ao homem proteção e discernimento e, à mulher, bondade, paciência, meiguice e resignação, a fim de cumprir com todo o escrúpulo os seus deveres de esposa e mãe, nessa dualidade sublime em que a mulher se santifica (DÉLIA, n. 270, p. 02).

Essa visão romântica do casamento na sociedade patriarcal se dissipa todas as vezes em que a parte do marido no acordo nupcial não é cumprida. Para este, geralmente interessa mais o dote e a aceitação social, e continua mantendo uma vida paralela à conjugal, corroborando com as máscaras sociais que vimos acompanhando na obra de Délia. E, assim, sucedeu-se com Angelina. Ela foi seduzida pelas belas palavras de Gustavo de Castro, que via nesta união a possibilidade de manter-se em alto estilo na sociedade. Angelina estava sendo levada para uma armadilha, à qual Caius e Margarida não conseguiram interferir. Apoiaram a jovem protegida, aguardando o momento em que precisariam ampará-la, visto que já haviam farejado, de longe, o caráter duvidoso de Gustavo. Esse rapaz também ocultou, magistralmente, sua índole do padrinho Conselheiro Souza, que haveria de chancelar essa união. A única atitude que estava ao alcance de Caius era condicionar a união do casal ao regime de separação total de bens, visando proteger, ao máximo, o patrimônio de Angelina. Por outro lado, Gustavo recebia o apoio incondicional dos pais, Ignácio e Gabriella de Castro, “não pelo acertado passo de Gustavo, desposando a rica herdeira, mas pelas vantagens que esperavam auferir do brilhante enlace [...]” (DÉLIA, n. 276, p. 02). Ignácio, porém, não viveria para usufruir da conquista do filho, vindo a falecer vítima de um ataque cardíaco, em uma de suas noites de orgia em um hotel da Corte sendo, por acaso do destino, socorrido pelo Dr. Paulo Maria, que teve a desdita de atestar a morte do pai que o abandonou.

Ao saber da notícia do casamento de Angelina e Gustavo, Paulo Maria teve um acesso de revolta. Mesmo já tendo decidido a abrir mão de seu amor por Angelina, não aceitava a possibilidade de vê-la nos braços daquele irmão que pouco conhecia, mas que a fama de mau-caráter já corria pela Corte. Refletiu muito se faria algo para impedir essa união, mas sentindo-se jamais um escolhido pelo coração da amada, sabia que se não fosse Gustavo, seria qualquer outro. Assim, novamente abandonava o desejo de lutar por esse amor.

Às vésperas do casamento surge mais uma personagem no enredo que irá corroborar com a tese de que a grande temática deste romance está centrada na maternidade. Trata-se de Nísia, uma prima mais distante de Angelina. Nísia era o retrato de moça bela, de origem menos abastada, o que fez com que se moldasse um caráter invejoso, ambicionando sempre uma vida de luxo, às custas do que fosse necessário. A mãe de Nísia era uma prima-irmã de Carmen (mãe de Angelina). Ela sempre alimentou a malícia da filha, que se tornaria uma jovem inteligente,

perspicaz e dominadora, a usar todos estes atributos a serviço de suas vontades. Já aos quinze anos de idade, Nísia foi apresentada à sociedade com o único objetivo de conquistar um marido rico. No entanto, sua verdadeira face seria revelada aos poucos: “achavam-na todos sedutora, rendiam-lhe a devida homenagem, mas não ousavam arriscar séria aliança com a linda borboleta, pronta sempre a voejar para a direita e para a esquerda, segundo a aragem”. Desta forma, já praticamente sem opções, acabou sendo entregue, aos vinte e um anos de idade, ao único rapaz que teve coragem de pedi-la em casamento. Tratava-se de Daniel Reis, um oficial da secretaria do exército que almejava progressão rápida em sua carreira profissional. Neste caso, os iguais se atraem. Tão ambicioso quanto Nísia, Daniel via na esposa um objeto de ascensão social, não pelo dote, que ela não possuía, mas como isca a ser oferecida a homens importantes em troca de favores.

Indefensa, pois, e quase inconsciente, aceitou ela o vergonhoso pacto que lhe proporcionava plena liberdade de ação, em troca de benefícios auferidos em proveito de ambos; só no criminoso lucro haveria entre eles essa identificação matrimonial que principia na terra, continuando por toda a eternidade (DÉLIA, n. 280, p. 02).

Assim, por meio de trapaças e muita luxúria, o casal foi ascendendo socialmente, adquirindo posição e fortuna. Daniel Reis chegaria à posição de chefia e Nísia teria uma vida de causar inveja a muitas cortesãs. “Morava em elegante residência, adornada com fino tato; mostrava-se em todas as festas, trajava com apuro, tinha joias de alto custo, mas procedia com jeito, guardando as aparências, e desenvolvendo requintada dissimulação sob a capa de simples leviana” (DÉLIA, n. 301, p. 02). As máscaras sociais permitiam a uma cortesã se ocultar em um casamento de fachada. Nísia nunca foi amada e sua vida se tornou um fardo entediante, do qual só sabia usar em proveito próprio, a sempre tirar vantagem de seus amantes.

Outra importante personagem a figurar na narrativa será Dr. Vicente Martins. Amigo do Conselheiro Souza, aparece no casamento de Gustavo para parabenizar o antigo conhecido da Faculdade de Direito em São Paulo. Por isso era, certamente, um grande conhecedor do caráter duvidoso e da fama conquistada pelo jovem Gustavo de Castro, a quem ironicamente parabenizou: “Felicito-o pelo seu ingresso no rol dos homens sérios!” (DÉLIA, n. 83, p. 02). Vicente Martins irá incorporar o papel daquela personagem masculina que Délia sempre apresenta em seus romances, com uma construção bastante peculiar e divergente do padrão patriarcal dos homens de classe alta do período, com a grande missão de ser o alento para suas heroínas sofridas e resignadas. Assim, Vicente Martins será para Angelina o mesmo que Salvador Corrêa foi para Aurélia.

Na festa de casamento, Gustavo ficou encantado com a beleza da prima Nísia e ali mesmo já começou a demonstrar sua verdadeira face, bailando com ela praticamente a noite inteira. Vicente, ao conhecer Angelina, ficou perplexo com sua beleza e postura e teve a oportunidade de advertir a Gustavo. Ao perceber sua atenção totalmente voltada a Nísia, e contemplando o desconforto de Angelina, chegou a Gustavo e tomando-lhe a mão, como se fosse ler a sorte, aconselhou-o: “Se souber domar as suas paixões e se usar de tática... será feliz! [...] Mais facilmente vence o homem a dez inimigos do que a menor das suas tendências! Enfim está prevenido, proceda com acerto!” (DÉLIA, n. 286, p. 02). Sem perceber, Vicente já estava sendo acometido de uma paixão à primeira vista por Angelina. Inconscientemente, havia apanhado uma folha de murta que caiu do vestido da noiva ao descer os degraus da Igreja, guardando-a consigo como uma amulheta do tempo: “Talvez ainda conservem a nitidez, quando já fanadas estejam as ilusões daquela a quem ontem adornavam! ...” (DÉLIA, n. 286, p. 02).

Délia abre um grande parêntese na narrativa do romance para apresentar ao leitor o passado de Vicente até o momento em que conhece Angelina. Vicente Martins era homem da melhor sociedade fluminense. Tinha como avô materno um íntegro magistrado. Sua mãe, Evelina dos Santos, diferente da grande maioria das mulheres de sua época, casou-se apaixonada pelo juiz de direito Arthur Martins. No entanto, como parece que estas uniões aureoladas de felicidade não podiam vingar, Evelina fica viúva precocemente com um filho ainda muito pequeno. Mulher corajosa, ainda jovem, decide não mais casar e dedica sua vida totalmente ao pai, já velho, e àquela criança, cujo futuro dependeria unicamente de suas solitudes e cuidados. Temos aqui mais uma história para engrossar a temática da maternidade no romance *Angelina*. Diferente de Gabriella de Castro, Evelina devota-se totalmente ao filho, abandonando sua vida em sociedade. Vicente recebeu da mãe uma educação cristã, que primeiro fez com que desenvolvesse os melhores sentimentos para depois cultivar sua inteligência. Com isso, Vicente se tornou o oposto do que observamos em Gustavo. Cresceu obediente e responsável, muito aplicado nos estudos, o que fez escolher a carreira do avô e do pai. Quando de sua partida para a Faculdade de Direito em São Paulo, o avô acabou falecendo, figura que muito o acolhia na companhia da adorada mãe. De posse da grande fortuna recebida do pai, Evelina não tinha mais o que fazer sozinha na Corte e decide acompanhar o filho a São Paulo, “continuando a servir-lhe de anjo da guarda e incutindo-lhe todos os seus hábitos de ordem e de moderação” (DÉLIA, n. 287, p. 02).

Com vinte e um anos, Vicente se forma em Direito e retorna à Corte. No entanto, é acometido pela febre amarela, vencendo a enfermidade graças ao desvelo da mãe. Preocupada

com a total recuperação do filho, Evelina o envia para Juiz de Fora, em Minas Gerais, para se colocar aos cuidados do Dr. Lourenço Gomes, um médico amigo de seu falecido esposo. Lá, Vicente permanece por alguns meses, passando grandes apuros frente às investidas de D. Rosinha, esposa do Dr. Gomes. Mulher fogosa e leviana, tentou de todas as formas seduzir o inocente rapaz que, apesar de estar em plena juventude, sempre foi um jovem casto, ligado à devoção materna. “Desde a infância, animado pela mãe, habituara-se a honrar e adorar a sublime e afetiva entidade chamada mulher, emprestando-lhe e dedicando-lhe, à medida que chegava à puberdade, dotes e atributos quase divinos” (DÉLIA, n. 289, p. 02).

Retornando à Corte, Vicente finalmente abriu seu escritório de advocacia e prosseguiu na companhia da mãe. Entregue à sua rotina, começou a sentir um grande vazio, o que recebeu ser falta de um amor, afinal, já passava dos vinte anos e não havia vivenciado os arroubos e as paixões naturais aos mancebos de sua faixa etária. Assim, começou a frequentar a sociedade, porém não se sentia bem nestes ambientes, nutrindo indiferença pelas mocinhas que lhe acenavam. Essa realidade só mudaria alguns meses depois, quando Evelina, a pedido de uma amiga, recebeu em casa um jovem casal pernambucano que vinha à Corte: o deputado Dr. Bastos e sua esposa Irene. Rapidamente uma paixão surgiu entre Vicente e Irene, com quem passava a maior parte do dia, enquanto o marido seguia em seus compromissos políticos.

Vicente sofreu muito com esse sentimento. Seu devotamento pelas mulheres, em condição de seres sagrados, o impelia moralmente de amar uma mulher casada. Esta fragilidade de Vicente era o que mais encantava Irene que, pouco a pouco, foi vencendo estas barreiras, até colocar o objeto do desejo a seus pés. Irene pertencia à classe de mulheres que sabem seduzir um homem e, quando conquista sua presa, perde o interesse por ela. Dessa forma, sucedeu com a relação adúltera de Irene e o inocente rapaz. Em uma das *soirées* do Conselheiro Souza, Vicente presenciou uma traição de Irene, sofrendo forte desapontamento, fato que o deixou em um terrível estado de convalescença, sem saber se o que o acometia provinha dos males morais ou dos físicos. Essa relação terminou de forma traumática, causando em Vicente forte abjeção às mulheres.

Recuperando-se da decepção, o jovem advogado retomou suas atividades profissionais, fez nome na advocacia e, aos vinte e quatro anos, seguiu em uma temporada de seis anos pela Europa, sempre na companhia de sua mãe, a grande mulher que jamais o decepcionaria. Regressou ao Brasil, poucos dias antes do casamento de Gustavo e Angelina, experimentando nova fase em sua vida, quando passaria a rever os conceitos que havia concebido sobre as mulheres.

Angelina representa na narrativa uma personagem de tradição, correspondendo ao papel da mulher abastada do século XIX. Embora tenha recebido educação esmerada e criada com muito amor e dedicação, acabou por se comportar como qualquer mocinha apaixonada. Julgando-se privilegiada por ter tido a oportunidade de escolher seu noivo e casar-se por amor, não contava, porém, que não seria correspondida neste sentimento, muito menos que se apaixonaria por um caça-dotes. Logo no início do casamento, ainda que Caius tenha resguardado sua fortuna, deixando que o casal vivesse dos rendimentos de algumas aplicações, na primeira oportunidade, Angelina cederia a administração deste ordenado ao marido, da forma mais patriarcal possível: “És o homem, portanto encarrega-te do que te compete; dá à tua mulherzinha o que achares conveniente para a nossa manutenção” (DÉLIA, n. 294, p. 02).

No início do casamento viveram em certa harmonia. Gustavo batia o ponto na Assembleia como deputado e logo saía para externar sua vaidade por meio do luxo que havia conquistado na união com Angelina, dirigindo-se ligeiramente para a Rua do Ouvidor⁴⁹, buscando se informar “das cocotes mais em voga, simulando já certo desprendimento da mulher, embora ainda não o experimentasse [...]” (DÉLIA, n. 294, p. 02). Como marido de uma bela moça, Gustavo ainda se sentia muito varonil com a timidez de Angelina em suas demonstrações de afeto como esposa. Tinha o maior prazer de exibi-la como um troféu que havia conquistado, sentindo-se o melhor dos mancebos de sua espécie.

Não bastasse a falta de caráter de Gustavo, Angelina teria ainda que conviver com a sogra, tão leviana e interesseira quanto o filho. Como estava recentemente viúva e completamente arruinada financeiramente, Gabriella foi morar com o filho e a nora. Na primeira oportunidade deu um jeito de colocar em prática o seu plano de tirar alguma vantagem sobre a fortuna de Angelina. Sob ameaças de revelar a Angelina a sua verdadeira índole, extorquiu de Gustavo uma mesada que há muito almejava.

Meses depois Angelina engravidou, momento em que Gustavo começou a se afastar. Essa parte da narrativa lembrará também o romance *Madalena* (1881). Na trama, após o casamento com Raul de Lussac, a protagonista aos poucos foi sendo abandonada pelo esposo, que trocou a intimidade conjugal pela vida em sociedade. Enquanto Raul era viciado em jogos, Gustavo tinha um forte desvio para as cocotes.

⁴⁹ Uma das mais importantes ruas da Corte, a Rua do Ouvidor abrigava as melhores lojas da cidade, com as novidades de Paris e Londres expostas em suas vitrines. Era também a rua dos jornais, dos cafés, das confeitarias, dos barbeiros e das modistas. Tratou-se de um importante centro comercial e espaço de circulação social do Segundo Reinado, tendo recebido várias homenagens, como o romance *Memórias da Rua do Ouvidor* (1878), de Joaquim Manuel de Macedo.

Com a gravidez, Angelina deixou de frequentar a sociedade. Todas as noites ia visitar Caius e Margarida, passando horas nesta agradável harmonia do lar de solteira. Gustavo sempre deixava a esposa na casa dos que ela tinha como pais e depois saía para as suas diversões, iniciando, assim, uma vida desregrada, o que não passou despercebido aos olhos de Caius. Por essa época, Vicente Martins e sua mãe Evelina haviam se tornado amigos dos irmãos Caius e Margarida, passando a frequentar, rotineiramente, os saraus que eles ofereciam. Margarida nutria verdadeiro afeto por Vicente e constantemente fazia comparações entre ele e Gustavo. Imaginava como Angelina seria abençoada caso tivesse sido desposada por Vicente. O carinho que o rapaz nutria pela mãe também era alvo de profunda admiração por todos.

Angelina teve um parto muito complicado e foi socorrida pelo Dr. Paulo Maria. O médico que a amava em silêncio foi o responsável por trazer seu filho ao mundo. Gustavo era desprovido de qualquer sensibilidade e, diante do filho recém-nascido, argumentou falta de jeito para tomá-lo nos braços. Essa seria a justificativa que sempre usaria para a indiferença diante daquela criança. Certamente estava apenas reproduzindo o tipo de sentimento que recebeu a vida toda de seus pais. Por outro lado, Angelina viveria intensamente para o filho, ao qual chamou de Jayme Monteiro de Castro, sendo Monteiro, do padrasto, e Castro, de seu verdadeiro pai.

Vicente continuava frequentando a casa de Caius, e sua afeição por Angelina aumentava cada vez mais. Observando aquele coração puro, que sofria com a ausência do marido todas as noites, o carinho estremado com o padrasto e com a tia Margarida, e os desvelos para com o filho, Vicente desfez completamente a impressão negativa que passou a ter de todas as mulheres após os ressentimentos vivenciados em sua fracassada relação com Irene. Angelina era, de fato, “essa criatura que no meio da multidão se destacava de todas, traindo-se-lhe a infinita ternura d’alma, como da flor se desprende o aroma, demonstrando na conversação bom senso e cultivo, dois predicados bem raros na nossa sociedade e, sobretudo, nas moças” (DÉLIA, n. 299, p. 02). Vicente já amava Angelina. Esse sentimento foi percebido também por Caius que, assim como a irmã Margarida, imaginava que Vicente teria sido o homem ideal para a enteada.

Desde que conheceu Vicente na ocasião do casamento da prima, Nísia fez de tudo para atraí-lo, recebendo sempre o desprezo como resposta, o que a deixava encolerizada. Prometia pra si mesma que ainda o conquistaria, somente para satisfazer seus caprichos e depois o deixaria de lado. Essa empreitada, porém, nunca se concretizou. Já com Gustavo foi bem diferente. Desde a festa do casamento, em que triunfou dançando a noite toda com ele, Nísia vinha observando de perto o seu comportamento, aguardando o momento certo de atacar. Na verdade, apesar de ser movida pelo torpe desejo de vingança da prima, conquistando seu esposo

como um troféu, ela também nutria certo sentimento por Gustavo, o que a fez adiar ao máximo uma maior aproximação.

No entanto, passado cerca de três anos desde as núpcias de Angelina, as primas se encontraram novamente em um baile, onde suas belezas se rivalizaram. Para piorar a noite, os trajes de Angelina estavam muito superiores aos de Nísia, ferindo-lhe a vaidade. Por motivo tão pequeno percebe-se o tamanho da alma de uma moça. Foi por isso que Nísia se sentiu encorajada a, finalmente, seduzir Gustavo. Enquanto dançavam, Nísia insinuou-se bastante para o rapaz e, ao sentir resposta positiva às suas investidas, pediu que ele a procurasse no dia seguinte. A partir de então, tornaram-se amantes. Nísia, a princípio, sentia-se, de fato, envolvida por ele. Mas como já estava acostumada a espoliar seus amantes, não iria perder a oportunidade de dilapidar a fortuna da prima invejada. Teve todos os seus desejos atendidos com grandes presentes caros. Isso fez com que Gustavo aumentasse muito os seus gastos, dilapidando, em meses, a soma de um ano inteiro. Caius, que já estava ciente de tudo, repreendeu o genro, que se comportou como um crápula, certo da impunidade que o cercava. No entanto, não seria Caius que revelaria a Angelina a sua má sorte.

Os encontros fortuitos entre os amantes tornaram-se rotineiros e, em pouco tempo, Gustavo já estava completamente ao dispor de Nísia, deixando o lar com Angelina praticamente abandonado. A esposa percebeu a indiferença do marido e sentia que algo de errado estava acontecendo, mas jamais imaginava que ele tivesse um caso com sua própria prima. Por diversas vezes Gustavo expôs Angelina à presença de Nísia em sociedade, sendo que era do conhecimento geral aquela relação extraconjugal, menos da esposa traída.

Nesta ocasião faleceu o Conselheiro Souza e a impassibilidade do afilhado pela perda do padrinho, que tanto o amparou, foi fazendo com que Angelina percebesse a ausência de sentimentos naquele coração, que acreditou um dia ter lhe amado. Na verdade, Angelina estava cerrando os olhos para o que ocorria em sua volta, “temendo qualquer indício que lhe desvendasse a impiedosa realidade, e preferindo desviver-se na incerteza, a provocar uma explicação que repugnava à sua altivez” (DÉLIA, n. 305, p. 02). Logo após a morte do Conselheiro, vieram novas eleições para a Assembleia e, sem o apoio e as relações políticas do padrinho, Gustavo saiu derrotado. Porém, isto não lhe causava nenhuma preocupação. Suas energias estavam todas focadas em seu encantamento por Nísia.

Tempos depois Angelina recebe uma carta anônima que descrevia todas as traições do esposo, com os nomes das cortesãs, o que gastara com cada uma delas e lamentando profundamente a sua última aventura, que estava arruinando sua fortuna, levando-o a jogos de azar para manter os caprichos de sua parenta, a prima Nísia. Experimentou Angelina profunda

decepção, o que, por um instante, pensou ser maledicência alheia. Ao ligar os fatos com as atitudes do marido, estava certa de que realmente estava sendo traída. A confirmação viria na noite deste mesmo dia quando, ao chegar da casa do padrasto, onde estava cuidando da tia enferma, Angelina surpreendeu Gustavo e Gabriella discutindo violentamente. A mãe reclamava que sua mesada não era suficiente e pedia mais dinheiro ao filho. Ele se negava, dizendo que ela tinha mais do que merecia. Então Gabriella começou a chantageá-lo, dizendo que poderia ter impedido o casamento dele, mas desprezou o mau-caráter do filho, que ela tudo sabia da vida adúltera do filho, inclusive de sua última relação com Nísia, ameaçando tudo revelar à nora. Neste momento, Gustavo levantou a mão para agredi-la e, então, Angelina revelou-se no recinto, colocando-se diante de mãe e filho. Informou sobre a carta e que já estava a par de toda a situação. Seu coração não a deixaria enganar novamente e estava ali para tomar uma última explicação, quando ouviu a confirmação do adultério.

No dia seguinte Angelina ainda perde aquela que ocupou o lugar de mãe, a tia Margarida. Diante de mais essa dor, procurou o padrasto para revelar sua má sorte no casamento, externando o desejo de uma separação. Angelina foi surpreendida pelo conselho do padrasto de tentar algum meio de melhorar a relação, tentando que o marido pudesse se corrigir.

Antes de atender aos próprios sentimentos, cumpre-me o dever de apontar-te meios prudentes que evitem um rompimento, pois não se trata de mim e sim do teu futuro inteiro. Consulta calmamente o coração a ver se nele encontras alguma indulgência, senão alguma esperança de reconquistar esse homem; é necessário proceder com todo o cuidado nesta séria determinação, pois desgraçadamente na nossa sociedade é tão melindrosa e falsa a posição de uma mulher desquitada (DÉLIA, n. 308, p. 02).

Por Angelina, ela pediria o divórcio, mas como tinha um filho e não gostaria nunca de ser censurada por ele, não se separaria judicialmente. É importante pontuar, nesta parte da narrativa, como é recorrente o jogo de aparências da sociedade e tão citado na obra de Délia. O termo “mulher desquitada” e “divórcio” já era usado naquela época de finais do século XIX, embora obtivesse reconhecimento jurídico, amplamente legalizado, bem mais tarde. Provavelmente, a separação judicial apresentada no romance se refere ao tipo de divórcio que vimos na primeira seção desta pesquisa, quando a mulher da sociedade patriarcal não tinha facilidade de se separar. Ainda que fosse um processo extremamente custoso e desgastante, o que mais pesava nesta decisão era o preconceito e a exclusão social. Mesmo as mais abastadas, como Angelina, recebiam sempre esse conselho dos pais.

A decisão de Angelina, portanto, seria impor ao marido uma separação de corpos. “Aparentarei a harmonia de outrora, mas de todo viúva até a morte!” (DÉLIA, n. 308, p. 02). Pediu ainda que o padrasto fosse viver em sua casa, pois havia falecido sua companhia, a irmã Margarida, e que administrasse todos os seus bens, oferecendo uma mesada a Gustavo, em troca deste trato.

Assim que Gustavo perdeu a administração dos bens, perdeu também o amor de Nísia, que rompeu definitivamente com ele, deixando-o totalmente desolado, afinal, ele amava a cortesã. Seguindo um conselho de Caius, partiria para a Europa, o que amenizaria muito o viver de Angelina e ele também poderia respirar novos ares. Vicente acompanhava de perto todos os acontecimentos e as reviravoltas desta relação. Um dia, em seu gabinete, pegou o galho de murta que havia recolhido na escada da igreja no casamento de sua amada e pode constatar que “apresentavam as florezinhas a mesma imaculada alvura de outrora, o mesmo perfume de pureza, enquanto aquela a quem haviam adornado, já nada possuía do esplendor das suas ilusões, fanadas e extintas, depois de violenta agonia, no limitado espaço de quatro anos” (DÉLIA, n. 312, p. 02).

Diante da infelicidade, as almas bondosas se devotam à resignação. Também em *Angelina*, Délia apresentará a fé e a religiosidade como subterfúgio para os males da vida. O maior temor de Angelina era que o filho herdasse o mau-caráter do pai, potencializado pelo de seus avós paternos, Ignácio e Gabriella de Castro. Isso a levava à constante oração e dedicação integral à educação de Jayme, levando uma vida resignada e cuidando de todos à sua volta. A maternidade oferecia a Angelina a força necessária para seguir a diante.

Aos poucos ela começou a retomar sua rotina de moça culta. Voltou a tocar piano e se dedicou a leituras de tratados de educação que pudessem enriquecer sua missão materna. Com a ausência de Margarida, Evelina – mãe de Vicente –, assume para si o papel materno na vida de Angelina. A bondosa senhora também lastimava o destino não ter unido essa moça a seu filho. Este, inclusive, teve uma participação muito importante na criação de Jayme. Amigo e frequentador assíduo da casa, muito cedo conquistou a afeição do garoto, que o elegeu para seu educador, protestando à mãe que não gostaria de ir para o colégio e que só aprenderia a ler e a escrever se fosse com seu amigo Vicente. Claro que ele assumiu e cumpriu com muito zelo a missão recebida.

Passaram-se três anos nesta harmoniosa rotina, quando Caius recebe uma carta do cônsul brasileiro em Paris, informando que Gustavo encontrava-se bastante enfermo e que talvez pudesse sucumbir. Angelina mais uma vez dá provas de seu altruísmo e generosidade, informando que receberia e cuidaria do pai de seu filho. Pensando na vida desregrada que

Gustavo deu continuidade na Europa, murmurou orgulhosamente: “Como sou feliz em ser mulher, e em poder viver sem carecer da lama!” (DÉLIA, n. 315, p. 02). Uma pequena frase que resume muito o comportamento exemplar que se esperava das mulheres abastadas.

Desde o parto de Angelina que Paulo Maria tinha se tornado o médico da família. Seria ele quem daria o diagnóstico de Gustavo: uma sífilis violenta e, àquela época, incurável. Sofreu bastante e foi definhando, pouco a pouco. No entanto, mesmo neste estado de convalescença, não tinha a humildade de um gesto amável ou uma palavra de agradecimento à sua esposa que passava por cima de todo o sofrimento para amenizar-lhe a dor destes últimos dias. Ao contrário, sentia-se irritado, ao vê-la bela e recomposta, e ele a desfalecer. Nem nestes momentos finais Gabriella teve compaixão do filho e eles estavam sempre se agredindo verbalmente, até que numa dessas discussões, a mãe exaltada sofre um ataque do coração, fulminante, que lhe leva a triste existência. Um mês depois Gustavo, que não sentiu a morte da mãe, também morria. Chegava ao fim a via dolorosa de Angelina, que durou oito anos desde o seu casamento, da qual Gustavo havia sido a sua cruz, que ela misericordiosamente acabava de entregar.

Agora verdadeiramente viúva, Angelina seguia sua vida, feliz, na companhia do padrasto, do filho adorável e de seus amigos mais próximos, Vicente, Evelina e o Dr. Paulo Maria. Quinze dias após a morte de Gustavo, Paulo Maria foi visitá-la para realizar uma consulta, certificando-se de que ela estava totalmente recuperada da dedicação ao enfermo. Nesta ocasião, ela pede ao amigo médico para contar-lhe mais sobre a sua história, pois sua sogra já havia narrado boa parte da sua origem, sendo ele o irmão bastardo de Gustavo. Paulo contou-lhe toda a sua trajetória desde o abandono do pai, as dificuldades, o preconceito e tudo o que teve que vencer para chegar onde estava, sempre enaltecendo com muito orgulho a dedicação da mãe, a forra Maria. Isso fez com que Angelina desejasse ainda mais conhecê-la e tê-la no seu rol de amigas. Se Paulo tivesse desvendado essa recepção no início, talvez tivesse banido aquele auto preconceito do qual se revestiu e lutado pelo amor de Angelina. Agora já era tarde, deixaria tudo como estava, ademais, conhecia os sentimentos de Vicente por ela e sabia que se tratava de um grande homem, merecedor deste amor.

Passaram-se dois anos em que Angelina gozava de uma vida tranquila e livre dos tormentos de outrora. Neste período, Vicente adoeceu e Angelina, com medo de perdê-lo, teve certeza que também o amava. Vicente, de sua parte, não suportando mais sufocar o sentimento que nutria declarou-se, finalmente, a ela, realizando uma retrospectiva de sua história: de quando a conheceu no dia de seu casamento e o amor à primeira vista que o arrebatou; do galho de murta que recolheu na escada da igreja e guardou consigo como uma lembrança da amada;

da presença nas desventuras que ela sofreu no casamento; do respeito à sua retidão, ocultando-lhe esse sentimento; do zelo dedicado à educação de Jayme, a quem assumiu como um filho do coração; e, por fim, de todo o sofrimento que passou, sem poder lhe declarar esse grande amor. Agora nada mais os impedião e Vicente pede sua mão em casamento. No entanto, Angelina se recusava a viver esse amor, justificando dedicação integral à maternidade. “É irrevogável esta minha resolução; creia que se o não fosse, aceitaria o seu nome, porque o estimo e avalio os seus merecimentos” (BORMANN, n. 321, p. 02).

Nísia soube da morte de Gustavo pela imprensa, reagindo com grande indiferença. Pouco depois do rompimento com o amante, faleceu o marido Daniel Reis, “cuja memória concedeu algum pesar, vencida pela força do hábito; impressão fugaz, de todo apagada, desde o instante em que, mirando-se ao espelho, notou quão linda ficava com os trajes de viúva, descoberta que sobremodo a satisfiz” (DÉLIA, n. 319, p. 02). A partir de então, iria colecionar mais alguns amantes e muitas traições. A última delas, ocorreu quando abandonou um dos homens que mais afeto e segurança lhe devotou para se entregar a um italiano muito rico, Gregório Di Borgo, florentino que estava a rodar o mundo e, por acaso, estava de temporada no Rio de Janeiro, aproveitando tudo o que a Corte oferecia. Nísia se envolveu com ele, vivendo um grande amor de verão, que a marcou profundamente, com um sentimento que nunca havia experimentado por homem algum. Como ele estava sempre de passagem, seguiu viagem, deixando-a no Rio de Janeiro, com a promessa de brevemente regressar. Neste meio tempo, Nísia descobriu que havia engravidado e será pela maternidade, portanto, que se inicia a regeneração da cortesã.

Incontinente participou a Di Borgo o seu estado, certa de que legitimaria ele o laço que os unia e tratou de mudar-se para outro arrabalde, rompendo com as antigas relações; fez leilão dos móveis, reservando alguns insignificantes e alugou uma casinha modesta na Praia Formosa, vivendo da venda da sua baixela e das joias, gastando o estritamente necessário (DÉLIA, n. 327, p. 01).

Destacamos, nessa parte da narrativa, uma possível intertextualidade com outro romance de José de Alencar, *Lucíola* (1862). Nesta obra, a heroína Lúcia abandona a vida de cortesã, abre mão do luxo em que vivia e se refugia em uma chácara mais afastada, longe da maledicência social, para viver seu amor com Paulo. Lúcia também engravidada, esse filho representa para ela a redenção da cortesã, a sacralização do amor, mas a criança não iria viver e essa perda tirou-lhe a própria vida. Com Nísia, aconteceu de forma semelhante, ela deu a luz a um menino, a quem chamou de Gregório, mesmo nome do pai, escrevendo-lhe em seguida para relatar o nascimento do filho. Distante, ele apenas respondia algumas cartas, sempre

prometendo regressar. Nísia foi criando o filho sozinha, abandonada pelo amante, mas com a dedicação e os cuidados maternos que se esperam de uma mãe, vivendo somente para aquela criança e se mantendo da venda do que ainda lhe restava do luxo de outrora.

Passaram-se dois anos em que ela pode se resignar e se regenerar em função do amor dotado ao seu pequeno Gregório. Assim como o filho da cortesã em *Lucíola* (1862), essa criança também não vingaria. Um caso fulminante de febre amarela, agravado por um quadro de meningite, lhe tirou a vida. Nísia sofreu terrivelmente com a perda, ficando totalmente apática por dias. Sem o amante e sem o filho, sua vida perdeu totalmente o sentido. Escreveu nova carta a Di Borgo comunicando a terrível perda que tiveram. “Chorou em silêncio, sem exprobrações nem revolta, esmagada pelo infortúnio e pela justiça divina, consolando-a em parte a previsão de em breve cessar de sofrer, pois, ser-lhe-ia humanamente impossível resistir à contínua veemência de tamanho desalento” (BORMANN, n. 328, p. 02).

Quis o destino, ainda, que antes de morrer, Nísia tivesse a oportunidade de ser cuidada por Angelina e receber dela o perdão que tanto necessitava para o descanso de sua alma. Ela foi encontrada ao acaso por Angelina na ocasião de um em passeio a Praia Formosa. Estava sendo socorrida na rua, fraca e acometida por uma forte pneumonia. Angelina reconheceu a prima e foi também em seu socorro, amparando-a até sua casa, perto dali. Nísia lhe narrou tudo que passou desde o rompimento com Gustavo, a morte do marido, os outros amantes, até conhecer Di Borgo. Então veio o abandono do italiano, a reclusão social, a gravidez, a maternidade e, enfim, sua redenção. O adorado filho Gregório a transformou em outra mulher, mas a Providência o retirou de seu convívio como um castigo pela vida que levou e o mal que semeou. Ela aceitava, resignada, o seu destino, mas ainda necessitava do perdão de Angelina para descansar em paz. A grandeza de alma de Angelina fez-lhe esquecer todo o passado e consternando-se em solitudes ao estado convalescente da prima, concedendo-lhe grande alento com cuidados e desvelos em seus últimos dias. Possibilitou-lhe um enterro digno, deixando-a descansar em paz no túmulo, ao lado do filho.

Havia cinco anos que Vicente pedira Angelina em casamento. Aceitou a recusa da amada e continuou seu compromisso com a educação de Jayme. A missão chegava ao final, de modo muito exitoso, com a aprovação do menino em todos os exames. Desta forma, Vicente agora estava liberado para dar um destino a sua vida. Partiria para a Europa, comunicando ao garoto, ao parabenizá-lo pelo grande êxito nos últimos exames. Jayme ficou surpreso e triste com a notícia. Correu até a mãe, implorando-a para impedir a viagem de Vicente. Neste momento o leitor descobre que Jayme havia presenciado a cena do pedido de casamento. Chegava de um de seus passeios e ouviu a conversa, indo depois consolar Vicente que chorava

sentado no jardim, prometendo ao amigo nunca contar à mãe o que havia presenciado. Entrando em casa, espreitou Angelina no quarto na mesma cena, em soluços, negando a ventura da felicidade com Vicente, contrariando o desejo de seu coração. Nesta narrativa, Jayme que representava o motivo do sacrifício da mãe, a libera deste compromisso e pede que Angelina ceda ao destino e aceite Vicente como seu esposo, formando uma família feliz. Três meses depois uniam-se em matrimônio Angelina e Vicente, contrariando o final da maioria das heroínas de Délia, encontrando em um casamento a oportunidade de gozar, em vida, a ventura de um amor feliz.

Conforme relatado anteriormente, *Angelina* é o único romance de Délia elencado nesta pesquisa que ainda não foi resgatado. Isso contribui para o fato de, provavelmente, não ter recebido, ainda, a atenção da crítica literária contemporânea. Como os demais romances da autora, observamos que *Angelina* suscita várias temáticas. No entanto, ao abordar, substancialmente, o tema da maternidade, oferece a oportunidade de relacioná-lo com a crítica feminista do século XX, oferecendo importantes contribuições para os estudos da literatura de autoria feminina, ao que nos dedicaremos na próxima seção desta pesquisa.

3.7 CELESTE

Sétimo e último romance de nossa pesquisa sobre a obra de Délia, *Celeste* recebeu três publicações. A primeira delas, já em formato de livro, ocorreu em 1893, numa edição da Magalhães e Companhia, no Rio de Janeiro, compondo o rol de obras raras brasileiras. Essa edição teve uma tiragem de 1.000 exemplares, considerada grande para a época, o que atesta o sucesso do livro. Por este fato, no ano seguinte, em 1894, o romance foi novamente publicado, porém em formato de folhetim, pelo periódico *A Notícia*, também no Rio de Janeiro. A terceira edição veio a público somente quase um século depois, sendo a primeira obra de Délia a ser resgatada por meio de um projeto do Ministério da Cultura e do Instituto Nacional do Livro, em 1988, compondo a *Coleção Resgate*, publicada pela Editora Presença, também do Rio de Janeiro. A terceira edição de *Celeste* foi cotejada e atualizada pela pesquisadora Nanci Egert, a partir da primeira edição de 1893. O exemplar desta última edição foi encontrado numa biblioteca municipal da cidade de Águas Mornas, Santa Catarina, gentilmente reproduzido e enviado para Juiz de Fora pela bibliotecária Sandra Lohn, e por meio do qual realizamos nossa leitura para esta pesquisa.

Assim como em todos os romances de Délia apresentados nesta pesquisa, *Celeste* mantém o título do romance como referência feminina à protagonista do enredo, Celeste.

Também ambientado no Rio de Janeiro de finais do século XIX, está inserido na grande temática do casamento, recorrente em sua obra. Além de denunciar as máscaras sociais vivenciadas na instituição do matrimônio, a autora escancara, de forma bem característica do movimento Naturalista, como as relações de poder patriarcal eram prejudiciais para as mulheres, principalmente quando a autoridade do marido chegava ao ponto de sufocá-las por meio da violência doméstica. No entanto, embora tenhamos visto a resignação feminina muito presente em sua obra, em *Celeste*, Délia constrói uma protagonista capaz de romper, consideravelmente, com essa subjugação, aproximando-se do caráter de Arabela, em *Lésbia* (1884). Celeste também se separa do marido e assume a autoria de sua vida e de seu próprio corpo. Apresenta-se frágil, no entanto, em sua independência financeira, continuando dependente de uma mesada do cônjuge afastado. “A moça, apesar de ser artista de méritos, capaz de obter seu próprio sustento, não o faz, acomodando-se a receber ajuda financeira daquele que continuará a amá-la até o fim de seus dias, apesar da separação” (EGERT, 1988, p. 10).

Também como no desenlace final em *Lésbia*, com o ato do suicídio, Celeste ameaça dar cabo da própria vida em vários momentos da narrativa, diante das adversidades enfrentadas, o que leva o leitor a acreditar que ela realmente o fará a qualquer momento. De forma surpreendente, quando a trama quase induz o leitor para um final feliz, ao que é apresentado como a redenção da heroína, mais uma reviravolta altera o percurso, levando a outro desfecho inesperado e inédito na obra de Délia.

Mais um tema importante de ser pontuado e retomado também em *Celeste* é o relacionamento conflituoso que se estabelece entre mãe e filha, por meio de uma disputa feminina incoerente para esse tipo de relação e que Délia já havia apresentado ao público, de forma mais intensa, em *Uma vítima* (1883), na trama urdida entre Melania e sua filha Lúcia, que surpreendeu o noivo Rodolfo como amante da mãe. Em *Celeste*, sua mãe Candinha será colocada como o principal algoz social da conduta da filha, sendo a primeira a virar-lhe as costas, não por recriminar, de fato, suas atitudes, mas pela inveja de ver naquela figura feminina a grande rival, com atributos físicos de beleza e altivez, com os quais era incapaz de disputar.

Em *Celeste* podemos identificar um grande exemplar de personagem de tradição e de ruptura, concomitantemente, identificado na obra de Délia. A protagonista oscila o tempo todo na linha tênue que separa estes dois universos, ora mantendo os padrões sociais e morais que se esperava das mulheres na sociedade patriarcal do século XIX, ora rompendo com estes padrões e se colocando numa posição de vanguarda para o seu tempo. No entanto, ao se redimir e se posicionar como vítima de um temperamento sensual ao extremo, é capaz de recuar e até

almejar novamente uma vida digna e segura ao lado de uma figura masculina que lhe amasse e respeitasse de verdade, que não somente lhe propiciasse o conforto financeiro necessário, mas também a dignidade de uma vida socialmente regrada.

O romance é dividido em duas grandes partes. A primeira delas se inicia com a cena que leva ao rompimento entre Celeste e seu marido Artur para depois retomar o passado da protagonista e narrar toda a sua vida, de forma cronológica, até o casamento. A segunda parte centra-se na narrativa após o casamento, os desentendimentos e a violência que sofreu devido ao ciúme do marido chegando, novamente, na cena que inicia o romance e narrando o processo de ruptura desta relação. Daí em diante o romance se dedica a apresentar a condição de mulher separada de Celeste, seus amantes, a relação complicada com a mãe, suas perdas e as consequências de suas escolhas, resultando em uma vida bastante acidentada e chocante para o público, principalmente aquele da primeira edição do ano de 1893. Não passou despercebida também em nossa leitura o registro da data do aniversário de Celeste, na comemoração dos seus quinze anos de idade, 25 de novembro, a mesma data do aniversário de Délia. Possivelmente uma intenção da autora, visto que a heroína trazia à sociedade uma mensagem de ruptura com os padrões sociais de anulação da mulher, o que Délia veio contestando fortemente com a sua obra naquela sociedade em que produziu e fez circular sua literatura.

O início da narrativa apresenta uma cena entre o casal Artur e Celeste em sua alcova, após quatro anos de união. Esse casal é retratado por um esposo prepotente e cego de ciúmes e uma esposa bela, mas cansada das desconfianças do marido, a arquitetar traições com qualquer um que ela viesse a tratar com a menor cortesia imposta pelo trato social. Essa situação já ultrapassara todos os limites e, nesta cena, Artur incorpora o homem desonrado, a duvidar da honestidade da esposa, que de há muito deixara de amá-lo, passando a recusar qualquer contato mais íntimo. As investidas do marido externavam claramente a violência doméstica que muitas mulheres estão expostas em seus casamentos, quando os maridos se sentem donos de suas vidas e de seus corpos. Em meio a uma discussão, Artur ameaça agredir a esposa com um cinto de montaria e se vê defrontado por Celeste pela última vez, informando que se separaria definitivamente dele, constatando, finalmente, com muita dor: “Acho o casamento detestável, porque o meu tem sido um martírio! Já que não temos filhos, que os nossos gênios não combinam e que protesto não mais tolerar cenas como esta, refugio-me no lar paterno, e já!” (BORMANN, 1988, p. 16).

Assim concretizava-se a separação de Celeste e Artur. Ela voltou para a casa dos pais e o marido regressou para Pernambuco, sua terra natal, para viver ao lado do único ente que lhe restava, o irmão Rodrigo. Antes disso, Celeste relatou à mãe sua decisão, que a acolheu, sem

antes exprimir com autoridade que desde sempre foi contra essa união, pressentindo o caráter duvidoso do genro e que naquele mesmo dia iria exigir que ele lhe pagasse um pensão. “[...] exigirei que te dê uma mesada; tem obrigação de manter-te! Mudar-nos-emos, pois todos os teus móveis não cabem no teu quarto de solteira. Pagarás parte do aluguel, e assim ficaremos bem acomodadas” (BORMANN, 1988, p. 17). Artur concordou com todas as imposições da sogra, retornando para Pernambuco sem nada levar e reagindo a tudo com total indiferença.

A partir desta cena o romance inicia uma narrativa sobre a origem e a vida de Celeste até seu casamento, sua vida de casada e a separação que acabamos de narrar. Seus pais eram Venâncio de Lima e Cândida Reis. Um casal que também vivia uma união tumultuada e de constantes agressões, ao que a filha, desde muito cedo, acostumou-se a presenciar, sem imaginar que essa triste realidade se repetiria também em seu casamento.

Venâncio era filho de um distinto médico da Corte, mas que perdeu o prestígio da família com a sua morte. Órfão de pai, perdeu também o irmão mais velho, aos vinte anos, e se apegou muito ao convívio materno, que lhe proporcionava grande bem-estar. Desta forma, conservou-se solteiro até os quarenta e cinco anos, quando finalmente também perdeu a mãe. Sozinho, sentiu então a necessidade de procurar um casamento. Acontece que Venâncio não tinha um caráter muito admirável, devido aos péssimos exemplos recebidos do pai e da relação deste com a mãe: “[...] pobre criatura, de acanhado alcance, vítima consciente e resignada, diante de cuja passividade, insensivelmente, o filho considerou a mulher um ser secundário, destinado a ser o joguete da lubricidade ou da cólera do homem, rei da criação” (BORMANN, 1988, p. 19).

Nesta busca por um enlace, Venâncio conheceu Cândida Reis, mulher de grande beleza, a quem desejou desposar. Candinha, como também era conhecida, era a filha mais velha de Antônio Reis, ilibado comerciante, viúvo e pai de cinco filhos. Aos quinze anos de idade Candinha saiu do colégio para assistir a mãe moribunda, e passa a ocupar o lugar dessa após a sua morte, tomando a coordenação da casa e a criação dos irmãos. Ela era uma moça muito altiva e extremamente orgulhosa, sentindo-se sempre num patamar de superioridade. Já contando vinte e três anos, havia casado as irmãs mais novas, “e ela sempre a rejeitar pretendentes, não os considerando dignos de sua posse, para mais tarde escolher o pior de todos, como ordinariamente acontece” (BORMANN, 1988, p. 20).

Não tardou muito e Cândida conheceu na casa de uma vizinha o engenheiro Vaz. Oriundo da Bahia, era um moço distinto e de boa figura, por quem ela sentiu amor, aceitando a proposta de casamento. Antes do enlace, porém, a vizinha que estava espreitando o engenheiro, almejando casamento para uma de suas filhas, armou uma intriga, de forma a separar os noivos.

Candinha acabou caindo na armadilha e, orgulhosa como era, impôs que o pai escrevesse ao noivo, rompendo o compromisso do casamento. Mesmo desconfiando da intriga, mas sem querer decepcionar a filha, Antônio Reis cede à sua vontade. Nesta ocasião, Cândida resolve aceitar a corte de Venâncio de Lima, sujeitando, aos protestos do pai, a um casamento sem amor, com um homem mais velho, movida simplesmente pelo orgulho ferido. Foi, entretanto, na lua de mel, ante a brutalidade do amor físico do marido que caiu em si e viu que se unira a um homem que jamais conseguiria amar.

Venâncio de Lima e Cândida Reis protagonizaram, portanto, um casamento tumultuado, porém, externamente mascarado para a sociedade. Frequentemente a esposa era verbalmente agredida pelo marido, com um linguajar chulo, o que diversas vezes excedia também para agressões físicas, causando grande terror em Cândida. Ela que sempre foi adulada pelo pai e tinha suas vontades satisfeitas como se fosse ordens, se via agora nesta situação, submissa a um homem horrendo, mas que suportava pelo martírio que se auto impôs, de nada queixar, simplesmente para não admitir, publicamente, de que seu pai estava certo ao se opor a essa união.

Como na maioria das histórias de casamentos malsucedidos, é na maternidade que as mulheres anseiam por um alento neste calvário. Délia apresentou vários exemplos similares na construção de suas histórias e, assim, Cândida esperava que o filho que estava em seu ventre, aos vinte e quatro anos, pudesse dar outro sentido à sua vida neste malfadado casamento a que se submetera. Deu a luz, então, a Celeste, uma menina forte e saudável, a quem não pode amamentar devido a seu estado de fraqueza, o que fez com que providenciassem uma ama de leite, de nome Benvinda, a negra Bá, que iria ocupar lugar muito importante no coração daquela criança por toda a sua vida.

Após o nascimento de Celeste, rapidamente Cândida recuperou sua beleza, atributo pelo qual aprendeu a dominar mais o marido, que também se encontrava um pouco mais dócil e menos egoísta com o nascimento da filha, que fazia adormecer em seus braços. A criança teve uma infância feliz, rodeada de bonecas, quitutes e os cuidados da sua ama de leite. Expressava verdadeiro amor pelas duas mães: era encantada pela beleza e mocidade de Cândida e extremamente agradecida e carinhosa com a negra Bá, despertando ciúmes maternos. Cândida, na tentativa de diminuir o carinho da filha para com a escrava, “tinha a coragem de narrar-lhe contos, em que uma menina como ela ficara com uma das faces pretas, de tanto beijar e abraçar a ama” (BORMANN, 1988, p. 25).

Nesta parte do romance a narrativa se organiza de forma cronológica com o desenvolvimento de Celeste, pontuando acontecimentos marcantes em sua vida. A partir dos

cinco anos alguns sofrimentos começaram a abater sobre a menina. Diversas vezes escutava as brigas e injúrias proferidas por seus pais. Mesmo sem entender a maioria das palavras, sabia que estavam brigando e isso muito a entristecia. Certa vez teve que se meter entre os dois em socorro da mãe, que estava sendo agredida, fisicamente, por Venâncio. Candinha também não era muito amável, foram inúmeras cenas em que Celeste teve o coração dilacerado ao ver a mãe castigar a sua boa Bá. Por essa época, também, ela perdeu o querido avô, pai de Candinha, que era só amor e afeto e a chamava de princesinha, o que muito contribuiu para os sofrimentos da infância.

Aos seis anos Celeste iniciou seu processo de educação formal. A mãe queria colocá-la em um internato, ao que logo protestou o pai, justificando que perderiam o afeto da filha com a distância. Na verdade, Celeste foi a única criatura depois da mãe por quem Venâncio nutriu algum tipo de amor. Mesmo presenciando a violência doméstica praticada por ele, e da insistência da mãe em macular a imagem do pai em seu coração, Celeste lhe devotava muita ternura. No início, como qualquer criança, Celeste não gostou da escola e sentia até certa aversão pelos livros. Era frequentemente animada pela mãe, incentivando-a a ser sempre a melhor de suas companheiras, estudando com afinco para colher os frutos deste sacrifício em sua mocidade. Esse era o tema que mais tocava o coração de Celeste, o sonho de ser moça. Inspirava-se na mãe e desejava uma mocidade de beleza como a dela. Com isso, foi crescendo sempre linda, arrumada com muito esmero e estudava, enchendo-lhe o espírito com a instrução.

Aos oito anos foi ao teatro pela primeira vez por ocasião especial de seu aniversário, pois não era comum crianças frequentarem esse tipo de sociedade. Celeste se encantou com a história narrada pela ópera italiana *Lúcia*⁵⁰ e com a figura do tenor. Acompanhou tudo com a maior atenção e saiu dali inebriada. A arte e a cultura, a partir de então, estariam presentes em sua formação. Contava dez anos quando leu seu primeiro romance, *O Conde de Monte Cristo* (1844) do romancista francês Alexandre Dumas (pai), do qual decorou trechos inteiros que vivia a declamar. Dali para frente lia todos os romances que lhe chegava às mãos, fascinada com as histórias dramáticas com brados de amor. Devaneava em muitos momentos rememorando as partes que mais a encantava nestes livros. Expandindo-se como qualquer criança, narrava romances inteiros para a sua Bá, que se orgulhava da inteligência da menina.

⁵⁰ *Lucia di Lammermoor*, é uma ópera em três atos, escrita em 1835 por Gaetano Donizetti, baseada no romance *The Bride of Lammermoor* (A Noiva de Lammermoor), de Walter Scott. A história trágica desta ópera diz respeito à emocionalmente frágil Lucy Ashton (Lúcia) que é pega em uma disputa entre sua própria família e a dos Ravenswoods. O cenário é o Lammermuir Hills da Escócia (Lammermoor) no século XVII.

A partir dos onze anos Celeste dedicou-se aos estudos com mais afinco, no propósito de se tornar, de fato, a primeira da classe, conforme incentivo da mãe. Como era obstinada, alcançou esse objetivo. Isso certamente causava a inveja de suas companheiras que se vingavam com certas vilanias normais de criança. No entanto, isso fez com que Celeste nutrisse o desejo de nunca colocar suas filhas em um colégio, se um dia as tivesse, expostas a estas relações. Para isso estudava ainda mais, almejando ser uma boa educadora.

Aos doze anos Celeste foi com os pais à sacada do Clube Fluminense, local frequentado pela aristocracia da época, cujo espaço era administrado pelo Barão de Moreira. Era ocasião do carnaval e esperavam pela passagem das máscaras. Além da oportunidade de estar presente em um baile, ainda criança, havia um motivo mais nobre para estar ali naquele evento. Diziam que o poeta Zuzarte⁵¹, muito famoso na Corte, estaria entre os convidados e seria a realização de um sonho conhecer figura tão ilustre, pela menina muito idealizada. Há algum tempo Celeste vinha lendo os seus poemas em folhetins que Cândida oferecia à filha, que nutria profunda adoração por ele, imaginando-o com as descrições do conde de Monte Cristo ou com as do mouro de Veneza, o Otelo⁵² da obra homônima, de Shakespeare. Importante pontuar todas essas referências literárias no romance de Délia, reafirmando o aparato cultural que ela defendia para a educação das mulheres. Celeste teve acesso a essa educação, além de línguas, aulas de canto e de piano. Era uma flor mimosa que estava sendo preparada para desabrochar nos mais importantes salões da Corte.

Assim, seguia a adolescência de Celeste. Apiedava-se da velha Bá, da qual acompanhava o sofrimento na lida e os castigos que ainda recebia, afetando visivelmente a sua saúde. Muitas vezes, a menina ajudava-lhe nos afazeres domésticos, escondido de Cândida, para poupar-lhe da dureza do cativo. Também sofria Celeste com o comportamento do pai. Este já não batia mais na mãe, mas a injuriava constantemente. “– Ah! Se não fosse esta menina, esta cadeia que me prende, dava-lhe um pontapé e enviava-te ao inferno, fúria! (BORMANN, 1988, p. 37). Celeste ouvia esse tipo de lamúria e orava a Deus para não a deixar morrer, a fim de poder proteger a mãe. Esta convivência fazia com que a menina só pudesse pensar em um casamento por amor. “Com a sua natural retidão, notava desprevenidamente os graves defeitos

⁵¹ No contexto da época do romance, não conseguimos localizar informações sobre este poeta. Há referências a Manuel Ignácio Ramos Zuzarte, redator do periódico *O macaco brasileiro*, que circulou na corte do Primeiro Reinado, no ano de 1822. Está bem distante do período em que *Celeste* foi escrito.

⁵² *Otelo, o Mouro de Veneza* é uma obra do inglês William Shakespeare (1564-1616), escrita por volta de 1604. Trata-se é uma das mais comoventes tragédias do autor. Por conter temas universais – como ciúme, traição, amor, inveja e racismo –, ela pode ser ponto de partida para diversas reflexões e interpretações.

de ambos, devidos à índole, à falta de educação e ao latente ressentimento dos que como eles se casam” (BORMANN, 1988, p. 37). Cândida havia aceitado casar-se com Venâncio por orgulho, ao sentir-se traída pelo engenheiro Vaz, o que a fez acreditar na intriga urdida pela vizinha. Venâncio, depois conhecedor desta história, odiava o fato de ter sido usado e exposto ao ridículo nesta desforra de noiva traída. Esse passado não havia como mudar e Cândida jamais teve coragem de enfrentar a sociedade, como mais tarde fará a filha, e separar-se do marido, preferindo manter-se nesta união fracassada, submetendo-se a todo tipo de dissabor.

Quando Celeste completou treze anos de idade, sua mãe, em acordo com mais três famílias amigas – a de Benta Cerqueira, a de Fortunata Dias e a do Dr. Queiroz –, resolveram dar festas em suas casas, de forma a se divertirem mais amiúdo, sem muito dispêndio. Cada sábado uma família recebia em sua casa. Celeste era a estrela destas festas familiares.

Não perdia quadrilhas, nem valsa, nem polcas, radiante de prazer e de frescura, muito solicitada pelo rapazio. Crescera, enfeitava dia a dia, nadava-lhe o olhar em um fluído que o umedecia, tornando-a mais mulher, como também docemente lhe alteava o colo com as primícias da puberdade (BORMANN, 1988, p. 39).

Em meados de seus treze anos Celeste se tornou moça, marco de passagem que muito a agradou. Abandonaria a infância e teria todos os privilégios desta formosa fase, por ela muito aguardada. Celeste se tornou uma moça linda, altiva, culta e delicada, muito parecida, no porte, com Cândida, embora excedesse ainda mais os atributos físicos da mãe. Na ocasião das festas familiares, Fortunata Dias começou a externar certa frieza nos eventos, o que Cândida rapidamente relacionou à beleza da filha, a causar ciúmes. Fortunata já estava velha e bem desgastada. Também era uma vítima dos casamentos arranjados em que o marido, Gabriel Dias, rico como ela, a conheceu apenas um mês antes do enlace e, mesmo sem amor, suportou a esposa porque ela ainda apresentava a beleza da mocidade, de um tipo provocante espanhol, muito perseguido pelos homens da época. Ela, por outro lado, sem outra alternativa, apegou-se ao amor carnal, devotando-o ao marido, mal pressentindo que esse tipo de sentimento vem com prazo de validade. Nesta situação, quando o marido se entedia dos encantos da esposa e começa a procurar fora o que julga não mais encontrar em casa, abrem-se portas para o crescimento de sentimentos negativos como a inveja e o ciúme.

Quanto Fortunata conheceu Cândida, ela já contava quarenta e oito anos e Cândida era bem mais nova, detentora de muitos encantos que fizeram os olhos de Gabriel brilharem, se apaixonando por ela que, dissimuladamente, retribuiu aos galanteios. A rival de Fortunata, então, não era a moça Celeste, como desejou fazer parecer sua mãe, mas a própria Candinha,

que já ocultava essa relação extraconjugal que se estabelecera entre eles. Gabriel Dias continuou frequentando as festas, justificando indisposição da esposa para a sua ausência e para não mais receberem em sua casa. A perspicácia de Venâncio também não deixou essa relação passar despercebida, o que aumentou ainda mais os insultos dispensados à esposa. O Dr. Queiroz, pressentindo o que se passava, logo arrumou uma desculpa para também se afastar. Assim, ficaram apenas as famílias de Benta e Cândida, que trocaram os festejos semanais para apenas as comemorações de aniversários, o que deixou Celeste muito triste pelo trágico desfecho das festas.

Aos quatorze anos Celeste era realmente uma moça muito bela e despertava inveja em todas as moças da sociedade quando experimentou sua primeira paixão. Conheceu em casa de Benta Cerqueira o Dr. Ciro da Silva, advogado recém-chegado da Bahia, a fim de se estabelecer na Corte. O rapaz contava já trinta e três anos e muitas experiências desregradas. Embora reconhecesse a beleza e altivez de Celeste, tinha preferência por mulheres mais maduras, acabando por se envolver mais tarde com Tereza Veloso, uma mulher casada que caiu em sua lábia. Celeste amou perdidamente a Ciro, com aquele furor da primeira mocidade, sofreu e se prostrou com o sentimento do amor platônico. Leu de uma sentada só o romance *A dama das camélias* (1848), de Alexandre Dumas (filho). E a relação das personagens deste romance, Margarida e Armando, veio corroborar com o sentimento que a dominava: “Tinha a intuição e já um pouco de experiência de que o amor é feito de lágrimas, de abnegação e de sacrifícios, em um altruísmo espontâneo, no qual aquele que se despoja ainda se considera devedor” (BORMANN, 1988, p. 48). No entanto, com a mesma força que vem, esse tipo de sentimento – amor platônico –, também se vai, e ao se ver não correspondida, em breve Ciro da Silva passou a figurar como um mero conhecido para Celeste.

Chegaram finalmente os quinze anos de Celeste, marco importante de passagem da infância para a vida adulta onde estaria apta a ser apresentada à sociedade, quando as moças eram expostas como vitrines nos salões à procura dos melhores partidos da alta roda. Nesta idade geralmente haviam completado o “privilegiado” ciclo de estudos ofertado à educação da mulher e deveriam deixar o colégio. Essa prática foi apresentada em todos os romances de Délia pesquisados. A educação adicional, ainda possível a estas moças, estava restrita ao universo do lar. Em outra perspectiva da sociedade patriarcal, os rapazes seguiam para as faculdades, de Direito e Medicina, principalmente, com boas instituições de referência no Brasil nas décadas finais do século XIX, tanto na Corte, como também em Pernambuco, na Bahia e em São Paulo. Celeste saiu do colégio aos quinze anos, mas incorporaria a educação recebida à sua rotina do lar. “Passeava, estuda piano e canto, entregava-se com paixão ao cultivo da voz maviosa e ágil,

bordava, fazia crochê, lia, estudava, a fim de não olvidar o que aprendera, falando francês, inglês e italiano, sempre que se lhe oferecia ensejo” (BORMANN, 1988, p. 51).

Era também no baile de quinze anos que as moças usavam o seu primeiro vestido comprido, o que as deixavam muito inseguras se fariam boa presença na sociedade, não cometendo nenhuma gafe. Aqui vale um aparte para registrar a descrição da *toilette* de Celeste: “Era de tafetá cor de pérola, com larga faixa de veludo escarlate, mangas pelo cotovelo, mostrando meio braço alvo e puríssimo, aberto o corpete até a nascença dos seios, laço do mesmo veludo nos negros cabelos, singela e linda” (BORMANN, 1988, p. 51-52). Importante ressaltar que as meninas usavam vestidos mais curtos, valendo uma máxima da época, “ocultar para revelar!” O vestido longo ocultava os tornozelos, fetiche do rapazio do período, além de ser o símbolo máximo de elegância e aristocracia, quanto maior fosse a sua calda. Embora o decoro da época ditava o uso de braços e colo coberto, principalmente para as mulheres casadas, esse protocolo era quebrado nas ocasiões de festividades e bem aceito para as moças casadoiras. O espartilho estrangulava a cintura, desenhando a forma de ampulheta, fazendo saltar os seios, na parte superior, e os quadris, na parte inferior. Ambos, fartos e volumosos, sugeriam sinais de boa fertilidade. A cor clara dos vestidos, desde o branco, os perolados, azuis, rosas e lilases, tão em voga neste momento, correspondiam à virgindade das donzelas. A cor escarlate, usada em detalhes, simbolizava a origem aristocrática destas moças.

Celeste brilhava nos salões, tanto nos bailes mais íntimos das famílias amigas, quanto na disputada sociedade do Cassino Fluminense. Despertou a inveja do mulherio, mas principalmente o desejo de muitos homens ricos. Foram vários os pretendentes que surgiram, mas ela trazia em si a convicção e o privilégio de afirmar que só se casaria por amor. Na vida em sociedade, muito rápido percebeu as regras que a ditavam: soberba, cinismo e muita hipocrisia, percebendo coisas que jamais imaginava. Aos poucos, via-se perdendo a sua candura. Nela começou a florescer um sentimento de dualidade muito forte entre valores de pureza e prazeres mundanos, que marcariam profundamente sua vida dali para frente.

Também por essa época a Bá começou a apresentar uma moléstia que lhe ocasionou umas feridas nas pernas. Celeste a amava muito e sempre que podia continuava socorrendo-a nos afazeres domésticos, longe dos olhos de Cândida, a fim de lhe poupar a saúde. Mal sabia ela que pouco tempo depois sua ama de leite, a mãe do coração, seria vendida por Cândida, afirmando que ela não prestava mais. Sem poder fazer nada, Celeste chorou muito com a partida da escrava, custando a recuperar-se desta ausência. Foi ainda neste período que Cândida começou a receber na sua casa, sozinho, o amante Gabriel Dias, justificando que o recebia em

casa para afrontar a Fortunata e que nem Venâncio sabia dessas visitas. Cândida expunha a filha a esse constrangimento, no que Celeste, aos poucos, foi se tornando cúmplice.

Mortificou-a a pertinácia com que se obstinava a mãe em estreitar uma ligação que a desacreditava, dando assim incremento à rancorosa difamação de Fortunata e expondo-se à cólera de Venâncio, que nem mais cortejava Gabriel. A pouco e pouco, porém, acostumou-se a um mal que não podia remediar; usou os vestidos e os objetos com que a presenteava o amante de sua mãe, aceitando resignada aquela cumplicidade (BORMANN, 1988, p. 58).

Em seu aniversário de dezesseis anos Celeste conheceria, finalmente, o médico Artur Medeiros, o homem com o qual se casaria por amor e contra os protestos de toda a família. Artur era amigo da família de Benta Cerqueira e, a convite da mesma, aceitou acompanhá-los ao festejo do aniversário de Celeste. Contava Raul vinte e quatro anos, era de origem mais humilde, jovem, bonito e muito sério. Sua família provinha de Pernambuco, mas já era órfão de pais e foi criado por um irmão mais velho, Rodrigo Medeiros, a quem sempre devotou amor filial. À custa de muito trabalho e dedicação, Rodrigo conseguiu proporcionar estudos a Artur, enviando-o para estudar Medicina no Rio de Janeiro. Nas férias do terceiro ano de curso, Artur foi a Recife ficar com o irmão, quando começaram a frequentar a sociedade pernambucana. Rodrigo almejava firmar um compromisso de casamento para o irmão, que depois de formado regressaria, definitivamente, para viver com ele. Conheceu uma moça com a qual firmou compromisso. Porém, antes mesmo de regressar à Corte, desfez o compromisso de casamento, simplesmente por presenciar a noiva receber uma rosa de um primo, de forma despreziosa. Movido por forte ciúme, manteve-se irredutível em sua decisão, mesmo diante dos argumentos apresentados de fraternal relação entre os primos. Essa atitude de Artur revelou seu caráter de homem demasiadamente ciumento, que muitos dissabores deveriam lhe causar. Isso fez com que Rodrigo o advertisse a não se envolver com nenhuma mulher, acreditando que, com o tempo e a maturidade, esse sentimento pudesse amenizar. Artur atenderia aos apelos do irmão, não se envolvendo mais com nenhuma moça e mantendo-se integralmente ao sacerdócio da medicina, o que fez com que se tornasse um grande profissional.

No entanto, a abstinência imposta ao coração seria rompida ao conhecer Celeste. Foi apresentado a ela por Benta e ficou encantado com a moça. Dançaram uma valsa, conversaram um pouco e ele a achou completamente diferente das demais: muito natural, inteligente, espirituosa, além de ser uma das moças mais lindas que havia conhecido. Ao ouvi-la cantar, sentiu-se arrebatado por sua voz, levando-o a imaginar quão doce seria a vida ao lado desta criatura por toda a eternidade. Em instantes seu semblante começou a anuviá-lo, ao observar como

ela bailava com os demais rapazes. Começou a achar indecente e lasciva aquele tipo de valsa que permitia tamanha proximidade entre os corpos do casal. Sentiu-se ainda mais encolerizado ao notar o encantamento de Celeste ao ser levada por seu par. Era a sombra do ciúme reavivando no caráter de Artur. Celeste terminou a valsa e não mais encontrou o jovem médico na sala, o que a deixou profundamente desapontada.

Pareceu-lhe que aquele estranho levava consigo a alegria da sua juventude, apagando-lhe os anelos e as esperanças que até então a haviam embalado. Invadiu-lhe a alma imensa tristeza, como se adivinhasse a aproximação de lamentáveis dissabores, tentando em vão banir o mal-estar que a dominava (BORMANN, 1988, p. 66).

Depois desse episódio, o casal continuou a se encontrar e foram estreitando os laços, trocando juras de amor, firmando um compromisso de casamento para daí a dois anos. Cândida foi totalmente contra esse relacionamento. Percebendo o temperamento do rapaz, ela advertiu a filha inúmeras vezes:

– Não gosto dele! Não tem trato social, nem mesmo educação; já lhe notei muitas grosserias! ... Demais, és muito nova para casar. [...] – Quero-te feliz e não atormentada como eu toda a vida pelas brutalidades de um marido! [...] – Hei de opor-me a que o desposes, com todas as minhas forças! ... Como me saiu tão inflamável esta rapariga! acentuou irônica (BORMANN, 1988, p. 67).

Celeste deveria se sentir privilegiada. Tinha uma mãe que zelava por sua felicidade. Contrariando os costumes da época, Celeste teria a opção de se ver livre de um casamento arranjado e se unir por amor. Seus pais, embora tenham proporcionado essa liberdade a ela, não podiam se furtar diante de uma escolha errada. Cândida, tão vivida e sofrida no seu casamento, já podia adivinhar que a filha não seria feliz em sua escolha e foi contra o tempo todo. Mas como dizem que “os frutos proibidos são os melhores”, essa proibição aguçou o desejo de Celeste e o amor entre ela e Artur só crescia diante da contrariedade dos pais. O comportamento de Artur para com Celeste, aos poucos, estava apagando o brilho e a felicidade que ela sempre demonstrou. Um de seus maiores prazeres era a dança, mas quase não dançava mais nas festas, ciente que isso desapontava o noivo. “Tinha receio de falar, de sorrir-se, sentindo pesar sobre a sua pessoa o olhar investigador de Artur” (BORMANN, 1998, p. 69). Até os seus aniversários não eram mais comemorados como ela sempre gostou. Entre os protestos dos pais contra a sua relação e o ciúme do namorado, que não compreendia até que ponto era apenas excesso de zelo, Celeste definhava, não sabendo se sentia mais tristeza ou alegria, mas presa a esse sentimento por Artur. Foi nessa época seu primeiro desejo de suicídio, logo suplantado pelo temor a Deus,

sentindo-se mais resignada a aceitar o que lhe reservava o destino. Seus pais, vencidos pelo profundo estado de apatia da filha, resolveram ceder ao casamento e deixar que a sorte se encarregasse do futuro da filha. Assim, sete dias após completar dezenove anos, Celeste subia ao altar com Artur, numa cerimônia simples, com poucos convidados, sem comemorações, em um 7 de dezembro tristonho e cinza, atípico para os dias do verão carioca.

A noite de núpcias do casal recebe uma descrição minuciosa na narrativa, relatando a timidez da moça ao ser desnudada pelo marido, e este, a possuindo como se fosse apenas um rito a ser cumprido, sem aquela entrega romântica que era narrada nos romances de mocinhas, tantos deles devorados por Celeste. Cabe aqui pontuar mais uma temática debatida na obra de Délia: a ausência de uma educação sexual para as mulheres. Ironicamente, as moças eram preparadas a vida inteira para o casamento, mas pelo pudor das mães, pela ideologia dos colégios a elas destinados – dirigidos, em sua maioria, por freiras –, e também pela influência dos valores de uma religiosidade cristã, uma palavra sequer era dita a respeito de como ocorriam, de fato, as relações sexuais. “Sonhara durante anos com as delícias do amor, divinizara-o nos devaneios da puberdade. Realizara o sonho... e apenas tivera um pesadelo aflitivo, que lhe materializava brutalmente todas as ilusões da sua romântica imaginação” (BORMANN, 1988, p. 77).

O martírio da lua de mel de Celeste durou três dias de profunda dedicação do marido e de muito sofrimento e prantos por parte dela. Estava horrorizada, “inspirando-lhe coletivamente profunda compaixão todas as mulheres casadas” (BORMANN, 1988, p. 77). No quarto dia Artur voltou à sua rotina de médico e, ao sair de casa, deixou com a esposa um livro para sua leitura, *Fisiologia do casamento* (1850), de Auguste Debay. O livro do médico francês Debay era um compêndio de temas relacionados ao casamento que se propunha a uma abordagem sobre educação sexual tanto para homens, mas, principalmente, para mulheres. Como médico, o personagem Artur conhecia a fisiologia feminina, mas resolveu comunicar-se à esposa por meio da obra de Debay do que travar um diálogo mais íntimo a respeito do tema. Durante todo o século XIX e boa parte do século XX, esse tipo de leitura foi caracterizado como imoral, inadmissível para moças solteiras, sendo aceito somente como repertório de leitura para as mulheres casadas. No romance *A normalista*, de Adolfo Caminha, publicado no mesmo ano de *Celeste*, 1893, o livro de Debay, citado como *Fisiologia do matrimônio* é apresentado como um livro de consulta para as mulheres, oferecido pela personagem Lídia (casada) à amiga Maria do Carmo (solteira), a fim de entender e confirmar sua suspeita de gravidez. A menção à obra de Debay em *Celeste* corrobora ainda mais com a crítica que Délia trava a respeito da defesa de uma educação sexual para as mulheres.

No sétimo dia de casados, o ciúme de Artur já dava indícios do que Celeste atravessaria naquela união. Bastou um simples comentário ingênuo dela em uma conversa trivial elogiando os “olhos esplêndidos” de certo rapaz, oriundo de uma família amiga dos pais, para que Artur mudasse a expressão do rosto, externando profundo incômodo com o comentário da esposa. Mais tarde ela foi repreendida por Artur a jamais tecer qualquer tipo de comentário elogioso a outro homem, destinando observações apenas para o seu marido, ao que ela, submissa, desculpou-se, prometendo não reincidir.

A segunda parte do romance dá um salto de dois anos no que é apresentado como um tormentoso viver desta união. Diferente de outros casamentos, como o de Cândida, por exemplo, Celeste não teve nenhum filho, para dividir as atenções do marido e, talvez, amaciar-lhe o temperamento. Não lhe bastava o zelo e o devotamento da esposa, seu ciúme o cegava e envenenava, paulatinamente, o amor de Celeste, tendo-o suportado até onde podia, mas já vendo esse sentimento esvaír-se. Ela temia o vazio que essa ausência de amor poderia lhe causar, receando também a influência de seu temperamento apaixonado, que poderia levá-la à alguma fraqueza em sua conduta de esposa fiel. Apegada a isso, suportava, como a maioria das mulheres, a autoridade do marido, sua desconfiança e sua brutalidade. Tudo que Celeste presenciou na infância, as agressões do pai sofridas pela mãe, ainda que por motivos diversos, se repetia com ela.

Enquanto muitas mulheres se apegam à religiosidade como alívio para suportar o calvário do casamento, para Celeste ocorreu o contrário. Revoltou-se contra Deus, sentia-se injustiçada por seus sentimentos pela bondade divina e, praticamente, não orava, chegando por vezes a blasfemar diante de sua triste realidade. Só pela carne ainda se prendia ao marido, pois seu coração já não mais o amava. Numa tentativa de mudar os rumos da relação, que resumia na indiferença da esposa diante de tantas acusações desonrosas, Artur impôs que fossem passar uma temporada em Pernambuco, afastando-a daquela sociedade que julgava corrompida e dos desvelos da figura materna, que acreditava instigar a filha à revolta. Celeste concordou, advertindo-lhe, porém, que iria a passeio, jamais de forma definitiva, visto que também ainda não conhecia Rodrigo, o único ente familiar do marido.

Rodrigo e Celeste se deram muito bem desde o primeiro contato. O cunhado nunca se casou, dedicando a vida à mãe adoentada, após a falecimento do pai, e depois à educação do irmão caçula. Longe dos prazeres e diversões, buscou estudar para se tornar um homem mais culto, o que valorizava a sua beleza, altruísmo e o espírito elevado. Todas estas características logo o aproximaram de Celeste. Houve uma grande identificação entre eles que os levavam a conversar por horas a fio sobre os mais diversos assuntos e Celeste voltava a ser aquela moça

de antigamente, demonstrando a sua cultura, fruto da educação esmerada que recebeu. A proximidade com o irmão não despertava ciúmes em Artur, ao contrário, ele até lisonjeava-se do contato intimista que Rodrigo dispensava a Celeste, tratando-a por “mana”.

A convivência com Rodrigo em Pernambuco foi muito benéfica para o casamento de Artur e Celeste. Ela acabou relatando ao cunhado, de forma muito discreta, os dissabores vividos no casamento e como era maltratada por Artur, em função dos seus ciúmes descabidos. Rodrigo também narrou a ela como Artur havia rompido um noivado no passado, por motivo tão tolo. Temia muito o comportamento do irmão se viesse a se unir em matrimônio algum dia, devido a seu temperamento explosivo e, mais ainda, se sua esposa fosse uma moça tão bela e com tantos outros predicados, como o era Celeste. A sós, Rodrigo também conversou com o irmão e foi exercendo influência positiva, moldando novamente o seu caráter. “Corrige-te! Leva tua mulher pela brandura e não a força” (BORMANN, 1988, p. 90). Celeste notou repentina mudança e se sentia feliz. Artur não mais repreendia a esposa, ela voltou a cantar, tocar piano e até dançar.

Permaneceram em Recife por três meses, regressando novamente ao Rio de Janeiro. Os primeiros dias de volta ao lar foram de suprema felicidade. Caminhando pela cidade o casal encontrou a velha Bá, muito sofrida e maltratada. Celeste apiedou-se dela, o que fez com que Artur tivesse uma atitude de grande nobreza, comprando a escrava de seus novos donos e dando-lhe a carta de alforria. Levaram-na para morar com eles, trataram suas feridas, que já não tinham mais cura, amenizando o seu sofrimento. Bá voltou a ser a companheira fiel de Celeste e as duas reviviam cenas do passado e devotavam a esses momentos extrema ternura, felizes por estarem juntas novamente.

Infelizmente, aos poucos, Artur começou a voltar com os antigos hábitos do passado, as injúrias e agressões verbais com a esposa. Temendo o pior, Celeste afastou a Bá de sua casa, pagando-lhe um cômodo para viver e arcando com o seu sustento. Os meses em Pernambuco foram de tanta alegria que Celeste desabituara-se dos arrebatamentos do marido e lastimou terem retornado ao Rio de Janeiro. “Desanimada, sem mais vontade de lutar, entregou-se à inércia, revoltada contra a sorte e contra a sociedade que a estigmatizaria se deixasse o marido, mas que não a consolava da desdita e desilusões que encontrara no casamento” (BORMANN, 1988, p. 92). Délia tece mais uma severa crítica à sociedade opressora para com a mulher. Praticamente todas as mulheres se resignavam a um casamento de aparências, sem amor, submetendo-se à opressão machista por não encontrarem aceitação, caso viessem a se separar. Celeste romperia com essa tradição.

Por mais dois anos suportou essa odiosa situação, vivendo inerte, nutrindo ódio pelo marido e até desejando a sua morte. Abandonou a vida social, refugiou-se nos livros e só frequentava os bailes na casa de Benta Cerqueira, de quem Artur não conseguia recusar os convites. Numa destas festas, Celeste foi apresentada ao belo jovem baiano, acadêmico de medicina, Mário de Mendonça, que a perseguiu, desde então, com olhares de extremo carinho. Aquilo que Celeste receou durante todo o seu casamento, com a morte gradativa do amor pelo marido, estava acontecendo. Súbita paixão começou a florir em seu coração. No entanto, esse sentimento ainda era menor que a sua vontade de manter-se digna e não enfrentar a frieza que a sociedade ofereceria a uma mulher separada. Embora já ocorridas as declarações entre os enamorados, Celeste não se permitia nenhum passo em falso. Cândida acompanhou o desabrochar deste sentimento, mas sabia que a filha não enfrentaria a maledicência social e o manteria apenas na fase platônica como, de fato, ocorreu. Já Artur, ao pressentir o que se passava, julgou que estava sendo vítima de adultério, aumentando as injúrias e, conseqüentemente, o sofrimento de Celeste. A perseguiu o tempo todo, tentando monitorar até seus pensamentos, deixando-a mais sufocada. Com isso, por mais voluptuosa que fosse, Celeste repeliu definitivamente qualquer tipo de contato carnal, único elo que ainda a prendia nesta relação. Essa rotina foi se agravando, dia a dia, até chegar à cena de violência doméstica, narrada na abertura do romance, culminando na separação do casal.

Celeste decidiu escrever a Rodrigo, relatando ao cunhado a sua versão e a verdadeira causa do rompimento. Mesmo apreensiva com a receptividade desta carta, abriu seu coração e fez-se totalmente sincera. Rodrigo lhe ofereceu sua fraterna amizade e se colocou à disposição para qualquer necessidade. Num primeiro momento, em sua condição de mulher separada, Celeste buscou reconciliar-se com Deus, cumprindo com resiliência o papel que a sociedade lhe votaria. Decidiu afastar Mário de sua vida enquanto não tivesse totalmente liberada do compromisso com Artur, ainda que isso lhe custasse imensa tristeza. “Se tivermos de ser felizes, sê-lo-emos, mas não tentemos a Deus! ... A coragem que me leva a afastá-lo enche-me de orgulho, eleva-me para o martírio aos meus próprios olhos e reconcilia-me comigo mesma! exclamou” (BORMANN, 1988, p. 100).

Com essa atitude, novamente percebemos uma oscilação na construção desta personagem por Délia, ora rompendo com os padrões sociais da época, mas mantendo as características tradicionais de resignação esperadas na mulher de então. Até aqui, Celeste poderia ser comparada com a Madalena do primeiro romance homônimo de Délia. Esta, embora não tenha se separado do marido, ao conhecer o amor de sua vida, resignou-se a uma vida religiosa, aguardando a ventura de seu sentimento para a eternidade. Em *Celeste*, Délia

surpreende o leitor quando relaciona essa fase inicial da separação da protagonista a apenas um período de incubação de seu temperamento extremamente sensualista, que viria aflorar logo depois. Narra que Celeste sempre fora dotada de muita volúpia e que se sentia muito mal ao constatar que o desejo carnal que sentia por Artur era maior que a humilhação e os maus tratos recebidos do marido. Que esse desejo, somente desapareceu depois que conheceu Mário e sentiu-se amada de uma forma mais cavalheiresca. Na verdade, Délia oferece características psicológicas a Celeste que oscilam entre a redenção e a perdição, a tradição e a ruptura. “Às vezes, alta noite, só, no seu grande leito, chorava de raiva, sentindo-se avassalada por loucos desejos e perseguida pela imagem de algum homem; resistia, lutava, com medo da queda e das fatais consequências [...]. Maldita carne, maldito temperamento!” (BORMANN, 1988, p. 103).

No entanto, esse estado de incubação logo passaria. Celeste foi vencida pela volúpia e escolhe novamente tomar as rédeas de sua vida, independentemente de como seria julgada pela sociedade, assumindo seus desejos e sentimentos. Um ano depois de separada estaria de volta à sociedade, nas festas e saraus, e começaria a colecionar amantes. “Por Deus! que não serei mais tão tola! A vida é curta e talvez já estejam contados os meus dias! Escrúpulos! Acaso os sentem as outras? E que o sintam, a mim que importa! [...]” (BORMANN, 1988, p. 104).

O primeiro amante foi o conselheiro Marques, homem maduro e de alma nobre. Teve Celeste a audácia de recebê-lo na casa dos pais onde morava e se entregar a ele ali mesmo, pela primeira vez. Tornaram-se, desde então, amantes ardentes, como se quisesse recuperar o tempo perdido em que se manteve no celibato após a separação de Artur. Esse caso não durou mais que seis meses quando, já enfeitiçada por outro, escreve ao conselheiro, rompendo sua aventura amorosa.

Veio um segundo amante, anônimo na narrativa. Era um tipo narcisista que usava uma máscara de bom moço e de fino trato, mas que na verdade não passava de um janota, apenas a usar a beleza de Celeste, colocando sempre o seu egoísmo em primeiro plano. A este Celeste amou profundamente e sofreu amargas decepções, durante o período de um ano e meio, em que estiveram juntos. Nesta ocasião, Cândida, que já vinha acompanhando o comportamento da filha, tentou repreendê-la moralmente. Não por sentir, de fato, a decadência da filha, mas movida apenas pela inveja, por visualizar em Celeste uma rival mais jovem e bela, que lhe herdara os instintos e possuía a coragem necessária de assumir sua vida publicamente. Nesta repreensão, Cândida esquecia-se que desde os quinze anos havia feito da filha cúmplice de sua relação extraconjugal com Gabriel Dias, oferecendo o exemplo de seu mau comportamento.

Pouco depois surgiu o terceiro amante, jovem advogado com quem Celeste só encontrava às escondidas, evitando a repreensão já declarada de Cândida. Foi uma fase

tranquila e serena, uma relação em que só viveu carícias, mas que também pouco tempo durou. Por causa da carreira política, Celeste incentivou o magistrado a partir, com a promessa de assumir a presidência do Pará.

Ao completar vinte e oito anos estava Celeste envolvida com uma figura importante do Império. Tratava-se do jurisconsulto Cícero Braga. Sentia-se extremamente orgulhosa do poder que exercia sobre aquele homem tão temido e respeitado. Cândida continuava espreitando a filha ao vê-la sair sempre bela e elegante. “– Lá vai a perdida para alguma orgia! ... Não há mais emenda possível, pois se é a cópia fiel do pai! – ‘E da mãe!’ dizia-lhe baixinho a consciência, irritando-a ainda mais” (BORMANN, 1988, p. 113).

Nesse ano, Celeste teve mais uma grande perda: seu pai Venâncio, que já estava com setenta e cinco anos caiu moribundo e veio a falecer muito rápido. Celeste sentiu imensa tristeza e outro pensamento suicida lhe passa pela mente. Na verdade, sentia um vazio muito grande. Cresceu em uma família corrompida em sua relação conjugal, presenciando os maus tratos do pai com a mãe. Casou-se com um homem que amava, mas que a tratou de forma a sufocar seus sentimentos, desrespeitando sua vivacidade. Percebia a competição da mãe e a sua repreensão por não poder confrontá-la. Via-se presa a um desejo destemperado pelos homens, mas nenhum a tocava de verdade. Assim, colocava-se sempre em busca de uma almejada felicidade que também não encontrava. Não foi diferente a sua relação com Cícero Braga. Era amada e respeitada, tinha um homem importante a seus pés, mas essa presença não mais a satisfazia, tornando-se entediada. Em breve vem a romper com ele, se entregando a outro amante, e depois outro e mais outro, “mudando de amantes como se muda de roupa” (BORMANN, 1988, p. 119).

Cândida já não escondia mais o que achava da filha e fazia questão de expor seu comportamento para a sociedade. Ao surpreender Celeste acompanhada de um rapaz bem mais jovem não aguentou mais segurar seu descontentamento. Ao chegar em casa, Celeste foi duramente repreendida, numa cena em que mãe e filha externaram todas as verdades do que pensavam uma sobre a outra, acabando por romperem, definitivamente, aquela relação, que já se encontrava bastante conflituosa. Celeste foi para um hotel até decidir o que faria de sua vida dali para frente, indo buscar alento nos conselhos de sua adorada Bá.

Impossível ao leitor acompanhar a narrativa sem fazer juízo de valor, de acordo com a sua formação cultural. É esse o papel desempenhado pela recepção das obras literárias. Se hoje, uma mulher com o comportamento de Celeste ainda causa tanta estranheza em nossa sociedade, ficando à mercê dos julgamentos sociais, imagina quando a obra foi publicada, no final do século XIX. Inevitável a comparação do comportamento de Celeste com o de uma cortesã que

circulava pela elite de sua época. Ambas conquistaram a liberdade de escolher seus amantes e dar vazão a seu temperamento e sensualidade, resguardadas as devidas proporções da origem de cada uma delas, compartilhando, ainda, da marginalidade social. No entanto, enquanto a cortesã via no amante, primeiramente, uma possibilidade de ascensão social e de suporte financeiro, Celeste orgulhava-se de não depender destes homens. “O que eu, sobretudo desejo, é nunca depender dos miseráveis que me desfrutarem. É um orgulho tolo, talvez, mas entranhado: custar-me-ia tanto quanto uma humilhação, dever algum favor a entes que se têm mostrado em geral tão vis e desprezíveis!” (BORMANN, 1988, p. 123). Celeste, entretanto, não se envergonhava de depender de um marido que havia abandonado. Arabela, no romance *Lésbia* também se separou, mas buscou sua independência financeira na arte literária. Celeste defendia um orgulho bancado às custas da mesada de um ex-marido.

Entrando na casa dos trinta anos e mantendo a seu lado esse último amante, mais por capricho em afrontar a mãe do que pelo desejo de estar ao lado deste homem, Celeste vai morar em uma casa alugada na Rua do Resende⁵³, levando novamente para a sua companhia a velha ama de leite. Ali Celeste iniciou uma vida mais pacata e de reclusão, mais voltada à introspecção, tecendo reflexões importantes sobre sua trajetória. Entregara-se ao vício da carne e, no próprio vício, encontrou o seu castigo, nunca alcançando a plenitude de uma vida feliz. Por outro lado, o único homem que a amou de verdade, que a encorajou a romper com um casamento opressor, foi Mário e, curiosamente, foi ele também o único homem com o qual nunca tivera nenhum contato íntimo. “Só o amor platônico, só o amor da alma será grande e imorredouro? Creio que sim! No entanto, foi pelo amor físico que eu me perdi! Foi pelo ansiar de ardentes sensações que eu abdiquei da minha dignidade de mulher e do meu lirismo de romântica! Verdadeira anomalia!” (BORMANN, 1988, p. 131).

Pouco tempo depois Celeste perde sua Bá, potencializando ainda mais seu estado de reclusão e tristeza. Volta-se inteiramente para a leitura, tentando buscar algum sentido para a vida nos romances. Em outros momentos encontra alento na música, tocando o piano que tanto amava e cantando canções que avivavam suas recordações. Alguns meses depois recebe a notícia de que Artur também havia falecido, jovem ainda, aos trinta e nove anos. Sentiu-se triste, mas sem dor, afinal de contas, ela o havia amado em sua mocidade, embora a atormentada relação tenha transformado esse sentimento em repulsa e rancor. Ocorreu-lhe, primeiramente, que com a perda de Artur via-se, fatalmente, numa condição de desamparo, sendo obrigada a

⁵³ A Rua do Resende, conforme já informado, coincidentemente, é a mesma rua onde viveu Délia e produziu toda a sua obra, criando suas personagens e traçando narrativas que suscitam importantes questionamentos sobre o papel da mulher na sociedade burguesa de sua época.

buscar uma maneira de sustentar-se. “Tinha coragem e instrução, poderia lecionar vários idiomas ou música, não na Corte onde eram conhecidos os seus desvarios, porém em qualquer província” (BORMANN, 1988, p. 138). No entanto, a ideia do suicídio também não lhe passou despercebida, seria uma opção bastante providencial. Só não o faria para não dar esse gosto à mãe. Cândida, regozijou-se em saber que a filha estaria agora desamparada e teria que voltar a depender de sua caridade.

Dias depois, Celeste recebe uma carta de Rodrigo comunicando a morte do irmão e que o mesmo havia confiado a ele as suas economias para continuar a manter a ex-esposa. Desconfiava Celeste que Artur não teria muitas economias, mas aceitaria a oferta do cunhado, pois, sabendo de sua generosidade, também sempre o tivera como a um irmão. Seria melhor depender dele do que de qualquer outra pessoa. Por essa época, Cândida já tentava uma forma de punir Celeste, deserdando-a. A forma que encontrou para isso foi colocar todos os bens em nome do afilhado, filho de Benta Cerqueira. Em breve ela também viria a falecer, acometida de febre amarela, não deixando nada de herança para a filha. Isso não importava a Celeste, o que mais lhe doía era o afastamento imposto pela mãe e a indiferença que se criou entre as duas, impedindo-a, inclusive, de velar o corpo daquela que um dia foi o ideal de mulher que chegou a vislumbrar para si.

Depois de tantas perdas, Celeste tornou-se mais isolada ainda, afastando, inclusive, o amante que já evitava a muito tempo. Não procurou mais conhecer nenhum homem, sentindo-se regenerada por conseguir manter-se só. Alguns meses depois recebe, inesperadamente, a visita de Rodrigo, enchendo-lhe de alegria. Conversaram bastante, falaram sobre Artur e Celeste o agradeceu por toda a generosidade para com ela durante todo esse tempo, convidando-o para ficar como seu hóspede. Rodrigo recusou, dizendo que ficaria na casa do comendador Chaves, um amigo em comum, mas voltaria para o jantar e lhe relataria o motivo de sua vinda à Corte, que já adiantava ser apenas por sua causa. Celeste adquiriu o antigo vigor, arrumou-se, colocando-se novamente bela e preparou um jantar especial para o cunhado. Seu coração pressentia um novo suspiro de felicidade, algo de bom estaria para acontecer.

Após o jantar Celeste abriu seu coração para Rodrigo, narrando-lhe todos os infortúnios que passara desde a separação de Artur. Contou-lhe dos inúmeros amantes, não ocultando os detalhes, nem as suas faltas; da conflituosa relação que se estabeleceu entre mãe e filha e de como Cândida a lançou na maledicência social, expulsando-a de casa. Contou sobre a morte do pai, da Bá e depois da própria mãe. Diante de cada uma dessas situações, mais lhe fugia o sentido da vida e como, por diversas vezes, desejou ela mesma dar cabo da própria vida, perseguindo-a sempre o desejo do suicídio. Rodrigo interrompeu-a e disse que estava feliz por

chegar a tempo de impedir tamanha desgraça. Vinha fazer-lhe um convite para acompanhá-lo numa viagem à Europa. “Oh! Que felicidade, meu Deus! Disse ela a sorrir por entre lágrimas. Iremos como dois irmãos extremosos! – Ou unidos por um laço mais doce e mais forte! Redarguiu, pálido e fremente” (BORMANN, 1988, p. 150).

Surpreendentemente, o leitor presencia Rodrigo declarar-se para Celeste, assumindo na narrativa a tão esperada chegada daquela personagem masculina que Délia insere em suas obras com o objetivo de redenção das suas heroínas, tirando-as de seus calvários particulares. Rodrigo relata que desde o momento que conheceu Celeste, na companhia do irmão, se viu completamente apaixonado. Os dias que passaram juntos em Pernambuco, as tantas afinidades compartilhadas fizeram com que estivesse certo de que a amava. Tratava-se, porém, de um amor impossível, mas que o fez perceber que não tinha vivido até saber-se possuidor deste sentimento. Suportou a ausência, respeitando-a sempre como a uma irmã. Agora que o irmão já não estava mais entre eles, havia se encorajado a declarar-se e que queria muito recuperar o tempo que estiveram distantes. Rodrigo desejava não só a companhia da mulher em uma viagem, mas ter a seu lado uma esposa, pedindo-a em casamento. Era a confiança que ele depositava na sua dignidade, embora ela se sentisse como uma decaída, incapaz de ser merecedora de tão puros sentimentos. O amor de Rodrigo representava para Celeste a sua redenção. Ela o abraçou e chorou copiosamente, rendendo-se a essa última fagulha de felicidade que a vida lhe apresentava e à qual se agarraria com todas as suas forças.

Celeste viveu os quinze dias seguintes como os mais felizes de sua vida, enquanto corriam os preparativos para o casamento e para a viagem a Europa. Desfrutava do zelo e do amor de Rodrigo constantemente a seu lado, encontrando, finalmente, a felicidade que buscou a vida toda nos braços errados. No entanto, mais um golpe do destino a aguardava. Na véspera do casamento e da viagem, Rodrigo chega em sua casa carregado por homens em uma cadeira fortemente acidentado. Ele havia sofrido uma queda de um bonde, saltando antes da parada e fraturando, gravemente, as duas pernas. Logo chegou o comendador Chaves com um médico que, ao examinar Rodrigo, proferiu a sentença de amputação das pernas. No entanto, Rodrigo não aceitou ficar aleijado, não permitindo o procedimento. Disse a Celeste que a amava, mas que de nada a serviria como um imprestável, a depender para sempre de cuidados, negando a ela as súplicas que o fazia pela vida.

Rodrigo pediu a Chaves que chamasse um tabelião, a fim de redigir seu testamento, nomeando Celeste como sua herdeira universal, ao que ela pediu que fosse inserida uma cláusula: “– Mas declara então, que por minha morte, servirá essa fortuna de dote às enjeitadas, sim? Eu quero compensar com a riqueza que não gozarei, as infelizes privadas do amor e do

apoio maternos! acrescentou com tristeza” (BORMANN, 1988, p. 161). À meia noite manifestou-se a gangrena e logo sucumbia Rodrigo, a última esperança de vida também para Celeste.

Agora sim, não lhe faltava mais motivos para o suicídio, que tantas vezes lhe aguçara o desejo. O sofrimento foi tão grande que só lhe acudia a revolta para com Deus. Celeste recebeu os cuidados do comendador Chaves que a tratou como uma filha. No entanto, a dor foi tão grande que ela acabou perdendo a razão, sendo internada em um hospício. Esquecera-se de todo o passado, recitando sempre apenas um verso que sempre lhe vinha à memória: “mais vezes, mais vezes te adoro eu!” (BORMANN, 1988, p. 164).

Jovem moça, perdeu seus encantos e sua beleza, definhando dia a dia, alheia a tudo à sua volta. “Aos 34 anos incompletos, baixou ao túmulo Celeste de Lima Medeiros, deixando a sua fortuna de dote às enjeitadas, indo no seio da morte descansar dos tormentos, das vilanias e dos tédios que tanto a haviam combalido na sua penosa peregrinação pela vida” (BORMANN, 1988, p. 169).

O projeto de redenção em *Celeste* não pode se concretizar pela felicidade no amor, mas deveria ser purgado nos meses de loucura que antecederam sua morte. Ela se casou por amor com um homem que não a respeitava; sentiu-se amada, de forma platônica, e encorajada a romper com seu casamento pelo amor ao jovem Mário de Mendonça; depois perdeu-se com vários amantes, em busca de um amor nunca alcançado. Finalmente, quando recebe a declaração de Rodrigo Medeiros, com uma promessa de felicidade, sofre outro golpe, que lhe tira essa possibilidade, levando-a à loucura e, depois, à morte. Parece que a maioria das heroínas, também na obra de Délia, só encontram plenitude na eternidade. Em *Madalena* (1881), a protagonista abre mão de um segundo casamento com sua alma gêmea, o Conde d’Orcey, aguardando a ventura desse amor em outro plano; Deia, de *Duas irmãs* (1883), mesmo casada contragosto com seu grande amor, Maurício Barreto, só descobre esse sentimento no momento da morte do amado e aguarda, resignada, também a sua morte quando, finalmente, o reencontra; Lúcia, em *Uma vítima* (1883), submete-se a um casamento de fachada com o amante de sua mãe, e quando conhece seu grande amor, Máximo de Andrade, solicita ao pai que o afaste dela, receando não ter coragem de manter a farsa que criou para proteger o pai da traição da mãe. No final, descobre que sua resignação foi em vão e morre, lentamente, afastada de seu amado; Arabela, em *Lésbia* (1884), decide pelo suicídio, como último ato de altruísmo, preferindo a morte do que trair Catulo – o único homem que a amou de verdade –, em detrimento do amor que floresceu pelo jovem Alberto Lopes. Fugiu à regra somente as heroínas em *Aurélia* (1883), que viveu feliz ao lado do seu Salvador Corrêa e em *Angelina* (1886), que

ao final de tantos infortúnios cedeu ao enlace com o amado Vicente Martins, gozando de um final feliz.

O romance *Celeste*, embora tenha sido um sucesso quando de sua publicação, apresenta uma narrativa muito vanguardista para a época, tanto que recebeu críticas bastante desfavoráveis. Araripe Júnior, que já havia tecido importante crítica negativa sobre Délia, a respeito de *Lésbia* (1884), volta novamente a pautar a escritora em seus textos. Na publicação de *O movimento literário do ano de 1893* (1963), tece comentários negativos ao romance de Délia. Afirma que a romancista não possui qualidades positivas para o gênero que se propõe a escrever, o Naturalismo, e que pretende discutir nos seus livros fatos que a moral condena.

Celeste ressentia-se dos mesmos defeitos notados nos livros anteriormente dados à estampa por aquela gentil escritora. É a história de uma moça que “teve sua primeira impressão na pessoa de um tenor gordo, de longa cabeleira negra e anelada” [referência ao tenor da ópera *Lúcia*]; que, aspirando ser amada e arrebatada por salteadores, casa-se com um estúpido que a chicoteia e acaba por separar-se e cair na vida livre. Como heroína que é, essa moça compraz-se em discutir o seu temperamento e explicar as suas faltas. Por mais, porém, que se esforce, a sua eloquência não chega a dar-nos senão a impressão de uma erotomaníaca, mal dissimulada, de uma moça doida, uma avoadada como se diz vulgarmente, mal ensaiada e ainda pior descrita. [...] Os temperamentos fortemente obscenos continuam a tentá-la; mas a sua pena, apesar disso, permanece incolor, inexpressiva, completamente ausente de veemência que poderia resgatar o erotismo desbragado das suas heroínas (ARARIPE JÚNIOR, 1963, p. 171-172).

Essa crítica corrobora com o discurso do cânone literário que se instaurou na literatura brasileira, silenciando as obras de importantes escritoras mulheres do século XIX. Talvez se a heroína em *Celeste* fosse construída como uma cortesã, a protagonista, ainda que decaída e socialmente marginalizada, teria melhor aceitação. Afinal, tratar-se-ia de uma personagem corriqueira da sociedade da época e sobre a qual muito se dedicou a literatura de autoria masculina. No entanto, ao apresentar uma moça de família culta, oriunda da alta sociedade, mas com um comportamento de mulher rejeitado pelos valores sociais da época, com coragem de abandonar o marido e assumir a autoria de sua vida e, principalmente, de seu corpo, não poderia ter outra recepção. Isso se agrava ainda mais, quando essa personagem é fruto de uma pena feminina. Prova disso são os comentários tecidos por outra crítica, agora de uma mulher, Iñez Sabino, contemporânea e admiradora de Délia. Ela também não compreendeu o trabalho realizado em *Celeste*, rotulando a criação de “desastrosa”, um romance “incompreensível, treloucado, aneurastésico [sic], um livro mau de psicologia” (SABINO, 1899, p. 197). Realmente o terreno para a compreensão de uma obra deste porte ainda não estava preparado

naqueles fins de século XIX. Somente anos mais tarde encontraria, por meio dos estudos feministas do século XX, uma possibilidade de leitura e entendimento dessa obra.

Celeste foi o primeiro trabalho de Délia a ser resgatado, no final da década de 1980, momento em que surgiam nas universidades brasileiras os primeiros estudos amparados pela crítica feminista. A tese de Norma Telles, principal pesquisadora da obra de Délia, havia sido defendida em 1987, portanto, um ano antes dessa edição de *Celeste* e, entre as obras analisadas por Telles em sua pesquisa, figurou apenas *Lésbia*, que ela relatou ter conhecido ao final de sua pesquisa. Dessa forma, *Celeste* já foi objeto de alguns trabalhos acadêmicos, com publicações importantes sobre autoria feminina e a representação da mulher na literatura brasileira do século XIX. Isso comprova a importância do trabalho de resgate e corrobora com a nossa tese do caráter de vanguarda da obra de Délia. Ao criar personagens mulheres contextualizadas na sociedade patriarcal de sua produção, conseguiu oferecer a essas personagens características de ruptura de padrões importantes para o universo feminino, tecendo uma rede de temas caros à crítica feminista e que dedicaremos uma análise mais aprofundada na próxima seção.

4 O PROJETO LITERÁRIO DE DÉLIA E A CRÍTICA FEMINISTA

Após a nossa leitura e a apresentação que oferecemos dos romances de Délia nesta pesquisa, propomos a realizar uma análise de sua obra, entrelaçando sua escrita por meio de temáticas estabelecidas em nosso itinerário de recepção, ambicionando identificar um projeto literário da escritora que conseguimos mapear através de seus romances. Para isso, sentimos necessidade de amparo em alguma vertente da crítica feminista do século XX, embora defendemos que a própria obra de Délia deve ser considerada, além de texto literário (objeto da crítica feminista), uma forma de militância feminina por meio da literatura do século XIX. “As mulheres que escreveram, que desejaram viver da pena, que desejaram ter uma profissão de escritoras, eram feministas, pois só o desejo de sair do fechamento doméstico já indicava uma cabeça pensante e um desejo de subversão. E eram ligadas à literatura” (MUZART, 2003, p. 267).

A crítica feminista brasileira, de acordo com Heloísa Buarque de Hollanda (2003), demorou mais para possibilitar a formação dos núcleos de estudos sobre a mulher, no qual inserimos a obra de Délia. Segundo a pesquisadora, o feminismo no Brasil consolidou-se a partir da ditadura militar na década de 1970 e, por ter se vinculado a alguns setores progressistas da Igreja Católica, em sua maioria, com o foco majoritário de oposição ao regime militar, favoreceu às mulheres um maior campo de militância e resistência política. No entanto, isso colocou o movimento feminista em condição anacrônica em relação ao movimento internacional. A pauta do feminismo no Brasil se concentrou na defesa dos direitos civis, na liberdade política e na melhoria das condições de vida. Devido à relação do movimento com o catolicismo, “foi necessário que o feminismo brasileiro, num momento particularmente de auto definição, abrisse mão de questões feministas centrais como a liberdade sexual, o direito ao aborto ou o debate sobre o divórcio” (HOLLANDA, 2003, p. 17). Isso retardou bastante outras pautas que identificamos na obra de Délia e que foram muito importantes a partir da segunda metade do século XIX, seja com a atuação feminina de escritoras, jornalistas ou, simplesmente, leitoras mais conscientes, defendendo um novo espaço de atuação para a mulher.

No campo literário, Hollanda (2003) afirma que, a partir da década de 1980, a crítica feminista apresentou uma mobilização de pesquisadores para as questões da mulher na Universidade de Santa Catarina. Em 1986, conforme já relatamos anteriormente, constituiu-se o Grupo de Trabalho “A Mulher na Literatura” na ANPOLL que, desde então, vem ampliando os estudos com foco na questão feminina. A partir da década de 1990, também cresceram o número de teses e dissertações em Letras, tratando das escritoras mulheres. Houve um aumento

significativo dos programas ou centros de estudos interdisciplinares da mulher, ligados à pós-graduação, contendo representantes da área de literatura. No entanto, Hollanda (2003) argumenta que a maioria destes estudos possui um caráter historiográfico arqueológico, de resgate de uma literatura feminina silenciada pelos cânones literários do século XIX, e denomina este trabalho de exame dos “gêneros menores”. Terezinha Schmidt (2006), rebate essa afirmação, defendendo que esse trabalho da crítica feminista, ao trazer à tona textos literários de escritoras do passado, oferece ao meio acadêmico um rico material que serve de objeto de pesquisa, enriquecendo e ampliando o debate teórico sobre a mulher, rechaçando esse rótulo de “gêneros menores”.

É por essa vertente de Schmidt (2006) que submetemos esta pesquisa. Nosso trabalho só foi possível porque Norma Telles, como tantas outras pesquisadoras brasileiras, em suas investigações acerca de escritoras do século XIX, assumiram a maternidade do resgate das obras dessas autoras silenciadas pelo cânone literário. Em contato com essas obras, podemos expandir as pesquisas e enriquecer o diálogo por meio da crítica feminista contemporânea. Délia é fruto da pesquisa de Telles, que resgatou parte de seus romances e nos instigou ao resgate de outro trabalho, ainda inédito, *Angelina* (1886), para compor nossa pesquisa.

Corroboramos também, tanto com Hollanda (2003), quanto com Schmidt (2006), que apesar da institucionalização da crítica feminista, ainda encontramos resistência no meio acadêmico para o desenvolvimento dessas pesquisas, vide a produção de referencial teórico ainda muito incipiente. Muitos textos de autoria feminina são vistos como tendo valor apenas "sociológico", com o “literário” em segundo plano. Na literatura brasileira, as discussões nessa área ficam enredadas em temas como "sensibilidade feminina", omitindo-se de "enfrentar questões de recorte mais político" (SCHMIDT, 2006, p. 21), o que significaria relacionar o estudo da literatura de mulheres ao debate cultural brasileiro no contexto em que as pesquisas são produzidas.

Para a análise dos romances de Délia buscamos amparo teórico no trabalho de outra importante crítica feminista do século XX, Elaine Showalter (1994) que, embora tenha desenvolvido suas pesquisas no contexto da crítica literária feminista norte-americana, sua teoria, conceitos e percepções surgiram a partir de uma extensa pesquisa sobre escritoras britânicas do século XIX e suas pontuações são perfeitamente aplicáveis ao nosso estudo.

Showalter (1994) desenvolveu o conceito de “ginocrítica” para referendar um método de análise crítica com muitas possibilidades teóricas, com ênfase em uma investigação consistente na literatura de autoria feminina. De acordo com essa pesquisadora, a ginocrítica se apresenta como uma vertente da crítica feminista voltada para o estudo da mulher como

escritora. “Seus tópicos são a história, os estilos, os temas, os gêneros e as estruturas dos escritos de mulheres; a psicodinâmica da criatividade feminina; a trajetória da carreira feminina individual ou coletiva; e a evolução e as leis de uma tradição literária de mulheres” (SHOWALTER, 1994, p. 29). A ginocrítica pauta suas análises na busca pela diferença dos escritos das mulheres e Showalter apresenta quatro modelos possíveis para essa diferença, os quais denomina de biológico, linguístico, psicanalítico e cultural. “Eles se sobrepõem e são mais ou menos sequenciais, no sentido de que cada um incorpora o anterior” (SHOWALTER, 1994, p. 32). Para cada um deles a pesquisadora apresenta exemplos de críticas feministas com suas respectivas metodologias de pesquisa.

Para este trabalho, numa perspectiva de analisar a diferença na literatura desenvolvida por Délia e mapear seu projeto literário por meio dos romances analisados, elegemos o quarto modelo ginocrítico apresentado por Showalter (1994) – o cultural –, que relaciona “a escrita da mulher com a cultura da mulher”. Uma importante crítica feminista desse modelo de pesquisa é Gerda Lerner⁵⁴, que defende uma metodologia de fundamental importância para amparar nossas análises. Em sua justificativa, a pesquisadora afirma que

As mulheres têm sido deixadas de fora da história, não por causa das conspirações maldosas dos homens, em geral, ou dos historiadores homens, em particular, mas porque temos considerado a história somente em termos centrados no homem. Temos perdido as mulheres e suas atividades porque lhes temos colocado questões históricas inapropriadas às mulheres. Para retificar isto, e para iluminar áreas de escuridão histórica, devemos, por algum tempo, focalizarmo-nos numa indagação centrada na mulher, considerando a possibilidade da existência de uma cultura feminina inserida na cultura geral partilhada por homens e mulheres. A história deve incluir um relato da experiência feminina através do tempo e deveria incluir o desenvolvimento da consciência feminina como aspecto essencial do passado das mulheres. Esta é a tarefa fundamental da história das mulheres. A questão central que ela levanta é: como seria a história se vista através dos olhos das mulheres e ordenada pelos valores que elas definem? (LERNER, 1981⁵⁵ *apud* SHOWALTER, 1994, p. 45).

⁵⁴ Gerda Lerner (Viena, Áustria, 1920 – Madison, EUA, 2013) foi professora universitária, escritora, historiadora, crítica literária, roteirista e autobiógrafa. Obteve grande êxito como protagonista no desenvolvimento de um currículo de *História da Mulher* nos Estados Unidos e que influenciou a crítica feminista ocidental. Suas pesquisas giraram em torno do que é considerado ser o primeiro curso de História da Mulher na *New School for Social Research* (Nova Escola da Pesquisa Social), em 1963. Ela esteve envolvida também no desenvolvimento de programas similares na Universidade de *Long Island* (1965–1967), no *Sarah Lawrence College* (1968 a 1979), onde estabeleceu o primeiro programa de graduação em História da Mulher, na Universidade de Colúmbia, sendo também co-fundadora do *Seminar on Women* (Seminário sobre Mulheres). Modelo semelhante foi desenvolvido no Brasil pela ANPOLL, com o GT *A mulher na literatura*, em 1984.

⁵⁵ LERNER, Gerda. *The challenge of women's history*. The majority finds its past. New York, 1981.

É esse modelo de análise que aplicamos aos romances de Délia apresentados neste trabalho. Sua criação literária evidencia uma cultura feminina engendrada por um pensamento de vanguarda, que estava recebendo adesão de muitas mulheres da sociedade patriarcal de sua época. Essa cultura feminina circulava pelos jornais escritos por mulheres e era externada pela literatura que elas desenvolveram naquele momento, em diferentes partes do Império, colocando a mulher como protagonista de sua própria história, conforme apresentamos na segunda sessão da pesquisa, *A mulher no modelo brasileiro de sociedade patriarcal*. Os romances de Délia apresentam uma experiência cultural de suas personagens femininas que, ora em atitude de vanguarda, ora se resignando à sua posição tradicional, defendiam um espaço de atuação para a mulher. Isso pode ser compreendido por meio das temáticas mais recorrentes em sua obra, a partir das quais apresentamos um possível projeto literário de posicionamento da mulher escritora inserida em um contexto de sociedade patriarcal. Suas narrativas consolidam um universo hegemonicamente feminino, com as experiências partilhadas a partir do registro literário de uma “pena feminina”. Eis aí a diferença da obra de Délia que desejamos analisar com a relação entre a escrita da mulher e a sua cultura.

A criação de suas personagens e a ambientação de seus romances oferecem ao leitor, ao mesmo tempo, uma crítica à posição social ocupada pela mulher de sua época, mas também uma posição ideal que elas deveriam ocupar. Assim, identificamos que Délia defendeu uma educação feminina que pudesse colocar a mulher em nível de igualdade com os homens, apresentando suas heroínas com acesso a esse tipo de formação cultural, muito além da sua preparação como esposa e mãe de família. Realizou destacada crítica à instituição do casamento, externando, de forma bastante realista, as máscaras sociais que camuflavam o sucesso dessas uniões. Questionou, portanto, o lugar da mulher como esposa, a maternidade e, ainda, reivindicou o divórcio. Também defendeu a necessidade da independência financeira para a mulher, dotando-a de valores intelectuais e culturais, além de apenas meros atributos físicos de beleza e distinção, que se esperava de uma grande dama dos salões do século XIX.

A forma como essas temáticas foram surgindo em seus romances, desde *Madalena* (1879) – com uma heroína bela, rica e resignada, oriunda da sociedade aristocrática do Segundo Império francês –, passando por *Duas irmãs* (1883), *Uma vítima* (1883), *Aurélia* (1883), *Lésbia* (1884), *Angelina* (1886), até chegar em *Celeste* (1893) – com uma protagonista que se casa por amor contra a própria família, mas que se percebe em uma união possessiva, sendo capaz de romper, buscando a separação e assumindo a autoria de sua vida e do próprio corpo –, percebemos a evolução do projeto literário de Délia e como ele se revela por meio de suas

narrativas, com várias nuances das experiências femininas, possíveis de ser melhor apresentadas pelo olhar de uma mulher escritora.

Na sequência desta sessão apresentamos as análises que realizamos dos romances de Délia, a partir das temáticas mais recorrentes em sua obra: educação para a mulher; casamento, maternidade e divórcio; e independência financeira feminina. Nosso objetivo foi entrelaçar a poética criativa da escritora, convergindo as experiências narradas nas diferentes histórias, localizando, principalmente, suas intersecções. Esse percurso metodológico orientou o mapeamento do que denominamos como o “projeto literário de Délia”, quando, por meio de seus romances – com suas heroínas, suas personagens coadjuvantes e as diversas narrativas –, foi possível examinar a experiência das mulheres a partir de seus próprios termos, como sugere o modelo ginocrítico de Showalter (1994).

4.1 EDUCAÇÃO PARA A MULHER

Educai o coração da mulher, esclarecei seu intelecto com o estudo de coisas úteis e com a prática dos deveres, inspirando nela deleite que se experimenta ao cumpri-los; purgai a sua alma de tantas nocivas frivolidades pueris de que se acha rodeada mal abre os olhos à luz. Cessai aqueles tolos discursos com os quais atordoais sua razão, fazendo-a crer que é rainha, quando nada mais é que a escrava dos vossos caprichos. Não façais dela a mulher da Bíblia; a mulher de hoje em dia pode sair-se melhor do que aquela; nem muito menos a mulher da Idade Média da qual estamos todas tão distantes, que não poderíamos servir de modelo; mas a mulher que deve progredir com o século XIX, ao lado do homem, rumo à regeneração dos povos (FLORESTA, 1997, p. 135-136).

Uma das maiores defensoras da educação para a mulher no século XIX foi a escritora Nísia Floresta, que publicou vários textos em torno dessa temática. Seu discurso oscilava entre o desejo de ruptura com a ausência de educação para a mulher, que era considerada intelectualmente menos capaz, e a tradição do lugar ocupado pela mulher na sociedade, justificando uma educação de amparo, pautada pelos valores éticos e morais, que deveria orientar a conduta feminina em sua missão de esposa e mãe, principalmente, com foco na educação dos filhos.

O acesso à educação por parte das mulheres era praticamente nulo até o século XIX. Somente os homens saíam de casa para estudar e podiam frequentar as universidades. As mulheres ficavam sempre relegadas à clausura do lar e deveriam ter uma educação mais voltada às atividades domésticas, sendo preparadas para o casamento, capazes de desempenhar o papel

secundário de esposa e mãe. Visto que isso era uma tradição em culturas mais desenvolvidas do mundo, no Brasil dos oitocentos, essa realidade era ainda muito pior.

De acordo com Guaciara Louro (2015), o século XIX propagou o discurso hegemônico de que as mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas. “[...] não havia porque mobiliar a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial – como esposa e mãe – exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios. (LOURO, 2015, p. 446). Durante todo o período imperial, as escolas primárias e secundárias no Brasil estiveram sob a responsabilidade da iniciativa privada, o que restringia ainda mais o acesso à educação feminina pelas camadas menos favorecidas. A partir de 1850, começaram a surgir colégios voltados exclusivamente para as meninas, mas com uma política educacional muito arraigada na cultura patriarcal, em que a mulher deveria aprender o básico, como ler e escrever, algumas noções elementares de aritmética e, no mais, ser preparada para o casamento e para os salões, no caso das oriundas de famílias mais abastadas. Os poucos colégios que acrescentavam um repertório mais cultural e intelectual em seus currículos, nem sempre eram bem vistos pela sociedade.

Foi em prol desta luta de acesso à educação para a mulher que muitas escritoras e jornalistas se uniram. Como citado anteriormente, e apresentado por Constância Lima Duarte (2010) em seus estudos sobre Nísia Floresta, esta escritora foi uma das pioneiras dessa causa, com sua obra influenciada pela “utopia feminista que moveu inúmeras mulheres no século XIX, na Europa e nas Américas, e via a educação como a condição primeira e fundamental para a libertação da mulher, da situação de opressão e de submissão em que se encontrava” (DUARTE, 2010, p. 15). Nísia Floresta iniciou sua atuação feminista na imprensa brasileira a partir de 1830 e a ela foram se juntando outras representantes, em todas as províncias do Império. Muitos colégios femininos começaram a ser abertos e dirigidos por essas mulheres, propondo uma educação com currículos mais flexíveis aos interesses culturais de cada região.

Outra importante arma na luta em defesa da mulher no século XIX foram os periódicos que se multiplicaram no Império, principalmente a partir da segunda metade do século XIX. Esses periódicos também foram fundados e dirigidos por mulheres e assumiram a retaguarda de principal veículo de protesto do sexo feminino. A reivindicação da imprensa feminina em relação à educação para a mulher circulou por temáticas bastante variadas, defendendo tanto uma educação de cunho mais intelectual para a sua formação, como a que era oferecida aos homens, quanto o acesso ao grau superior nas faculdades. Mesmo as mulheres das classes mais abastadas não tinham acesso ao ensino superior no Brasil. Foram raríssimos os casos de uma ou outra que conseguiu entrar numa faculdade nesta época. A maioria delas precisou deixar o

país em busca dessa oportunidade. Um bom exemplo é ilustrado por Bernardes (1988) com as brasileiras Maria Augusta Generoso Estrella e Josefa Águeda Felisbela Mercedes de Oliveira que deixaram o Brasil para cursar medicina nos Estados Unidos no *New York Medical College and Hospital for Women* (Faculdade de Medicina e Hospital para Mulheres de Nova Iorque). Em Nova Iorque, as duas médicas brasileiras também fundaram, em 1881, o periódico *A mulher*, consagrado aos interesses e direitos da mulher brasileira. Esse periódico também circulou pelo Brasil, influenciando a atuação feminista na imprensa nacional. Dentre os mais importantes periódicos brasileiros dirigidos e escritos exclusivamente com a colaboração feminina e com forte atuação editorial a favor da mulher é possível destacar *O Jornal das Senhoras*⁵⁶, *Belo Sexo*⁵⁷, *O Sexo Feminino*⁵⁸, *A Família*⁵⁹ e *Eco das Damas*⁶⁰.

De acordo com Bernardes (1988), as escritoras e jornalistas que colaboravam nesses periódicos mantinham grupos de discussão entre os jornais, inclusive fora da Corte, para avaliar os assuntos abordados e como eles deveriam ser publicados. Isso possibilitou, pela primeira vez, a criação de uma rede feminina articulada com o discurso da condição feminina no Brasil. “[...] grupos de mulheres, com liderança própria, iam conquistando autoafirmação e reconhecimento público do direito de manifestação das próprias ideias numa época de tantas restrições ao papel feminino, voltado quase exclusivamente ao lar” (BERNARDES, 1988, p. 113).

Délia, que iniciou sua carreira literária no final da década de 1870, também não se furtou a essa participação do movimento feminista e deixou sua contribuição em defesa da educação

⁵⁶ *O Jornal das Senhoras* foi fundado em 1852 por Joana Paula Manso de Noronha, no Rio de Janeiro, era editado todos os domingos com o subtítulo de *Modas, literatura, belas artes, teatros e crítica*. Seu objetivo, conforme nota da fundadora, era “propagar a ilustração e cooperar com todas as suas forças para o melhoramento social e para a emancipação moral da mulher”. Contava com a colaboração das mulheres em suas edições, ainda que sob anonimato.

⁵⁷ *Belo Sexo* é um periódico também foi fundado no Rio de Janeiro, em 1862 por Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar e teve pouca duração. Apresentava uma publicação de cunho mais religioso, de instrução e recreio, além de caráter crítico mais moderado, contando com redação de várias mulheres que assinavam seus artigos.

⁵⁸ *O Sexo Feminino* foi um periódico fundado por Francisca Senhorinha da Mota Diniz, que também foi professora na Corte. Circulou primeiramente em Campanha, MG, instalando-se no Rio de Janeiro a partir de 1875. Era um semanário dedicado exclusivamente aos interesses da mulher. Interrompeu suas atividades em 1876, retornando treze anos depois, quando passou a se chamar *O quinze de novembro do sexo feminino*.

⁵⁹ *A Família* foi fundado por em 1888, em São Paulo, por Josefina Álvares de Azevedo e transferido para o Rio de Janeiro no ano seguinte. Tratava-se de um jornal literário dedicado, inicialmente, à educação da mãe de família, passando depois a defender a emancipação feminina. Contou com a colaboração de muitas jornalistas de várias províncias do Império, circulando até 1897.

⁶⁰ *Eco das Damas* foi fundado por Amélia Carolina da Silva Couto, em 1885, no Rio de Janeiro, com um editorial voltado à causa feminina e à abolição da escravatura. Foi redigido com a colaboração de muitas escritoras.

para a mulher. Embora esta temática não apareça claramente em sua obra, como uma demanda das mulheres do século XIX, ela é abordada com muita naturalidade, como se o acesso à educação feminina fosse uma realidade para a época. Por meio de sua literatura, acreditamos que Délia tinha um propósito ideológico de apresentar à sociedade em que circularam suas obras que era possível uma mulher ser bem-educada e como isso fazia diferença em suas relações sociais. Assim, mapeamos que todas as suas heroínas e grande parte das personagens femininas secundárias de seus romances tiveram acesso a algum tipo diferenciado de educação, perpassando por todos os modelos disponíveis para a mulher de seu contexto social.

Não podemos desconsiderar, em nossas análises, que as narrativas de Délia estão centradas em um ambiente aristocrático da sociedade imperial do Segundo Reinado que, conforme já apresentamos em outra seção deste trabalho, correspondeu ao período de maior desenvolvimento da sociedade brasileira, favorecendo, inclusive, a possibilidade de se travar um discurso em defesa dos direitos da mulher. Em seus romances, as personagens femininas são mulheres letradas, que tiveram educação esmerada, cumprindo a tradicional função social da educação para a mulher da elite de sua época, com aulas de canto, piano, línguas e a preparação fundamental para o casamento. É importante, ainda, destacar a forte influência cristã presente no processo educacional da mulher brasileira, tanto nos colégios sob a direção de instituições religiosas, quanto no recanto do lar, sob a tutela materna. Louro (2015) destaca que essa influência cristã embora pareça bem abrangente, deve ser entendida como uma interferência exclusiva da Igreja Católica em todos os aspectos sociais do século XIX. Somente a partir da República, que o entendimento entre Estado e religião seriam percebidos de forma distinta, embora demoraria muitos anos para ser colocado em prática.

A educação das heroínas de Délia rompe com o padrão da época, recebendo também uma formação mais intelectual, de cunho filosófico, científico e literário. Em momentos de adversidade, era nos livros que elas buscavam amparo e consolo, enriquecendo seu repertório cultural e adiantando-se, intelectualmente.

Neste momento da pesquisa, já estamos bastante familiarizados com os romances de Délia, visto que todos tiveram suas narrativas minuciosamente apresentadas na seção anterior, além de a maioria deles apresentar título homônimo ao de suas heroínas. Assim, em nossas análises, vamos citar apenas os nomes das personagens, por considerar a referência ao romance já um tanto redundante, inclusive por que nossa investigação já caminha para uma abordagem da obra da escritora como um todo e não mais reflexões de um ou outro trabalho isolado.

Analisando a construção dessas personagens, sua formação intelectual, o acesso à educação e como elas interagiam socialmente, podemos separá-las em personagens de origem

muito abastada e personagens de origem menos favorecida. Reafirmamos, que nenhuma de suas heroínas provinha de camadas mais baixas. Isso possibilita uma comparação mais didática do processo de educação para a mulher percebido em seus romances e como elas atuavam nesses contextos.

Dos sete romances analisados, as personagens muito abastadas transitavam confortavelmente por um círculo social aristocrático. Entre elas pontuamos Madalena, Lúcia e Angelina.

Madalena corresponde à protagonista do primeiro romance de Délia (até onde foi possível identificar) e representa uma mulher da sociedade do Segundo Império francês, em finais do século XIX, interagindo com o círculo aristocrático da época. Ao ficar órfã de mãe, aos dois anos, Madalena foi criada pelo pai e pelo tio materno, com todo amor que se dedica à única herdeira da casa. Embora no romance não haja uma referência direta à educação da personagem, é possível perceber pela narrativa que ela recebeu uma educação bem diferenciada, ao que Délia vai denominar de “educação esmerada” em toda a sua obra, que consistia em uma formação além do que se esperava para as moças, mesmo em uma sociedade como a francesa, em que os estudos secundários femininos também ficaram sob a tutela do Estado a partir de 1880, diferindo bastante da realidade brasileira da mesma época.

Por meio do traquejo social de Madalena e o universo aristocrático que frequentava, abrindo, inclusive, os salões de suas casas, percebemos que ela foi uma personagem refinadamente educada para a alta sociedade, totalmente preparada para o matrimônio em sua classe social, conhecendo as etiquetas da sociedade francesa, organizando eventos e gerenciando suas propriedades. A dança, o canto, a música e a literatura faziam parte de seu cotidiano, além da religiosidade cristã, na qual se amparou durante toda a vida na posição de mulher resignada. Para Madalena, Délia oferece um adicional em sua educação, apresentando-a como uma mulher que entendia um pouco de finanças, com autonomia para administrar sua herança.

Lúcia é outra heroína de Délia que corresponde ao universo das muito abastadas, filha de um importante juriconsulto e deputado geral do Império do Segundo Reinado no Rio de Janeiro. De acordo com o destino da maioria das meninas de sua classe social, Lúcia recebeu uma educação fora do lar, em um dos mais importantes colégios femininos da Corte, dirigido por uma francesa. Conforme apresentamos na seção desta pesquisa sobre a atuação da mulher na sociedade patriarcal, vimos que na cidade do Rio de Janeiro era comum que as moças da alta sociedade fossem educadas em internatos, majoritariamente dirigidos por estrangeiras. As

francesas se destacavam nesse ofício, devido ao processo civilizador do Brasil imperial, em que a influência cultural francesa imperava.

No internato, Lúcia foi preparada para uma atuação social de moça de família abastada. Como de praxe, saiu do colégio aos quinze anos de idade, ao completar os estudos secundários e foi apresentada à mais alta sociedade, pronta para ser cortejada em casamento. Seguramente, sua formação contemplava a preparação de uma dama para o lar e, também, para os salões, recebendo, entre outras atividades, aulas de canto, dança, música e um pouco de literatura.

Nesse romance, Délia externa a realidade da educação que essas meninas tinham acesso, mas incorpora um adicional, por iniciativa do pai. Acreditando que o colégio não desse conta da formação que desejava para a filha, o deputado envia para o colégio alguns professores particulares que pudessem ministrar aulas de outras línguas, como alemão, italiano e um pouco mais de música. Esse contato com outras línguas, além do francês, que era componente curricular obrigatório, fazia com que se expandisse o repertório cultural das mocinhas, conhecendo, provavelmente, mais da literatura desses outros países, ao exercitar suas leituras.

Para a personagem Lúcia, Délia cria ainda uma diferencial que é a adoração da filha pelo pai, principalmente no que tange à sua atuação profissional como deputado, propondo reformas importantes para a época, como a criação de impostos para grandes latifundiários e realizando uma defesa a favor da abolição da escravatura. Assim como outras mulheres, Lúcia participa dessas seções da Câmara, demonstrando uma necessidade de atuação política feminina nos assuntos de Estado, o que não correspondia à realidade do período. As poucas incursões nesse viés político ocorreram por parte de soberanas como a Imperatriz Leopoldina, no Primeiro Reinado, e a Princesa Isabel, no Segundo Reinado, em esporádicos momentos de regência.

Já Angelina corrobora com uma construção de personagem bastante peculiar de seu contexto social, podendo considerá-la como uma heroína da tradição literária do século XIX. A protagonista também nasceu em uma família abastada, filha de um grande capitalista do Império. Perde o pai muito cedo e a mãe se casa novamente com o homem que foi o grande amor da sua vida. Angelina é criada por esse casal até também perder a mãe, que será substituída pelos cuidados de uma tia. Órfã de pais, Angelina recebe do padrasto e da tia uma “educação esmerada”, aquela que se dispensava às “finas flores” da alta sociedade. Délia apresenta na narrativa do romance mais uma opção de educação para a mulher abastada na sociedade carioca de finais do século XIX. Toda a instrução de Angelina foi desenvolvida em casa, por tutores particulares. Isso foi muito comum em famílias mais zelosas que desejavam manter as filhas na segurança do lar.

Nesse romance, Délia externa mais ainda a preocupação social com o tipo de educação que as moças recebiam para o casamento e esse papel é desempenhado pela tia que, entre todas as instruções que julgava fundamentais, oferece à moça uma formação doméstica que fortalece o modelo patriarcal de submissão da mulher, pronta a agradar o marido e mantê-lo nas cercanias do lar. Não passou despercebida em nossas análises as referências utilizadas para a educação de Angelina. A tia se ampara no famoso exemplar *Fisiologia do gosto* (1825), do francês Brillat Savarin⁶¹. Esse tipo de educação confere à esposa toda a responsabilidade de sucesso do casamento, que vai desde a organização da casa, o cuidado com a criação dos filhos e até a comida que deveria ser preparada para a família. Seguem alguns curiosos conselhos da tia para Angelina, retirados do romance, e orientados pelo texto de Savarin:

Aconselha que seja bem clara e iluminada a sala de jantar, muito fresca, com muitas flores; que não excedam de doze os convivas; que limpos estejam os talheres, sendo escolhidos os alimentos e superiores os vinhos. Neste clima deverás sempre usar do gelo; a tudo isto habituada estás desde a infância; não te custará, pois, prosseguir da mesma forma. [...] Como terás cozinha francesa, faze-te sempre servir à hora fixa e sem precipitação; considera o jantar um momento de agradável repouso, em que se restauram as forças, livre o espírito de toda e qualquer nuvem. [...] Depois do jantar virá o queijo, em seguida as frutas, logo após o doce e, por fim, o café com os licores. É perito o teu cozinheiro, mas, ainda assim, fiscaliza-o, para que varie os pratos e não apresente no mesmo dia só alimentos pesados e, em outro, só leves; deverá alterná-los a bem da higiene estomáquica (DÉLIA, n. 280, p. 02).

Intensificando o papel da esposa no lar, continuam os conselhos da tia em outra passagem:

Deixemos, porém, o idealismo e raciocinemos: não compreendes que deseje um homem, com verdadeira satisfação, regressar à casa, sabendo que encontrará uma encantadora mulherzinha, toda afagos, que nele pensou durante a ausência, tornando-lhe aprazível o *hogar* [lar], como dizem os espanhóis, e lisonjeando-lhe o gosto pela escolha das predileções culinárias que lhe deliciarão o paladar? [...] Depois de ótimo jantar, fumando um bom havana, experimenta o dito animalejo um delicioso bem-estar, produzindo-lhe uma espécie de delíquio, em que procura o corpo o conforto de uma poltrona, enquanto molemente paira o espírito pelas regiões de azul infinito; então

⁶¹ Jean Anthelme Brillat-Savarin (1755, Belley, França – 1826, Paris, França), foi advogado, político e cozinheiro francês. Trata-se de um dos mais famosos epicuristas e gastrônomos franceses de todos os tempos. Dedicou-se ao estudo do direito, da química e da medicina, tendo chegado a praticar advocacia por um tempo. Publicou várias obras de direito e economia, mas a sua obra mais conhecida foi mesmo *Physiologie du Goût (Fisiologia do Gosto)*, de 1825, dois meses antes de falecer. Esse livro, além de tratar de assuntos ligados à gastronomia, oferece muitas reflexões fisiológicas e filosóficas sobre o sabor e a relação do homem com a alimentação, considerado um *best-seller* da gastronomia nestes quase duzentos anos de sua publicação.

sentar-se a mulher ao piano, toca uma lânguida e enervadora valsa de Chopin, sintetizando aquele estado fisiológico e levando ao sétimo céu a beatitude marital (DÉLIA, n. 281, p. 02).

Além dessas instruções, a educação para o lar ainda era baseada na religiosidade cristã, que justificava a resignação da mulher diante de todas as adversidades enfrentadas no casamento. Era dela a responsabilidade de aceitação e fazer com que a união se solidificasse. “Favoreça-te o céu, minha filha! ... Sê paciente e resignada, pois no casamento são essas duas virtudes o conforto e o sustentáculo da mulher!” (DÉLIA, n. 286, p. 02). Percebemos nessas passagens do romance uma forte crítica de Délia à submissão feminina, deixando muito claro que esse tipo de educação não correspondia com o que se almejava para as mulheres, visto que em seus romances, praticamente todos os casamentos foram fracassados. O de Angelina será mais um grande exemplo disso.

Os romances de Délia em que suas heroínas apresentam origem menos favorecida também trazem personagens que tiveram acesso a uma educação especial, refletindo, de forma positiva, na limitada atuação social dessas mulheres dentro dos espaços em que circulavam. Entre essas heroínas estão as irmãs Deia e Julieta, Aurélia, Arabela/Lésbia e Celeste.

Deia e Julieta nasceram em uma família que não tinha muitos recursos, sendo o pai funcionário público da alfândega. Tiveram, entretanto, a sorte de ter uma mãe instruída e muito inteligente que lhes proporcionou uma educação no recanto do lar. As irmãs foram educadas juntas, recebendo da mãe as lições mais iniciais de leitura, escrita e as principais operações matemáticas, além de toda a preparação para o casamento que era inerente à educação feminina da época. Aqui já podemos observar que a missão da maternidade já começa a ser parte integrante da função de educar as filhas, que veremos um pouco mais à frente. Com uma progressiva ascensão profissional do pai, aos poucos a educação das meninas pode ser completada com a contratação de professores específicos, ao que a família se sacrificara para proporcionar.

Essa narrativa literária também não corresponde com a realidade do século XIX. O acesso à educação era uma exceção para as camadas sociais menos favorecidas, principalmente se tratasse de uma filha. Ao apresentar mulheres dessa condição recebendo uma formação diferenciada, Délia novamente externa sua defesa pela educação feminina. É possível inferir, ainda, por essa narrativa, que uma moça bem preparada e educada, mesmo na ausência de um dote, poderia ser agraciada com a segurança financeira de um bom casamento. Esse tipo de pensamento rompia com a sociedade patriarcal do período. Para os homens, os casamentos representavam verdadeiros negócios; a inteligência da mulher, na maioria das vezes, era vista

de forma negativa nessas uniões. No entanto, o casamento de Deia vai comprovar exatamente o oposto.

Na evolução do enredo do romance, Délia vai surpreendendo o leitor com uma atuação de suas heroínas que corrobora com a defesa da escritora por uma educação para a mulher como opção de conferir-lhe independência intelectual e liberdade de expressão. Deia, ao se ver submissa a uma união arranjada pelo pai, e contando com a benevolência do esposo ao recusar a consumação do casamento, se refugia na biblioteca da casa, compensando os dissabores d'alma com a leitura, indo dos cientistas aos filósofos, passando pelos religiosos e literatos. Em uma cena do romance, Deia tem a oportunidade de participar de uma roda masculina, em igualdade de atuação, defendendo suas ideias acerca da cultura adquirida em seu processo educacional, o que muito orgulhou seu esposo, contrariando a crença de que as mocinhas deveriam ler apenas amenidades e romances que fizessem seus corações românticos suspirarem de paixão.

Aurélia protagoniza uma narrativa que representa muito bem o universo burguês dos romances de Délia. Embora não pertencendo a uma família abastada, Aurélia era filha única de um próspero advogado que, mesmo com poucos recursos, consegue oferecer à filha uma “educação esmerada”, apresentando-a à sociedade, como era de costume, a partir dos quinze anos de idade quando, geralmente, as meninas terminavam os estudos secundários e estavam prontas para a vida doméstica, de esposas e mães devotas. Era esse o destino almejado para Aurélia e para o qual ela também havia sido educada pela mãe.

No entanto, todo o cuidado com a filha e a educação zelosa materna não a poupou de ser vítima de um mancebo sedutor que a engravidou, abandonando-a diante desta constatação, com a justificativa dela não possuir um dote para o casamento. Uma filha desonrada representava a ruína da família, comprometendo a reputação da mãe e das demais irmãs. Essa construção apresenta na obra de Délia, pela primeira vez, a carência de uma educação sexual para a mulher, que não evitaria os arroubos da paixão juvenil, mas que contornaria situações como essa, em que geralmente as moças só entenderiam como se dava o ato sexual, verdadeiramente, na noite de núpcias.

Nesse romance, o leitor vai percebendo mais da educação diferenciada a que a protagonista teve acesso por meio da evolução da narrativa. O canto, o piano, o francês e a literatura fazem parte do cotidiano das personagens de Délia na ambientação aristocrática da sociedade de salão. Aurélia, ao ficar rica, por meio de uma herança recebida de um padrinho, viaja para a Europa com o pai e o filho por longa temporada, sendo capaz de traçar um itinerário cultural pelas principais cidades italianas e por Paris, possível somente para uma alma bem

educada intelectualmente, discorrendo sobre os museus, as óperas e os espaços de circulação considerados fundamentais para a cultura ocidental. Sendo cortejada por um ministro da Áustria no Brasil, exibia sua conversação em alemão, língua que falava com perfeição. Será também a distinção de Aurélia e sua educação que a faz destacar na “boa sociedade” da Corte do Segundo Reinado, conquistando o amor de Salvador, um personagem extremamente culto que representará a redenção dessa heroína de Délia.

A personagem Arabela, ou simplesmente Bela, que ao se tornar escritora passa a se chamar Lésbia, é a protagonista do romance de Délia que, entre todos apresentados em nossa pesquisa, traz a questão da educação para a mulher como a maior defesa da escritora em seu projeto literário e que vimos esboçando neste estudo. A heroína Bela, como as demais protagonistas apresentadas, embora não seja oriunda de uma família abastada também recebe a mesma educação cuidadosa das demais personagens de elite construídas pela escritora. Encontrando-se em uma união fracassada, é capaz de romper com o casamento, recebendo o apoio dos pais, uma atitude também nada comum para a época.

A partir de então, dedica-se à literatura, primeiro como leitora, passando por grandes mestres do século XIX, da literatura, da filosofia e das ciências, posteriormente, como escritora, embrenhando pelo universo literário, narrando todos os dissabores que a sociedade burguesa da época dispensava às mulheres que se atreviam a ocupar os papéis sociais que, tradicionalmente, não eram receptivos a elas. O percurso literário de Bela, que se transforma na escritora Lésbia sinaliza mais um desabafo de Délia em apresentar para a sociedade, por meio de sua literatura, que as escritoras estavam presentes naquele contexto social e que as mulheres eram capazes de uma atuação intelectual, até então defendida como atividade hegemonicamente masculina.

Para ser escritora, não bastava apenas escrever, mas era necessário repertório cultural para a tessitura de narrativas com temáticas que pudesse suscitar reflexões importantes para o meio em que circulavam as obras. É possivelmente esse desejo que encontramos nesse romance de Délia. “O campo de vivências das mulheres era muito mais limitado que o dos homens. Elas não iam à guerra, nem frequentavam universidades ou bordeis. E raramente eram artistas. Para tornar-se criadora, a mulher precisava enfrentar as experiências a ela destinadas e criticá-las” (TELLES, 1998, p. 11-12). Esta observação de Telles corrobora com o modelo ginocrítico de Showalter (1994) apresentado na introdução desta seção. É em acordo com essa premissa que Délia constrói a escritora Lésbia que, a partir de suas experiências e do limitado campo de atuação possível às mulheres, desenvolve seus romances e cria suas personagens, tornando-se, por fim, uma escritora que conseguiu conquistar o respeito e a admiração da crítica literária do contexto social em que sua literatura foi recebida.

A personagem Lésbia possivelmente representou para Délia a projeção de uma escritora da vida real em uma narrativa ficcional, apresentando para a sociedade patriarcal de sua época o patamar que as mulheres eram capazes de alcançar e, obviamente, tecendo uma crítica positiva à necessidade de se educar as mulheres e oferecer oportunidades a elas de ocupar os mesmos espaços intelectuais reservados apenas aos homens. O momento de publicação do romance, em 1890, já encontrava terreno fértil para que estas ideias circulassem, haja vista o intenso movimento feminista que já se desenvolvia por meio da imprensa feminina do final do século XIX.

Por último, a personagem Celeste vem corroborar com esse pensamento que vimos apresentando. Em sua narrativa, Délia oferece mais uma opção para a educação das meninas de sua época. Celeste provinha de uma família sem muitos recursos, mas era filha única e recebeu toda a atenção dos pais, com uma educação bem cuidadosa. Desde os seis anos, frequentou o colégio para meninas, porém, não em regime de internato. Seu pai a levava e buscava todos os dias. Esse tipo de colégio para meninas, por determinação da Igreja Católica, só poderia ter professoras do sexo feminino. Isso criava duas situações contraditórias: primeiro oferecia uma oportunidade de trabalho para as mulheres fora do lar, iniciando, no magistério, sua vivência profissional. Por outro lado, não havia bons colégios em que essas mulheres pudessem estudar e se formar professoras, comprometendo sua formação e a formação de suas futuras discípulas. “Somente na década de 1870 as Escolas Normais passaram a aceitar matrículas das moças, sendo que a Escola Normal da Corte, criada no Colégio Pedro II, apenas lhes ofereceu cursos profissionalizantes em 1880” (DUARTE, 2010, p. 25). Ou seja, essas professoras não tinham acesso a uma formação que as capacitasse, verdadeiramente, para o ofício com a mesma relação de igualdade oferecida aos homens. Assim, a educação para as mulheres, tanto no acesso, quanto no tipo de instrução e também por quem era oferecida, estaria sempre aquém do processo educacional masculino. Somente as moças oriundas de famílias mais abastadas, com condições de receber preceptores para educá-las em casa, de fato, teriam acesso a uma educação diferenciada. Essas moças, por sua condição social, não abraçariam o magistério como profissão, mas, certamente, poderiam fazer diferença na educação de suas filhas.

Durante a narrativa é possível perceber que a educação de Celeste recebia um adicional em casa, cultivada pela mãe. Novamente o aparato cultural feminino do canto, da música e das prendas domésticas estava presente, mas havia também o acesso à literatura e às línguas. “Passeava, estuda piano e canto, entregava-se com paixão ao cultivo da voz maviosa e ágil, bordava, fazia crochê, lia, estudava, a fim de não olvidar o que aprendera, falando francês, inglês e italiano, sempre que se lhe oferecia ensejo” (BORMANN, 1988, p. 51). Leu grandes

autores da literatura francesa e inglesa, frequentou teatros e conhecia óperas, apresentando uma formação cultural e intelectual bem diversa e à qual poucas mulheres tinham acesso.

Neste romance de Délia, também fica evidente a defesa da escritora por uma educação sexual para as mulheres. A noite de núpcias de Celeste foi narrada como uma verdadeira catástrofe, dissipando todos os sonhos românticos cultivados na cabeça da moça. O marido de Celeste, que era médico, oferece a ela o exemplar a *Fisiologia do casamento* (1850), de Auguste Debay, conforme já apresentado em nossos relatos sobre esse texto. Magali Engel (2015) que realizou um estudo sobre psiquiatria e feminilidade esclarece que a ignorância da mulher sobre sua própria sexualidade era a causa de diversos distúrbios psicológicos e que até a ciência do século XIX se confundia em seus diagnósticos. Assim, muitas mulheres, desconhecendo sua própria fisiologia estavam propensas a esses males. “A menstruação, a gravidez e o parto seriam, portanto, os aspectos essencialmente priorizados na definição e no diagnóstico das moléstias mentais que afetavam mais frequentemente ou de modo específico as mulheres” (ENGEL, 2015, p. 333). Para a ausência de uma educação sexual para a mulher, devemos acrescentar ainda a influência reguladora da moral cristã, que impedia verdadeiramente, o acesso da mulher à cultura do seu corpo e de sua sexualidade, deixando-a exposta à ignorância de sua biologia.

Ao desenvolver essas personagens bem educadas em seus romances, em um processo de verossimilhança que não condizia com a realidade do contexto social em que sua obra circulava, nem com a imagem da mulher construída pela literatura canônica de sua época, é possível inferir em Délia, novamente, um desejo de apresentar ao público que essa realidade era possível, externando uma militância feminista, indireta, por meio de sua literatura, com suas personagens contradizendo a imagem de mulher patriarcal, mas com possibilidade de atuação cultural.

Outra crítica importante de ser pontuada na maioria dos romances analisados de Délia é o fato de as meninas saírem do colégio aos quinze anos, finalizando seus estudos. Essa é uma idade em que o intelecto começa a amadurecer e essas meninas são expostas à sociedade, prontas para o casamento. No entanto, praticamente todos os casamentos nos romances abordados foram fracassados, ou seja, há um evidente problema que suscita reflexões: se as meninas foram educadas prioritariamente para o casamento, e esses foram mal sucedidos, provavelmente esse modelo de educação não estava correspondendo, de fato, com a sua função social. Será a pauta do casamento, da função de esposa e mãe e até da aspiração ao divórcio que iremos dar continuidade ao projeto literário de Délia em nossas análises na sequência desta seção da pesquisa.

4.2 CASAMENTO, MATERNIDADE E DIVÓRCIO

Por muito tempo, o casamento foi um “negócio”, não só porque envolvia duas pessoas, mas porque se tratava de um mecanismo presidido pelos pais. Certa angústia os perseguia quando a filha atingia a idade de se casar, ocasião em que era bom ter uma rede de relações, para, então, descobrir um candidato aceitável. Em missas e festas, as mães inspecionavam os candidatos com o olhar, analisando as cifras das fortunas familiares. Um vocabulário próprio às estratégias matrimoniais era colocado em ação: aliança, fortuna, salvar as aparências, nome. Havia grande preocupação com o que se dissesse sobre a futura união, por isso toda a parentela se mobilizava para achar o animal raro: tios, tias, sobrinhos, padres, amigos, além das casamenteiras, que faziam convergir para os pais informações o mais precisas possível. Porém, perigo: algumas jovens tinham “caprichos”. Nesse caso, o problema passava a ser outro: evitar que ela “caísse”, que cometesse uma “falta”. Perder a virgindade antes do casamento era grave, mas engravidar, pior ainda: era gravíssimo. Tudo girava em torno do dote e da “fama” da moça (DEL PRIORE, 2014, p. 44-45).

Esta observação da historiadora Del Priore resume de forma bastante didática o que representava o casamento na sociedade patriarcal do Brasil do século XIX. Essa união era, antes de tudo, um arranjo econômico social e político. Por meio do casamento, famílias multiplicavam suas fortunas, adquiriam *status* e reafirmavam o poder e a influência que exerciam na sociedade. Nesse “negócio”, as mulheres “significavam um capital simbólico importante, embora a autoridade familiar se mantivesse em mãos masculinas, do pai ou do marido” (D’INCAO, 2015, p. 229). Simbólico, exatamente porque o feminino não tinha expressão de poder; mas importante, porque da mulher provinha toda a imagem positiva da família e do sucesso do casamento, desempenhando suas funções de esposa, mãe e gestora do lar.

Como observamos anteriormente, a educação da mulher estava centrada na sua preparação para o casamento, ensinada para uma atuação de maior relevância na esfera pública do que na privada. Menos importava a satisfação individual dos protagonistas dessas uniões. Um casal feliz e próspero era o ideal que deveria ser externado para a sociedade, ainda que esta imagem fosse contrária à realidade. Dessa forma, as máscaras sociais adquirem relevância na sociedade do século XIX e será uma das grandes temáticas que também pontuamos na obra de Délia. Diferente da educação para a mulher, que surge de forma menos evidente no projeto literário da escritora, a questão do casamento é abordada mais intensamente por ela em toda a sua obra, representando essas máscaras sociais. Podemos afirmar que os seus romances descortinam a instituição do casamento e apresentam, na contramão do cânone literário do

século XIX, a verdadeira face do matrimônio, de um outro ângulo, pelo olhar e pela experiência das mulheres, corroborando novamente com o modelo ginocrítico proposto por Showalter (1994).

Por meio das heroínas construídas por Délia o leitor tem acesso, de forma bem urdida, a uma denúncia da posição de inferioridade da mulher na sociedade patriarcal, podendo conhecer a intimidade das alcovas para além da representação social. A construção de narrativas que transitam entre os universos públicos e privados nas relações sociais vivenciadas por meio do casamento possibilitam uma compreensão do que era a realidade, no foro íntimo, e do que era apresentado socialmente, no foro privado. Eis aí a grande ferramenta de Délia para externar sua crítica ao casamento e como as mulheres foram adestradas para o ofício dessa representação. Nesse viés, a escritora incorpora em sua narrativa literária inúmeras situações vivenciadas nos bastidores das uniões nessa sociedade, tanto na intimidade do lar como na vida pública dos salões, denunciando a exposição dessas mulheres às mais diversas ambições, seja de cunho econômico, político ou social.

As personagens femininas de Délia apresentam uma fragilidade sentimental, bem característica da formação burguesa oferecida às mulheres no século XIX. Mesmo que a maioria delas tivesse o privilégio de escolher os seus parceiros, podemos perceber que elas se surpreenderam, tardiamente, em uniões movidas por algum tipo de interesse: fosse pelo dote ou por seus atributos físicos de beleza. O amor devotado aos maridos e a sua dedicação ao casamento não impediram que elas fossem vítimas de traições, de violência doméstica e, principalmente, do controle social a que estavam submetidas. Para muitas delas, restou apenas a resignação, amparadas pela conformação cristã de seu lugar na sociedade. Muitas de suas personagens resignou-se no exercício da maternidade.

A maternidade representava para a mulher uma extensão do casamento. Eles ocorriam, entre outros objetivos já citados, para se ter filhos legítimos, constituir família e dar continuidade à descendência. Era muito valorizado que o primogênito do casal fosse um filho homem. Isso fazia parte da cultura masculina de prosseguimento do nome familiar, visto que era do homem que vinha o nome da família. As filhas mulheres estavam em segundo plano e a elas estava fadado todo o compromisso com a moral da família. Deveriam ser educadas de acordo com a moral cristã e manter-se castas até o casamento. “Esse ideal feminino implicava o recato e o pudor, a busca constante de uma perfeição moral, a aceitação de sacrifícios, a ação educadora dos filhos e filhas” (LOURO, 2015, p. 447). O cuidado com as meninas criava uma rede de conexão entre o sexo feminino, no que podemos inferir que o exercício da maternidade era considerado um legado da mulher, embora totalmente regido pelo controle social.

O conceito de maternidade extrapola o entendimento apenas do ser mãe e se confunde com outras funções muito ligadas à formação dos filhos. Enquanto as meninas recebiam uma educação de cerceamento e limitações, a educação dos meninos era totalmente diferenciada e a eles eram garantidos muitos privilégios. Essa era a estrutura da família e o papel da esposa e mãe no exercício da maternidade. Estava sob o seu sucesso ainda, nesse apostolado, a garantia de uma maior mobilidade social que era mais uma das funções do casamento.

Nos romances de Délia, a maternidade assume papel de grande importância, inclusive em narrativas de romances em que suas heroínas não tiveram filhos. Essa ausência da maternidade por escolha da própria personagem parece sugerir mais um desejo de ruptura que podemos observar nos diversos perfis femininos construídos por Délia. Em sua obra, a maternidade é representada em todos os seus aspectos, desde a maternidade biológica, quanto a maternidade do coração. Observamos que essa temática corrobora com a importância que ela ocupava na sociedade patriarcal. Ao desenvolver vários perfis maternos, a escritora possibilita ao leitor uma análise da atuação feminina em consonância com os valores da época, porém sob a perspectiva de outros olhares. Haja vista, a defesa de Délia inclusive pela escolha da mulher em não ter filhos, possibilitando outras atuações femininas. Vale ressaltar que essa pauta feminista é extremamente contemporânea, mas já suscitada na literatura brasileira de autoria feminina do século XIX.

Além do casamento e da maternidade, ainda encontramos na obra de Délia uma sugestão ao rompimento dessas uniões, por meio do divórcio. Algumas de suas personagens desejaram a separação, mas não tiveram a coragem necessária para o julgamento social e resignaram-se. Outras, porém, assumiram essa postura de vanguarda e, provavelmente, chocando a recepção desses romances, apresentaram uma atuação feminina mais forte, capaz de enfrentar o cerceamento moral e social, abrindo novos caminhos para suas vidas. A decisão pelo divórcio representava a última arma da mulher em busca de sua felicidade, expressando uma atitude de ruptura totalmente em desacordo com os preceitos da família patriarcal e amplamente rechaçada pela Igreja Católica.

Embora o termo divórcio possa parecer mais contemporâneo, ele foi praticado no Brasil desde o período colonial até o final do Império. Importante ressaltar que o matrimônio, até o início da década de 1890, estava sob a prescrição religiosa que regulava também as demais questões econômicas e sociais dos casamentos, como os bens, a constituição da família e a união de corpos. O casamento civil no Brasil foi regulamentado somente em 24 de janeiro de 1890, por meio do decreto n. 181, promulgado pelo Marechal Deodoro, no início da República recém-proclamada. A partir de então, as dissoluções dos casamentos também passam para a

jurisdição do Estado, embora a influência cristã exerceu durante todo o século XX uma forte oposição ao divórcio.

A respeito desse decreto de 1890, e contando também com a regulamentação do divórcio, observamos que as jornalistas também se manifestaram, corroborando com mais essa pauta do movimento em defesa dos direitos da mulher que circularam pelos periódicos durante o século XIX. No jornal *A Família* (1890), Josephina Álvares de Azevedo deixou registrada suas observações acerca do tema:

Na sociedade moderna, o divórcio é uma consequência fatal do ato legal, em virtude do qual dois entes de sexo diverso se ligam para a união conjugal até o dia em que por mútuo acordo as partes deixam de coexistir na plenitude de íntima solidariedade da família constituída. [...] Muitos fatos não se reproduziriam na sociedade, se o divórcio não manifestasse a ação da vontade, sujeitando a mulher ou a uma condição lamentável e crítica de abandono, ou à mais desoladora das escravidões! O homem deixaria de ser o responsável pela desonra da mulher que ele não pode repudiar porque a iníqua lei não o desobriga do contrato eterno; mas a mulher não sofreria também, com tanta frequência e resignação os assaltos à sua dignidade e ao seu amor próprio, se não fosse a mesma lei que a obriga a ser a eterna companheira do homem que desprezou o lar e esqueceu o amor da família. Seria mais senhora do seu destino a mulher donzela que pudesse repudiar o marido que os pais lhe impuseram sem consultar a sua afeição, do que aquela que muitas vezes para não desobedecer tem de sacrificar a existência inteira a um capricho da autoridade paterna que despreza os votos de um coração de moça para só consultar o seu calculado egoísmo. Providencial como lei, o divórcio será em todo caso sumamente benéfico como estímulo (AZEVEDO, 1890, p. 2).

Como vimos na atuação das mulheres nas Províncias do Sul durante o século XIX, os pedidos de divórcio e a anulação dos casamentos já era uma realidade naquela época, partindo, majoritariamente, do desejo da mulher, movidos sempre por situações insustentáveis de adultério, maus tratos, dilapidação do patrimônio, abandono do lar, entre os mais citados. A condição de superioridade masculina propiciava ao homem resolver suas ofensas no casamento de outras maneiras. A iniciativa para o divórcio, entretanto, era evitada ao máximo, pois consistia em processos longos, caros e de muita exposição social, principalmente para as mulheres. Isso corroborava com a cultura de resignação a que elas foram ensinadas.

“As mulheres do século XIX são feitas de rupturas e permanências. As rupturas empurram-nas para a frente e as ajudam a expandir todas as possibilidades, a se fortalecer e a conquistar. As permanências, por outro lado, apontam fragilidades” (DEL PRIORE, 2014, p. 7). Esta confirmação entre a tradição e a ruptura também estão presentes no projeto literário de Délia e já vimos pontuando essa questão em nossa pesquisa. Ao desenvolver personagens representantes dessas duas possibilidades de atuação, a escritora transita entre o contexto do

real e o contexto do ideal nas narrativas de vida de suas heroínas, com personagens que reproduzem a ideologia patriarcal do período, submetendo-se ao destino social reservado a elas. Algumas delas resignam por uma vida inteira, buscando alento na maternidade. Outras rompem parcialmente com este modelo e substituem a tediosa experiência do casamento pela instrução. Há, ainda, algumas que rompem significativamente com suas realidades, assumindo a autoria de suas vidas a partir da separação. No entanto, apesar de suas particularidades, todas essas personagens apresentam uma atuação que suscita uma reflexão sobre o papel da mulher naquela sociedade em que foram criadas e recebidas pelo público. Para isso, na obra de Délia, agrupamos a temática do casamento, da maternidade e do divórcio em uma mesma abordagem de análise, embora as três nem sempre sejam percebidas, respectivamente, em todos os romances analisados.

Nessa abordagem proposta, pontuamos novamente a força das máscaras sociais e como elas foram usadas para justificar as diversas situações de sofrimento e degradação que as mulheres estavam submetidas em seus casamentos. Ressaltamos, ainda, que a obra de Délia oferece um minucioso estudo dessa representação feminina, proporcionando diversos perfis de atuação para as suas heroínas evidenciando para a crítica literária um projeto que traz à tona as experiências da mulher narradas por uma escritora. Em nossa análise, vamos nos ater novamente às narrativas mais centradas em suas protagonistas, mas lembrando que existem histórias secundárias em seus romances que reforçam as nossas reflexões.

Madalena teve a sorte de eleger seu esposo, mas como todas as demais moças de classe abastada de sua época, ela não tinha a preparação adequada que lhe proporcionasse a experiência de vida necessária para tal escolha. Casou-se apaixonada, porém, aos poucos, foi sentindo a distância do esposo que retornava ao vício dos jogos e das distrações sociais. O amor foi se desfazendo até que para ela aquela união já não trazia mais felicidade. Sua atuação, porém, era de representação na movimentada vida social, onde mascarava seus dissabores no casamento pela posição de esposa devotada e feliz.

No espaço público Madalena foi vítima da maledicência social, enredada em algumas intrigas tramadas pelo Visconde de Presle, um aristocrata que se apaixonou por ela. Vencendo essas demandas com a sua cultivada dignidade, ela continuou resignada em sua virtude cristã. Ainda jovem e bela e muitas vezes desacompanhada do marido nas rodas sociais, viu-se cortejada por muitos homens, mas seguiu firme em sua posição de manter as aparências para a sociedade. Ficando viúva, conheceu o amor do Conde Paulo d'Orcey, mas novamente optou por não vivenciar esse sentimento, corroborando com os valores morais da mulher do século XIX.

A maternidade foi a grande salvação de Madalena, ainda que tivera acesso a ela não pelas vias biológicas. Perdoando no leito de morte aquele que tramara contra a sua dignidade, assumiu o compromisso de cuidar da menina Laura, adotando-a e criando-a com todo o esmero que se dedica a uma filha. Ofereceu a ela uma educação diferenciada, cumprindo o papel reservado às mulheres na instrução das filhas, cultivando em Laura os mesmos sentimentos que a orientaram a vida inteira. A experiência da maternidade ofereceu a Madalena o exercício intenso dos mais puros valores cristãos, praticando a caridade. Dedicou sua vida à Laura, abdicando de sua vida pessoal.

A construção de Madalena corrobora com o pensamento da época do qual compartilhava outras escritoras. Julia Lopes de Almeida, em 1889, publicou no periódico *A Família* a sua concepção de maternidade:

Ser mãe é: renunciar a todos os prazeres mundanos, aos requintes do luxo e da elegância, aos espetáculos em que se ri ou em que se chora, mas em que o espírito se deleita e se abre avidamente, com a sofreguidão dos sequiosos; é deixar de aparecer nos bailes, de valsar, de ir a piqueniques sem temer o sol, o vento, a chuva, uma independência feliz; é passar as noites em um cuidado incessante, em sonos curtos, leves como o pensamento sempre preso à mesma criaturinha rósea, pequena, macia, que lhe magoa os braços, que a enfraquece, que a enche de susto, de trabalhos e de prevenções, mas que a faz abençoar a ignota providência de a ter feito mulher para ser mãe! (ALMEIDA, 1889, p. 5).

Essa concepção de maternidade também é a que encontramos em Madalena. Com esta personagem Délia abre sua obra apresentando a realidade da mulher de classe alta, que mesmo com uma origem abastada, construída financeiramente independente, escolheu seguir o destino em consonância com a educação religiosa que havia norteado a sua formação. A atuação feminina de Madalena estava em consonância com o papel esperado das mulheres de seu círculo social, oferecendo ao leitor um panorama muito próximo da realidade vivenciada por essas mulheres e as escolhas que elas faziam, revogando o seu direito à felicidade.

A personagem Deia sempre foi apaixonada pelo primo Jorge a quem se entregou às escondidas e faziam planos de se casar, porém, vítima de uma intriga da madrasta que também estava interessada no rapaz teve seu desejo interrompido pelo pai que a obrigou a um casamento de conveniência com um rapaz de posses. Relutando, inicialmente, a esse acordo nupcial, Deia contava com o amparo do primo e estava disposta a lutar por seu amor. Não imaginava, porém, que Jorge já estava comprado por seu pai e enfeitiçado pela madrasta, abandonando a namorada à própria sorte. Diante das ameaças paternas de afastá-la da irmã Julieta, único ente querido que possuía, Deia resignou-se ao destino e casou-se com Maurício. Nessa narrativa, Délia apresenta

como ocorriam os casamentos arranjados. Mesmo contra a vontade, as moças se submetiam a essas uniões que pudessem lhes proporcionar segurança financeira. As que não tinham dote e eram agraciadas com uma proposta de um homem abastado, eram consideradas privilegiadas.

Deia casou-se com Maurício, mas na noite de núpcias narrou a ele toda a sua história do envolvimento com o primo e o casamento forçado por imposição do pai, pedindo ao marido que a deixasse partir. Ela poderia se sustentar trabalhando e viveria longe dali. Maurício propôs-lhe manterem uma vida de aparências para a sociedade, porém viveriam com separação de corpos, cada um em seu quarto, respeitando os sentimentos da esposa.

Nesse romance, Délia inverte os papéis de gênero e desenvolve uma narrativa no plano do desejo. As máscaras sociais de um casamento de conveniência, sem amor, resultando em vidas separadas na mesma casa era uma realidade da sua classe social, mas tal atitude partir do homem, contrariava essa realidade. Os homens, após o casamento, viam a mulher como um objeto sob seu poder e exigiam o cumprimento dos deveres de esposa na cama. Esse tipo de personagem masculina dotada de sensibilidade, responsável pela redenção de suas heroínas marcará toda a obra de Délia, conforme já relatamos na apresentação de seus romances e Maurício representa o marido ideal. Apaixonado pela esposa, respeita seus sentimentos e vai cativando-a, aos poucos, até que ela também se percebe vítima do mesmo sentimento.

A cena do casamento de Deia oferece uma oportunidade para Délia tecer uma crítica importante sobre esse sacramento na visão da Igreja Católica, exercendo verdadeira encenação em nome da família e dos bons costumes, conforme observarmos no trecho do romance a seguir:

Lembrou-se o padre de fazer uma prédica, louvando a grandeza do matrimônio, seus doces deveres e suas incalculáveis compensações. Linguagem vulgar, assunto abstruso, tibia convicção: Causava sono e tédio aos náufragos do dito sacramento, embalava as ilusões das meninas casadoiras, servia de zombaria aos rapazes saturados de can-cans e obrigava alguns chefes de família à uma atitude ridiculamente hipócrita. No dizer do bom padre, o casamento era a síntese da bem-aventurança! (BORMANN, 2011, p. 44).

Em uma relação de aparências, Deia teve uma vida bastante resignada, buscou alento nos livros como forma de suplantar sua sorte. Seu maior tormento foi o orgulho que a impedia de declarar a Maurício que também o amava, deixando essa declaração para o momento de sua morte. Ambos estavam na mesma casa, em quartos ligados por uma porta que nunca se abriu, vivendo um amor platônico que, assim como o de Madalena, também ficou para se consumir na eternidade.

Na narrativa de vida da irmã de Deia, Julieta, observamos um enredo bem diferente, com outros dissabores enfrentados pelas mulheres nas relações do casamento patriarcal. Ela se casa por amor, com um homem escolhido em acordo com a família, mas se surpreende em uma relação de completa submissão. Seu marido se tornou um homem repulsivo que a violentava sexualmente. Délia aborda um tema bastante delicado para a época e que ainda suscita muitas reflexões nos estudos contemporâneos sobre a mulher. Os direitos do homem suplantavam os deveres da esposa no casamento e as relações sexuais representavam uma obrigação a que muitas mulheres serviam apenas como objeto. Délia oferece uma atenção especial ao tema, ao passo que a heroína Julieta repudia a própria maternidade por senti-la fruto desse tipo de violência doméstica e por temer dar a luz a um filho com a genética desprezível do pai.

Diante dessa repulsa, Julieta apresenta na obra de Délia a primeira grande atitude de ruptura com os padrões da época. Não desejando se resignar à violência do casamento, ela pede o divórcio. Recua, porém, diante da ameaça de perder a tutela da filha. Dessa forma, a resignação em Julieta vem em função da maternidade e a narrativa oferece importante crítica em prol dos direitos das mulheres, expondo para a sociedade a submissão que elas se encontravam por conta das próprias leis que não lhes ofereciam amparo.

Com a heroína Lúcia observamos outro tipo de situação em que as máscaras sociais burguesas são profundamente utilizadas, colocando a protagonista presa em uma situação extremamente embaraçosa por amor e proteção aos pais. Subitamente ela descobre a relação adúltera da mãe com um rapaz mais jovem. Sendo surpreendida com a chegada do pai prestes a dar um flagrante no casal, decide repentinamente tramar um enredo que a submeteria ao sacrifício de um casamento sem amor, com um homem que ela mal conhecia, para proteger a família de um escândalo social. A escolha de se casar com o amante da mãe estava imbuída de dois desejos: evitar um grande sofrimento ao amado pai se descobrisse a traição da esposa e poupar a mãe de ter exposta a sua desonra para a sociedade. Para que a farsa desse certo e almejando o sucesso dessas pesadas máscaras sociais, estabelece algumas regras no casamento. Manteria com o esposo uma relação de aparências, proporcionando ao rapaz todo o conforto de uma vida abastada e a discreta liberdade de solteiro, em contrapartida, a mãe se comprometeria a não se expor mais com o amante.

A vida de todas as personagens desse romance se tornou um verdadeiro martírio. Lúcia estava presa a uma relação odiosa, nutrindo o maior asco e desprezo pelo marido. Sua situação de mulher casada a impunha a obrigação de anular todos os seus desejos de felicidade ao lado de outro homem que viesse a amar. A mãe, que sempre nutriu uma relação materna de competição com a filha mais jovem e bela, viu aumentar ainda mais esse sentimento negativo

ao ver a filha casada com o homem que ela amava. Rodolfo acabou se arrependendo da relação com a mãe de Lúcia e se apaixonou pela resignação e dignidade da esposa, sofrendo com o desprezo que recebia dela. O pai de Lúcia, mesmo depois de descobrir toda a farsa montada, fingia nada perceber. Mais forte era o seu egoísmo em manter as aparências que libertar a filha desse fardo, priorizando a sua felicidade.

Lúcia viveu resignada, sofrendo, triste e apática. Conheceu o grande amor da sua vida, mas abandonou sua felicidade em prol da família. No leito de morte do pai, descobriu que a sua escolha de resignação foi em vão. Seu pai de tudo já sabia e pediu perdão por não ter tido a coragem necessária para deixá-la ser feliz. Mais triste ainda e sem forças para romper com essa trama, sucumbe amargurada.

Esse enredo talvez tenha sido o maior representante da obra de Délia em que a escritora escancarou a perversidade da regulação da sociedade da época, sendo capaz de impor as máscaras sociais. Nem sempre as escolhas que as mulheres faziam eram o reflexo de seus desejos, mas uma extensão da educação que receberam e que não as habilitava para tomar as decisões acertadas. A vocação para resignar-se era cultivada nas meninas desde a infância e isso predominava diante da anulação de suas vidas. Por mais bem-educada que fosse, com todas as posses necessárias, a chancela do poder masculino podava qualquer desejo de realização pessoal dessas mulheres e, a atitude de Lúcia em sacrificar-se em função de toda a família, por atos que não a diziam respeito, vem corroborar nossas reflexões. Era esse o lugar real da mulher na sociedade do século XIX, levando ao extremo nessa narrativa de Délia.

Observamos outra importante abordagem das máscaras sociais na construção da personagem Aurélia e na sua representação em manter as aparências para ser aceita socialmente, num enredo de proteção arquitetado por sua mãe. Descobrimo-se grávida e abandonada pelo namorado por não possuir um dote, Aurélia encontrou-se numa situação bastante delicada para a época. Confidenciando seu infortúnio para a mãe, recusou-se orgulhosa de se submeter a um casamento imposto ao noivo, que a desprezava por não ter posses. Preferia o enfrentamento social e o desprezo de ser apontada como uma mãe solteira.

Velando pela dignidade de Aurélia, a mãe decide simular uma gravidez para o marido, afastando-se da cidade na companhia da filha, alegando tratamento de saúde. Isso possibilitou que Aurélia tivesse uma gravidez tranquila e longe da maledicência social. Regressaram assim que a criança nasceu e a mãe criaria o neto como se fosse seu filho. Esse foi o grande segredo que Aurélia jurou guardar e que transformou a sua vida.

Ser mãe solteira representava uma grande mácula na sociedade burguesa do século XIX, visto que essa imagem materna também foi muito difundida pela religiosidade cristã. A Igreja

Católica buscou atribuir para a mulher as referências bíblicas oposta de Eva e Maria. Esse pensamento potencializava a sagrada missão da maternidade em consonância com a pureza da Virgem. Por outro lado, a concepção fora do casamento recebia o julgamento social do pecado e da corrupção atribuídos a Eva.

Aurélia ainda teve a sorte de receber a herança de um padrinho que lhe possibilitou dedicar-se integralmente ao filho. Perdendo sua mãe, ele uniu-se ao pai e ao irmão, abdicando sua vida em função da família. Diferente das demais heroínas apresentadas, Aurélia teve sua resignação compensada pela escritora na narrativa. Conheceu o grande amor de sua vida, que numa atitude de mais uma idealização de Délia, oferece a Aurélia o seu “Salvador” que, ao descobrir o segredo sobre a maternidade, não a julga, casando-se com ela e criando juntos o filho Raul.

A maternidade recebe uma dupla abordagem nesse romance de Délia. A mãe de Aurélia, com caráter oposto ao da mãe de Lúcia, sacrifica-se para proteger a filha do isolamento social que arruinaria a sua vida. Aurélia resignaria toda a sua vida para dedicar-se à criação do filho, que socialmente era apresentado como irmão. Importante salientar que esse infortúnio foi causado pelo privilégio de uma atitude masculina que se negava a assumir a paternidade da criança, desamparando a namorada à própria sorte. Isso evidencia outra fragilidade do sexo feminino e uma das muitas situações de inferioridade imposta às mulheres. Situação semelhante foi abordada no romance *Angelina*, com a escrava Maria, abandonada com um filho nos braços. Tratava-se de uma escrava, obviamente, mas a atitude do homem e a superioridade da cultura machista é o que suscita a reflexão.

A personagem Angelina oferece um contraponto interessante nessa abordagem. Conforme já relatamos, ela representa o modelo tradicional de moça de classe alta da época. Educada com todos os mimos, recebeu da tia e do padrasto todo o cuidado dedicado às meninas de famílias abastadas. Sua situação de moça milionária, portanto, a fragilizava socialmente diante da grande disputa dos pretendentes. A princípio isso deveria ser visto como um privilégio, mas o que Délia externa nesse enredo é o desejo de *status* e de mobilidade social que movia os mancebos “caça-dotes”. Dessa forma, essas frágeis moças ficavam expostas a figuras masculinas de caráter duvidoso, mascarados por uma origem de família de reputação ilibada, na maioria das vezes, arruinada financeiramente. Foi o que sucedeu a Angelina.

Seduzida por um típico exemplar dos janotas, ela acabou se casando por amor, na ilusão de realizar os sonhos românticos da juventude. Não imaginava que entraria em uma relação degradante que não merecia, nem que precisaria se submeter, visto que não dependia

financeiramente desse homem, ao contrário, era ele quem necessitava do seu dote e de sua posição para se projetar socialmente.

Assim como Madalena sentiu o marido se afastando, Angelina também percebeu o esposo esvaindo, aos poucos, do convívio do lar e ela foi se resignando à rotina, numa atitude de não querer enxergar o que se passava na esfera íntima de sua relação. No ambiente público da representação social, ela usava as máscaras sociais para emitir uma imagem de esposa feliz. Logo veio a maternidade e ela transferiu para o filho o sentido de sua existência, dedicando-lhe todo amor e atenção. Nesse meio tempo, ela sempre manteve contato com um amigo da família, o advogado Vicente que já a amava, mas que, diferente do Visconde de Presle com Madalena, respeitava a sua posição de mulher casada. Ele observava sua resignação no casamento e se encantava ainda mais com a sua dignidade.

Por meio de uma carta anônima, Angelina descobre que o marido a traía há muito tempo, com várias cortesãs. Agora a traição se tornava mais ofensiva, pois a escolhida era uma prima que muito a invejava. Em busca de satisfações, surpreendeu a confirmação da traição em uma discussão do marido com a mãe. Diante da revelação, pela primeira vez na narrativa, ela rompe com a sua atitude de resignação e assume uma posição de ruptura com o modelo patriarcal a que a maioria das mulheres se submetiam, desejando o divórcio. Tinha todos os motivos para isso, conforme podemos observar nos estudos que realizamos. Estava sendo vítima de traição, o marido se afastava do lar e seu patrimônio sofria grande dilapidação.

Antes de tomar uma decisão definitiva acerca do divórcio, pediu conselhos ao padrasto, que numa atitude em favor das aparências sociais, sugere à enteada tentar relevar a traição e buscar uma forma de reaver o seu casamento. Advertiu-a que o papel de mulher divorciada na sociedade era muito ultrajante, mesmo para uma mulher de posses como ela. A voz do padrasto na narrativa representa o discurso da cultura patriarcal. À mulher cabia sempre as ponderações, a docilidade e a temperança para contornar todas as situações, inclusive nas que se via em uma relação abusiva. Para não contrariar o padrasto e pensando na reputação do filho, ela concorda com o conselho recebido, mas exige a separação de corpos, solicitando que o marido fosse afastado por uma longa temporada na Europa.

A posição de ruptura com os padrões sociais observado em Angelina é momentânea, mesmo depois de ficar viúva ela se nega a qualquer possibilidade de envolvimento com Vicente, resignando-se novamente à maternidade. Assim como Aurélia, ela recebe de Délia o triunfo de se entregar ao homem amado, no momento final em que presente que o perderia para sempre.

Conforme já relatamos durante nossa apresentação desse romance na seção anterior da pesquisa, a grande temática dessa obra está centrada na maternidade. Délia explora com

profundidade vários perfis de personagens mães em sua narrativa, expondo ao leitor a principal função da mulher na sociedade patriarcal. Podemos observar que, por meio das personagens femininas e de suas diferentes atuações, a maternidade oferece distintas leituras que refletem na formação de seus filhos. Por mais que haja um desejo de ruptura, a instituição materna continua sagrada para a mulher, mudando apenas as suas experiências.

Bela/Lésbia finalmente será a primeira personagem de ruptura na obra de Délia, seguida por Celeste. Ambas as personagens também passaram por casamentos malsucedidos, resignaram-se, inicialmente, à regulação social nessas uniões, tentaram salvar seus casamentos, mas não tiveram o temperamento de renúncia das demais heroínas da escritora. Construídas como personagens mais fortes e decididas, elas são apresentadas em uma atuação de rompimento com a tradição da cultura feminina, encerrando suas relações que já não atendiam aos seus anseios de felicidade. Diferente do que ocorreu com Angelina, tanto Bela quanto Celeste foram apoiadas pela família na decisão da separação em seus casamentos.

É necessário apontarmos nesses dois romances que o termo divórcio não foi utilizado. As protagonistas apenas se separam definitivamente, mas não pleitearam um processo como o do divórcio perpétuo. O marido de Bela foi expulso de casa, onde o casal vivia com os pais da esposa. Celeste abandonou o lar, voltando para a casa paterna. As motivações de suas separações foram bem diferentes e ilustram, entre tantas outras situações já discutidas na obra de Délia, variações de subjugação a que as mulheres estavam expostas sob o poder da figura masculina. Bela desiluiu-se do casamento poucos dias após a lua de mel, enxergando no esposo um companheiro tedioso, que desfazia de sua pessoa, constrangendo-a em diversas situações sociais. Celeste foi vítima de um companheiro com temperamento extremamente possessivo que chegava ao ponto de fantasiar situações de ciúme que jamais existiram. Enquanto Bela enfrentava uma situação de desapontamento que envenenava sua relação, chegando a ser apontada na sociedade pela maledicência do próprio marido, Celeste começou a sofrer violência doméstica, sendo agredida fisicamente. Tanto sofrimento fez com que ela evitasse até a maternidade. Lésbia também não teve filhos, aliás, essa é outra importante contribuição de Délia para o discurso feminista, defendendo o direito da mulher em abdicar da maternidade para dedicar-se a outros caminhos, bastante diferente do destino tradicionalmente traçado para ela. Após a separação, Lésbia e Celeste trilharam caminhos diferentes, mas assumido o controle de suas vidas, se permitiram outras experiências.

Bela, após mais uma decepção amorosa, como já apresentamos anteriormente, dedicou-se à vida literária, tornando-se escritora sob o pseudônimo de Lésbia. A partir de então, a narrativa de Délia se concentra em relatar a vida de uma escritora na sociedade patriarcal do

século XIX. Suas reflexões oferecem perspectivas importantes para a pauta feminista questionando o lugar da mulher nessa sociedade enquanto ser social e a sua atuação em um universo cultural mais receptivo ao sexo masculino. Sua condição de mulher separada fortalecia os preconceitos sociais, refletindo, inclusive, na recepção de sua obra literária. Nesse romance, Délia rompe bastante com as máscaras sociais, apresentando uma personagem que driblou o sistema social de sua época e se impôs intelectualmente, não cedendo às adversidades, nem recuando em sua personalidade. Enfrentou o julgamento social e conquistou sua posição tão almejada.

Diante de tamanho sucesso e altivez, seria muito difícil que Lésbia encontrasse um homem à sua altura, mas ela foi envolvida por Catulo, um poeta que a endeusava e entendia o seu brilhantismo, tecendo importantes diálogos na narrativa de cunho mais intelectual. A face humana de Lésbia, porém, foi colocada à prova e Délia aborda novamente mais um tema muito delicado para a época, tecendo no romance uma relação amorosa de arrebatamento entre a mulher madura e um rapaz mais jovem. Novamente os papéis de gênero são invertidos nessa narrativa e a experiência de fragilidade é expressa pelo personagem masculino apaixonado pela escritora. Lésbia representa a voz da experiência e, pela primeira vez na obra de Délia, coube à mulher a autoria de seu destino, escrevendo uma nova história. No final do romance, para não trair seu amado Catulo por uma paixão que ela julgava um arroubo da maturidade, Lésbia retira-se de cena por meio do suicídio, eternizando sua existência ainda em um momento de glória.

Sob a condição de escritora da personagem e com o poder da palavra nas mãos, Délia utilizou de Lésbia para abordar diversas temáticas importantes para a pauta feminista como a questão da sexualidade, a liberdade de expressão, a defesa de um espaço de criação para a mulher e a sua independência financeira. A personagem Lésbia publica o romance *Blandina* que trata da história de uma mãe solteira que consegue estabelecer estratégias para viver bem sem sofrer o repúdio da sociedade, mantendo o filho junto de si. Com essa narrativa, Délia propõe uma revisão da maternidade na sociedade. Essas reflexões ofereciam um discurso que corroborava com a pauta em defesa da emancipação feminina de sua época.

Com a personagem Celeste, Délia também oferece questionamentos importantes sobre a sexualidade da mulher. Ao se encontrar separada, essa heroína começa a se envolver em diversos relacionamentos, afrontando a sociedade em que estava inserida. Na narrativa, esse discurso social será representado pela mãe. Será dela que virá o abandono e a rejeição apontando a vida desregrada da filha como a justificativa para expulsá-la de casa.

Ao mesmo em que a personagem recebe com orgulho e convicção o julgamento da mãe e da sociedade, Celeste descortina a moral virtuosa das senhoras de sua época. Considerada

como uma perdida, ela enxergava integridade em sua postura. Não buscava ocultar nem se desculpar por seu comportamento: sentia-se livre, diferente de como agiam as senhoras virtuosas, inclusive sua própria mãe.

Celeste terá uma trajetória acidentada buscando nesses relacionamentos uma felicidade que lhe foi negada. Tem uma última oportunidade de felicidade ao lado do cunhado que sempre nutriu grande sentimento por ela, mas não consegue viver esse amor, pois ele falece vítima de um acidente. Ela termina seus dias em um hospício totalmente fora de si, levada pela loucura.

A representação social nesse romance também deve ser destacada. Délia utiliza de Celeste para questionar o espaço de aceitação para a mulher separada na sociedade do século XIX e como sua atuação ficava limitada pelo julgamento social. Reflete sobre o desamparo em que essas mulheres se encontravam, não só moralmente, mas também financeiramente. Celeste recebia uma pensão do ex-marido, que ao final parece sugerir ter sido uma preocupação do cunhado que era apaixonado por ela. Ainda que ela tivesse uma profissão, a personagem vê a possibilidade de assumir o magistério. Só ela poderia atuar em um contexto em que seu passado fosse desconhecido. A falsa moral da época impossibilitava o acolhimento para essas mulheres, tolhendo-lhes as já escassas oportunidades. Assim, a questão da independência financeira perpassa também por essa narrativa e será nosso último tópico de análise no projeto literário de Délia.

4.3 INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA FEMININA

Desde que o casamento não seja um negócio, a mulher emancipada trabalhará, ajudará o marido a sustentar o peso doméstico e terá posição definida na sociedade. Por seu turno, ele irá buscar um arrimo, um consolo e não um encargo: será uma companheira resoluta e forte, tanto para os dias bonançosos como para os da adversidade. Cairá a mulher *coquette* que só pensa em ofuscar os semelhantes nos bailes, nos teatros, e em sua própria casa, com prejuízo do marido que geme sob o jugo das dívidas. Mas surgirá uma figura distinta e imaculável... Não queremos a mulher pedante, fruto evidente da exceção, nem tão pouco a de salão – boneca automática: votamos pela independência e liberdade femininas. Somos partidárias do trabalho e do amor (LEMOS, 1893, p. 4).

Elisa Lemos⁶², mineira da cidade de São João del-Rei, também ofereceu sua colaboração para o periódico *A Família*, no Rio de Janeiro, criticando a futilidade da mulher abastada e

⁶² Sobre Elisa Lemos não encontramos muitas informações nas antologias de escritoras do século XIX nem nos dicionários bibliográficos mais conhecidos. Encontramos que se trata de uma escritora mineira do final do século XIX, residente em São João del-Rei, que colaborou em periódicos como *A Patria Mineira*, em São João del-Rei e *A Família*, no Rio de Janeiro. Apesar de contar apenas 21 anos quando

defendendo a independência financeira feminina por meio da oportunidade de trabalho para as mulheres. Essa será uma das grandes pautas do movimento feminista desde o século XIX, que irá adentrar o século seguinte, principalmente no que tange à sua valorização em equidade profissional com o universo masculino.

Nessa citação de Lemos (1893), também observamos uma crítica na condição expressa pela frase: “Desde que o casamento não seja um negócio”. Como já vimos pontuando, a maioria dos casamentos burgueses representava uma negociação em que a mulher normalmente era a “moeda de troca”: ou eram muito ricas ou eram belas e jovens; sem um desses atributos, dificilmente o “negócio” se concretiza. Isso expunha ainda mais a fragilidade feminina nessa sociedade. Para a mulher de classe alta, havia poucas possibilidades de conquistar e manter a sua independência financeira. As de famílias abastadas geralmente se viam presas a uma situação contraditória: muitas vezes provinha de seu dote a estabilidade financeira da família, mas elas não podiam administrá-lo. As de famílias menos favorecidas poderiam ascender socialmente por meio do casamento com um homem de posses, mas também mantinham a dependência financeira do marido. A relação da mulher com as finanças, portanto, estava majoritariamente sob a tutela de uma figura masculina.

Conforme já apresentamos nessa pesquisa, foram poucas as oportunidades em que as mulheres adquiriam independência financeira. Os principais casos ocorriam geralmente quando da morte dos maridos e elas conseguiam romper com a tutela masculina, assumindo a administração dos negócios. Reafirmamos, entretanto, que esses casos representavam a exceção, conforme os exemplos de “matriarcas” oferecidos por Freyre (1977). A ausência de uma atuação financeira para a mulher também pode ser entendida como o reflexo de sua limitada educação na cultura patriarcal. Nessa cultura, ela era considerada um ser frágil, incapaz intelectualmente, sendo preparada, portanto, para se tornar um ser dependente, emocional e financeiramente. Estava sempre sob a regulação da família, da Igreja e da sociedade. Sua vida fora da sombra de um homem dificilmente lhe traria reconhecimento. Isso potencializava cada vez mais sua dependência e dominação.

Nesse pensamento patriarcal, a mulher não contribuía para o sustento da casa; ao contrário, ela deveria atuar publicamente como a vitrine do sucesso financeiro do marido. Isso ficou ainda mais evidente com o advento das sociedades industriais do século XIX. Para essa atuação a favoreciam as modas e o exercício dos costumes sociais. Uma mulher refinada e bem

começou a escrever nesses periódicos, seus textos já possibilitavam entrever uma percepção crítica acerca do papel ocupado pela mulher na sociedade brasileira no final do século XIX.

vestida oferecia o *status* necessário para a família ser bem recebida na sociedade. Sua boa figura e traquejo contribuía para enobrecer o nome da família. Em contrapartida, a mulher não poderia trabalhar, sua função era gerenciar a casa, os criados, educar os filhos e zelar pelo conforto e bem-estar da família.

Essa imagem da mulher de posses e toda a submissão a que estava submetida foi a grande temática da obra de Délia, abordada em suas diferentes nuances. As narrativas de seus romances oferecem ao público leitor um panorama da realidade dessas mulheres em seus espaços de atuação, fossem eles na intimidade do lar, ou na vivência pública, onde experimentavam as máscaras sociais, legitimando e denunciando o lugar reservado para o feminino na sociedade de sua época.

Nessa perspectiva, a personagem Angelina expressa fielmente o retrato de mulher que acabamos de apresentar. Pela época do casamento, a moça possuía uma fortuna estimada em cinco mil contos de réis. Era milionária, mas suas finanças sempre foram movimentadas pelo padrasto. Não lhe faltava nada, obviamente, mas ela não tinha o controle real da administração dos bens e das aplicações financeiras. Depois do casamento, embora em regime de separação de bens, seu marido administrava parte dos recursos que o padrasto liberava para os dispêndios do casal. Qualquer decisão que dependesse de recursos financeiros, o padrasto precisa ser consultado.

Aurélia também se tornou uma mulher abastada após receber uma considerável herança do padrinho que faleceu sem deixar herdeiros naturais. A narrativa do romance, porém, sugere que a administração de suas finanças sempre esteve a cargo da figura paterna.

Já a personagem Deia alcançou mobilidade social ao se casar obrigada pelo pai com um homem de posses. Conforme já comentamos, as moças sem posses, mas dotadas de beleza podiam contar com essa possibilidade. Foi a isso que o pai de Deia se apegou para lhe arranjar um bom casamento. “Você não é feia, pode e deve fazer melhor escolha e tenho alguém em vista. Cabe-me o direito de ser severo pela sua conduta. Fecho, porém, os olhos e procuro melhorar-lhe a sorte; já vê que deve obedecer ou será muito ingrata!” (BORMANN, 2011, p. 22).

Com o casamento, Deia teve acesso a uma vida abastada de mulher da alta sociedade da Corte do Segundo Reinado, patrocinada pelo marido.

Tinha sofrido, vestindo essas custosas roupas, adornando-se com essas joias, sentindo-se arrebatada pela magnífica parelha de alazões, olhando a seda mauve, que forrava o elegante coupé, e que achava fúnebre, porque tudo isso lhe vinha do marido, para quem era uma estranha, porque essas comodidades

lhe pareciam uma usurpação e a humilhavam. Muito recebia e nada havia dado! (BORMANN, 2011, p. 54).

Viver nesse luxo, totalmente dependente do marido, fazia com que Deia se sentisse envergonhada. Primeiro por não corresponder, inicialmente, ao homem com quem se casou; depois por sentir-se desonrada por ter cedido à sedução do primo que a abandonou, acreditando não ser merecedora do amor do esposo. Sua formação moral e cristã a induzia a cultivar esse sentimento de inferioridade. Até a mesada que oferecia à irmã para lhe socorrer em suas dificuldades financeiras era patrocinada pelo esposo. Apesar de ter todos os desejos atendidos, sua situação financeira era de total dependência.

Em outra perspectiva, a personagem Celeste nunca teve uma vida de muito luxo, embora nada lhe faltasse. Quando casada, teve uma vida mais modesta e totalmente dependente do marido, um médico recém-formado. Após a separação, sua situação financeira ficou mais delicada, precisando contribuir com os pais, continuando financeiramente dependente de uma modesta pensão que seu ex-marido lhe enviava.

Madalena, dentre as personagens mais tradicionais de Délia, foi a única que gozava de certos privilégios quanto à dependência que as demais heroínas apresentavam em relação aos homens com quem se relacionavam. De família muito abastada, percebemos que ela dispunha de independência financeira, sendo capaz de gerenciar sua herança fora do dote, sabendo administrá-la, além de circular entre banqueiros, com fortes relações sociais nesse meio. Isso evidencia que a personagem recebeu uma educação complementar, pouco comum para o universo feminino da época.

Refletindo sobre essa educação especial oferecida a Madalena, lembramos de uma referência feminina histórica do século XIX no Brasil que também representou uma exceção em relação às mulheres aristocratas, recebendo uma educação privilegiada. Trata-se da herdeira de um rico financista dos negócios oriundos do café sul-fluminense, Eufrásia Teixeira Leite⁶³. Sendo educada pelo pai como se educava os filhos do sexo masculino, Eufrásia soube administrar a herança recebida, conseguindo multiplicá-la significativamente. Ao se ver órfã, para se livrar da tutela masculina de seus tios, rompeu com o sistema patriarcal e, quase fugindo, mudou-se com a irmã para Paris, conquistando a independência financeira. Com tino

⁶³ Eufrásia Teixeira Leite (Vassouras, RJ, 1850 – Rio de Janeiro, RJ, 1930) foi criada pelo pai para ser gestora de sua imensa fortuna, totalmente em desacordo com os padrões da época. Tendo prometido ao pai no leito de morte que nunca iria se casar, para não se submeter à tutela masculina, condenou seu conturbado romance com o abolicionista Joaquim Nabuco, com quem Eufrásia noivou e rompeu por três vezes, por não aceitar suas traições amorosas.

administrativo, variou bastante suas aplicações e foi considerada a primeira mulher a frequentar uma bolsa de valores, tornando-se uma das mais ricas mulheres do Brasil do século XIX. Era conhecida como a “dama dos diamantes negros”. Importante pontuar que essa autonomia de Eufrásia só foi possível ao abandonar o Brasil e, principalmente, devido à educação diferenciada recebida por seu pai, desenvolvendo habilidades para as finanças, algo inimaginável para uma mulher no contexto brasileiro de sua época.

A personagem Lésbia, no entanto, será a grande representante na obra de Délia que conseguirá alcançar independência financeira e, além disso, se realizará profissionalmente, obtendo reconhecimento social. Embora tenha sido agraciada com a sorte de ganhar na loteria, o que mais suscita reflexões nessa heroína não é o fato de ter posses, mas a possibilidade da mulher transitar socialmente sem o amparo de uma figura masculina. Nesse romance, percebemos o projeto literário de Délia se concretizando quando, por meio dessa construção, ela suscita outras questões importantes para a pauta feminista que se consolidará mais fortemente a partir da década de 1920, com a escritora inglesa Virgínia Woolf.

Em *Um teto todo seu* (1929), Woolf realiza uma reflexão sobre a mulher e a literatura. Expõe o pensamento patriarcal e como ele tolhia as mulheres, fazendo com que elas precisassem provar sua capacidade intelectual. Defendia que a função social da mulher a impedia de realizar-se como escritora e que, para tal, era necessário independência financeira e um lugar para desenvolver seu processo criativo – um teto todo seu. Curiosamente essas afirmações sobre o universo feminino discutidos por Woolf em 1929 já estavam presentes na literatura de Délia, com *Lésbia*, escrito em 1884, no Brasil.

Telles (2015) afirma que Délia antecipa as escritoras inglesas em algumas décadas e, mesmo não tendo uma longa tradição de escritoras anteriores a ela, como as inglesas tiveram, se torna pioneira na abordagem da temática da mulher escritora.

Délia estabelece a ligação entre a busca da protagonista por desenvolvimento artístico, independência financeira e amorosa e a noção de um local de trabalho próprio, e com um toque local de excesso, a personagem escritora realiza sua arte solitária, não em um “quarto todo seu”, mas num palacete todo seu (TELLES, 2015, p. 384).

Délia defende exatamente a atuação da mulher escritora, as dificuldades para ser reconhecida no universo literário e para publicar suas obras. O sucesso da personagem escritora desponta finalmente após conquistar sua independência financeira, quando pode financiar suas publicações e, principalmente, conquistar um espaço de criação, expresso no romance pelo seu escritório, santuário sagrado, especialmente preparado em sua casa. As semelhanças observadas

com Woolf (1929) são muito claras e isso corrobora mais uma vez com o trabalho de vanguarda da escritora brasileira.

A obra de Délia foi ambientada na corte brasileira do Segundo Reinado, com personagens oriundas da elite burguesa e aristocrática de sua época, por isso nossa abordagem não abarca a participação de mulheres das camadas mais baixas. Outras pesquisas, porém, trazem informações de que a situação dessas mulheres oscilava para uma representação com um pouco mais de autonomia, por estarem mais distantes da vigilância social. Suas lutas, no entanto, vieram a somar à causa feminista, pois sofriam o mesmo desamparo e marginalidade das demais mulheres.

Sobre as experiências das mulheres do universo social mais abastado percebemos que, embora pudessem ter uma vida confortável, elas geralmente não se realizavam e seu espaço de atuação estava sempre limitado, sofrendo com a regulação dos valores patriarcais, da Igreja e, principalmente, da sociedade. Faltava-lhes antes de independência financeira, autonomia sobre o seu próprio ser mulher, seus sentimentos mais íntimos deviam ser mascarados para atender as convenções sociais. Esse sentimento foi reflexo de séculos de opressão e o movimento feminista que se inicia na sociedade brasileira a partir de 1850 oferece a oportunidade para um pensamento de vanguarda em defesa de reconhecimento da mulher enquanto ser social. Assim, constatamos que a escritora Délia, por meio de suas personagens e de sua literatura, deixou importante contribuição para essa página da história das mulheres, a qual buscamos resgatar com esta pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa buscamos compreender a contribuição da obra de Délia para a Literatura Brasileira e também para o movimento feminista que se formou no Brasil com o apoio da imprensa feminina, a partir da década de 1850, defendendo a emancipação da mulher e o seu reconhecimento e valorização como ser social. Percebemos que a participação de Délia como escritora foi fundamental nesse contexto de reivindicações, pois seus romances apresentaram o perfil da mulher na sociedade patriarcal, sob o olhar das experiências femininas, expondo suas fragilidades e o limitado espaço social a ela destinado.

Além de reconstituir a realidade feminina desse contexto, a obra literária de Délia projetou para seus leitores uma oportunidade mais emancipada de atuação para as mulheres, rompendo os limites sociais e culturais estabelecidos a partir da construção de personagens femininas mais instruídas. Por meio da literatura, Délia apresentou narrativas capazes de dialogar com o desejo de valorização do ser mulher em suas vocações de esposa e mãe de família, sem que isso fosse impedimento para o exercício de sua intelectualidade.

A escolha da escritora em abordar um universo aristocrático da sociedade patriarcal do século XIX, corrobora, não somente com o próprio universo das escritoras do período, mas também com aquele universo capaz, naquele momento, de iniciar as transformações sociais que poderiam refletir nas camadas sociais femininas menos favorecidas. Suas heroínas estão presentes no campo social e político das relações de poder e, conforme pudemos constatar com a história das mulheres nessa sociedade patriarcal, era nesse meio que as exceções femininas poderiam emergir.

Embora possamos pontuar na obra de Délia um desejo de ruptura com a atuação feminina de suas personagens, rompendo com o papel da mulher oitocentista, observamos que ele nem sempre se concretizava. Essa oscilação entre a apresentação da realidade social, muito bem explorada nas narrativas por meio das máscaras sociais, e a construção de um ambiente ideal para as mulheres, atuando culturalmente e se relacionando com homens mais sensíveis que as respeitavam e valorizavam, corrobora com a tese de que o escritor também é fruto de sua época, sendo sua literatura assinalada por suas experiências e influenciadas pelo contexto de circulação de suas obras. Isso pode ser exemplificado principalmente com as heroínas Lésbia e Celeste, as personagens que mais romperam com a sociedade patriarcal, mas que, ao final de suas trajetórias, acabaram recuando e assumindo uma postura das personagens de tradição. Lésbia, uma mulher que se permitia experimentar o mundo e sondar os caracteres humanos, poderia ter se rendido ao romance com o rapaz mais jovem. Celeste poderia ter encontrado a

felicidade, sem depender da afirmação e do amparo de uma figura masculina que reverberava a sua (re)aceitação social.

Nossa pesquisa orientou o mapeamento de um projeto literário de Délia com a possibilidade de atuação das mulheres em consonância com a pauta feminista de sua época. Assim, buscamos convergir em sua obra um enfoque na defesa da educação para a mulher, nas releituras do casamento, da maternidade e do divórcio, e, principalmente, da emancipação financeira, oferecendo as condições necessárias para uma participação feminina mais atuante na sociedade do período.

A obra de Délia, no entanto, possui uma expressão literária que merece destaque, tanto na construção de suas narrativas quanto no caráter linguístico do seu estilo de escrita. Isso oferece um material fecundo para a crítica literária e seus romances apresentam outras perspectivas de leitura. Não somente suas heroínas, mas também as personagens masculinas de seus romances transitam entre a representação da tradição patriarcal e o desejo de ruptura, com exemplares de homens dotados de uma sensibilidade idealizada, oferecendo narrativas que permitiam o protagonismo feminino.

Em uma outra perspectiva de análise, assim como os romances urbanos de José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo e Machado de Assis, para citar alguns representantes do cânone literário brasileiro, a obra de Délia também oferece importante contribuição para os estudos de caráter mais histórico e social, refletindo os hábitos e costumes do ambiente aristocrático que se instaurou na corte do Rio de Janeiro do Segundo Reinado. A ambientação dos romances de Délia oferece um testemunho histórico, tanto dos espaços de circulação da cidade como das relações sociais que ali se estabeleceram.

Em nossas pesquisas sobre a escritora nos periódicos do século XIX também localizamos uma coluna no jornal *O Paiz*, onde Délia publicou apenas contos breves. Esse material também se encontra intacto pela crítica literária e oferece uma leitura importante do projeto literário da escritora, enriquecendo o seu diálogo em prol da emancipação feminina. Optamos por deixar esse material para uma expansão desta pesquisa, priorizando, neste momento, apenas os textos do gênero romance. Descartamos ainda, de nossa pesquisa, o texto *Estátua de Neve* (1890), também resgatado por Norma Telles, por consideramos este trabalho como um representante do gênero novela, dada a dimensão do texto, um pouco maior que os contos, mas bem menor que os romances.

Soubemos ainda, dentro da temática feminina proposta em nossa investigação, de mais três outros trabalhos da escritora: *Estrelas cadentes*, *Estela* e *Mylady*. Estes textos, porém, ainda

não foram localizados. Certamente, fica a proposta de mais material da escritora para o desenvolvimento de outras pesquisas.

Pudemos constatar também que a nossa pesquisa assumiu um caráter de resgate, visto que as obras aqui elencadas ainda carecem de divulgação. Diante disso oferecemos uma leitura dos romances mais minuciosa, possibilitando ao leitor acompanhar nosso trabalho, mesmo que não tenha acessado a obra de Délia. Por outro lado, acreditamos que a nossa contribuição possa suscitar o desejo de conhecer essas obras, corroborando com a proposta do resgate de escritoras do século XIX e divulgando não somente o nome de Délia, mas também o seu texto literário. Dos romances aqui analisados, *Madalena*, *Duas irmãs*, *Uma vítima* e *Aurélia* foram resgatados por Norma Telles e disponibilizados digitalmente no projeto *Coleção Rosas de Leitura*⁶⁴. *Lésbia* também foi resgatado por Telles, mas apenas publicado em formato de livro pela Editora Mulheres, em 1998. Essa edição está esgotada, dificilmente é encontrada em sebos, mas, quando se encontra, possui um custo elevado por ser considerado como obra rara. O mesmo ocorreu com o romance *Celeste*. Também existe uma edição da Editora Presença, de 1988, esgotada e muito difícil de ser encontrada. Já o romance *Angelina* foi resgatado por nós por meio de folhetim no jornal *O Paiz*, fragmentado em várias edições do periódico.

Observamos que a pesquisadora Norma Telles não deu continuidade ao projeto *Coleção Rosas de Leitura*. Nosso último contato ocorreu no ano de 2017. Desde então também não houve atualização em sua página na internet. Assim, para consolidar, de fato, nossa contribuição com o resgate dos textos originais de Délia, pretendemos submeter um projeto editorial, como resultado desta pesquisa, objetivando publicar todas as obras aqui analisadas e as demais que ainda não foram localizadas. Os contos da coluna do periódico *O Paiz* também irão compor esse projeto e já foram compilados.

Para finalizar nossas considerações, gostaríamos ainda de pontuar que apesar de ser uma obra do contexto do século XIX, tendo participado dos movimentos iniciais da crítica feminista que culminou em várias conquistas para as mulheres ao longo do século XX, percebemos que grande parte da temática literária de Délia ainda continua muito atual.

A tradição patriarcal que desvaloriza o ser mulher, mesmo diante de uma legislação contemporânea, ainda é muito forte em nossa sociedade. As mulheres conquistaram o acesso à educação e, hoje, são muito mais numerosas nas universidades, comandando pesquisas importantes em nosso país. A questão da vocação feminina para a maternidade, no entanto, foi

⁶⁴ Disponível em: <http://www.normatelles.com.br/colecao_rosas_de_leitura.html>. Acesso em: 19 ago. 2019.

expandida para discussões acerca da não maternidade e do controle do corpo feminino, pleiteando a legalização do aborto. Os espaços de representação social e de poder têm sido uma conquista diária, mas com cada vez mais representatividade.

A violência doméstica, que era comum na sociedade patriarcal do século XIX, ainda reflete no cotidiano de milhares de lares brasileiros. A lei “Maria da Penha⁶⁵”, que tenta proteger as mulheres é muito recente, de 2016, e não tem surtido os efeitos almejados. Muitas mulheres são oprimidas e subjugadas diante da violência masculina, presas a relacionamentos opressores. No que tange à independência financeira, ela foi conquistada, mas falta equidade na valorização do trabalho da mulher em relação ao homem em várias atuações profissionais.

Esperamos que todas as nossas considerações sejam capazes de atestar, mais uma vez, a importância do trabalho literário de Délia e a sua contribuição para a Literatura Brasileira do século XIX, em um contexto pouco receptivo às ideias feministas, corroborando com a necessidade de divulgação de sua obra, e de outras escritoras contemporâneas a ela, propondo uma revisão da constituição patriarcal do cânone literário brasileiro.

⁶⁵ Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Fernando Antônio [et al.]. **Delícias das sinhás**: história e receitas culinárias da segunda metade do século XIX e início do século XX. Campinas, SP: CMU: Arte Escrita, 2007.

ALMEIDA, Júlia Lopes de. Ser mãe. **A Família**. Redatora: Josephina de Azevedo. Ano I, n. 38. Corte [Rio de Janeiro], 14 de novembro de 1889, p. 5.

ARARIPE JR., Tristão de Alencar. Crônica literária: Revista da Sociedade “Tobias e Osório” – Lésbia, romance por Délia. In: _____. **Obra crítica de Araripe Junior**. Volume II – 1888-1894. Dirigida por Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1960. (Coleção de textos da língua portuguesa moderna; 3). p. 257-264.

_____. Movimento literário do ano de 1893 – o crepúsculo dos povos. In: _____. **Obra crítica de Araripe Junior**: Volume III – 1895-1900. Dirigida por Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1963. (Coleção de textos da língua portuguesa moderna; 3). p. 105-193.

ARAÚJO, Maria da Conceição Pinheiro. **Tramas femininas na imprensa do século XIX**: as tessituras de Inês Sabino e Délia. 2008. 277 fl. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

AURÉLIA: romance original de uma senhora brasileira. **Gazeta da tarde**, Rio de Janeiro, 03 nov. 1883, p. 1.

AURÉLIA. Século, Porto Alegre. 16 mar. 1884. In: **Gazeta da Tarde**, Rio de Janeiro. 8 maio 1884, p. 1.

AURÉLIA. Jornal da Tarde, Santos. 8 jan. 1885. In: **Gazeta da Tarde**, Rio de Janeiro. 4 fev. 1885, p. 1.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)**. Trad. Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

AZEVEDO, Josephina Álvares de. O divórcio. **A Família**. Diretora e redatora: Josephina Álvares de Azevedo. Ano II, n. 77. Rio de Janeiro, 02 de outubro de 1890, p. 2.

BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. **Mulheres de ontem?**: Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988.

BIBLIOGRAFIA: Délia. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 17 fev. 1885, p. 2-3.

BORMANN, Maria Benedita Câmara (Délia). **Angelina (1886)**. **O Paiz**, Ano III, edições de n. 259 a n. 332. Rio de Janeiro, de 18 set. a 30 nov. de 1886.

_____. **Celeste (1893)**. Introdução, atualização e notas de Nanci Egert. 2. ed. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1988. (Coleção Resgate, v. 11).

_____. **Lésbia (1884)**. Introdução de Norma Telles. Florianópolis: Mulheres, 1998.

_____. **Madalena (1879)**. Col. Rosas de Leitura. Introdução, atualização do texto e notas de Norma Telles. 2009. Disponível em:
<http://www.normatelles.com.br/livros/madalena_final_dez2009.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. **Duas irmãs (1883)**. Col. Rosas de Leitura. Introdução, atualização do texto e notas de Norma Telles. 2011. Disponível em:
<http://www.normatelles.com.br/livros/Duas_Irmas.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. **Uma vítima (1883)**. Col. Rosas de Leitura. Introdução, atualização do texto e notas de Norma Telles. 2012. Disponível em:
<http://www.normatelles.com.br/livros/Uma_Vitima.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. **Aurélia (1883)**. Organização, introdução e notas de Norma Telles. Florianópolis: Mulheres, 2014.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias e conversas de mulher**. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2014.

DÉLIA. **Gazeta da tarde**, Rio de Janeiro, 9 jan. 1885, p. 2.

DÉLIA. **Gazeta da tarde**, Rio de Janeiro, 30 jul. 1895, p. 1.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del. (Org.) **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2015.p. 223-240.

DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2010.

EDMUNDO, Luiz. **Recordações do Rio Antigo**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1949.

EGERT, Nanci. Introdução. In: BORMANN, Maria Benedita Câmara (Délia). **Celeste (1893)**. Introdução, atualização e notas de Nanci Egert. 2. ed. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1988. (Coleção Resgate, v. 11).

ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. In: PRIORE, Mary Del. (Org.) **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2015. p. 322-361.

EXPEDIENTE. **Gazeta da Tarde**, Rio de Janeiro, 21 dez. 1883, p. 1.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: PRIORE, Mary Del. (Org.) **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2015.p. 241-277.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: PRIORE, Mary Del. (Org.) **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2015.p. 141-188.

FLORESTA, Nísia. Cintilações de uma alma brasileira. (1997). In: DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2010. p. 123-151
Florianópolis / Santa Cruz: Ed. Mulheres / Ed. Da UNISC, 1997. p. 115-7.

FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. Trad. Waldemar Valente. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1964.

_____. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1977.

GAZETA da Tarde. Rio de Janeiro, 11 jan. 1884, p. 2.

GOMES, Gisele Ambrósio. Representações femininas nos retratos do século XIX. **Domínios da Imagem**. Londrina, Ano II, n. 4, maio 2009. p. 33-40.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. et al. **História geral da civilização Brasileira**. Tomo II: O Brasil monárquico. 2º volume: Dispersão e unidade. 3. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. O estranho horizonte da crítica feminista no Brasil. In: SÜSSEKIND, Flora; DIAS, Tânia; AZEVEDO, Carlito. (Orgs.). **Vozes femininas**: gênero, mediações e práticas da escrita. Rio de Janeiro: 7 Letras: Fundação Casa Rui Barbosa, 2003. p. 15-25.

IGNOTUS. Lésbia. Romance de Délia. **O Paiz**, Rio de Janeiro, Ano VII, ed. 3290, 29 de abril de 1891, p. 01.

LE MOS, Eliza. Palestrando, de S. João Del Rei. **A Família**. Redatora: Josephina de Azevedo. Ano V, n. 157. Rio de Janeiro, 04 de março de 1893, p. 4.

LOURO, Guaciara Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del. (Org.) **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2015. p. 443-481.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Feminismo e literatura ou quando a mulher começou a falar. In: MOREIRA, Maria Eunice. (Org.). **Histórias da literatura**: teorias, temas e autores. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003. p. 267-278.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: PRIORE, Mary Del. (Org.) **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2015. p. 278-321.

PINHO, José Wanderley de Araújo. **Salões e damas do Segundo Reinado**. 5. ed. São Paulo: GRD, 2004.

QUINTAS, Fátima. **O feminino e o masculino na obra de Gilberto Freyre**. São Paulo: Global, 2008.

RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. **A cidade e a moda**: novas pretensões, novas distinções – Rio de Janeiro, século XIX. Brasília: UnB, 2002.

REFORMA. Porto Alegre. 23 mar. 1884. In: GAZETA da Tarde, Rio de Janeiro. 20 maio 1884, p. 1.

ROMANCE. **O Paiz**, Maranhão, 18 mar. 1884. Noticiário, p. 2.

ROMANCES de Délia. **O Paiz**, Maranhão, 26 dez. 1884, p. 2.

SABINO, Ignez. **Mulheres ilustres do Brasil**. Prefácio de Arthur Orlando. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1889.

_____. **Corymbo**, Porto Alegre, ano XVII, n. 133, 15 fev. 1900.

SAINT-HILAIRE, August de. **Viagem pelos distritos dos diamantes e litoral do Brasil**. Trad. Leonam de Azeredo Pena. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974a.

_____. **Viagem às nascentes do rio São Francisco e pela Província de Goiás**. Tomo II. Tradução Clado Ribeiro de Lessa. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974b.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Refutações ao feminismo: (des) compassos da cultura letrada brasileira. **Revista Estudos feministas**. v. 14. n. 3. Florianópolis, Set./Dez. 2006.

SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista no território selvagem. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 23-57.

SILVA, Maria Beatriz Nizzada. Mulheres brancas no fim do período colonial. **Cadernos Pagu: fazendo história das mulheres**. n. 4. Campinas: UNICAMP, 1995. p. 75-96.

SOARES, Ubirathan Rogério. Mulheres para muito além do figurino: as divorciadas gaúchas dos séculos XVIII e XIX. **Textura**, n. 17, jan./jun. 2008. Canoas/RS.

TELLES, Norma. Introdução. In: BORMANN, Maria Benedita Câmara. (Délia). **Lésbia (1884)**. Atualização do texto, introdução e notas de Norma Telles. Florianópolis: Mulheres, 1998a. p. 5-22.

_____. Notas. In: BORMANN, Maria Benedita Câmara. (Délia). **Lésbia (1884)**. Atualização do texto, introdução e notas de Norma Telles. Florianópolis: Mulheres, 1998b. p. 259-263.

TELLES, Norma. Délia. In: MUZART, Zahidé L. (Org.). **Escritoras brasileiras do século XIX**: antologia. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. p. 567-590.

_____. Introdução. In: BORMANN, Maria Benedita Câmara. (Délia). **Madalena (1879)**. Col. Rosas de Leitura. Introdução, atualização do texto e notas de Norma Telles. 2009a. p. 1-8. Disponível em: <http://www.normatelles.com.br/livros/madalena_final_dez2009.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. Introdução. 2009b. In: BORMANN, Maria Benedita Câmara. (Délia). **Aurélia (1883)**. Organização, introdução e notas de Norma Telles. Florianópolis: Mulheres, 2014. p. 7-16.

_____. Um palacete todo seu. **Cadernos Pagu**, n. 12, 20 maio 2015. p. 379-399. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634937>>. Acesso em: 28 maio 2017.

_____. Notas de uma leitura. In: BORMANN, Maria Benedita Câmara. (Délia). **Dois irmãos (1883)**. Col. Rosas de Leitura. Introdução, atualização do texto e notas de Norma Telles. 2011a. p. 5-20. Disponível em: <http://www.normatelles.com.br/livros/Dois_Irmãs.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. Primeiras palavras. In: BORMANN, Maria Benedita Câmara. (Délia). **Uma vítima (1883)**. Col. Rosas de Leitura. Introdução, atualização do texto e notas de Norma Telles. 2011b. p. 5-16. Disponível em: <http://www.normatelles.com.br/livros/Uma_Vitima.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.